



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E  
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**

**TÁCIO LUÍS DE ANDRADE CONCEIÇÃO**

**A AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO NA CONFIGURAÇÃO  
TERRITORIAL DO SERTÃO DA RESSACA: FORMAÇÃO HISTÓRICA  
DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E DO ESTADO DA ARTE NOS SÉCULOS XVIII E  
XIX**

Salvador - BA

2020

**TÁCIO LUÍS DE ANDRADE CONCEIÇÃO**

**A AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO NA CONFIGURAÇÃO  
TERRITÓRIAL DO SERTÃO DA RESSACA: FORMAÇÃO HISTÓRICA  
DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E DO ESTADO DA ARTE NOS SÉCULOS XVIII E  
XIX**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito final para obtenção do grau de Doutor em História das Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi

Salvador - BA

2020

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Conceição, Tácio Luís de Andrade.

A agricultura de abastecimento na configuração territorial do Sertão da Ressaca : formação histórica dos sistemas produtivos e do estado da arte nos séculos XVIII e XIX / Tácio Luís de Andrade Conceição. - 2020.

234 f.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi.

Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2020. Programa de Pós-Graduação em convênio com a Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Agricultura - Abastecimento - História. 2. Agricultura antiga - História. 3. Desenvolvimento regional. 4. Colônias - Mercado - História. 5. Agricultura familiar - História. I. Baiardi, Amílcar. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDD 630.98142 - 23. ed.

**A AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO NA CONFIGURAÇÃO  
TERRITÓRIAL DO SERTÃO DA RESSACA: FORMAÇÃO HISTÓRICA  
DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E DO ESTADO DA ARTE NOS SÉCULOS XVIII E  
XIX**

**TÁCIO LUÍS DE ANDRADE CONCEIÇÃO**

Tese defendida e aprovada para a obtenção do grau de Doutor em História das Ciências  
Agrárias.

Salvador, em 30 de junho de 2020.

Comissão Examinadora:

---

Dr. Amílcar Baiardi (Orientador)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA / UFBA

---

Dr. Erivaldo Fagundes Neves (Examinador externo)  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA / UEFS

---

Dr. Francisco Emanuel Matos de Brito (Examinador externo)  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA / UNEB

---

Dr. Guilherme Augusto Vieira da Silva (Examinador externo)  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA / UNEB

---

Dr. Luiz Carlos Soares (Examinador interno)  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA / UEFS

Dedico este estudo a Deus, *solí Deo gloria*,  
aos meus pais, a minha esposa, aos meus filhos  
e aos meus irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Deus Trino, Todo-poderoso, criador do céu e da terra, Senhor e Salvador da minha vida.

Agradeço de modo especial ao meu orientador Prof. Dr. Amílcar Baiardi, pela competência, confiança, responsabilidade, ensinamentos e incentivos durante a realização do doutorado.

A minha gratidão ao IFBA que proporcionou o convenio com o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGEFHC) da UFBA e me concedeu 15 meses de licença para poder me dedicar à conclusão da pesquisa.

Também sou grato aos professores e funcionários do PPGEFHC, pela ajuda e disponibilidade.

Agradeço aos professores membros da Banca de Qualificação, Guilherme Augusto Vieira da Silva e Luiz Carlos Soares, pelas importantes sugestões e ajuda.

Aos professores que participaram da banca de defesa, Erivaldo Fagundes Neves, Francisco Brito, Guilherme Vieira da Silva e Luiz Carlos Soares pelas contribuições e disponibilidade.

Em especial, agradeço a minha esposa Priscila d'Almeida, ao meu filho Rafael e a minha filha Júlia, por compreenderem as horas ausentes, pelo amor, força e amizade.

De igual modo agradeço aos meus queridos pais, a meus irmãos e minha sobrinha Morena que, com muito carinho, me ajudaram a chegar até aqui.

Aos demais familiares e amigos.

Não posso deixar de fora o meu muito obrigado ao historiador e escritor Gustavo Veloso que me intrigou com as pesquisas sobre a Vila dos Ilhéus, o aldeamento de Ferradas e o Sertão da Ressaca.

Quero agradecer aos meus colegas de programa, em especial as colegas Daniela Contelli, Maria Laura Souza e Nelma Bispo que estiveram ao meu lado durante a minha trajetória. Meu muito obrigado!

## RESUMO

O presente estudo teve como questão central de pesquisa produzir a narrativa histórica da importância da agricultura de abastecimento no Sertão da Ressaca e sua influência no desenvolvimento desse território no período de 1780 a 1888. O interesse por este objeto decorreu da carência de pesquisas sobre a participação deste tipo de agricultura, por meio dos seus agentes, na origem e no desenvolvimento do Sertão da Ressaca. Com base no arcabouço teórico deste estudo e nas fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, a saber: inventários *post-mortem*, testamentos, correspondências oficiais, código de postura municipal, o recenseamento do Império de 1872 e os relatos dos cronistas, missionários e viajantes que circularam pelos sertões e litoral do Brasil nos séculos XVIII e XIX foi possível confirmar as hipóteses que permearam este estudo. A agricultura de abastecimento foi determinante para a povoação do Sertão da Ressaca, tendo gerado autonomia de abastecimento e também mercado colonial com o excedente produzido, articulando-se fundamentalmente ao mercado regional e interprovincial no curso dos séculos XVIII e XIX. O isolamento do Sertão da Ressaca, decorrente da grande distância dos principais portos e da precariedade das estradas e dos meios de transportes, foi primordial para a consolidação de uma agricultura diversificada e produtora de excedentes, atraindo e absorvendo contingentes de colonizadores. E, o Capital acumulado através da agricultura de abastecimento, fomentou a ampliação do plantel de escravos, aumentou os investimentos em instrumentos de produção e injetou recursos no comércio, enfim, contribuiu para a reprodução e a ampliação deste sistema econômico.

**Palavras-chave:** Agricultura de abastecimento. Desenvolvimento Territorial. Mercado Colonial. Sertão da Ressaca.

## ABSTRACT

The present study had as its central research question to produce the agriculture supply historical narrative importance in the Sertão da Ressaca and its influence on the territory development from 1780 to 1888. The interest in this object was due to the lack of research on this type of agriculture participation, through its agents, in the origin and development of the Sertão da Ressaca. Based on this study theoretical framework and the sources used for the research development, namely: *post-mortem* inventories, wills, official correspondence, municipal code of posture, the Empire census of 1872 and the reports of the chroniclers, missionaries and travelers that circulated in the backlands and coast of Brazil in the 18th and 19th centuries, it was possible to confirm the hypotheses that permeated this study. Agriculture supply was a determining factor for the population of Sertão da Ressaca, having generated supply autonomy and also a colonial market with the surplus produced, articulating fundamentally itself with the regional and interprovincial market in the course of the 18th and 19th centuries. The Sertão da Ressaca isolation, due to the main ports great distance, the roads precariousness and means of transport, was essential for a diversified agriculture consolidation and producer of surpluses, attracting and absorbing contingents of colonizers. The capital accumulated through agriculture supply, fostered the expansion of the slave stock, increased investments in production instruments and injected resources into trade, in short, contributed to the reproduction and expansion of this economic system.

**Keywords:** Agriculture Supply. Territorial Development. Colonial Market. Sertão da Ressaca.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Limites primitivos do Sertão da Ressaca .....	p. 97
FIGURA 2	Unidades de relevo do Sertão da Ressaca .....	p. 105
FIGURA 3	Classes dos solos do Sertão da Ressaca .....	p. 114
FIGURA 4	Localização aproximada de algumas fazendas dos Gonçalves da Costa .....	p. 128
FIGURA 5	Foto do Arraial da Conquista do início do século XIX .....	p. 136
FIGURA 6	Caminhos e distribuição das fazendas do Sertão da Ressaca	p. 199
FIGURA 7	Foto de hospedaria de condutores de tropas na Imperial Vila da Vitória .....	p. 209
FIGURA 8	Multidões de retirantes chegando à Imperial Vila, na seca de 1897-99, em dia de feira .....	p. 210

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Quadro geral da população da Imperial Vila da Vitória .....	p. 143
QUADRO 2	População da Imperial Vila da Vitória em relação às profissões	p. 144
QUADRO 3	Peso dos escravos no monte-mor acumulado por seus senhores no Sertão da Ressaca (1810-1888) .....	p. 167

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Composição de posse dos cativos da Imperial Vila da Vitória 1810-1888.....	p. 157
TABELA 2	Preço dos escravos no Sertão da Ressaca .....	p. 164
TABELA 3	Monte-mor dos inventários da Imperial Vila da Vitória por faixa de riqueza (1850-1890).....	p. 168

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AFJM – Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista.

AMVC - Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CEPLAB – Centro de Planejamento da Bahia

CIVV – Câmara da Imperial Vila da Vitória.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

PDRS – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

PP – Presidência da Província.

SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia

SCP - Seção Colonial e Provincial.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
<b>1 HISTÓRIA DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO .....</b>	<b>28</b>
1.1 ORIGEM DA AGRICULTURA NO MUNDO.....	28
<b>1.1.1 O autoabastecimento e a consolidação dos núcleos urbanos .....</b>	<b>30</b>
<b>1.1.2 Início da agricultura patriarcal e familiar .....</b>	<b>31</b>
<b>1.1.3 O abastecimento no contexto das sociedades antigas .....</b>	<b>32</b>
<b>1.1.4 Os conhecimentos agronômicos da agricultura medieval .....</b>	<b>36</b>
<b>1.1.5 Primeira revolução agrícola da modernidade .....</b>	<b>39</b>
1.2 A AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO NO BRASIL COLONIAL .....	43
1.2.1 Apropriação fundiária, propriedade e posse da terra.....	43
1.2.2 Políticas voltadas ao abastecimento colonial .....	46
1.2.3 O abastecimento no período colonial e monárquico.....	48
1.2.4 As técnicas da agricultura colonial .....	63
<b>2 O ALTO SERTÃO DA BAHIA: POVOAMENTO, ESTRUTURA AGRÁRIA, PAISAGEM RURAL E OS ATORES DO ABASTECIMENTO .....</b>	<b>68</b>
2.1 OS SERTÕES BAIANOS .....	68
2.2 A CONQUISTA E O POVOAMENTO DO ALTO SERTÃO DA BAHIA.....	72
2.3 ESTRUTURA AGRÁRIA DO ALTO SERTÃO DA BAHIA.....	76
<b>2.3.1 Apropriação fundiária, propriedade e posse da terra.....</b>	<b>76</b>
<b>2.3.2 As relações de produção e as formas de arrendamento e parceria na agricultura de abastecimento.....</b>	<b>78</b>
2.3 A MORFOLOGIA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO BAIANO.....	79
<b>2.3.1 Os sistemas agrários do Brasil colonial e do Alto Sertão Baiano .....</b>	<b>79</b>
2.4 AS UNIDADES POLICULTORAS AUTOSSUFICIENTES.....	82
2.5 OS ATORES DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO.....	86
<b>2.5.1 A economia própria dos escravos.....</b>	<b>86</b>
<b>2.5.2 Os pequenos trabalhadores rurais livres .....</b>	<b>93</b>
2.6 AS PRIMEIRAS INCURSÕES COLONIZADORAS NO SERTÃO DA RESSACA.....	94
<b>3 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS NO SERTÃO DA RESSACA .....</b>	<b>96</b>
3.1 OS CONTORNOS DO SERTÃO DA RESSACA .....	96
3.2 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DA RESSACA .....	101
<b>3.2.1 O clima e a vegetação do Sertão da Ressaca.....</b>	<b>102</b>
<b>3.2.2 Unidades de relevo do Sertão da Ressaca .....</b>	<b>105</b>

<b>3.2.3 Os Solos do Sertão da Ressaca</b> .....	110
<b>3.3 MORFOLOGIA, ESTRUTURA AGRÁRIA E HABITAT RURAL</b> .....	115
<b>3.3.1 Morfologia e sistemas agrários do Sertão da Ressaca</b> .....	115
<b>3.3.2 A Estrutura Agrária do Sertão da Ressaca</b> .....	120
<b>3.3.3 O habitat rural do Sertão da Ressaca nos oitocentos</b> .....	134
<b>3.4 INTEGRAÇÃO DO SERTÃO DA RESSACA COM AS VILAS DO LITORAL SUL, DO RECÔNCAVO BAIANO E COM A CIDADE DO SALVADOR</b> .....	137
<b>4 OS AGENTES DO ABASTECIMENTO DO SERTÃO DA RESSACA</b> .....	141
<b>4.1 A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL</b> .....	141
<b>4.2 OS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ABASTECIMENTO</b> ....	145
<b>4.3 OS ATORES DO ABASTECIMENTO NO SERTÃO DA RESSACA</b> .....	147
<b>4.3.1 Os povos indígenas, economia e técnicas agrícolas</b> .....	148
<b>4.3.2 A economia agrícola dos cativos, dos forros e dos escravos rebelados</b> .....	153
<b>4.3.3 Pequenos agricultores: proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros</b> .....	156
<b>4.3.4 Os senhores de terras do Sertão da Ressaca</b> .....	160
<b>4.3.5 Os missionários capuchinhos e os aldeamentos indígenas</b> .....	169
<b>5 A ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA</b> .	177
<b>5.1 OS VÍVERES PRODUZIDOS NO SERTÃO DA RESSACA</b> .....	177
<b>5.2 AS TÉCNICAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO</b> .....	189
<b>5.3 AS UNIDADES DE ABASTECIMENTO</b> .....	198
<b>5.4 O ABASTECIMENTO LOCAL E INTER-REGIONAL</b> .....	204
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	214
<b>REFERENCIAS</b> .....	221

## INTRODUÇÃO

Esta tese busca produzir a narrativa histórica da importância da agricultura de abastecimento no Sertão da Ressaca e analisar a sua influência no desenvolvimento desse território nos séculos XVIII e XIX. Esse modelo de agricultura, não direcionado a exportação, ou troca de mercadorias, e praticado em fazendas que associavam a criação de gado com o policultivo, constituía-se em uma fundamental retaguarda alimentar para as regiões litorâneas especializadas no cultivo de cana-de-açúcar, em especial, as vilas de Ilhéus, Canavieiras, Nazaré, Jaguaripe e Cachoeira.

As questões que compreendem o objeto de investigação desta pesquisa são: a agricultura de abastecimento influenciou o processo de consolidação do Sertão da Ressaca? O abastecimento regional e interprovincial proporcionou a acumulação endógena de capital? O capital acumulado com a agricultura de abastecimento fomentou a ampliação e a reprodução do sistema agrícola? Quais foram os principais agentes econômicos da agricultura de abastecimento? Quais foram as técnicas agrícolas utilizadas por estes agentes produtivos?

A expressão “agricultura de abastecimento” nesse contexto refere-se à produção de alimentos voltada para o autoconsumo, considerando aqueles que utilizam essa técnica, a qual servia de retaguarda para o Norte da Capitania das Minas Gerais e as regiões litorâneas agroaçucareiras, sendo um ponto de abastecimento para quem estava em trânsito. Neste estudo, tal agricultura foi praticada por vários agentes produtivos: os autóctones, os escravos, os pequenos agricultores, proprietários, meeiros, parceiros, usufrutuários e arrendatários, representantes da agricultura familiar, assim como os médios e grandes fazendeiros, e os freis capuchinhos.

O interesse por este objeto de estudo decorreu da carência de pesquisas sobre a participação da agricultura de abastecimento, por meio dos seus agentes, na origem e no desenvolvimento do Sertão da Ressaca. De igual modo, a percepção da agricultura familiar como componente do abastecimento praticada nesse território também possui elementos originais, visto que, até então, nada foi escrito especificamente sobre o tema. Entre poucas obras que discorrem sobre as potencialidades agrícolas desse espaço, invariavelmente, no âmbito da agricultura patronal, destacam-se Aguiar (1979), Miguel (2000a), Novais (2008), Santos (1993), Tanajura (1992), Torres (1996) e Viana (1982), expondo em primeira ordem os gêneros voltados para o mercado externo e, associado a estes, os cultivos de subsistência.

As riquezas potenciais das terras do Sertão da Ressaca foram descritas muito tempo antes do seu processo de colonização. Segundo De Sousa (2001), em correspondência encaminhada ao governo português, o sertanista italiano Pedro Leolino Mariz, prestando serviços à Coroa Portuguesa, relata que a região compreendida entre o Rio das Contas, o Rio Pardo, o rio Verde e as cabeceiras do rio São Matheus eram as melhores de todo o Brasil para criação do gado e lavoura.

Desde o primeiro comunicado oficial referindo-se ao Arraial da Conquista, sede do território do Sertão da Ressaca no período colonial, encaminhado pelo governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar em 1780, há notícias da produção de bens agrícolas para o abastecimento interno e externo no âmbito das grandes fazendas. Este estudo salienta que a agricultura familiar, em linha com a moderna historiografia agrária brasileira (CARDOSO, 1982; DA SILVA 1981, 1997; DE QUEIRÓS MATTOSO, 1983; FRAGOSO, 1983; LENHARO, 1993; LINHARES 1979, 1981; NEVES, 2008, 2012; PALACIOS, 2004; ZEMELLA, 1990), assumiu junto com a agricultura patronal o protagonismo no processo de abastecimento no Brasil colonial e monárquico.

O território objeto deste estudo compreende o espaço situado em parte dos municípios das regiões Imediatas de Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié, que se inserem na região Intermediária de Vitória da Conquista, consoante com o sistema de divisão regional do Brasil estabelecido pelo IBGE (2017). De início, a sede urbana do Sertão da Ressaca era conhecida como Arraial da Conquista. Por meio da lei provincial de n. 124, de 19 de maio de 1840, o arraial é elevado à categoria de Vila, tornando-se a Imperial Vila da Vitória. Com a emancipação política em 1891, a vila passa a ser cidade com o nome de Conquista que perdurou até 1943, quando a lei estadual nº 141 altera para Vitória da Conquista.

O fio cronológico que delinea este trabalho teve seu início em fins do século XVIII, mais especificamente em 1780, data da primeira comunicação oficial sobre o Sertão da Ressaca e estende-se pelos oitocentos, chegando até o fim do período monárquico. O vocábulo Sertão da Ressaca foi utilizado neste estudo, sem uma amarração temporal rígida. Para vincular os fatos a períodos específicos, utilizou-se a expressão Arraial da Conquista para o período de 1780 a 1840 e Imperial Vila da Vitória, para o intervalo compreendido entre 1840 e 1889.

Em decorrência das relevantes flutuações do mercado observadas no período delimitado por este estudo, foram distinguidos dois períodos para a análise dos dados econômicos levantados neste estudo. O primeiro período teve início com a fundação do Arraial da Conquista em 1780 e estendeu-se até meados do século XIX, o segundo, a partir de



1850 com um extenso movimento de reformas em diversos setores, este período adentra o século XX.

A abordagem historiográfica utilizada pertence à escola contemporânea, inspirada no movimento dos Annales, a qual caracteriza-se pelo diálogo dos estudos históricos com as ciências sociais e com uma diversificada fonte de pesquisa, escrita, imagética e oral, com o fim de compreender mais nitidamente a noção de totalidade. A presente tese, fundamentado nos diálogos com as disciplinas das ciências agrárias e da terra, Geografia, Sociologia e Economia, com os textos escritos, os mapas geoambientais, as fotografias de ferramentas de trabalho, como o modal de transporte de cargas, entre outras, assim como com os agentes produtivos, buscou produzir a narrativa da importância da agricultura de abastecimento para a constituição territorial do Sertão da Ressaca nos séculos XVIII e XIX.

A pesquisa estrutura-se na área de conhecimento História das Ciências na linha de pesquisa História das Ciências Agrárias e vale-se de observações históricas no campo da História Econômica e da História Social, referentes à ocupação, formação e estruturação do território, com o fim de elucidar os fluxos de transmissão dos saberes. Descreve como estes, em especial o agrícola, do mais rudimentar ao mais avançado, fez uso do mecanismo em questão. Para tanto, mostra como o entendimento de plantas, de sistemas produtivos, de como transformar esses sistemas, transportar mercadorias, entre outros, é transmitido, o qual decorre de observações sistemáticas de pesquisas experimentais ou não experimentais e também do saber genuíno assimilado pelas populações.

É por meio desse tipo de estruturação do conhecimento que este estudo entrelaça-se com a história das ciências agrárias. Ao compor a narrativa da história da agricultura de abastecimento, familiar e patronal, do Sertão da Ressaca, foi destacado o conhecimento já existente transmitido pelos principais atores econômicos: os autóctones, os escravos, os senhores de terras, os pequenos agricultores livres e os freis capuchinhos.

A História da Agricultura, em um enfoque estendido, envolve os campos de investigação: da História da Agricultura *strictu sensu*, que ocupa-se do método instrumental e da organização da agricultura, do conhecer como as plantas eram cultivadas e como os animais eram criados em determinado período e lugar, e se a compreensão sobre a agricultura era apenas empírico ou estava sistematizado; da História Agrária, que constitui-se das formas de apropriação e uso do solo e pelos *status* jurídico e social dos trabalhadores rurais; e da História Econômica do Mundo Rural, que possui como ponto de referência a teoria econômica do sistema em questão, ou seja, o escravismo, e a relação da economia com a

pequena produção mercantil, com ênfase na distribuição e circulação no setor agrícola da economia (BLOCH, 1930; CARDOSO 1982).

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, “o fato de que, ao estudar História da Agricultura, seja preciso definir as correlações do setor agrícola com a economia geral, significa apenas que deve-se utilizar dados e análises fornecidas por especialistas de outros ramos de pesquisa.” (CARDOSO, 1982, p. 15).

Conforme Linhares (1979), a história do abastecimento do Brasil, em virtude da limitação de dados e da dificuldade de estabelecer sínteses, deve atentar-se apenas aos sistemas regionais de abastecimento, centrados em cidades ou grupos de cidades. Os centros urbanos possuem estruturas particularizadas de consumo e consumidores, determinadas pelas condições sociais que os caracterizam. De modo igual, possuem problemas de abastecimento, que se associam às características do sistema produtivo da região e a estrutura urbana, às suas funções em relação a outros centros urbanos e ao campo que lhes circunda. Portanto, mesmo que suas grandes diretrizes estejam presas às determinantes do sistema maior, a história do abastecimento é uma história que se regionaliza (LINHARES; SILVA, 1981).

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram, sobretudo, documentos oficiais produzidos pelos poderes judiciário e legislativo, a propósito: Inventários *post-mortem*, testamentos, correspondências oficiais, atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, o código de posturas municipal,<sup>1</sup> e o recenseamento do Império de 1872. Esta documentação encontra-se no Arquivo da 1ª Vara do Fórum João Mangabeira, no Município de Vitória da Conquista. As correspondências, as atas e o código de postura encontram-se no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Arquivo Municipal e no Museu Regional, de Vitória da Conquista. Também compuseram o *corpus* documental desse trabalho as corografias, os relatos de missionários e viajantes estrangeiros que transitaram pelo Brasil entre os séculos XVIII e XIX e os dados do censo geral de 1872.

Os inventários *post mortem* e os testamentos proporcionaram informações sobre práticas e costumes, sobre a estrutura da economia local, os bens móveis e de raiz, fazendas, sítios, terrenos, casas de moradia, casas comerciais, lavouras, benfeitorias, dentre outros, sobre o gado, e os escravos, valor, idade, sexo, atividades desenvolvidas, condições físicas, cor e nacionalidade, classificados como semoventes, junto com os animais de criação. Estas informações fornecem indícios da agricultura de abastecimento praticada nas unidades de produção agrícolas.

---

<sup>1</sup> Foram consultados 228 inventários *post mortem*, três testamentos, correspondências oficiais, atas da Câmara e o código de postura, de 1842, da Imperial Vila da Vitória.

O Código de Posturas, por seu turno, constitui-se em um conjunto de normas com imposição de penalidades aos infratores, elaborado pela câmara da Imperial Vila da Vitória em 1842, tinha por fim, regular e orientar as ações dos cidadãos locais sobre o uso do espaço público, o cercamento das lavouras e a criação do gado, a conservação dos recursos ambientais, a instalação da feira, o funcionamento de estabelecimentos comerciais, à higiene e a ordem pública.

As atas e correspondências da Câmara Municipal da Imperial Vila, composta em sua absoluta maioria por lavradores, ou seja, proprietários de terra proveem subsídios para a análise dos interesses dos produtores rurais e da população local no que dizia respeito às estradas, as ações concernentes à agricultura e ao comércio, a atenção aos retirantes das secas, dentre outras, assim como, apresenta as comunicações entre os governos local, Provincial e Imperial.

Por fim, as corografias e os relatos dos missionários e dos viajantes, Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius, que circularam pelos sertões e litoral das capitanias de Porto Seguro e de Ilhéus, no século XIX. Por meio destes foi possível encontrar informações sobre os atores produtivos, as propriedades rurais e sua autossuficiência, os solos e a aptidão agrícola das terras, as técnicas agrícolas, os víveres produzidos, a caracterização dos arraiais e das vilas, a economia, as estradas, os meios de transporte, dentre outras. Esses relatos foram submetidos a análises criteriosas, uma vez que, encontram-se impelidos das visões de mundo de seus autores.

A análise do tema tem como objetivo central: produzir a narrativa histórica da importância da agricultura de abastecimento no Sertão da Ressaca e sua influência no desenvolvimento desse território no período de 1780 a 1888. Especificamente, os objetivos foram:

- a) identificar o processo de instituição e as características da agricultura de abastecimento;
- b) discriminar os sistemas agrários e as técnicas de manejo da agricultura de abastecimento;
- c) caracterizar a Estrutura e a Morfologia Agrária, e o Habitat Rural, das unidades de produção do Sertão da Ressaca;
- d) caracterizar os atores produtivos da agricultura de abastecimento;
- e) examinar a influência da produção agrícola no estabelecimento de rotas de comunicação da Ressaca com o recôncavo baiano, o litoral da Capitania de Ilhéus e o norte da Capitania das Minas Gerais.

A partir dessas questões buscou-se construir a narrativa histórica do processo de constituição da agricultura de abastecimento no desenvolvimento e consolidação do Sertão da Ressaca, destacando a influência que os múltiplos agentes exerceram sobre os modos de produção, as técnicas e as culturas agrícolas. Desse modo, o Sertão da Ressaca, através da comercialização dos excedentes das fazendas policultoras nas modalidades familiar e patronal, servia como salvaguarda alimentar para as regiões do recôncavo baiano, para a Cidade do Salvador, para o litoral da Capitania dos Ilhéus e para as povoações da região norte da Capitania de Minas Gerais.

Este estudo estruturou-se com base nas seguintes hipóteses: a agricultura de abastecimento foi determinante para a povoação do Sertão da Ressaca, tendo gerado autonomia de abastecimento e comercialização no curso dos séculos XVIII e XIX. O isolamento do Sertão da Ressaca, decorrente da grande distância dos principais portos e da precariedade das estradas e dos meios de transportes, foi primordial para a consolidação de uma agricultura diversificada e produtora de excedentes, atraindo e absorvendo contingentes de colonizadores. E, o Capital acumulado através da agricultura de abastecimento, fomentou a ampliação do plantel de escravos, aumentou os investimentos em instrumentos de produção, injetou recursos no comércio da Imperial Vila da Vitória, enfim, contribuiu para a reprodução e a ampliação deste sistema econômico.

O arcabouço teórico-conceitual proposto baseia-se, especialmente, em autores que dedicam-se a temas pertinentes ao escopo desta tese. Destarte, em relação à história da agricultura de abastecimento no mundo, chegando ao Brasil dos oitocentos, foram analisadas as seguintes obras: Baiardi (1997, 2014a, 2014b), Bloch (2001 e 2002), Cardoso (1982, 1987), Chevitarese (2002), Da Silva (1981, 1997), De Oliveira (1989), De Queiróz Mattoso (1983), Furtado (1989, 2005), Garnsey (1988), Gorenstein (1992), Graça Filho (1998), Kautsky (1974), Lenharo (1993), Linhares (1979, 1981), Mazoyer (1986 e 2010), Moseley (1978), Motta (2010, 2012), Nunes (2006), Prado Júnior (1961), Roudart (2010), Saltini (1984), Wallerstein (1978), Weber (1994), White Jr. (1979), Zemella (1990), entre outros.

Por meio destes autores foi possível produzir uma narrativa da história da agricultura do abastecimento no mundo chegando ao Brasil Colonial e Monárquico. Deste modo, foi possível perceber que as organizações familiar e patriarcal da agricultura surgem quando os sistemas coletivos da economia neolítica começaram a perder força por conta das mudanças nas estruturas sociais e nas aglomerações urbanas.

A agricultura familiar medieval se fortalece e possibilita a sustentação da vida urbana através dos excedentes, neste contexto, observou-se uma série de importantes evoluções

agronômicas. No entanto, com a emergência da agricultura capitalista, desaparecem as particularidades inerentes da virtuosa agricultura medieval camponesa. Desprovida dos seus fundamentos originais, a agricultura familiar, dos oitocentos reestrutura-se tomando por base um campesinato moderno, mais associado à produção não agrícola, tecnologicamente mais avançado e com maior inserção no mercado.

Quanto à agricultura de abastecimento do Brasil nos séculos XVIII e XIX, verifica-se que as crises do abastecimento devem ser compreendidas a partir da análise da produção, da circulação e do consumo, vinculada às estruturas sociais e econômicas vigentes no período. A estagnação nas técnicas de manejo agrícola do Brasil associou-se a um extenso período de crise no setor açucareiro, a concentração quase absoluta dos esforços, de capital e de mão de obra, na mineração do ouro, a enorme vastidão de terras em fronteira aberta e a incapacidade dos colonizadores em transplantar as técnicas agrônômicas europeias. A agricultura de abastecimento era uma atividade menor, que servia de retaguarda às atividades comerciais metropolitanas. Também coube a esta agricultura, o papel de expandir fronteiras, ocupar, desbravar e povoar a terra, cumprindo deste modo as determinações que lhe foram sendo exigidas.

O *corpus* teórico que amparou a pesquisa sobre a o povoamento, a estrutura e a morfologia agrária, e os atores do abastecimento do Alto Sertão da Bahia, foi fundamentado especialmente em: Abreu (1998), Antonil (1711), Bloch (2001 e 2002), Castro (1990), Cardoso (1982, 1987), De Sousa (2001), Fragoso (1983), Freire (1906), Gorender (1985, 1990), Ivo (2008, 2009 e 2017), Lepkowski (1968), Neves (2003, 2008 e 2012), Pires (2003, 2018), Reis e Silva (2009), Ribeiro (1996), Santos (2014), Santos Filho (2012), Silva (1997), Spix e Martius (1938, 1976 e 1981) e Schwartz (1988, 2001). Por meio destes teóricos, observou-se que, até finais do século XIX, o Alto Sertão da Bahia era pouco habitado. A baixa densidade demográfica atribuíu-se a: ocupação territorial tardia, concentração fundiária, emigração impulsionada por secas, distância do litoral, falta de vias de acesso e dificuldade para transitar com mercadorias.

A análise da estrutura e da morfologia agrária do Alto Sertão da Bahia revelou que a grande totalidade de suas terras pertencia apenas aos herdeiros dos Guedes de Brito e dos Garcia d'Ávila. Os prepostos destes herdeiros estabeleceram diversos currais de gado e entregavam, mediante contratos de arrendamento, porções das sesmarias a rendeiros capitalizados. Predominou até próximo ao final dos oitocentos o trabalho baseado na mão de obra escrava. Concomitantemente, ocorriam o assalariamento de homens livres e os contratos de parceria e meação, estabelecidos entre os grandes proprietários e os pequenos lavradores.

No tocante a economia própria dos escravos, denominada de “Brecha Camponesa” por autores como Ciro Flamarion Cardoso, Stuart Schwartz e Tadeusz Lepkowski, o arcabouço teórico utilizado nesta pesquisa possibilitou concluir que os cativos da Imperial Vila da Vitória acumularam pecúlio e estavam inseridos na economia de mercado. No entanto, seguindo na linha de entendimento dos autores Antônio de Barros Castro, Jacob Gorender, Mário Maestri, Reis e Silva, Sérgio Silva, dentre outros, esta situação não assumiu contornos estruturais, foi tão somente uma acomodação da empresa escravista para um modo de produção secundário, menos lucrativo, afastado dos centros consumidores e que possuía sérias limitações para o transporte de suas mercadorias.

No tocante a gênese, o desenvolvimento da agricultura de abastecimento, suas relações sociais, e os agentes do abastecimento do Sertão da Ressaca, a ancoragem teórica baseou-se principalmente em: Altafim (2009), Amaral (1958), Antonil (1711), Bloch (2001, 2002), Campos (2006), Cardoso (1982, 1987), Chaves (2005), Costa (1999), Cunha (1992), Da Silva (1981, 1997), De Sousa (2001), Fragoso (1983), Gorender (1985, 1990), Lepkowski (1968), Linhares (1979, 1981), Miguel (2000a), Palacios (1987, 1993, 2004), Paraíso (1986 e 2000), Regni (1988a, 1988b), Reis (1981, 2009), Schwartz (1988, 2001), Silva (2009), Spix e Martius (1938, 1976 e 1981), Tanajura (1992), Taunay (2001), Torres (1996), Velôso (2010), Viana (1982), Von Weech (1992) e Wied-Neuwied (1989).

Por meio desse arcabouço teórico foi possível compreender que no início do século XVIII, os mecanismos de controle do acesso e comércio com as regiões de mineração, criados pelo governo, transformaram as terras compreendidas entre os rios de Contas, Pardo, Verde e as cabeceiras do São Matheus em zona-tampão. Segundo o Rei D. João V, essa região era a *Jóia* mais preciosa que o Brasil possuía para a criação de gado e o estabelecimento de lavouras de alimentos, além de possuir minas riquíssimas de ouro e pedras preciosas.

As descobertas de ouro em Minas Novas, Jacobina e Rio de Contas despertaram na Coroa portuguesa o interesse de explorar as terras protegidas pela zona tampão. A história da colonização e do povoamento do Sertão da Ressaca em muito esteve associada à trajetória de apropriação e concentração de terras por João Gonçalves da Costa e familiares, mas, não se resumindo a esse único tronco familiar.

A análise da estrutura agrária do Sertão da Ressaca revelou que as sesmarias do início do processo colonizador possuíam dimensões exorbitantes e concentravam-se no domínio de poucas famílias. Predominaram as relações de produção baseadas na força de trabalho dos escravos, eventualmente assalariavam-se homens livres ou valiam-se dos contratos de arrendamento, parceria ou meação para suprir as demandas das fazendas. As pequenas

propriedades utilizavam a mão de obra familiar e complementavam a força de trabalho por meio de contratos de arrendamento, parceria ou meação.

Quanto a morfologia dos campos, verificou-se, uma contínua ocupação do solo em um sistema sequencial de plantios com posterior abandono das áreas; que os formatos das parcelas cultivadas não estavam condicionados a critérios técnicos; que a presença de árvores e de tocos no meio das roças era uma acomodação do método de Coivara; e, que a preservação das matas ciliares e o cercamento das áreas de lavoura foram imposições do Código de Posturas da Imperial Vila da Vitória.

A estrutura e a morfologia agrária foram gradativamente sendo alteradas no decorrer dos oitocentos. A partir da segunda metade do século, as terras, disponíveis no sistema agrário de fronteira aberta e concentração fundiária, passaram a possuir valor venal, em decorrência das benfeitorias e das instalações que foram implantadas. Verificou-se que, mesmo com a intensificação do fracionamento das propriedades rurais ocorrido a partir de 1850, a grande parcela dos imóveis rurais ainda permanecia no domínio dos familiares do Capitão-mor João Gonçalves da Costa.

Os atores do abastecimento do Sertão da Ressaca foram categorizados da seguinte forma:

- a) Os Povos Autóctones, nesta categoria destacaram-se os indígenas dos grupos *Kamakãs-Mongoió*, *Gren* ou *Botocudos* e dos vários subgrupos *Maxakali*. Os Camacãs, dada a sua afinidade com a lavoura e a facilidade com que se relacionavam com os colonizadores, foram essenciais no período de consolidação da agricultura de abastecimento do Arraial da Conquista. Transmitiram para os demais atores produtivos do Sertão da Ressaca, o reconhecimento das terras mais com maior aptidão agrícola, as técnicas de derrubada das matas, do preparo dos solos, do cultivo de mantimentos, dentre outras.
- b) Os Escravos, os Forros e os Quilombolas, foram fundamentais para a reprodução e a ampliação da agricultura de alimentos. Os quilombolas e os povos Camacãs trocaram conhecimentos nas áreas de agricultura, caça, pesca, construção de moradias, tecelagem, etc. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied observou famílias de negros trabalhando e assalariando a força de trabalho de Camacãs para a derrubada das matas, o cultivo de alimentos e o preparo de novas áreas de plantio; na lida com o gado e no cultivo de gêneros, em fazendas mais isoladas, distantes de seus senhores e sem vigilância alguma. Verificou-se através do acesso ao mercado, das relações comerciais, da mobilidade e da inexistência de feitores

nas fazendas, que os escravos e os forros da Imperial Vila da Vitória acumulavam pecúlio, participavam ativamente da economia local e possuíam uma relativa autonomia.

- c) Os Pequenos Produtores Rurais do Sertão da Ressaca, proprietários ou na posse de terras, utilizavam a mão de obra familiar e esporadicamente contratavam a força de trabalho de homens livres, nos sistemas de parceria e meação. Suas unidades produtivas foram arroladas nos inventários como pedaços de terras, sítios, mangas, roças, dentre outras denominações. Observou-se que nos inventariados com o monte-mor de até 500\$000 (quinhentos mil réis), não haviam escravos arrolados, os proprietários só detinham uma unidade produtiva e os serviços da fazenda eram complementados por meio da contratação de parceiros e meeiros. Os pequenos produtores foram muito importantes na produção dos gêneros de subsistência e de manufaturados para o mercado local.
- d) Os Senhores de Terras foram fortemente ligados as suas unidades produtivas, moravam em suas fazendas, participavam da lida com as lavouras e com o gado, manufaturavam os gêneros produzidos e comercializavam os excedentes. Conviviam com os demais atores produtivos com relativa proximidade. O plantel de escravos representou até o terceiro quartel do século XIX, próximo de 50% de toda riqueza acumulada pelos grandes proprietários de terras. Verificou-se também que com a acumulação de capital nas atividades agrícolas, muitos fazendeiros se estabeleceram no comércio, alguns inclusive, com tropas de muares. Predominava o trabalho escravo, no entanto, sempre que necessário eram contratada a força de trabalho de homens livres.
- e) Os Freis Capuchinhos pertenciam a Primeira Ordem dos Frades menores da Ordem de São Francisco. Os Capuchinhos italianos chegaram ao Brasil atendendo ao convite da Coroa Portuguesa. Os freis eram habilitados em diversas áreas do conhecimento, agricultura, abastecimento de água, marcenaria, mecânica, olaria, dentre outras. Foram bem sucedidos na estabilização de ocupações provisórias e na valorização de áreas antes inóspitas. As políticas de pacificação e sedentarização indígena implantadas pelos *Capuchos* contribuíram para a produção de alimentos, a consolidação das colônias, a socialização de um grande contingente de tapuias e possibilitaram que os aldeamentos se transformassem em importantes arraiais.



Na discussão específica sobre a Organização da Agricultura e do Comércio de abastecimento no Sertão da Ressaca, subsídios essenciais foram dados por: Aguiar (1979), Bloch (2001, 2002), De Sousa (2001), Fragoso (1983), Linhares (1979, 1981), Medeiros (1997, 1988, 2009a, 2009b, 2017), Miguel (2000a), Novais (2008), Orrico (1982), Santos (1993), Santos Filho (2012), Silva (1981, 1997), Spix e Martius (1938, 1976 e 1981), Tanajura (1992), Taunay (2001), Torres (1996), Viana (1982), Von Weech (1992), Wied-Neuwied (1989).

Através deste *corpus* teórico pôde-se perceber a organização da agricultura de abastecimento do Sertão da Ressaca. Foram apresentados os víveres produzidos nas unidades de policultivo e a comercialização dos excedentes nos mercados, local, regional e interprovincial. Destacou-se, as técnicas de produção agrícolas, as unidades de abastecimento, as estradas que comunicavam a Imperial Vila da Vitória ao mercado consumidor e o modal de transporte utilizado.

Quanto aos víveres produzidos, o gado bovino, via de regra, era comercializado “em pé”, pontualmente se abatia um boi para o consumo de carne dos moradores fazenda. A pecuária caprina, ovina e suína, como também as aves, produziam para o abastecimento da propriedade, os excedentes eram vendidos. Os víveres comercializados eram: carne seca, charqueada, toucinho, banha de porco, queijo, requeijão, descrito por Spix e Martius<sup>2</sup> como queijo doce, e ovos. Os gêneros das lavouras eram: algodão, cana-de-açúcar, fumo, café, frutíferas, mandioca, feijão, milho e arroz. Da manufatura destes tinham-se: tecidos de algodão, aguardente, rapadura, açúcar mascavo, farinha de mandioca e farinha de milho.

As técnicas de manejo do gado, dos solos e das lavouras utilizadas nas primeiras décadas da instalação do Arraial da Conquista eram por demais primitivas, os colonos estrangeiros não transplantaram para as terras da Ressaca os eficientes métodos de lavração e manejo dos solos e dos cultivos da agricultura europeia.

Verificou-se que as limitações nos meios de transportes e as péssimas condições das estradas contribuíram para a autossuficiência das propriedades rurais. As famílias proprietárias provinham nas fazendas todos os gêneros de que necessitavam. A ida a feira e ao comércio, era o momento de vender os excedentes, e os produtos concebidos para esse fim.

No entanto, o maior obstáculo para a ampliação da agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória foram as estradas que comunicavam a Vila com as demais praças. Os

---

<sup>2</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. v. 2, 3. ed. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Ed. Melhoramentos / IHGB / MEC, 1976. p. 117.

caminhos, ou melhor, as trilhas eram picadas abertas na mata por onde as tropas de muarees viajavam, transportando mercadorias. Muitos desses caminhos foram abertos através do empenho e dos recursos de alguns dos fazendeiros do Arraial da Conquista.

Esta tese está organizada em cinco capítulos, descritos a seguir:

O primeiro capítulo, intitulado A História da Agricultura de Abastecimento, apresenta a origem da agricultura de no mundo, ressalta que os excedentes das safras eram utilizados para o desenvolvimento do grupo e a reprodução do sistema agrícola. Discorre sobre o surgimento da organização familiar e patriarcal da agricultura. Apresenta o abastecimento no contexto das sociedades antigas e destaca a expansão da produção agrícola familiar na alta Idade Média. Enfatiza os conhecimentos agrônômicos da agricultura medieval e apresenta as bases da primeira revolução agrícola da modernidade. Em seguida apresenta a estrutura do abastecimento no Brasil colônia dos oitocentos e produz uma sistematização dos grupos de pesquisa em história do abastecimento.

No segundo capítulo, O Alto Sertão da Bahia: povoamento, estrutura agrária, paisagem rural e os atores do abastecimento, são apresentados os processos de conquista e o povoamento do Alto Sertão da Bahia com destaque para a importância da agricultura de abastecimento neste cenário. Para tanto, são apresentadas a estrutura e a morfologia agrária: apropriação fundiária, propriedade e posse da terra, as relações de produção e as formas de arrendamento e parceria na agricultura de abastecimento, o uso dos solos, as formas dos campos, o cercamento das lavouras e as unidades policultoras. Por fim, são apresentados os atores da agricultura de abastecimento do Alto Sertão da Bahia.

O terceiro capítulo, Gênese e Desenvolvimento da Agricultura de Abastecimento e suas Relações Sociais no Sertão da Ressaca, de início apresenta a dimensão e os aspectos geoambientais do território da Ressaca. Na exposição da morfologia agrária, destacou-se o modo de ocupação da região, os sistemas agrários, o cercamento e a forma dos campos e as técnicas agrícolas. Quanto a estrutura agrária, destaca-se a grande concentração de terras em torno do tronco familiar Gonçalves da Costa, o domínio, o ônus e as relações de produção dos proprietários de fazendas. Por fim, são apresentados o habitat rural e a integração do Sertão da Ressaca com as vilas do litoral sul, do recôncavo baiano e com a Cidade da Bahia.

No quarto capítulo, Os Agentes do Abastecimento no Sertão da Ressaca, são apresentados, a organização econômica e social com destaque para a composição étnica, as ocupações e os hábitos de consumo dos moradores da Imperial Vila; os instrumentos de intervenção do estado no abastecimento, o institucional e a imposição legal; e, os principais

atores do abastecimento no Sertão da Ressaca, os Camacãs, os escravos, os pequenos produtores rurais, os senhores de terras e os freis capuchinhos.

O quinto capítulo, intitulado *A Organização do Abastecimento na Imperial Vila da Vitória*, apresenta os produtos do abastecimento local, regional e interprovincial, as técnicas agrícolas de produção, as unidades de produção, o comércio de abastecimento no Sertão da Ressaca, as estradas, os meios de transportes e os circuitos dos tropeiros e boiadeiros.

## 1 HISTÓRIA DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO

Este capítulo mostra que os excedentes gerados na agricultura de alimentos primitiva foram essenciais para a reprodução do sistema agrícola e para a consolidação dos núcleos urbanos. Discorre sobre o surgimento da organização familiar e patriarcal da agricultura. Apresenta o abastecimento no contexto das sociedades antigas, destacando a expansão da virtuosa agricultura familiar da Idade Média. Enfatiza os conhecimentos agrônômicos da agricultura medieval, destacando a morfologia e a estrutura agrária dos campos cerealíferos europeus. Consoante com Bloch (2001) e Cardoso (1982), o estudo destes elementos constitui a pedra fundamental da explicação histórica dos sistemas agrários. E finaliza expondo as bases da primeira revolução agrícola da modernidade.

Na segunda parte deste capítulo são apresentadas as limitações, o papel e a estrutura da agricultura de alimentos no Brasil colonial dos oitocentos e, uma sistematização dos grupos de pesquisa em história do abastecimento. A análise da história do abastecimento no mundo e chegando ao Brasil nos períodos colonial e imperial, possibilitou o enquadramento da economia de abastecimento do Sertão da Ressaca no contexto temporal e espacial das políticas públicas da Coroa portuguesa.

### 1.1 ORIGEM DA AGRICULTURA NO MUNDO

A agricultura é uma das mais antigas modalidades de organização produtiva no contexto da história da humanidade. Sua trajetória possui intrínsecas correspondências com a história dos agrupamentos familiares, e passou por profundas mudanças com a evolução das organizações sociais. Consoante com Moseley e Wallerstein (1978 *apud* BAIARDI, 2014a), tendo como base uma visão evolucionista no domínio da sociologia pré-capitalista, é possível pontuar dois modos de produção que surgiram com as primeiras organizações humanas. O modo *caçador-coletor*, o primeiro a surgir, fundamentava-se em uma economia exclusivamente predatória, possuía como características a cooperação, o compartilhamento igualitário e a reciprocidade. E o segundo modo, o *agricultor*, apoiado na reprodução dos recursos alimentares, caracteriza-se pela divisão de trabalho, hierarquia, apropriação da terra, etc.

Nos primeiros momentos de domínio e adaptação da natureza, as forças produtivas e as condições materiais de vida eram muito precárias. Os homens viviam e trabalhavam juntos,

em comunidades selvagens, partilhando coletivamente os frutos do seu trabalho, em sucessivas zonas de predação. Esse estilo nômade e comunitário de vida explica-se pela necessidade que os homens primitivos tinham de se protegerem dos grupos de caçadores e coletores rivais e dos animais selvagens, assim como para o provimento da alimentação. (LOMBARDI, 2016; MAZOYER; NUNES, 2006; ROUDART, 2010;).

As conquistas tecnológicas ocorridas com a passagem do paleolítico superior para o neolítico permitiram aos homens: caçar coletivamente novas espécies, coletar com maior efetividade alguns produtos vegetais, melhorar as técnicas de pesca, construir novos abrigos e se ocupar da exploração de novos meios. Essas conquistas produziram nos indivíduos o conhecimento de novas práticas de apropriação dos recursos naturais, que, associado com a descoberta de zonas com amplas provisões alimentares, possibilitou a fixação das primeiras tribos (BAIARDI, 2014a; MAZOYER; ROUDART, 2010).

O abandono do nomadismo possibilitou que os indivíduos ingressassem em um regime semissedentário, que, por seu turno, resultou em melhorias na produtividade de suas tarefas, em decorrência da utilização de novos e melhores instrumentos de trabalho. Desse modo, começaram a surgir os meios para que as comunidades primitivas produzissem além do necessário à sobrevivência. A constituição de reservas de alimentos diminuiu o risco da ocorrência de períodos de fome, possibilitou uma maior divisão do trabalho e aumentou as forças produtivas à disposição da comunidade (MAZOYER; ROUDART, 2010; NUNES, 2006).

De acordo com Nunes (2006, p. 99), “a existência de um excedente regular e permanente de alimentos foi a base material necessária para que pudesse acontecer a grande revolução econômica e social do período neolítico, a *revolução neolítica*”. Foi o início da domesticação das plantas e da criação de animais e, portanto, da agricultura; atividades que pressupõem a existência de uma significativa reserva de gêneros alimentícios (LOBO, 1969).

Algumas das sociedades neolíticas, entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa Era, por meio da observação dos processos naturais de maturação, deiscência, queda e germinação das sementes, desenvolveram técnicas de semeadura e plantio. Consoante com Baiardi e Alencar (2014, p. 488),

Por volta do VIII milênio antes de Cristo, após aproximadamente 250 mil anos de existência do *homo sapiens sapiens*, tanto no Oriente Próximo como no Sudeste Asiático e na Insulíndia, grupos populacionais que viviam da economia do saque, da caça e da coleta, iniciaram um processo de domesticação vegetal, que fora precedido de longas observações sobre como plantar e obter colheitas de forma continuada em áreas planas e inundáveis periodicamente, nas várzeas, nas quais existe o fenômeno da colmatagem natural, qual seja, a deposição de nutrientes levados pelas águas.

A agricultura, de fato, surgiu muito tempo depois, quando o homem já possuía um amplo conhecimento das espécies cultivadas. Somente com a domesticação das plantas é que a agricultura estabelece-se definitivamente. Sua origem não é fruto de uma mudança deslumbrante, o indivíduo caçador-coletor não se transformou em agricultor como em um “passe de mágica”, essa conversão demandou um extenso e gradual processo de aculturação e de domesticação de espécies vegetais e animais (BAIARDI, 2014c; DE OLIVEIRA, 1989; HAWKES, 1983 *apud* BARBIERI; STUMPF, 2008; LOBO, 1969).

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), no decorrer da revolução agrícola neolítica, durante a compassada mudança dos modos de produção baseados na predação direta para o modo agricultor, “predominou por muito tempo um ordenamento coletivo da agricultura, baseado na posse comunal da terra” (MOSELEY; WALLERSTEIN, 1978 *apud* BAIARDI, 2014, p. 125).

### **1.1.1 O autoabastecimento e a consolidação dos núcleos urbanos**

A agricultura primitiva possuía como características a propriedade comunal dos meios de produção, a repartição dos rendimentos do trabalho entre os membros do grupo e a reserva do excedente das safras para o desenvolvimento do grupo e a reprodução do sistema. Os vilarejos dos agricultores eram compostos por famílias, aparentadas ou não, que constituíam, por sua vez, unidades de produção e consumo (MAZOYER; ROUDART, 2010; NUNES, 2006).

A evolução das organizações sociais, associada ao emprego de instrumentos agrícolas mais aperfeiçoados e novas técnicas de cultivos, implicou em um considerável aumento da produtividade do trabalho. Por conseguinte, ocorre um significativo aumento no excedente das produções, que se transformou em objeto de trocas. Conforme Nunes (2006, p. 94), o excedente também “assume a forma de fundo social que era distribuído por consumo e investimento por decisão da própria coletividade”. O armazenamento dos produtos agrícolas, em decorrência desse modo de produção, possibilitou o autoabastecimento e a fixação de pequenos núcleos urbanos.

Segundo Barbieri e Stumpf (2008), as regiões alvo dessa transformação cultural eram pouco numerosas, não muito difundidas e bastante afastadas umas das outras. Estes territórios constituíram-se nos chamados *centros de origem* da revolução agrícola neolítica, entendendo que este termo designa, o local de crescimento original das plantas silvestres na natureza.

Alguns desses centros promoveram a expansão da agricultura para a maior parte das regiões do mundo.

A expansão das sociedades de agricultores oriundas dos centros de origem e a colonização de diferentes territórios exploráveis do planeta ocorreram de forma gradual e prolongada, o que implicou uma duradora convivência entre os modos de produção caçador-coletor e o agricultor (DE OLIVEIRA, 1989; LOBO, 1969; MAZOYER; ROUDART, 2010).

A agricultura pré-histórica possuía um caráter seminômade, uma vez que, esgotada a fertilidade dos solos, os agricultores tinham que partir para outras áreas e, assim, abandonar suas vilas, dada a necessidade de estarem próximos aos locais de cultivo. Segundo Lobo (1969, p. 292),

Não pode o grupo afastar-se do local que foi plantado, aliás, de área bem reduzida, pois há que manter o terreno livre da invasão das ervas nocivas e impedir a marcha da floresta circundante que cedo recuperaria a terra valorizada tão arduamente. [...] Mas, assim que o solo está esgotado, a comunidade desloca-se para outro lugar onde abaterá a floresta (desmoita ou surriba), incendiará o mato (queimada), procedendo as mulheres de novo à sementeira.

### **1.1.2 Início da agricultura patriarcal e familiar**

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), é difícil precisar como as sociedades primitivas de agricultores planejavam os cultivos, distribuía e armazenavam as produções, reservavam as sementes para o próximo plantio e preservavam os campos semeados com direito de colheita reconhecido pelos outros grupos. Segundo Baiardi (2014a), essas comunidades pautavam-se na criação de mecanismos que favoreciam a sobrevivência e a coesão social por meio da sustentabilidade dos sistemas produtivos. Portanto, é possível admitir que a ocupação da terra de uso comunal objetivando a constituição de um modo de produção agrícola distinto da organização coletiva, que, mais à frente, viria a ser a agricultura patriarcal ou familiar, dá-se, essencialmente, nos sistemas de desmatamento, queima e cultivo, que aconteciam em terra firme.

Evidências pré-históricas indicam que a organização familiar da agricultura surge quando os sistemas coletivos presentes no Neolítico começaram a perder força por conta das mudanças nas estruturas sociais e nas aglomerações urbanas. Por meio da complexidade da vida social nos agrupamentos populacionais, surgida após a fixação dos agricultores no território, inicia-se a urbanização na forma de arraiais e, posteriormente, cidades, muitas

destas, Cidades-Estados, com autonomia política. Esse caminhar evolutivo dos ordenamentos políticos, junto ao advento da confecção e uso de artefatos de metal, fez com que a propriedade comunal deixasse de ser a organização produtiva hegemônica (BAIARDI, 2014a; BAIARDI; ALENCAR, 2014).

Atestando esse processo de decadência do ordenamento coletivo da agricultura e surgimento das modalidades produtivas familiar e patriarcal, estão as primeiras guerras de conquista, “que determinaram o aparecimento de um destacamento militar que viria, mais tarde, ser a nobreza. Este grupo social passa a reivindicar para si parte das terras comunais e impõe o trabalho compulsório aos vencidos, fazendo nascer a escravidão” (BAIARDI, 2014a, p. 125). Fundamentada no trabalho escravo, a predominante organização patriarcal consentia que coexistisse no território a agricultura baseada no trabalho familiar e na organização comunal (BAIARDI, 2014a; CHEVITARESE, 2002).

### **1.1.3 O abastecimento no contexto das sociedades antigas**

Por volta de 2.000 e 1.500 a.C., em todas as sociedades, a crise provocada pela extinção das florestas, pela falta de terras agricultáveis e a escassez de alimentos, fazia-se sentir duramente. Esse contexto deu origem às migrações à procura de novas áreas para colonizar, expedições de pilhagem e guerras, que induziram à militarização das sociedades mediterrâneas e europeias. As Cidades-Estados mais poderosas resolveram seus problemas de abastecimento por meio de longas jornadas de saques às cidades vizinhas (GARNSEY, 1998 *apud* MAZOYER; MAZOYER; ROUDART, 2010; ROUDART, 2010).

Consoante com Mazoyer e Roudart (2010), a cidade antiga dominante e em crescimento, para se abastecer, necessitava cada vez mais de colônias e de escravos.

A escravidão, que se tornou “necessária” quando do surgimento da cidade antiga, devia-se ao fato de que a produtividade agrícola da época era muito insuficiente para garantir simultaneamente a renovação das gerações e excedentes capazes de abastecer a cidade. O que tornava, portanto, a escravidão possível, além da superioridade militar da cidade escravista, era a existência na periferia desta, de povos menos poderosos constituindo uma vasta reserva de mão de obra (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 285).

Na Grécia, quando do início da Cidade-Estado, todas as terras eram públicas, pertenciam às comunidades. Estas, de forma autônoma, entregavam a cidadãos chefes de



famílias numerosas parcelas de terras, para que eles produzissem e comercializassem nas cidades. As terras remanescentes eram lavradas pelo governo e por cidadãos possuidores de capacidade produtiva. A especialidade do caso grego é que, apesar de as terras serem públicas, elas possuíam um uso privado. As concessões de áreas agricultáveis considerava a capacidade que as famílias possuíam de cultivá-las, expressa no número de membros e na capacidade de adquirir escravos ou pagar jornadas de trabalho. Desse modo, teve início o estabelecimento agrícola patriarcal, que fazia uso da força de trabalho de escravos, mas também possuía recursos para contratar os serviços de trabalhadores livres e para adquirir sementes, mudas e adubos orgânicos (BAIARDI, 2014a; CHEVITARESE, 2000 *apud* BAIARDI, 2014a).

O governo das Cidades-Estados exigia eficiência produtiva tanto dos agricultores patriarcais quanto dos campônios, agricultores economicamente carentes. “A ideia da segurança alimentar como garantidora da liberdade, autonomia e bem-estar da *pólis* estava presente no pensamento grego-clássico” (CHEVITARESE, 2000 *apud* BAIARDI, 2014a, p. 126).

As possibilidades de comercialização do excedente das safras constituíam-se outro fator de desigualdade na estruturação da produção agrícola. Um rico agricultor transportaria sem problemas em animais de carga o excedente da produção até o centro da *polis* ou até o porto, onde alugaria um barco ou negociaria a carga com um intermediário. Já os agricultores pobres precisariam alugar ou tomar emprestada uma mula para transportar possíveis excedentes e os negociar no centro da *polis* (DE MOURA, 2002).

O Império Romano, em certa medida, deu prosseguimento ao espírito de posse da terra na Grécia, mas possuía elementos que lhe eram peculiares. A primeira peculiaridade era o reconhecimento do direito de colonização. A propriedade privada, tanto de base familiar como patriarcal, decorria do reconhecimento do direito preexistente, quando devidamente comprovado. As doações feitas pelo poder público romano, em sua maioria, visando a fomentar a propriedade privada patriarcal, ocorriam quando os direitos não eram adequadamente comprovados. Nessas conjunturas, as concessões eram seguidas de direitos de uso de parte dos bosques comunitários (BAIARDI, 2014a; WEBER, 1994).

Outra peculiaridade foi o emprego da lei de usucapião, “a posse obtida pelo uso continuado, que dava-se com a aquisição também do *ager compascuus*, direito ao pasto comum” (BAIARDI, 2014a, p. 126).

As graves crises de desabastecimento, especialmente nos últimos anos do império, motivaram a instituição de um eficiente sistema agrário produtor de alimentos. Com isso,

foram lançadas as bases do acesso e posse da terra, que perpassaram a Idade Média, a qual contemplava uma organização agrária centrada em latifúndios e minifúndios (BAIARDI, 2014a; WEBER, 1994). Essa visão é também compartilhada por Mendes (2002), a autora enfatiza que as grandes propriedades eram especializadas em produtos de maior valor comercial e os minifúndios eram voltados para o cultivo de alimentos básicos.

O absenteísmo dos latifundiários incentivou o desenvolvimento de relações de produção na agricultura no Império Romano que se tornaram muito comuns, estendendo-se até a contemporaneidade. Trata-se dos contratos de arrendamento de glebas do latifúndio para produtores familiares independentes. Esta parcela de agricultores que não possuíam acesso à propriedade da terra era denominada de colonos (MACHADO, 2002).

De acordo com Machado (2002), a partir do final do século III d.C., ocorreu uma mudança expressiva nos padrões de ocupação fundiária no Império Romano. Os grandes detentores de terras passaram a dispor de diversas propriedades extremamente amplas, quer na Itália ou nas demais regiões conquistadas. Estas grandes propriedades eram responsáveis pelo abastecimento de todo o mercado italiano. Elas foram divididas em diversos lotes, que eram cultivados autonomamente, sendo que a maior parte da produção de alimentos provinha dos pequenos lotes.

À medida que se esvaíam os últimos vestígios da ordem romana e despontava a ordem medieval, na alta Idade Média, a produção agrícola familiar expandia-se quantitativamente, e, com ela, a população rural, que respondia por quase 70% de toda a população (COSTA, 2002).

A crise de abastecimento instalada após a ruína completa do Império Romano só foi atenuada pela agricultura familiar feudal, que viabilizou a produção de excedentes e permitiu a retomada da vida nas cidades em decadência. A sustentação da vida urbana ampliava-se à proporção que a Idade Média ia avançando. Este fenômeno acontecia em decorrência do fortalecimento da agricultura familiar, assim como da agricultura patriarcal (BAIARDI, 1997).

Nesse contexto, é essencial destacar o nível de conhecimento agrônômico dos produtores rurais, em relação às técnicas de criação do gado e de lavração e cultivo dos solos leves que circundavam o Mediterrâneo. Estas terras, no fim do Império Romano, já apresentavam um evidente quadro de degradação de suas propriedades naturais. Ressaltasse que, nessa época, não existia teoria alguma sobre como cultivar os solos pesados distribuídos do norte da Itália em direção ao ártico (BAIARDI, 1997).

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), tanto para os sistemas agrários localizados nas várzeas dos grandes rios quanto para os sistemas de terra firme, os conhecimentos agrônômicos restringiam-se ao arroteamento, pousio, alqueive, adubação orgânica, práticas estas realizadas sobre solos leves. A produtividade dos sistemas com alqueive e tração leve era, sem dúvida, insuficiente para, simultaneamente, garantir a reprodução da família camponesa, pagar os tributos e prover o abastecimento das cidades.

A agricultura familiar medieval ou a agricultura camponesa possuía um modo de produção específico, que, no decorrer da Idade Média, combinava “uma agricultura polivalente com o artesanato doméstico, o que determinava uma grande autonomia de abastecimento e baixa dependência de mercado, tanto no que se refere à aquisição de bens como à venda de seus excedentes para garantir a sobrevivência” (BAIARDI, 2014a, p. 127).

Este modelo de agricultura medieval estruturava-se a partir das mudanças nos tipos de domínio fundiário estabelecidas na ordem romana. Nas terras de uso do senhor feudal, desenvolvia-se uma agricultura em maior escala; nesta, trabalhavam os servos e os trabalhadores assalariados, desprovidos de posse da terra. Os resultados das lavouras pertenciam integralmente ao senhor do feudo.

Nas áreas de uso comunal, proviam turfa, madeira, pasto para os rebanhos, gêneros alimentícios, dentre outros, que eram apropriados em sua quase totalidade pelos camponeses. As terras dos camponeses destinavam-se aos cultivos, em geral, de cereais. As parcelas de cada agricultor eram definidas de forma a dispor para cada família condições similares de área e fertilidade. O trabalho de desbravamento e preparo inicial dos solos era coordenado e, em muitos casos, coletivo. Os contornos de cada lote eram estabelecidos por cercas e limites definidos com o crescimento dos cereais (BAIARDI, 1997; DE OLIVEIRA, 1989; KAUTSKY, 1974).

Segundo Baiardi (2014a), a agricultura camponesa medieval também esteve no protagonismo de importantes mudanças técnicas. Os agrônomos medievais, a exemplo de Palladio, Crescenzi e Alamanni, demonstraram existir por parte dos camponeses um avançado conhecimento agrícola, fundamentado na associação entre as técnicas de cultivo dos solos orgânicos e pesados e a criação do gado, com a manutenção da biodiversidade e da fertilidade das terras.

Os preceitos que fundamentavam as *práxis* dos camponeses, ou seja, a união entre a maior eficiência produtiva com a manutenção da fertilidade dos solos e dos recursos naturais resultaram na segunda Revolução Agrícola, assim como serviram de orientação para os posteriores paradigmas produtivos nas ciências agrárias.

#### 1.1.4 Os conhecimentos agronômicos da agricultura medieval

De acordo com Baiardi (1997), a agricultura familiar medieval mostrou-se mais dinâmica na capacidade de assimilar os ensinamentos que começaram a surgir entre os séculos VI e VII, relacionados com a lavração dos solos pesados da Planície Padana, do que as outras formas de organização agrícola. Esses ensinamentos transcendiam ao uso do arado charrua e das carretas com rodas, resultavam da assimilação de técnicas que vinham sendo examinadas e incorporadas às terras de fronteira agrícola por meio de obras hidráulicas, tais como desvio de rios, cortes de canais etc., que possibilitaram às comunidades das aldeias italianas, ampliarem os terrenos irrigados e drenados.

Os primeiros ganhos de produtividade obtidos graças à adoção dessas inovações tecnológicas adaptadas aos solos pesados levaram os produtores rurais a novas experiências em termos de potencialização dos cultivos, “rotação trienal de culturas, seleção de cultivares, reciclagem de nutrientes, além de outras práticas, promovendo uma progressiva melhoria do padrão técnico, uma vez que a observação e a experiência passaram a fazer parte da conduta dos mesmos em toda a planície Padana” (BAIARDI, 1997, p. 455).

Consoante com Bloch (2001), o regime trienal pressupõe uma adaptação mais adequada da botânica à agricultura. Possui três períodos: no primeiro ano, semeiam-se no outono cereais tidos como de inverno, trigo e centeio; no segundo, semeiam-se em março os cereais de primavera, cevada e aveia; no terceiro ano, não ocorre semeadura, os solos ficam em pousio. Depois, o ciclo recomeça.

Como resultado dessa elevação do nível de conhecimento agronômico, preceitos de manejo e conservação dos solos mais rigorosos passaram a ser observados, o que garantiu certo equilíbrio entre as retiradas e as incorporações de nutrientes dos solos. A reposição da fertilidade das terras dava-se por meio da utilização de restos dos cultivos, do uso de “camas” de estábulos e de esterco puro e do emprego de cinza (SALTINI, 1984 *apud* BAIARDI, 1997; WHITE JR., 1979).

Os sistemas com alqueive e tração animal pesada foram inspirados na associação da cerealicultura em sistemas agrários pluviais com a criação animal, desenvolvidos em sistemas com alqueive e tração animal leve. O cultivo dos cereais era alternado com o alqueive formando uma rotação de curto período, enquanto os rebanhos valiam-se das pastagens naturais circundantes, desempenhando dessa forma uma atribuição vital nos serviços dos campos e na recuperação da fertilidade das terras cultivadas. O método de cultivo com

alqueive e tração animal pesada caracterizava-se pelo uso de meios de transporte e de trabalho do solo muito mais potentes, as carretas com rodas e o arado charrua, que possibilitavam um preparo mais eficiente do solo, e pela recomposição da fertilidade das terras (DE OLIVEIRA, 1989; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Esse método, associado ao uso do feno, da estabulação do gado durante o inverno e ao emprego da estrumação, permitiu a ampliação das práticas de cultivo e de criação nas regiões temperadas frias, o que implicou campos cultiváveis mais extensos, mais bem estrumados e cultivados em rotação trienal. Nas regiões mediterrâneas, as evoluções agrônomicas seguiram outras vias, mais apropriadas aos solos mais leves e ao clima mais ameno, como a arboricultura, o nivelamento das encostas e a irrigação. Os instrumentos e as técnicas agrícolas supracitados eram conhecidos no Ocidente desde a Antiguidade ou a alta Idade Média, mas foi apenas na Idade Média que os sistemas com alqueive e tração pesados foram amplamente utilizados no norte da Europa e se propagaram por meio da colonização europeia para as regiões temperadas das Américas, da África do Sul, da Austrália e da Nova Zelândia (DE OLIVEIRA, 1989; MAZOYER; ROUDART, 2010).

O sistema de agricultura familiar medieval da planície Padana continuou evoluindo, e seu progresso foi amplamente tratado no Século XIV por Piero de Crescenzi em *Opus Commodorum*. Crescenzi retratou com riqueza de detalhes as tecnologias empregadas na agricultura desenvolvida ao norte da Toscana e na planície Padana. Considerado como o mais avançado em todo o mundo, esse sistema fundamentava-se em princípios que levavam em conta a possibilidade de uso intensivo do solo com base na irrigação, na fertilização e no manejo conservacionista, técnicas que vinham sendo constantemente aperfeiçoadas (BAIARDI, 2017).

Seu sucesso centrava-se na manutenção da sua sustentabilidade, na reprodução do campesinato, assim como na geração de excedentes cada vez maiores, destinados à alimentação da população não agrícola. Esse quadro de prosperidade e de estabilidade da agricultura familiar medieval perdurou até que as guerras das Cruzadas tiveram êxito em quebrar o bloqueio imposto pelos povos árabes e reabrir o Mediterrâneo, fazendo ressurgir o comércio na Península Itálica, que, em seguida, propagou-se ao norte dos Alpes (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com a expansão do comércio veio o crescimento das cidades e as pressões sobre os agricultores para que aumentassem exponencialmente a oferta de alimentos, fazendo ruir os fundamentos desse sistema. A agricultura medieval camponesa revelou-se incapaz de dar

conta das demandas crescentes que surgiram com o mercantilismo e a industrialização (BAIARDI, 2017).

O renascimento do comércio influenciou significativamente a vida nas cidades; por volta do Século XI, estas já abrigavam uma abundante classe de comerciantes, originalmente, vilões sem terra. A fisionomia dessas aglomerações urbanas modificava-se com expansões que tinham como função primordial abrigar esta nova classe emergente, os “burgos”, e suas tendas, bodegas etc., e se passou a exigir um novo desenho urbano (DE OLIVEIRA, 1989; BAIARDI, 2017).

Ao passo que a produção familiar independente mantinha-se estável, verificava-se uma demasiada redução dos rendimentos das terras senhoriais, causada pelo absenteísmo e uma gestão pouco eficiente. Por conta disso, os senhores feudais passaram a ambicionar um acréscimo do pagamento da renda nas terras submetidas a obrigações. Essas cobranças resultaram em resistências nem sempre pacíficas por parte dos camponeses. Esses movimentos marcaram o início de uma transformação muito nítida na natureza da relação camponês-proprietário, com este último deixando de ser senhor feudal para se metamorfosear em latifundiário produtivo (BAIARDI, 1997).

Na Europa continental, pouco antes desse período, teve início o sistema de arrendamento de grandes vastidões de terra a comerciantes que empregavam trabalho assalariado. Segundo Baiardi (1997, p. 459), “era o surgimento do capitalismo, de início coexistindo com o feudalismo ainda hegemônico, mas já dando mostras de que não haveria limites para sua expansão”. O arrendamento e “meia” tomaram o lugar do trabalho obrigatório dos servos. Essas transformações evoluíram no sentido da difusão da grande produção agropecuária com trabalho remunerado, como alternativa à agricultura familiar (BAIARDI, 1997; DE OLIVEIRA, 1989; KAUTSKY, 1974).

Tais processos tinham como contrapartida a redução da área das terras comunais. Os bosques e as pradarias de uso coletivo converteram-se em áreas de reserva e de expansão da grande produção agrícola patriarcal. Com a proibição do uso dos bosques e das pradarias, a comunidade viu-se desprovida de madeira para a construção de casas, estábulos, cercas e para o uso doméstico, assim como de pastagens comuns, fundamentais à produção de carne, leite e lã e como alimentação dos animais de tração e transporte. Desapareciam, assim, as bases materiais do sistema familiar medieval, o modo de vida camponês inviabiliza-se com a redução das áreas de reserva e a intensificação do uso do solo, o que impedia a reposição da fertilidade natural de suas terras (BAIARDI, 1997; NUNES, 2006).

No início do Século XVIII, pouco restava da autêntica agricultura familiar feudal. Próximo ao fim do século, os ares da Revolução Francesa sepultaram o que restava nos países da Europa Ocidental em termos de instituições e direitos do modo de organização feudal (KAUTSKY, 1974). No capitalismo agrário, de acordo com Neves (2003, p. 71),

A extração da renda da terra pressupõe que o proprietário arrende sua terra por determinado preço anual; que o arrendatário, dispondo de algum recurso financeiro, promova sua exploração, pagando arrendamento ao proprietário; e que o trabalhador agrícola venda sua força de trabalho ao arrendatário no uso da terra como meio de produção, que gera a renda, completando o circuito do capital agrário (NEVES, 2003, p. 71).

### **1.1.5 Primeira revolução agrícola da modernidade**

Do século XIII ao XVI, os sistemas com alqueive e cultivo com tração pesada revelaram seus limites. No fim do século XIII, a produção de grãos aumentou, com os grandes desmatamentos e utilização dos bosques e das áreas de pastagens, terras que eram de uso comunal. Posteriormente, o quadro decorrente da penúria, da fome, das epidemias e das guerras dizimou mais da metade da população europeia, o que fez decrescer a pressão para o cultivo de alimentos. No século XVI, após a restauração da economia e a reconstituição da população, a penúria e a fome reapareceram e perduraram de maneira crônica ao longo dos séculos XVII e XVIII (DE OLIVEIRA, 1989; MAZOYER; ROUDART, 2010).

A substituição do sistema de alqueive por métodos de uso intensivo dos solos permitiu de imediato um incremento na produção de cereais. No entanto, a extinção do alqueive levou à interrupção das transferências de fertilidade pelos dejetos animais em proveito dos solos, bem como favoreceu a invasão das ervas adventícias nas terras de cultivo. De igual modo, a expansão das terras cerealíferas em detrimento das pastagens permitiu obter, momentaneamente, um suplemento na produção de grãos, mas implicou a redução do gado e da produção de esterco, portanto reduziu a possibilidade de reposição dos nutrientes dos solos. Tais fatos resultaram em uma diminuição na oferta de alimentos (DE OLIVEIRA, 1989; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Conforme Mazoyer e Roudart (2010), a primeira grande transformação agrícola dos tempos modernos consistiu em substituir os alqueives por plantas forrageiras “mondadas”, culturas que permitiam, ao mesmo tempo, alimentar efetivamente os animais, produzir mais esterco e manter as terras limpas, graças às capinas regulares, e por pastagens artificiais, para, então, desenvolver a criação e a produção de esterco. O antigo sistema de rotação trienal foi

modernizado mediante a substituição do grande alqueive, de quinze meses, por uma pastagem artificial e do pequeno alqueive, de nove meses, por um cultivo de forrageira de fim de verão e de outono. “Este novo sistema agrário esboçou-se no centro norte europeu, no século XVIII, implantando-se como sistema de produção dominante no século XIX” (DE OLIVEIRA, 1989, p. 53).

As novas rotações produziam praticamente tanta forragem quanto às pastagens e os campos de ceifa juntos. Dessa forma, a substituição dos alqueives pelos cultivos de forrageiras possibilitou um expressivo aumento na quantidade de gado, na produção de esterco, bem como na força de trabalho animal e nos produtos provenientes da criação. Enfim, os novos sistemas de rotação beneficiavam-se de uma adubação significativamente maior com esterco e, por consequência, aumentavam a produção de cereais (DE OLIVEIRA, 1989; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Após se estabelecer na Inglaterra, o capitalismo industrial necessitou de pouco tempo para imprimir suas características nas relações de produção da agricultura. Os burgueses e a nobreza uniram-se para anular direitos da classe camponesa. Por meio da regulamentação, das atas de divisão e cercamento dos campos, fundamentadas na necessidade de tornar a agricultura mais funcional ao processo de urbanização e crescimento manufatureiro, cancelaram o direito de uso das terras comunais, por parte dos camponeses que não possuíam direitos historicamente reconhecidos sobre elas. Essa desestruturação nas bases da agricultura campesina implicou a migração de uma considerável parte da população rural para as cidades (BAIARDI, 1997; DE OLIVEIRA, 1989).

Segundo Bloch (2001, p. 154), a transformação no regime agrário da Inglaterra foi total. Ele mudou a ponto de que “acaso tendo conservado campos abertos no velho domínio, isso pareceu na metade do século XIX como algo estarrecedor”. As terras comuns passaram a pertencer à aristocracia rural, que as negociava com os arrendatários e os capitalistas agrários, atraídos pelos crescentes mercados urbanos. Iniciava-se um novo momento, no qual a produção agrícola já não se destinava apenas ao abastecimento de povoados vizinhos, mas também às cidades populosas, aos portos e às concentrações de mineiros (BAIARDI, 1997).

Os modernos fazendeiros ingleses foram os responsáveis pela introdução de progressos técnicos fundamentados na utilização de insumos químicos. O crescimento desse modelo de agricultura esbarrava na indisponibilidade de terras férteis, próximas aos grandes centros. Visto que os campos abertos eram mal lavrados, estes apresentavam sinais de degradação, e as pastagens eram invadidas por inços. A agricultura não conseguia acompanhar a indústria em termos de absorção de força de trabalho e participação na renda



gerada. Ainda assim, a agricultura continuou a ter grande importância tanto no que se refere ao abastecimento quanto à produção de matéria-prima. A indústria de base familiar sobreviveu às transformações no sistema agrário da Inglaterra, graças à sua vinculação com a pequena produção agrícola (BAIARDI, 1997).

O desaparecimento das particularidades inerentes à agricultura familiar medieval ocorreu em intensidade e ritmo variados nos diversos países da Europa Ocidental. As revoltas camponesas de meados do Século XIX, em determinados casos, impediram o processo de extinção e lançaram as bases para a constituição de um campesinato moderno, mais associado à produção não agrícola, tecnologicamente mais avançado e com maior inserção no mercado (BAIARDI, 1997). Ao contrário da Inglaterra, na França, houve uma aliança entre o campesinato e a burguesia contra a nobreza e o clero. As terras em poder da nobreza e do clero foram tomadas e distribuídas para os camponeses. Os camponeses, libertos de todas as taxas e restrições impostas pela nobreza e estimuladas pela Revolução Francesa, começaram a produzir não apenas para o abastecimento interno, mas também para o fornecimento de matéria-prima para as indústrias (DE OLIVEIRA, 1989).

A primeira revolução agrícola da modernidade mudou significativamente a morfologia e a estrutura agrária dos campos europeus. Consoante com Bloch (2001), os principais elementos que constituem a morfologia agrária, também denominada paisagem rural, são: a ocupação agrícola do solo, contínua ou descontínua; a forma dos campos e das parcelas; a presença ou não de cercas dentro do espaço cultivado; e do aproveitamento dos pastos e bosques de uso comunal.

Marc Bloch distingue dois tipos de sistemas agrários nos campos cerealíferos da Europa: os de campos abertos e os de campos cercados. Nos campos abertos, poderiam existir cercas que definiam as grandes seções da gleba, ou que se estendem ao longo do caminho, mas, entre as distintas parcelas, em um mesmo quarteirão da gleba, não se observava nenhum cercamento. Esse regime subdividia-se em campos abertos alongados e campos abertos irregulares. Os campos alongados possuíam como traço singular o próprio desenho da área cultivada. As parcelas eram prodigiosamente estreitas e extraordinariamente longas, agrupavam-se em feixes de tiras paralelas (BLOCH, 2001).

A disposição dos campos alongados era de ordem técnica. O arado charrua, apesar de moderno e eficiente, possuía uma limitação, não girava com a mesma facilidade do arado comum. Portanto, nas regiões em que faziam uso desse equipamento, houve o interesse em fazer os campos muito longos, a fim de reduzir o número de voltas. Os regimes de campos abertos e irregulares eram bem menos rigorosos no arranjo de suas parcelas; estas eram

dispostas como que ao acaso nas glebas, sem nenhum planejamento coletivo da alocação das glebas. As parcelas possuíam formatos variados que se aproximavam do quadrado (BLOCH, 2001).

Segundo Bloch (2001), os dois tipos de regime de campos abertos possuíam sujeição coletiva, regiam-se pelos seguintes preceitos: a proibição de cercar as parcelas; a imposição da rotação de culturas seguindo a ordem usual das estações, tomando por base o sistema trienal; e a obrigatoriedade de *vaine pâture*, ou seja, após a realização da colheita até o momento da próxima lavração; o possuidor da parcela não tinha mais nenhum direito particular sobre o que lhe pudesse parecer bem próprio e deveria permitir que todos os animais da aldeia pastorassem sobre ela. Essas sujeições foram sustentadas com maior rigor nos campos abertos alongados (BLOCH, 2001).

Percebe-se que os campos com sujeição coletiva foram os que mais sofreram alterações após a primeira revolução agrícola da era moderna, gradativamente foram desaparecendo as áreas de pastoreio coletivo, os bosques de uso comunal e a proibição do cercamento das áreas. Estas mudanças impactaram significativamente a paisagem rural destes campos. Por fim, os campos cercados; nestes, o possuidor do domínio, ao abrigo do muro de pedras soltas ou de sebe, é senhor, faz o que lhe apraz, cultiva como e quando quer. Naturalmente, praticava o pousio, colocando seus animais ou animais que ele possuísse interesse em admitir. Sobre a terra arável, em tal região, não recaía nenhuma obrigação de *vaine pâture* coletiva (BLOCH, 2001).

Quanto à estrutura agrária, o Marc Bloch destaca os seguintes elementos: os sistemas de propriedade e apropriação das terras; a classificação das unidades de exploração agrícola conforme o seu tamanho; e as relações de produção entre proprietários e trabalhadores diretos.

De acordo com Bloch (2001), muitos agricultores estavam em posse das terras, porém não possuíam a comprovação de propriedade das parcelas. A apropriação podia ser feita por meio da compra, do arrendamento, da meação ou da entrada na posse de uma gleba abandonada. O tamanho das glebas no modelo de exploração dos camponeses não excedia a capacidade laboral da família. A agricultura patriarcal estabelecia-se em grandes domínios territoriais. As relações de produção entre proprietários e trabalhadores transitaram da servidão ao trabalho assalariado e também assumiram formas variadas de arrendamento e parceria.

Conclui-se que as maiores alterações nos regimes agrários dos campos europeus aconteceram nos países que mais rapidamente transitaram para uma concepção notadamente capitalista da propriedade da terra.

## 1.2 A AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO NO BRASIL COLONIAL

As colônias refletiam, em boa medida, o grau de desenvolvimento das suas respectivas metrópoles. Segundo Cardoso (1982), ao apreender o caráter da propriedade das terras, verifica-se que as colônias francesas, espanholas e portuguesas possuíam um caráter patrimonial, ou mesmo dominial, ao passo que, nas colônias inglesas e holandesas, a propriedade da terra já possuía um caráter nitidamente capitalista. Consoante com Cardoso (1982, p. 119),

se olharmos na direção das colônias inglesas e holandesas durante o século XVIII, o panorama será outro. No começo, o seu regime agrário foi o mesmo das colônias francesas, espanholas e portuguesas, mas evoluiu, assumindo uma concepção já nitidamente capitalista da propriedade da terra. O solo era comprado e vendido com facilidade [...] Enquanto no Brasil e nas colônias francesas se vendiam propriedades endividadas e hipotecadas sem pagar as dívidas, nas colônias inglesas e holandesas as propriedades sobre as quais pesavam hipotecas e dívidas insolúveis eram confiscadas sem dificuldade; os devedores insolúveis eram aprisionados; os prazos para os pagamentos eram bem mais curtos do que nas outras colônias.

De igual modo, as técnicas de lavração dos solos, de cultivo e de criação animal, e as concepções sobre, a ocupação agrícola do solo, a presença ou não de cercas dentro do espaço cultivado, e as relações de produção entre senhores de terra e trabalhadores, não foram às mesmas nas diversas colônias escravistas das Américas.

### 1.2.1 Apropriação fundiária, propriedade e posse da terra

A economia agrária caracterizava-se pelo regime de grandes propriedades, latifúndios agroexportadores e latifúndios pecuaristas, pela agricultura de alimentos, pelo trabalho escravo, e por um sistema político resultante do predomínio do poder privado, que, em nível de município, expressava-se na figura do patriarca local (LINHARES; SILVA, 1981). Segundo os autores, outros elementos também podem ser incluídos na caracterização desse sistema socioeconômico:

A concentração dos núcleos urbanos ao longo da costa, a função portuária das principais cidades, a extrema precariedade do comércio interno, a extrema escassez da moeda, a lentidão das comunicações internas, não apenas em virtude das distâncias e dos maus caminhos, como também dos transportes, a estreiteza das atividades artesanais e a quase inexistência de atividades manufatureiras [...] e, ainda, uma estrutura de consumo que refletia a hierarquia entre ricos e pobres, senhores e escravos do mundo rural. (LINHARES; SILVA, 1981, p. 108-109).

No Brasil colonial, o sistema de propriedade da terra decorreu da extensão da lei medieval portuguesa das sesmarias, adotada no reinado de Fernando I (1367-1383), que regulava a concessão de terras incultas a colonos para que as cultivassem. As sesmarias eram concedidas a título precário e sob três condições, “1) medir e delimitar a terra recebida; 2) receber confirmação real da concessão; 3) cultivá-la efetivamente.” (CARDOSO, 1982, p. 117-118).

Segundo Silva (2008, 2015), o sistema sesmarial, na sua concepção, teve uma preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra, expressa na cláusula de condicionalidade da doação, atrelada ao cultivo da terra. Essa cláusula dispunha que o sesmeiro tinha cinco anos para torná-la produtiva; findado esse prazo, caso a exigência não fosse cumprida, o título seria cancelado, e a sesmaria retornaria à coroa portuguesa. Este é o sentido original do termo *terra devoluta* - terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador (SILVA, 2015).

No entanto, as condições para a doação de terras raramente eram respeitadas, dando ensejo a desordens, como a concessão de novas sesmarias em espaços já concedidos a outros sesmeiros, a elevada concentração fundiária em torno de poucas famílias e o uso especulativo das terras (SANTOS, 2010).

Consoante com Santos (2010), a Corte portuguesa preocupada com os problemas fundiários apontadas no relatório do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, de 1675, dentre eles, o exagero e a distinção com que as terras no sertão da Bahia eram repartidas; a utilização de limites imprecisos e muito extensos para a demarcação das sesmarias, em detrimento da utilização de medidas oficiais; a solicitação de terras com a alegação de formar pastos descumpria a ordenação régia de que as pastagens eram de uso comunal e não podiam ser apropriadas por particular; as terras desocupadas dos grandes concessionários impediam o avanço de povoadores que, “ainda que tivessem cabedais, fábrika e indústria para a lavoura, não se animariam a buscar terras além desses espaços intactos e bravios” (SANTOS, 2010, p. 198).

Decidiu que os títulos de concessão de sesmarias, manifestamente injustas, seriam anulados, e que os critérios de distribuição das novas concessões deveriam priorizar as pessoas que primeiro dedicaram-se a fazer incursões pelo sertão, abrindo caminhos, combatendo o gentio bravo, contrapondo as suas invasões e ataques e, enfim, contribuindo para a sua pacificação (SANTOS, 2010).

Além das terras sob o domínio dos sesmeiros, grandes extensões eram apropriadas para explorações futuras, essa ocupação extraordinária pautava-se no caráter predatório da agricultura que, rapidamente, esgotava o solo. A incapacidade da metrópole de exercer um controle estrito sobre a colônia tornou possível à manutenção dessa prática. A posse, aos poucos, tornou-se a forma principal de apropriação territorial. De acordo com SILVA (2008, p. 74-75),

a aquisição de terras devolutas por meio da posse com cultura efetiva se tornou verdadeiramente um costume jurídico. O tamanho das sesmarias continuou a ser desmesurado e o das posses também. [...] A situação, entretanto, apresentava uma alteração de apreciável importância. Cada vez mais se reconhecia, na prática, a existência de moradores, posseiros nas terras e, em vez de expulsá-los, as autoridades procuravam estimulá-los a legalizar sua situação. [...] A posse com cultura efetiva, como modo de aquisição de domínio, estabeleceu-se aos poucos como costume, para afirmar-se mais tarde como um direito consuetudinário.

Segundo Optiz (2017, p.47), a ocupação ou posse tornou-se costume entre nossos colonos. “Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como meio legítimo de aquisição do domínio”.

Conforme Linhares e Silva (1981), se o regime de doação de terras estabelecido pela metrópole não propiciava a formação de um estruturado campesinato em terras colônias, por outro lado, também não impedia o apossamento de terras virgens. Segundo os autores, “nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo de rios ou caminhos, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral” (LINHARES; SILVA, 1981).

De acordo com Neves (2003, p. 128), “a legislação agrária portuguesa vigorou no Brasil até o Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei das Terras”.

Consoante com Gorender (2012), através da resolução de 17 de julho de 1822, foram suspensas todas as concessões de sesmarias. De 1822 a 1850, a posse foi a única forma de acesso ao assenhoreamento legítimo das terras públicas. Acesso este aberto a grandes e

pequenos produtores. Deste modo, cresceu muito rapidamente o número destes últimos, mas também surgiram as posses de dilatadas dimensões. “A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, obstruiu a via da posse, proibindo as aquisições de terras públicas por outro título que não o da compra.” (GORENDER, 2012, p. 209).

Segundo Silva (2015), a Lei de Terras amparava o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, aberto com a cessação do tráfico, e dava ao Estado imperial o controle sobre as terras públicas. Segundo a autora,

No centro da política imperial estava a questão da demarcação das terras devolutas. A demarcação era o passo inicial para a utilização dessas terras num projeto de colonização que deveria financiar a vinda de trabalhadores imigrantes para as fazendas e remediar uma eventual falta de braços com o fim do tráfico. Demarcar e vender as terras devolutas e financiar a imigração de trabalhadores era, em síntese, a proposta programada pela lei de 1850. Para que o esquema funcionasse era necessário o fim do apossamento. Por isso o item primeiro da lei de 1850 proibia a posse (SILVA, 2015, p. 6).

Apesar da intenção dos legisladores do Império, a lei de 1850, e as leis auxiliares não foram suficientes para a efetivação da Lei das Terras. O grande entrave deste sistema decorria da necessidade de demarcar as terras devolutas e as terras particulares. Os posseiros, em sua grande maioria, recusaram-se a demarcar suas terras e a legalizar os seus títulos, impedindo, deste modo, a formação de um cadastro de terras, estrutura fundamental para a implementação do projeto imperial de colonização (SILVA, 2008, 2015).

### **1.2.2 Políticas voltadas ao abastecimento colonial**

Linhares (1979) e Linhares e Silva (1981), sustentam que as instituições e os elementos que formavam a economia e a sociedade brasileira, no período colonial, monárquico e persistindo por todo o restante do século XIX, eram totalmente subordinados à Metrópole.

À Coroa cabia proteger os interesses de seus subordinados e conter abusos. De acordo com Linhares e Silva (1981, p. 120), a sua obrigação de colocar-se acima das castas, classes e ordens do Reino manifestasse, no que se refere à colônia, nos seguintes momentos: “a) ao determinar que se dê o sábado livre aos escravos para poderem procurar o seu sustento (Carta-Régia de 11 de janeiro de 1701; b) ao determinar, repetidas vezes, que sempre reservem terras para o cultivo da mandioca, o pão da terra;” e através da imposição do cercamento dos pastos,

para que o gado não causasse prejuízos às roças e as lavouras vizinhas, consoante com o Alvará de 27 de Fevereiro de 1701 (LINHARES; SILVA, 1981).

Estas determinações sofreram fortes resistências por parte dos colonos e senhores de engenho, e suscitaram embates com o clero. A igreja efetivamente se opunha a utilização dos dias santos e do domingo para cultivar a terra, uma vez que, privava os escravos de assistirem à missa (ALTAFIN, 2009; CARDOSO, 1987). Consoante com João Pandiá Colágeras (1870-1934), as Ordens régias e os Alvarás de 1688, 1689, 1693, 1701 e 1704 determinavam que “os proprietários de negros eram obrigados a deixar o sábado livre para seus servos: nesse dia, trabalhavam em proveito próprio”.<sup>3</sup>

Os instrumentos que o Estado utilizava para intervir sobre a ordem privada eram o Institucional, por meio das câmaras municipais com atribuições de poderes bastante amplo; atuando na regulamentação de feiras e mercados, realização de obras públicas, fomento do cultivo da terra, aplicação do código de posturas, entre outros, e a Imposição Legal, por meio do poder de legislar exercido pela Coroa. Porém, à medida que se reforçavam os controles da administração sobre a economia da colônia, mais evidente tornava-se o distanciamento entre os produtores locais e o Estado (LINHARES; SILVA, 1981).

Conforme Linhares (1979), as sérias limitações que condicionavam o trabalho das câmaras, dentre elas, a falta de recursos, sujeição a uma estrita legislação concernente aos impostos, à fixação de preços, à decretação de coimas e fintas, os imprevistos do clima e as distâncias que reforçavam o isolamento, evidenciaram que existia uma tácita pretensão da Metrópole em governar à distância e sem ônus, o abastecimento da colônia. As câmaras municipais foram uma espécie de porta voz do jogo de interesses locais, refletindo as hierarquias do poder local.

Ressalta-se que as determinações régias e a conjuntura econômica externa influenciaram significativamente a economia colonial e imperial. As oscilações do mercado decorrentes desta conjuntura, impactaram de forma substancial a agricultura de abastecimento do Sertão da Ressaca. Neste estudo, para as análises dos preços dos escravos, do gado *vacum* e dos bens móveis e de raiz, foram diferenciados dois importantes períodos, o primeiro inicia-se com a fundação do Arraial da Conquista em 1780 e estende-se até meados do século XIX, o segundo período, começa com as reformas que foram sendo implantadas a partir de 1850 e adentra o século XX, extrapolando a delimitação temporal desta pesquisa. Consoante com Linhares e Silva (1981, p. 16),

---

<sup>3</sup> Citado por CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/124?locale=en>. Acesso em: 18 jul. 2019. p. 33-34.

O primeiro desses momentos foi a virada do século XVIII para o século XIX, quando já prenunciava a “crise” do sistema colonial: queda da produção de metais preciosos, retorno à agricultura, mudanças profundas no plano mundial (revolução francesa, revolução industrial inglesa, enfraquecimento acentuado do poder metropolitano, ascenso do liberalismo). [...] O segundo dos momentos de debate e crítica ocorreu no meado do século XIX, quando a aceleração do desenvolvimento industrial na Europa e nos Estados Unidos corresponde no Brasil a uma prolongada crise de abastecimento e de insuportável carestia dos gêneros alimentícios. Neste instante, o país, cuja unidade nacional se consolidara, inicia um extenso movimento de reformas em vários setores: abolição gradual do trabalho escravo, sistema financeiro, sistema fiscal, sistema administrativo e político.

### 1.2.3 O abastecimento no período colonial e monárquico

As grandes propriedades escravistas eram o eixo de atividade econômica da colônia, em torno delas haviam homens brancos que não eram senhores, negros que não eram escravos, e de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram “agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos” (DA SILVA *et al.*, 1980, p. 7-8).

Segundo Graziano da Silva, as grandes unidades especializadas na agricultura voltada a exportação, também produziam gêneros alimentícios. Via de regra, essa produção era feita também por pequenos agricultores, que pagavam uma renda ao proprietário, pela utilização das suas terras. E também, era feita pelos próprios escravos nos seus "tempos livres" (DA SILVA *et al.*, 1980).

Corroborando com esta assertiva, de acordo com Linhares (1979), o estudo da produção de abastecimento dentro da história agrária colonial brasileira atrelou-se a dois fatores: a posição secundária que lhe era atribuída no contexto colonial mercantilista e aqueles que lhe são característicos, como a pequena produção realizada por lavradores, proprietários ou não de terras, apoiados no trabalho familiar, ainda que relacionados com a agricultura de exportação, com a evolução urbana e as condições internas da colônia (LINHARES, 1979).

A despeito de envolver um grande contingente populacional e ocupar grandes extensões territoriais, do ponto de vista do poder dominante, a agricultura de abastecimento era uma atividade menor, que servia de retaguarda às atividades comerciais metropolitanas. Coube à agricultura de abastecimento o papel de expandir fronteiras, ocupar, desbravar e povoar a terra, de modo a cumprir as determinações que lhe foram sendo exigidas (LINHARES; SILVA, 1981; SCHWARTZ, 1988, 2001).



Seus agentes são anônimos trabalhadores rurais, escravos do campo e pequenos ocupantes de terras quase sempre provisórias. Os grandes fazendeiros e latifundiários também compõem essa história. Sua narrativa, no entanto, tem sido gravada muito mais pela escassez do que pela abundância (CHEVITARESE, 2002; LINHARES, 2002). No Sertão da Ressaca, seus principais agentes foram os povos indígenas Camacãs, os escravos, os pequenos agricultores familiares, os freis capuchinhos e os grandes proprietários de terras.

Consoante com Da Silva *et al.* (1980), o movimento de reprodução da pequena propriedade, da parceria, do pequeno arrendamento, da posse, dentro da economia agroexportadora, propiciava condições para a expansão desta, ao mesmo tempo em que possibilitava àquelas a sua transformação e o seu ressurgimento. Ou seja, quando as formas “primitivas” de produção de alimentos no Brasil colonial e monárquico reproduziam-se no “novo”, modelo monocultor de exportação, elas reconfiguravam-se e se expandiam. Esse processo de expansão verificava-se internamente e externamente à propriedade. “Internamente, por meio da rotação de terras e não de culturas; externamente, pelo avanço da fronteira agrícola” (DA SILVA *et al.*, 1980, p. 7).

Tomando por base os autores clássicos como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais, percebe-se que o enfoque principal dos seus estudos se concentrava nas relações entre a Metrópole e a Colônia. Esse olhar imerso nas políticas coloniais implementadas pela Coroa ignorava o dinamismo econômico que existia nas relações comerciais entre as diversas “praças” nos sertões brasileiros. Dentre estes, o Sertão da Ressaca no interior da capitania baiana.

Segundo Gilberto Freyre (1900-1987), a monocultura exportadora era um regime de exploração agrária devastador, com resultados sociais semelhantes. Um regime que, ao não dar oportunidades para o pequeno produtor, condenou a sociedade de então a viver sob condições de extrema carestia em sua alimentação, com graves consequências para o desenvolvimento e conformação física do povo (FREYRE, 2003).

Freyre (2003, p. 51-52), ressalta a escassez de alimentos nos grandes centros urbanos da época: “A própria Salvador da Bahia, quando cidade dos vice-reis, notabilizou-se pela péssima e deficiente alimentação. Tudo faltava: carne fresca de boi, aves, leite, legumes, frutas; e o que aparecia era da pior qualidade ou quase em estado de putrefação”. Nem mesmo os senhores de engenho foram poupados da situação de extrema penúria que vigorava na colônia, nutriam-se deficientemente, de forma casual consumiam carne verde, os frutos e os legumes, de igual modo, eram escassos (FREYRE, 2003).

No período colonial, tudo se desenvolvia sob as ordens do patriarca. Segundo Freyre (2003, p. 40),

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.

Consoante com Freyre (2003), o engenho produzia seus próprios bens de consumo, nele havia um comércio interno, empregados livres, agregados de todo tipo e escravos. Essa grande unidade produtiva, a si próprio se bastava, a alimentação e boa parte das vestes dos seus moradores eram proporcionadas no próprio local.

O ponto central das análises de Caio Prado Júnior (1907-1990) é a relação conflituosa entre a metrópole e a colônia, refletida na ideia de exploração da colônia, na ênfase da produção agrícola voltada para fora e na dependência do mercado externo. Nesse sentido, todas as atividades que fugiam a esse eixo eram de diminuta importância (DA SILVA, 2014).

Prado Júnior, ao analisar a economia colonial brasileira, pontua dois setores relacionados à produção agrícola. O principal era predominantemente voltado para o exterior, baseado na monocultura de exportação, com vistas ao mercado europeu. O secundário, tido como de subsistência, destinava-se a sustentar e amparar o funcionamento do primeiro. Este setor complementar ao principal, voltado à produção de gêneros alimentícios, estruturou-se de dois modos: dentro dos próprios engenhos de açúcar das grandes fazendas, onde a agricultura de alimentos era realizada de forma subsidiária à produção principal por escravos trabalhando em dias “livres”, estipulados pelos seus senhores, e dentro do contexto da estrutura urbana.

É nisso que consiste essencialmente a nossa questão agrária [...] a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão de uma pequena maioria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada a terra e obrigada a nela exercer sua atividade tirando daí o seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar em nível adequado de subsistência. (PRADO JÚNIOR, 1970 *apud* SILVA, 1980, p.01).

Devido à predominância nas cidades de pessoas ligadas à administração e ao comércio, a produção de gêneros alimentícios passou a ser realizada por pequenos produtores localizados em sua periferia. Segundo o autor, a população rural da colônia, ocupada nas grandes lavouras e que constituía a sua quase totalidade, provia de maneira suficiente a sua subsistência com o cultivo de alimentos a que se dedicava subsidiariamente (PRADO JÚNIOR, 1961).

Verifica-se que Gilberto Freyre e Caio Pardo Júnior classificam o sistema de plantio de produtos com vistas ao mercado externo como excludente e gerador de desequilíbrios na sociedade brasileira. É um sistema que, ao ocupar para si as melhores porções de terra, deslocou os pequenos agricultores e pecuaristas para regiões cujos aspectos geoambientais nem sempre eram favoráveis ao exercício dessas atividades.

De acordo com Furtado (1989), é difícil de compreender como países que foram originados da expansão econômica europeia, cujas estruturas foram criadas para viabilizar essa expansão, tenham acumulado tanto atraso. Conforme Celso Furtado (1920-2004), a “região Nordeste”<sup>4</sup> constituía a expressão máxima desse problema. O entendimento do sistema de produção de alimentos estabelecido no “Nordeste” passa pela compreensão das relações “centro-periferia”, estabelecidas entre as terras úmidas e férteis zoneadas no litoral, onde se constituíram os grandes latifúndios agroexportadores e as regiões sertanejas, espaço da expansão da agricultura extensiva de gêneros de subsistência e de criação de gado (FURTADO, 1989, 2005).

A estruturação e o crescimento das regiões sertanejas, ou a sua estagnação e atrofiamento, estavam profundamente subordinados à economia açucareira. A depressão da atividade exportadora, ocorrida a partir da segunda metade do século XVII, foi, em parte, atenuada pelas pequenas unidades de produção pertencentes aos meeiros do interior, que atuavam como "amortecedores" dessas crises. No entanto, à medida que a fronteira agrícola distanciava-se do litoral, mais precários e escassos eram os fatores e os recursos de produção. A estagnação da região acontece a partir do instante em que o plantio de gêneros de subsistência torna-se a única alternativa para os agricultores familiares sertanejos. Dessa forma, a célula familiar camponesa vê-se tolhida de obter algum tipo de reserva por outras maneiras (FURTADO, 1989, 2005).

O autor ainda destaca a inexistência de uma cultura agrícola que possibilitasse a transmissão geracional das técnicas produtivas. Dessa maneira, a sociedade nordestina encontrava-se secularmente atrasada e sem quaisquer perspectivas de mudança. Segundo Furtado, a ocorrência cíclica das secas agravava ainda mais esse quadro, ao retirar do pequeno produtor a única atividade econômica ao seu alcance. (FURTADO, 1989, 2005).

---

<sup>4</sup> Cf. Contel (2014), a utilização do termo nordeste é inadequada para o período retratado neste estudo. Esta palavra só passou a compor o sistema de classificação das regiões geográficas do Brasil a partir das publicações de 1942 e 1970. CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. In: Revista Terra Brasilis (Nova Série) publicação da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

Celso Furtado e Fernando Novais intensificaram e aprimoraram questões trabalhadas por Caio Prado, porém, sem romper com a “teoria do *sentido da colonização*, segundo a qual o desenvolvimento da colônia teria sido subordinado aos interesses do mercado externo” (DA SILVA, 2014, p. 1952).

Fernando Novais considerava que a análise de nossa história só pode ser realizada se inserida no contexto mercantilista da Europa. A colônia possui uma razão de ser, que é enriquecer sua Metrópole, e sua lógica e instituições realizam-se nesse sentido. Este autor classificava a economia colonial em dois setores, o de exportação, que, valendo-se da força de trabalho dos escravos produzia gêneros para atender o mercado europeu, e o outro, acessório e dependente deste primeiro, voltado à agricultura de subsistência. A produção de subsistência, comumente era praticada em pequenas propriedades.

De acordo com Novais (1969, p. 51), “o monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser”. Destarte, o caráter mercantil da Metrópole subordinava a Colônia por meio de uma política intolerante e autoritária de extração de riquezas.

Segundo Fragoso (1983), fundamentada em uma abordagem mais complexa do que a que os modelos explicativos tradicionais inferiam, a moderna historiografia do abastecimento admite outras formas de produção, para além da monocultura latifundiária escravista, e um mercado interno movimentado pelas acumulações endógenas de capital.

Esse entendimento possibilitou a compreensão de que o comércio dos excedentes da agricultura de abastecimento foi, desde cedo, comandado por agentes produtivos dentro de comunidades locais, que se envolviam em diversos ramos, propiciando que a colônia desenvolvesse estruturas internas que garantiam sua relativa autonomia frente ao mercado externo (FRAGOSO, 1983).

Os estudos de Mafalda Zemella (1909-1986) e Myriam Ellis (1939-2017) apresentam o abastecimento da região das minas setecentistas com uma relevância bem maior do que afirmavam estudos anteriores. Demonstram como a exploração de ouro e de diamantes na região das minas fomenta uma produção e comércio em vários pontos, como São Paulo, a Bahia, o Rio de Janeiro e o sertão nordestino. As pesquisas desse grupo permitem compreender a ascensão do Rio de Janeiro e da região Centro-Sul no quadro colonial.

As vilas da Capitania de São Paulo estavam naturalmente indicadas para atuarem como abastecedoras da população mineira, posto que, foram os paulistas que abriram a primeira via de comunicação e descobriram o ouro nas Gerais. No entanto, na época da

descoberta do ouro, “não estavam às vilas paulistânicas em condições de suprir as necessidades dos mineradores das Gerais” (ZEMELLA, 1990, p. 57). Contudo, a cobiça motivada pela especulação fez com que sacrificassem seu próprio abastecimento, para remeter às minas boiadas, toucinho, carne seca, aguardente, açúcar, panos, calçados, algodão, enxadas, almocrafes, dentre outros, e artigos importados (ZEMELLA, 1990).

A prosperidade das minas de ouro notabilizou o comércio paulista até os campos sulinos, assim como com os mercados do ultramar. O porto de Santos transformou-se em porta de entrada de produtos europeus e também de escravos africanos. Tempos depois, com a construção do Caminho Novo, via mais curta e rápida de conexão com os veios auríferos das Minas, o porto do Rio de Janeiro suplantou Santos no papel de entreposto da região aurífera, os transportes ficavam mais baratos e eram feitos mais rapidamente. A partir de então, as regiões fluminenses passaram a abastecer os mineiros (ZEMELLA, 1990).

No Rio de Janeiro, da mesma forma como ocorreu com São Paulo, de início, os reflexos da descoberta do ouro foram maléficis para a cidade. Verificou-se o declínio na população, o aumento nos preços dos gêneros, a carência de mantimentos e também a fome (ZEMELLA, 1990). Essa situação foi revertida com o decorrer dos anos, a facilidade de comunicação com as minas propiciou a expansão das lavouras, dos currais, assim como da produção de açúcar e aguardente em toda a Baixada Fluminense. Mas “o que mais ressaltava no comércio do Rio de Janeiro com as Minas era o tráfico de negros. Essa cidade tornou-se importante mercado importador e distribuidor de escravos, vindos da África e do Nordeste” (ZEMELLA, 1990, p. 67).

Essas situações transformaram o Rio na principal cidade brasileira, e, por isso, a partir de 17 de agosto de 1763 passou a ser a capital da colônia. Mafalda Zemella demonstra também a inversão do abastecimento entre Rio e Minas no final dos setecentos. Com a queda da produção de ouro e o crescimento da agropecuária nas Gerais, a situação transforma-se, Minas Gerais passa a abastecer a crescente cidade do Rio de Janeiro e será eminente no suprimento de gêneros a esta cidade após a chegada da Corte em 1808.

Zemella e Ellis apontam como as causas dos graves problemas de desabastecimento, carestia e fome ocorridos nesse período: a grande demanda, a precariedade dos meios de transportes, a alta taxaço, o afastamento das minas dos centros produtores, a pequena produção de gêneros na região das minas, a inexistência de uma tradição de comércio no Brasil, a falta de moedas, a má comunicação, a precariedade das técnicas de conservação de víveres e as dificuldades de importação de bens de consumo. As causas, sobretudo, são técnicas, as autoras não se atentam para as questões sociais que condicionam essas limitações

técnicas, não observam a estrutura da produção escravista e colonial e suas limitações (CAMPOS, 2013; RIBEIRO, 1999).

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Maria Odila Leite da Silva Dias, na década de 1970, desenvolveram e orientaram estudos sobre o abastecimento do Brasil na primeira metade do século XIX. Estes pesquisadores pautavam-se em três grandes abordagens: a defesa de uma grande ruptura na história nacional em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro; a atenção ao grupo dos negociantes nesse período da história, que atuavam em áreas como o comércio de abastecimento, o comércio internacional, o tráfico de escravos e a arrematação de impostos; e a crítica às visões da independência com explicação essencialmente externa (CAMPOS, 2013).

As dissertações de mestrado de Alcir Lenharo (1946-1996) e Riva Gorenstein, orientadas por Maria Odila, são os estudos mais importantes desse grupo, produzindo novas questões para o debate. Alcir Lenharo critica as teses de Roberto Simonsen (1889-1948) e Celso Furtado de que há um esvaziamento da economia brasileira entre a decadência da produção aurífera e o sucesso da exportação do café de 1830 em diante. Lenharo faz um grande apanhado do abastecimento para a Corte entre 1808 e 1842. “Após 1808, o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para o mercado interno solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como polo drenador de gêneros de abastecimento do Centro-Sul” (LENHARO, 1993, p. 33). Segundo o autor, Minas Gerais era uma província fundamentalmente voltada à produção de gêneros para o abastecimento interno e atuava como o principal abastecedor do Rio de Janeiro no período (LENHARO, 1993).

Lenharo explica os problemas do abastecimento para a cidade do Rio de Janeiro, apontando causas técnicas para as crises de suprimento: a distância dos centros produtores, as guerras e as más condições dos caminhos. Grande parte dos gêneros de maior consumo, gados, porcos, galinhas, carneiros, toucinho e queijo, dentre outros, procediam de regiões distantes, por meio do comércio de tropas. As estradas eram precárias, e as perdas, geralmente, eram sempre consideráveis, deste modo, apenas os empresários mais organizados e com maiores disponibilidades de recursos permaneciam no comércio.

Os cereais eram geralmente produzidos nas regiões litorâneas e comercializados por meio da navegação entre portos da costa marítima brasileira. No tocante à produção de hortaliças, as razões para o desabastecimento relacionavam-se à falta de especialização dos pequenos produtores, na posse de sítios e chácaras, para a produção de mercado; esses

domínios pautavam-se em uma produção doméstica, dispondo os agricultores do excedente apenas quando as necessidades da família estivessem satisfeitas (LENHARO, 1993).

Em boa parte dos debates públicos sobre as graves crises de abastecimento, a culpa era atribuída aos intermediários. Os preços excessivos eram atribuídos à ação especuladora dos atravessadores, que, em alguns casos, foram acusados de estocar produtos para forçar uma elevação dos preços. Segundo Lenharo, essa visão mostrou-se incapaz de constatar as alterações que estavam tomando conta do mercado, “em que a presença do intermediário ia se firmando gradativamente na estruturação dos negócios” (LENHARO, 1993, p. 36).

Tornavam-se cada vez mais raros os casos de pequenos agricultores que tinham possibilidades de acessar o mercado, em meio a uma forte tendência de concentração do comércio de abastecimento (LENHARO, 1993). Verifica-se que, assim como foi constatado no abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro, os agricultores familiares do Sertão da Ressaca também tiveram dificuldades de comercializar suas mercadorias em praças que melhor remunerariam seus produtos. Observa-se que Lenharo não atenta para a estrutura da economia colonial nem para as questões pertinentes à relação de trabalho preponderante no Brasil, a escravidão.

A pesquisadora Riva Gorenstein apresenta as várias formas de atuação econômica dos negociantes no Rio de Janeiro da época joanina, caracterizando seus investimentos no tráfico de escravos, no comércio de abastecimento e nas companhias de seguro. A autora caracteriza o *modus operandi* e o *modus vivendi* desses negociantes, apontando seus investimentos nos setores supracitados, e informa que a criação de uma espécie de Câmara do Comércio em 1816 contribuiu significativamente para o desenvolvimento das operações mercantis (GORENSTEIN, 1992).

Gorenstein (1992) cita que uma das primeiras providências dessa Câmara foi solicitar ao monarca a abertura de estradas que comunicassem os centros produtores com a capital; pleito prontamente atendido e que contou com a cooperação financeira dos produtores e comerciantes das regiões sul e sudeste do Brasil.

Como resultado, os lavradores, os criadores de gado e os mineradores passaram a dispor dos portos para o escoamento dos seus produtos, e passaram a ter acesso aos “manufaturados da Europa e de outras partes do mundo”, estas estradas possibilitaram que as mercadorias fossem facilmente “transportados até as mais remotas fronteiras, através de matas e por rios e montanhas que, há poucos anos atrás, constituíam barreiras intransponíveis” (LUCCOCK, 1975 *apud* GORENSTEIN, 1992, p. 144). De igual modo e por diversas vezes,

os proprietários de terras com maiores recursos financeiros e indústria do Sertão da Ressaca, bancaram do seu próprio bolso, a abertura e reforma de importantes estradas.

Gorenstein também mostra como os negociantes tornaram-se eminentes na política joanina, ajudando, inclusive financeiramente, o Estado, em momentos decisivos, como na revolta pernambucana de 1817 e no movimento de independência (GORENSTEIN, 1992).

Sérgio Silva, em seu livro (*Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, publicado em 1976), e em sua tese de doutorado (*Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*, obtida em 1981), discorre que os planaltos paulistas, a partir da segunda metade do século XIX, começam a superar a produção de café do Rio de Janeiro. E, “a partir da década de 1870 a província Paulista é de longe a principal responsável pela expansão da cafeicultura” (SILVA, 1976, p. 50), o que torna o porto de Santos a principal porta de saída do café. Quanto à origem do capital industrial paulista, sustenta a tese da acumulação de capital por meio da produção e exportação do café.

O autor também descreve a agricultura de alimentos produzida por colonos estrangeiros em lotes cedidos dentro das fazendas de café. Relata que as questões referentes a salários e à utilização em usufruto das glebas de terras das fazendas eram definidas previamente em contrato (SILVA, 1976).

Roberto Borges Martins, em seu estudo de doutorado (*Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*, obtido em 1980), descarta a hipótese de uma transferência significativa de escravos das áreas de mineração para a lavoura cafeeira dentro da própria província e para as lavouras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para o autor, “descrever a história da escravidão em Minas como uma transferência da mineração para o café é um engano grosseiro, envolvendo erros nos dois lados da jornada: a grande maioria dos escravos mineiros no século dezenove nunca esteve numa mina nem numa fazenda de café.” (MARTINS, 1980, p. 4).

Segundo Martins (1980), o grosso da economia de Minas Gerais, com concentração da maior parte dos escravos da Província, não era constituído por plantations nem era orientado para a exportação. O isolamento em relação aos mercados externos, a diversificação interna e a autossuficiência eram as características principais da economia mineira. A monocultura de exportação ficou confinada a uma área reduzida e praticamente não exerceu influência sobre a vida econômica do resto de Minas. A “economia provincial era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente - fazendas, sítios e roças - produzindo para auto-consumo (sic) e para venda em mercados locais” (MARTINS, 1980, p. 4-5).



A produção de gêneros voltados para a subsistência e para o comércio local não gera fluxos bastante visíveis de mercadorias, receitas fiscais, ferrovias, dentre outros, comparáveis aos gerados pela grande lavoura de exportação. De acordo com Martins, (1980, p. 4-6), “não sendo vinculada a mercados internacionais essa economia não era suscetível à ocorrência de booms e depressões dramáticas.”.

Consoante com Roberto Martins, o plantio de cereais, a pecuária e as atividades manufatureiras, especialmente quando voltadas para o mercado interno, têm sido frequentemente reputados incompatíveis com a força de trabalho dos cativos. “A existência de um vasto sistema escravista que sobreviveu e se expandiu por mais de um século sem nenhuma associação com a plantation exportadora tem, portanto, uma importância que transcende o âmbito da história de Minas e do Brasil” (MARTINS, 1980, p. 5-6).

Verificam-se importantes semelhanças entre a agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória e a agricultura de alimentos de Minas Gerais, observada na tese de Roberto Martins. Dentre elas, a utilização de um significativo número de cativos, a autossuficiência das propriedades rurais, a diversificação dos víveres que eram produzidos, a existência de uma razoável estrutura manufatureira e a comercialização local, regional e interprovincial dos gêneros agrícolas. Assim como ocorreu na província mineira, a agricultura de abastecimento do Sertão da Ressaca, mesmo, tendo servido de retaguarda alimentar para diversas regiões, gerado acumulação endógena de capitais, e fomentado a estruturação da Imperial Vila, a abertura de novas estradas e o crescimento populacional, não atraiu para si, a importância que lhe é devida.

Os pesquisadores Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011) e Ciro Flamarion Cardoso (1941-2013), destacaram-se nos estudos sobre o abastecimento do Brasil, no período colonial e republicano. Orientados pela professora Maria Yedda, Francisco Carlos Teixeira da Silva, João Luís Ribeiro Fragoso, Hebe Maria de Mattos Castro, Márcia Maria Menendes Motta, dentre outros, também produziram relevantes pesquisas sobre o abastecimento. Os estudos destes pesquisadores fundamentaram-se na tese de que existiu um modo de produção escravista colonial específico que caracterizou o Brasil desde o século XVII até meados do século XIX, relacionado à agricultura de abastecimento, distinto do sistema escravagista baseado na monocultura de exportação e na extração minerária (CAMPOS, 2013; DA SILVA, 2014).

No entendimento destes autores, uma crise de abastecimento deve ser compreendida a partir da análise da produção, da circulação e do consumo, vinculada às estruturas sociais vigentes no período.

Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva, em (História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias, publicado em 1981), avançam no entendimento das questões do abastecimento. Afirmam que a produção de alimentos em uma economia colonial é um tópico fundamental da história da agricultura do país. Problematizando essa questão, assim como fizera anteriormente Alcir Lenharo, criticam Roberto Simonsen, Celso Furtado e Fernando Novais, condenando a noção de ciclos, que associava a suposta decadência de Minas Gerais à queda da produção aurífera e à excessiva preocupação com as *plantations* na economia colonial.

Uma das contribuições mais importantes do estudo de Linhares e Silva (1981), diz respeito às causas para as crises de abastecimento. Os autores transcendem as explicações puramente técnicas dos estudos produzidos por Mafalda Zemella, Myriam Ellis, Alcir Lenharo e Kátia Mattoso. Maria Yedda e Francisco Teixeira relacionam quatro causas que elucidam as crises de escassez e carestia dos gêneros básicos: “causas naturais, a tendência da pequena produção ser de subsistência, a produção voltada para artigos mais lucrativos e a principal, como eles próprios afirmam, a concorrência entre a produção para o abastecimento e a produção para exportação” (LINHARES; SILVA, 1981, p. 162-163).

Essas conclusões constituíram-se um grande avanço nas explicações existentes sobre as crises de abastecimento na economia colonial. Maria Yedda e Francisco Teixeira, foram os primeiros, no contexto do abastecimento, a vincularem as crises de subsistência à própria estrutura da economia colonial.

A tese de doutorado de Francisco Carlos Teixeira da Silva (A Morfologia da Escassez: crises de fome no Brasil, 1690-1790, ano de obtenção: 1991), coorientada por Maria Yedda Linhares, apresenta um estudo comparativo entre Rio e Salvador, que caracteriza e explica as frequentes crises de carestia, escassez e fome coloniais. Segundo o autor, as crises de subsistência não podem ser entendidas apenas como reflexo do movimento do comércio colonial. Elas possuíam causas diversas, que se fracionam em três grupos: os problemas de acesso a terra e do transporte, os problemas do armazenamento e as imposições políticas; a ação do capital mercantil e o plantacionismo; e, por fim, a limitação ecológica e a falha tecnológica (CAMPOS, 2013, p. 11).

Os estudos de mestrado de Hebe Maria Mattos de Castro e Márcia Maria Menendes Motta, orientados por Maria Yedda Linhares, abordam regiões da antiga província do Rio de Janeiro, que, no século XIX, eram especializadas na produção para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de áreas de produção agroexportadora.

Hebe Mattos (*Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, publicada em 1987), estuda a localidade de Capivary na província do Rio no século XIX. Mostra como a região especializara-se na produção de alimentos para as áreas da cafeicultura voltada para o mercado externo. Estuda, em especial, os pequenos lavradores e trabalhadores da região, mostrando como eles não eram tão homogêneos e dependentes dos grandes proprietários. A autora chama a atenção para o grande número de pequenos e médios lavradores existentes nas áreas de ocupações antigas no Rio de Janeiro, nas quais a desconcentração da estrutura fundiária criou condições para a existência desse grupo como “pequenos proprietários” (MOTTA, 2010; CHRISTILLINO, 2015; DE OLIVEIRA, 2015).

Márcia Motta (*Pelas Bandas d’Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*, publicada em 1989) estuda as terras das bandas d’além, ampla faixa de terra a Leste da Baía de Guanabara, que, em 1819, receberia o título de Vila Real de Praia Grande e, em 1835, veio a se chamar Niterói.

Motta demonstra que essa região passou do estágio de decadência da atividade agroexportadora em fins do século XVIII para o de relativa florescência da policultura após 1808; situação esta motivada pelas novas demandas criadas pela chegada da Corte à cidade do Rio de Janeiro naquele ano. As terras das bandas d’além passariam a produzir diversos insumos básicos para suprir a nova sede do Império, demograficamente alterada a partir de 1808. Márcia Motta produziu uma importante contribuição ao analisar o direito agrário do Século XIX e mostrar que os pequenos posseiros também recorreram à legislação para consumir suas posses e fazer frente às demandas contra os grandes possuidores de terras (MOTTA, 2010; CAMPOS, 2013; CHRISTILLINO, 2015).

João Luís Frago, orientado por Maria Yedda Linhares, em sua dissertação de mestrado (*Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*, obtido em 1983), produz uma abordagem sobre o sistema agrário da economia exportadora da região de Paraíba do Sul na Província do Rio de Janeiro, considerando-o como uma forma de produção historicamente definida.

Segundo Frago, a presença dos métodos de cultivo típicos das lavouras de café de Paraíba do Sul em outras regiões de cafeicultura ou em outros cultivos confirmava sua hipótese. O autor aponta que era uma prática comum à combinação da agricultura de alimentos com a do café, nas fazendas de Paraíba do Sul, assim como, em propriedades de São Paulo.

Em seu estudo de doutorado (*Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888, ano de obtenção: 1990*),

João Fragoso mostra que, a despeito da importância das lavouras voltadas para o mercado internacional, havia uma significativa acumulação endógena realizada pela agricultura com foco no abastecimento interno e, principalmente, pelo comércio ligado a essa atividade.

Segundo o autor, o abastecimento, nos períodos colonial e imperial, influenciou significativamente a economia brasileira, a ponto de, em muitos casos, o capital adquirido nessas atividades garantir o ingresso dos fazendeiros na agricultura de exportação. Dessa maneira, as produções coloniais possuíam uma relativa autonomia em relação ao mercado externo. Embora utilizasse a força de trabalho dos escravos, o abastecimento interno era realizado principalmente pelos trabalhadores livres, que, dessa forma, integravam-se ao “mercado colonial” (MOTTA, 2010; CHRISTILLINO, 2015).

Os estudos de mestrado de Fábio Garcez Carvalho (Hierarquização e oligopólio: o caso do comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922), obtido em 1992) e Afonso de Alencastro Graça Filho (Os Convênios da Carestia: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880), obtido em 1991), também orientados por Maria Yedda Linhares, comprovaram que os capitais industrial e financeiro cariocas provinham diretamente do capital comercial daquela cidade, em especial do comércio de abastecimento.

Fábio Carvalho busca a estrutura de comércio de alguns gêneros alimentícios na capital republicana para tentar entender o problema da escassez e da carestia. Identifica uma estrutura hierarquizada e oligopolizada no comércio de abastecimento, o que explica seus impasses. Sobre a origem do capital industrial carioca, rejeita a validade do modelo de acumulação do capital comercial por meio da produção e exportação de café, típico de São Paulo. No Rio de Janeiro, o capital industrial originou-se mais destacadamente no comércio. O estudo ainda ressalta que o setor do abastecimento tinha importância dentro dos setores comerciais em que havia acumulação de capitais e confirma a sua hipótese ao identificar grandes comerciantes do abastecimento que investiram em construção de fábricas (CAMPOS, 2013).

Em sua tese de doutorado (A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rey (1831-1888), obtido em 1998), Afonso Graça Filho estuda a cidade de São João del-Rei, localizada às margens da estrada do Caminho Novo, e sua região, a Comarca de Rio das Mortes. Era uma região que, desde os fins do século XVIII, possuía como atividade principal a produção de gêneros para abastecimento interno. Era a comarca mais importante das Gerais nesse âmbito, abastecendo a capitania de Minas Gerais e, a partir dessa época, a cidade do Rio de Janeiro. O autor descreve a produção da comarca

como majoritariamente camponesa, com existência de escravos e algumas poucas propriedades maiores com grande número de escravos (GRAÇA FILHO, 2002).

Citando o desembargador José João Teixeira, Afonso Graça Filho relata sobre a importância da Comarca de Rio das Mortes:

A Comarca de Rio das Mortes destacou-se como área abastecedora de alimentos para a província do rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século XIX, antes do início da montagem da cafeicultura fluminense. Já em fins dos Setecentos, o desembargador José João Teixeira comentaria que a comarca era a “mais vistosa, e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do País, de forma que, além da própria sustentação, provê toda a Capitania de queijos, gados, carne de porco, etc.” (TEIXEIRA, 1780 *apud* GRAÇA FILHO, 2002, p. 36).

Kátia Mytilineou de Queirós Mattoso (1931-2011) produziu uma densa pesquisa da cidade do Salvador no século XIX. Seu estudo (Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX, publicado em 1978), realizado ao longo de quinze anos, possui muitas semelhanças com os estudos de Maria Yedda Linhares.

Katia Mattoso caracteriza a estrutura econômica e social soteropolitana do final do século XVII e das primeiras décadas do século XVIII como complexa e dinâmica, fundamentada sobre uma base escravista. Consoante com De Queirós Mattoso (1983, p. 20),

Para entender uma sociedade no seu conjunto é necessário conhecer sua estrutura e o funcionamento de suas hierarquias sociais de modo abrangente, sem nada omitir, sem deixar de lado camadas inteiras de sua população. Isto é ainda mais verdadeiro para a Bahia se levarmos em conta seu caráter de cidade mestiça. Porque quem fala em dinâmica social se refere, sobretudo aos mecanismos de mobilidade social, à capacidade dos homens de se inserir num novo meio.

Mattoso produz um panorama geográfico em seu início, fala de vários aspectos da cidade e produz uma história de preços e salários, relacionando-os às crises de abastecimento. As causas da escassez e carestia na cidade relacionavam-se a problemas na produção e produtividade dos gêneros básicos, às limitações no transporte e na comunicação, à estrutura comercial da cidade e às dificuldades administrativas. “A capitania da Bahia importava grande parte de seus gêneros alimentícios, até de Lisboa, para melhor dedicar-se à produção de açúcar: quando o preço do açúcar subia, os lavradores de cana tinham interesse de abandonar o cultivo de víveres” (DE QUEIRÓS MATTOSO, 1983, p. 8).

De acordo com De Queirós Mattoso (1983), quando ocorreu a depressão da economia açucareira, a Bahia resistiu à baixa dos preços porque havia se transformado em um

importante centro de redistribuição de mercadorias de todo tipo. Os comerciantes baianos supriam o interior do Brasil e as zonas de mineração do ouro com seus produtos e continuavam a mercadejar com a África e a Ásia. “O tabaco era trocado na África por escravos e os mesmos comerciantes mandavam para Portugal o açúcar, o tabaco de primeira qualidade e couros, produtos que eram trocados com bens manufaturados e gêneros alimentícios” (DE QUEIRÓS MATTOSO, 1983, p. 17). Esse comércio direto com o mercado externo ampliou-se para todo o Brasil, o que permitiu à economia baiana fazer face às crises que se instalaram.

Katia de Queirós Mattoso sugeria que o escravo não fosse considerado como vítima absoluta da escravidão. Segundo a autora, o cativo foi um personagem que “soube desenvolver estratégias de sobrevivência e negociação, no sentido de ampliar espaços de autonomia econômica, social e cultural, ainda sob o cativo, mas também buscando superar o cativo” (REIS; SOUZA, 2013, p. 369-370). Mattoso, sem afastar-se do chicote do senhor, ela entendeu que a escravidão baseava-se em outros métodos mais sutis de dominação e, por conseguinte, “experimentou a vida longa que teve em nosso país, o último das Américas a fazer a abolição” (REIS; SOUZA, 2013, p. 370).

Mário Augusto da Silva Santos por meio do livro (O tema do abastecimento na historiografia baiana: uma Avaliação, publicado em 1986), produziu um relevante estudo sobre o abastecimento da cidade da Bahia. O autor mostra que o abastecimento alimentar de Salvador foi objeto de questionamentos desde os primeiros escritos sobre a cidade, produzidos por Gabriel Soares de Souza (Tratado descritivo do Brasil) e Luís dos Santos Vilhena (Cartas de Vilhena; notícias soteropolitanas e brasílicas).

Segundo Da Silva Santos (1986), dentre as obras relacionadas em sua historiografia, mereceu destaque os trabalhos produzidos por Katia Mattoso e o livro de Thales de Azevedo (O povoamento da cidade do Salvador, 1969). Thales, em suas análises sobre o povoamento, levou em conta as situações, os condicionamentos e as resultantes do abastecimento. Ele contemplou o tema da alimentação diária, dos recursos de subsistência e sua problemática: as dificuldades de importação, os fatores de carestia e da penúria, os hábitos alimentares e o estado geral de nutrição. Da Silva Santos, produziu a seguinte síntese sobre o abastecimento da Bahia:

- a) os Hábitos de Consumo: os alimentos que compunham a dieta básica dos setores majoritários da população eram: farinha de mandioca, pão, carne verde, charque, bacalhau, feijão, café, açúcar, banha e sal.

- b) A Produção Regional: a agricultura baiana na primeira república foi caracterizada como de terras incultas, sendo que apenas uma pequena parte ocupava-se com o plantio de subsistência. Como causas desse problema, apresentam-se, a localização do cultivo de subsistência, as secas e os meios de transportes. O plantio de subsistência e o gado ocupavam o agreste e o sertão do estado. As fontes sobre a produção de farinha e feijão, geralmente, eram omissas. A cidade do Salvador dependia em grande monta dos gêneros de subsistência produzidos fora do estado e do país: farinha de trigo, charque e bacalhau.
- c) O Comércio: a Bahia, até as primeiras décadas do século XX, dependeu rigorosamente das importações estrangeiras, daí por diante, a dependência transferiu-se para a região sul do Brasil. A comercialização interna era outra etapa da distribuição, subordinada ao sistema de abastecimento. Observou-se um elevado grau de concentração no comércio de vários gêneros de consumo geral, configurando-se, de fato, como um monopólio, que tornava a população refém dos comerciantes.
- d) A Política de Abastecimento: pelo limite constitucional de suas atribuições, a União influía no abastecimento mediante as tributações sobre os importados. O poder estadual era omissos, atribuía as deficiências do abastecimento a fatores puramente circunstanciais, passageiros, nunca de produção. Na esfera municipal, as câmaras legislativas possuíam competência para agir sobre a regularidade do abastecimento.
- e) Os Preços e a Carestia: a alta dos preços e a carestia de vida, decorrentes do desabastecimento e das práticas de açambarcamento e do monopólio, foram verificadas por meio do estudo do preço dos artigos alimentares que importavam no custo da sobrevivência (DA SILVA SANTOS, 1986).

#### **1.2.4 As técnicas da agricultura colonial**

Na transição das revoluções agrícolas medievais para a primeira revolução agrícola dos tempos modernos, verificou-se uma sequência de importantes aperfeiçoamentos agronômicos nos campos europeus. Dentre eles: a intensa associação da agricultura com a pecuária; o aperfeiçoamento dos métodos e das ferramentas de lavração e de plantio dos

solos; a substituição do pousio pela alternância de culturas; o uso acentuado da mecanização agrícola; o aperfeiçoamento das técnicas hidráulicas; o uso do guano e, posteriormente, dos fertilizantes químicos; e a aplicação dos métodos de seleção e de melhoramento genético das espécies.

No entanto, a maioria destas evoluções não foi transplantada para a agricultura das diversas colônias americanas. Nestas colônias, a derrubada da mata e o preparo inicial do solo ainda eram feitos de forma primitiva, por meio do método de coivara.<sup>5</sup>

Nas ilhas inglesas e francesas, desenvolveram-se, em níveis variados, técnicas mais avançadas de utilização de adubos orgânicos, de drenagem e irrigação e de rotação de culturas com pousio. Nestas colônias menores, a limitada disponibilidade de recursos naturais, forçou a utilização de métodos mais eficientes de adubação orgânica e de aproveitamento do bagaço da cana-de-açúcar como combustível (CARDOSO, 1982). Estas inovações aumentavam a eficiência do sistema produtivo e reduziam a necessidade de importação de madeira e de carvão.

No Brasil, a estagnação nas técnicas agrícolas associou-se a um extenso período de crise no setor açucareiro, provocada pela produção das Antilhas, que concorreu de maneira vantajosa com o açúcar brasileiro; pela concentração quase absoluta dos esforços, de capital e de mão de obra, na mineração do ouro; e pela enorme vastidão de terras em fronteira aberta. (ANTONIL, 1711; CANABRAVA, 1946 *apud* CARDOSO, 1982).

Consoante com Linhares e Silva (1981, p. 137), se a produção de açúcar demandou dos portugueses um amplo conhecimento das técnicas que eram desenvolvidas, a produção de alimentos implicou, por seu turno, “num esforço original de adaptação de alimentos europeus às características das terras tropicais, assim como no desenvolvimento e na domesticação dos vegetais aqui encontrados.”

De acordo com Linhares e Silva (1981), os empréstimos que a agricultura indígena fez à lavoura de alimentos, foram essenciais para a consolidação desta. Consoante com os autores,

[...] Basicamente [a lavoura indígena] se constitui na derrubada de um trecho de mata virgem ou de capoeirão, a queimada, a coivara, e o plantio nas primeiras chuvas de inverno. Não havendo problemas de terras, a roça é usada por dois e até três anos, sendo a replanta quase exclusivamente de mandioca. Após o que [...] abre-

---

<sup>5</sup> Consistia na derrubada da mata, seguida do encoivramento, ou seja, do amontoamento da matéria vegetal, da queima e do plantio sobre as cinzas, que tinham a função de fertilizar os solos. Citado por MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea*. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Dunesp/NEAD/MDA, 2010.



se nova roça, em outro trecho da mata, e terminados os três anos, abandona-se o trecho. (LINHARES; SILVA, 1981, p. 138).

Até mesmo os trabalhos mais difíceis como o destocamento não era um problema, uma vez que, os cereais ou os tubérculos eram plantados entre os tocos não exigindo uma sobrecarga de trabalho. Em meados do século XVIII, os machados e as foices de ferro, eram raros e bastante caros, portanto, foram usados apenas em árvores muito grandes que, com a sua queda, derrubava outras árvores, poupando dessa forma a força de trabalho dos roceiros (LINHARES; SILVA, 1981).

Segundo Fragoso (1983), na agricultura colonial brasileira, as matas virgens substituíam a aplicação de um trabalho adicional na recuperação das terras. Os agricultores optavam por incorporar os “destroços” provenientes da queima e destruição das matas, a ter que recolher e utilizar o estrume animal pra a reposição da fertilidade dos solos. Desta forma, infere-se que a lavoura e a pecuária não eram atividades integradas.

Consoante com Vilhena (1922) citado por Fragoso (1983, p. 165), detendo-se ao Recôncavo baiano, “recomenda aos lavradores de cana do final do século XVIII, a adoção de um (sic) novo sistema de cultivo. Um sistema em que, a semelhança daquele desenvolvido no Alentejo, as terras fossem adubadas”. Tratava-se da substituição do modo de uso do solo então vigentes nos engenhos, por técnicas de manejo que envolva a rotação de culturas e de pasto entre as terras, possibilitando assim a refertilização dos solos pelo adubo animal. De acordo com Fragoso (1983), os lavradores do período colonial não desembolsavam recursos para destocar o terreno e adotar melhores métodos de cultivo. Estes colonos firmavam-se na ideia de que,

a terra é fértil e inesgotável, dizem elles, (sic) bastando o alqueive para recuperar o perdido, o estrume uma despeza (sic) improficua porque desnecessária [...] e as preparações do terreno pelo arado e seus acessórios, luxos de jardineiros que não viza (sic) ao resultado, mas a beleza do campo que explora. (MECHANICA AGRÍCOLA, 1880 *apud* FRAGOSO, 1983, p. 166).

Conforme Barros de Castro, a implantação de novas técnicas esbarrava-se em um acentuado problema, o flagrante atraso cultural da Colônia, em especial no tocante à formação técnico-científica. Segundo o autor,

“Na primeira metade do século XVIII, enquanto por outras partes se difundiam as “luzes” de uma nova era, a colônia, [...] continuava desprovida de escolas

superiores. Sofreria ainda um verdadeiro processo de “fechamento”, patenteado nas reiteradas medidas, impedindo, ou dificultando ao extremo, a permanência – e até mesmo a entrada – de estrangeiros no país. Ocorre, porém, que já a fins do século XVIII, a solução – e a própria formulação – de certos problemas na elaboração do açúcar passavam a exigir conhecimentos científicos elementares” (CASTRO, 1976, p. 78).

A adoção de inovações tecnológicas nos engenhos e na agricultura de alimentos foi difícil e marcada por avanços e recuos. Não era fácil superar uma estrutura técnica primitiva, consolidada por séculos de rotina, perfeitamente adaptada ao meio e, totalmente alheia aos avanços científicos (CASTRO, 1976).

Neste capítulo, pôde-se perceber que a agricultura de abastecimento emergiu no contexto das sociedades antigas a partir da decadência do ordenamento coletivo da agricultura e do surgimento das modalidades produtivas, familiar e patriarcal. Em todas as sociedades, a crise provocada pela extinção das florestas, pela falta de terras agricultáveis e a escassez de alimentos foram duramente sentidas pelas populações. Os sistemas de alqueive e as técnicas de lavração de solos pesados possibilitaram a prosperidade da agricultura familiar medieval, o que gerou excedentes cada vez maiores, destinados à alimentação da população não agrícola. Esses excedentes de provisões propiciaram o desenvolvimento das cidades, através da intensificação do comércio e da maior especialização do trabalho.

Com a quebra do bloqueio do Mediterrâneo, ressurgiu o comércio de abastecimento na Península Itálica, indo até ao norte dos Alpes. Como resultado, ocorreu o crescimento das cidades e da pressão sobre os agricultores para aumentar exponencialmente a oferta de alimentos. A escassez alimentar fez ruir os fundamentos dos sistemas de alqueive e as bases da agricultura familiar medieval.

Os métodos de uso intensivo dos solos permitiram de imediato um incremento na produção de cereais, no entanto acarretou a interrupção das transferências de fertilidade por meio da utilização dos dejetos dos animais. A primeira grande transformação agrícola dos tempos modernos consistiu em substituir o sistema de alqueive por uma pastagem artificial e por um cultivo de forrageira de fim de verão e de outono; associada aos outros princípios, dentre eles: o uso acentuado da mecanização agrícola; o uso do guano e, posteriormente, dos fertilizantes químicos; a aplicação dos métodos de seleção e de melhoramento genético das espécies; a produção agrícola já não se destinava apenas ao abastecimento local, mas também às cidades populosas, aos portos e às concentrações de mineiros.

O estudo da produção de abastecimento dentro da história agrária colonial brasileira atrelou-se a dois fatores: a posição secundária que lhe era atribuída no contexto mercantilista

e aqueles que são peculiares à pequena produção realizada por lavradores apoiados no trabalho familiar. Mesmo ocupando um papel acessório, coube à agricultura de abastecimento o papel de expandir fronteiras, ocupar, desbravar e povoar a terra, de modo a cumprir as determinações que lhe foram sendo exigidas.

A história do abastecimento brasileiro tem início nas contribuições dos autores clássicos, que ignoravam em suas análises o dinamismo econômico que existia nas relações comerciais entre as diversas “praças” nos sertões brasileiros. Os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellis sobre o abastecimento da região das minas setecentistas dão ingresso nos estudos mais complexos sobre a circulação de víveres intracapitanias.

Os pesquisadores Sérgio Buarque de Holanda, Maria Odila Dias, Alcir Lenharo e Riva Gorenstein, abordaram os problemas do abastecimento, valendo-se de causas técnicas para as crises de suprimento, não se atentando para a estrutura da economia nem para as questões pertinentes à escravidão. Roberto Borges Martins apresenta uma significativa contribuição para a economia do abastecimento ao apontar a agricultura de alimentos da Província de Minas Gerais como a atividade que mais utilizava a força de trabalho dos escravos.

Os estudos de Maria Yedda Linhares, Flamarion Cardoso, Francisco Carlos Teixeira da Silva, João Fragoso, dentre outros, abordavam as crises do abastecimento por meio da análise da produção, da circulação e do consumo vinculada às estruturas sociais vigentes no período. Kátia de Queirós Mattoso produziu densos e inovadores estudos sobre o abastecimento da província baiana.

## 2 O ALTO SERTÃO DA BAHIA: POVOAMENTO, ESTRUTURA AGRÁRIA, PAISAGEM RURAL E OS ATORES DO ABASTECIMENTO

### 2.1 OS SERTÕES BAIANOS

Segundo Neves e Miguel (2007), a gênese da palavra “sertão” é complexa, alguns etimólogos a atribuem à “forma aferética de desertão”, ou a referências “*controversas* ou *desconhecidas*”, dentre outras. Já Gustavo Barroso “conferiu sua origem ao vocábulo *muceltão*, corrompido para *celtão* e, depois, *certão*, cujo significado, em latim, seria *locus mediterraneus* ou lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa” (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 9). De acordo com Janaína Amado, a palavra era empregada grafando-a *sertão* ou *certão*, referindo-se às áreas localizadas dentro de Portugal, contudo, distantes de Lisboa.

A Filologia contemporânea atribui o sentido *étimo controvertido* ou *obscuro* a essa expressão, que deriva do vocábulo latino *desertanu*, de genealogia pouco conhecida. Nesse entendimento, o termo significa “região agreste, despovoadas, lugar recôndito, distante do litoral, mas não necessariamente árido; terra e povoação do interior; enfim, o interior do país” (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 9).

No processo de povoamento e consolidação da América Portuguesa, *sertão* significava espaço de colonização, território dos bandeirantes, lugar de riquezas minerais, habitada por gentios inóspitos. O avanço da mineração e da pecuária para o interior das capitâneas na transição para o século XVIII, segundo Neves e Miguel (2007, p. 14) imprimiu nova distinção na relação entre litoral e sertão. “O sertão, espaço do outro (índio, caboclo, vaqueiro, tropeiro, boiadeiro, agricultor), possuía como seu principal referente o litoral (território do poder, da força propulsora do desenvolvimento, do padrão cultural)”.

Aziz Ab’Sáber (1924-2012), ao atribuir termos técnicos a expressões populares bastante enraizadas no interior do Nordeste, apresenta tipificações de sertão associadas a componentes geográficos. As áreas classificadas como semiáridas ou semiáridas típicas são denominadas de *sertão bravo*, designando as áreas mais secas; os *altos sertões* referem-se às zonas classificadas como semiáridas moderadas, representando “as faixas semiáridas rústicas e típicas existentes nas depressões colinosas de todos os ambientes sertanejos” (AB’SÁBER, 2003, p. 89).

De acordo com Neves (2002), o Alto Sertão baiano apresenta uma definição que articula a ideia de território e lugar, unificando o espaço físico e suas representações com processos econômicos, políticos e culturais.

Denomina-se Alto Sertão da Bahia o espaço construído historicamente pela população, consciente da identidade socioambiental, desenvolvida com vínculos de parentesco e de vizinhança, práticas comuns de lazer, religião, tradições, representação política, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, na convicção de pertencimento espacial e no sentimento de integração social. Sem contornos precisos, o Alto Sertão da Bahia abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco, onde se estende até a serra Geral, com abrangência dos subvales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre e Paramirim, da bacia sanfranciscana e São João, do Antônio, Gavião e Brumado, tributários do rio de Contas. (NEVES, 2012, p.17).

A primeira incursão colonizadora pelos sertões baianos saiu de Ilhéus, em 1555, determinada por D. João III, sob o comando do castelhano Francisco Bruza Espinosa e acompanhada pelo jesuíta João de Azpilcueta; com o objetivo de encontrar ouro, prata e esmeraldas, seguiram os cursos dos rios Pardo, conhecido como “rio das Ourinas”, Verde Pequeno e Verde Grande, e atingiram os rios São Francisco e Paraguaçu. Mas a efetiva ocupação desse território somente se consolidou no início do século XIX com a derrota dos povos nativos que habitavam a região (NEVES; MIGUEL, 2007; IVO, 2009).

Até o segundo quartel do século XVII, a colonização portuguesa mantinha-se, quase que exclusivamente, limitada a uma estreita faixa de terras ao longo do litoral, com investidas para o interior que não ultrapassavam 10 léguas. Os primeiros lotes do gado trazido pelos portugueses das ilhas de Cabo Verde foram instalados no agreste de Pernambuco e no recôncavo baiano. A presença do gado próximo aos engenhos forçou sua entrada para o interior das capitanias com o fim de não estragar os canaviais. O clima inóspito do semiárido forçava os que por ele se embrenhassem a trilhar pelas bordas dos cursos d’água. Desse modo, marchando a montante dos rios perenes, iam instalando currais e formando ribeiras pastoris. Ao fim do século XVI, os pecuaristas baianos e pernambucanos alcançaram os sertões do rio São Francisco, prosseguindo ao longo dele, rumo ao sul e para além, com sentido às terras do Piauí e do Maranhão (RIBEIRO, 1996).

No início do século XVIII, André João Antonil (1649-1716), ao descrever os limites dos sertões da Bahia, comenta sobre a expansão das fazendas e currais de gado em direção às terras do Rio São Francisco:

E porque as fazendas, & os Curraes do Gado se situaõ aonde ha largueza de Campo, & água sempre manante de Rios, ou Lagoas; por isso os Curraes da parte da Bahia estaõ postos na borda do Rio de S. Francisco, na do Rio das Velhas, na do Rio das Raãs, na do Rio Verde, na do Rio Parameim, na do Rio Jacuipe, na do Rio Pojúca, na do Rio Inhambúpe, na do Rio Itapicurú, na do Rio Real, na do Rio Vazabarrís, na do Rio Serigippe, & de outros Rios; em os quaes por informaçaõ tomada de vários, que corraõ este Certaõ, estaõ actualmente mais de quinhentos Curraes: & só na borda àquem do Rio de Saõ Francisco cento & seis. E na outra borda da parte de Pernambuco, eh certo, que saõ muito mais.<sup>6</sup>

Segundo Neves (2008), por meio das datas de distribuição e da localização das sesmarias concedidas na Bahia verificou-se que o movimento colonizador acentuara-se, a partir de 1654, na região oeste da capitania. Conforme Felisbello Freire (1858-1916), o fluxo da colonização, a partir da expulsão holandesa, migrou para os sertões, atingiu as terras das margens ocidentais dos rios Paraguaçu, Itapicuru, Jacuípe, Inhambupe, Subauma e chegou mesmo, no extremo oeste, ao São Francisco (FREIRE, 1906; SANTOS, 2010).

As sesmarias não eram efetiva e integralmente ocupadas pelo concessionário, “e nestas terras, parte dos donos delas têm curraes próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sitio, que ordinariamente é de uma légua, cada anno dez mil réis de foro”.<sup>7</sup> A concessão das sesmarias pautava-se muito mais em prestígio econômico, social, traduzidos em títulos de nobreza e patentes do exército, a exemplo das vastidões de terras concedidas aos Garcia d’Ávila e aos Guedes de Brito, do que em políticas colonizadoras (NEVES, 2008).

O que implicava no domínio quase exclusivo das terras dos sertões baianos em mãos destas famílias, na sobreposição de sesmarias concedidas em uma mesma área, imprecisão nos limites das sesmarias e terras indivisas de posse comum entre as áreas concedidas pelo governo português (ANTONIL, 1711; NEVES, 2008; SILVA, 1997; SANTOS, 2010).

Vemos que toda a extensão territorial de *Urubú* até 10 leguas a baixo (sic) do rio *Salitre*, passando pelas cabeceiras dos rios Real, Itapicurú e Inhambupe, pertencia quasi (sic) que exclusivamente a duas famílias – Garcia d’Ávila e Antonio Guedes. Os outros proprietários limítrofes, como Damião da Motta e Nicolau Aranha, não passavam de pequenas possessões em relação áquellas.<sup>8</sup>

Consoante Antonil (1711), o sertão da Bahia, apesar de ser tão dilatado, quase todo pertence a apenas duas das principais famílias da mesma sociedade, que são a da Torre, ou seja, dos Garcia d’Ávila, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito.

<sup>6</sup> Citado por ANTONIL, André João [Giovanni Antonio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil. Por suas drogas e minas*. 1.ed. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1711. p. 183-184.

<sup>7</sup> Citado por FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brazil*. (Bahia, Sergipe e Espirito Santo). v. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1906. p. 35.

<sup>8</sup> Citado por FREIRE, Felisbello., *Ibid.*, p. 34.

A Casa da Torre tem duzentas & sessenta legoas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o Sul; & indo do dito Rio para o norte, chega a oitenta legoas. Os Herdeiros do [...] Antonio Guedes possuem desde o Morro dos Chapéus até a Nascimento do Rio das Velhas, cento & sessenta legoas.<sup>9</sup>

De acordo com Francisco Teixeira da Silva, esses amplos domínios em mãos de poucos concessionários não implicavam necessariamente uma exploração uniforme de fazendas de criação de gado numa mesma propriedade. Os grandes detentores de sesmarias arrendavam-nas ou as subdividia em inúmeros currais. O autor relativiza a visão tradicional de que havia fazendas perdidas nos sertões; com base em um relato de 1697, ele destaca que a distância aproximada entre uma fazenda e a seguinte, em média, era de três léguas (SILVA, 1997).

As formas de acesso à terra nos sertões não se limitavam ao regime de concessões de sesmarias ou o arrendamento de terras no interior destas. Pesquisas feitas no livro de assentamentos do registro de terras da freguesia de São Pedro do Porto da Folha, do período de 1856-1857, do estado de Sergipe, revelaram uma ampla área de terras indivisas ao longo do Sertão do Rio São Francisco, constituída desde cedo de posse em comum com outros eréus (SILVA, 1997). “Algumas doações, como da sesmaria de Antônio da Silva de Figueiredo, em 1674, falam de “[...] terras povoadas e muitos eréus”. Nesse caso, parece que a doação recobria terras possuídas anteriormente sem, contudo, titulação legal” (SILVA, 1997, p. 124).

A expansão da pecuária por meio dos sertões da Bahia não se traduziu em um denso e capilarizado povoamento do interior das capitanias. Segundo Ribeiro (1996), o gado proveniente de Cabo Verde, muito provavelmente, já chegava ao Brasil aclimatado para a criação extensiva, sem estabulação, em que os próprios animais procuravam suas aguadas e seu alimento. Esse sistema de criação demandava enormes extensões territoriais e utilizava um reduzido número de trabalhadores. Até meados do século XVIII, o sertão da Bahia era pouco habitado, e o crescimento populacional dava-se lentamente, fenômeno percebido até finais do século XIX. A baixa densidade demográfica atribuía-se a fatores como: ocupação territorial tardia, concentração fundiária e posse da terra por poucas famílias, emigração impulsionada por secas sazonais, distância do litoral, falta de vias de acesso e dificuldade para transitar com mercadorias (NEVES, 2012).

---

<sup>9</sup> Citado por ANTONIL. André João., op. cit., p. 186.

“Os sertões da Bahia, até finais do século XVIII, eram pouco habitados. Em 1755, na Comarca do Sul ou de Jacobina, que abrangia, além das duas freguesias de Jacobina, as de Urubu, Rio de Contas, Caetitê, Sento Sé, Pambu, Bom Sucesso, Barra do Rio Grande e do Rio Pardo, foram registrados apenas 2.989 “fogos” ou unidades domiciliares, [...] e, na freguesia de Santa Ana de Caetitê, somente 147 “fogos”. Em todo o interior da Bahia, viviam, entre 1771 e 1782, cerca de 22.000 mil pessoas” (NEVES, 2012, p. 15).

Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, outro fator determinante do baixo índice de povoamento dos sertões baianos foram os mecanismos de controle do acesso e do comércio com as regiões de mineração, criados, no início do século XVIII, pelo governo português, que transformou uma parte da colônia em zona-tampão, isto é, uma área em que foi proibida a abertura de estradas e caminhos e a instalação de atividades econômicas. Essa zona “compreendia as terras entre o rio de Contas, na Capitania da Bahia, e o rio Doce, na Capitania do Espírito Santo, englobando, ainda, a totalidade das terras das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro e parte das de Minas Gerais” (PARAÍSO, 2002, p. 96-97).

A partir da segunda metade do século XVIII, com a crise que se instalou na colônia, por conta da diminuição da produção aurífera, acentuada pelas dificuldades administrativas e financeiras vividas pela metrópole, novas alternativas econômicas foram implementadas e culminaram no devassamento da zona-tampão. A meta estabelecida era a de ampliar a conquista de novas áreas, abrir estradas e facilitar aos empobrecidos colonos e antigos mineradores o acesso a terras. O fracasso nas tentativas de encontrar minerais na região deslocou o projeto de conquista e ocupação para a exploração de madeira e a instalação de agricultores e criadores de gado (PARAÍSO, 2000).

## 2.2 A CONQUISTA E O POVOAMENTO DO ALTO SERTÃO DA BAHIA

Segundo Neves (2008), não se tem conhecimento da dimensão das terras e da quantidade de títulos distribuídos no Brasil por meio do sistema de sesmarias até 17 de junho de 1822, data em que o príncipe regente D. Pedro suspendeu sua aplicação. Os latifúndios de Antônio Guedes de Brito estendiam-se, margeando o lado direito do Rio São Francisco por 156 léguas, equivalendo a 1.030 quilômetros, de acordo com Antonil (1711); uma légua portuguesa utilizada como medida para as sesmarias correspondia a 6.600 metros. Contudo, partes dessas terras, que se encontravam nos territórios de Minas Gerais e da Bahia, incluindo a área do Alto Sertão Baiano, foram conquistadas dos índios e ocupadas com fazendas e currais de criação de gado.



Os representantes dos Guedes de Brito não informaram ao desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, enviado ao Brasil pela Corte Portuguesa com o fim de inspecionar a titulação e os resultados da exploração das sesmarias concedidas, os territórios dos sertões do Rio de Contas, Rio Pardo e médio São Francisco, até as nascentes do rio das Velhas na capitania de Minas Gerais. Ressalta-se que nenhuma dessas glebas, assim como a das cabeceiras do Paraguaçu, foi vinculada aos Guedes de Brito, uma vez que, por se tratarem de terras conquistadas diretamente dos povos nativos, nunca possuiu títulos delas (NEVES, 2008).

O povoamento efetivo do Alto Sertão da Bahia resultou do processo de extensão das fazendas de criação de gado de Antônio Guedes de Brito e seus rendeiros no São Francisco, que, na marcha por mais recursos para os animais, estenderam-se para os planaltos, por meio dos cursos d'água dos tributários da margem direta da bacia hidrográfica do São Francisco, bem como pela expansão do contingente populacional atraído pela exploração de ouro na capitania de Minas Gerais, em Jacobina e nos contrafortes das serras das Trombas e das Almas, região das nascentes dos rios de Contas e Paramirim (NEVES, 2008).

O sertanista baiano Joaquim Quaresma Delgado, autorizado por portaria de 1731, sondou minérios em Minas Novas, Médio São Francisco, Serra Geral, Rio das Contas e Jacobina, explorou extensas faixas do Alto Sertão Baiano e adentrou em diversas fazendas, povoações e vilas. Os relatos produzidos em sua viagem, assim como os registros eclesiásticos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu, documentaram a ocupação dos sertões sanfranciscanos e cercanias, desde o início do século XVIII (NEVES; MIGUEL, 2007).

Segundo Pires *et al.* (2010, p. 19), “o absenteísmo, ou seja, a ausência direta dos senhores das suas propriedades escravistas, foi característica comum nessa região, desde o princípio do processo colonizador”. Flávio Rabelo Versiani, em estudo baseado nos relatos das viagens que o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fez no Brasil durante os anos de 1816 e 1822, indicou que o cuidado dos animais era normalmente confiado a escravos e homens livres, longe dos olhos de seus patrões.

[...] o emprego de escravos na pecuária não estava restrito apenas a situações onde era possível a vigilância próxima de seus senhores. Pois o próprio viajante [Saint-Hilaire] relata casos em que os animais eram inteiramente confiados a cativos, sem que o dono sequer morasse na propriedade. Essa situação, tão agudamente divergente do modelo clássico de escravismo, foi testemunhada por ele. No sítio do Pires, que era habitado por um escravo de fazenda vizinha, ‘a quem seu dono havia confiado a guarda de duzentas ou trezentas cabeças de gado, espalhadas pelas pastagens dos arredores’. Sozinho no sítio, o escravo dedicava-se a criar galinhas e pescar nas lagoas próximas. Pouco adiante, o caso se repete: o sítio do Andrade,

dependência de uma grande fazenda que fora propriedade dos jesuítas, perto de Campos [...], era ‘apenas habitado por dois escravos da fazenda do Colégio, encarregados de cuidar do gado que vive nos arredores’ (VERSIANI, 2000, p. 27).

Os primeiros currais de gado instalados nos sertões da Bahia por meio do movimento colonizador de luso-brasileiros e de africanos escravizados, “os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos” (ABREU, 1998, p. 135), fomentaram o desenvolvimento de pequenas comunidades, dando origem a um incipiente e dinâmico comércio local, regional e colonial. A transformação dos currais de gado em grandes fazendas pecuaristas proporcionava a formação espontânea de aglomerações de pessoas, como os arraiais e suas capelas (PIRES *et al.*, 2010; SANTOS, 2010).

De acordo com Boaventura (1979) citado por Neves (2008, p. 102), “a primeira fase do povoamento do sertão foi de reduzida expressão humana, porque a instalação de uma fazenda, rigorosamente, de pouca coisa necessitava, além de coragem e desprendimento”. Bastava apenas a casa levantada de qualquer jeito, o cercado para a contenção dos animais, os couros, chapéu, gibão, perneiras e laço, a vara-de-ferrão e o ferro que identificava o proprietário dos animais. Uma fazenda antiga dos sertões exigia um pequeno número de trabalhadores, livres e escravos, o gado era criado no sistema extensivo, ficava a mercê dos próprios animais a procura por pastos e água (NEVES, 2008, 2011).

A pecuária extensiva constituiu um dos principais fatores de ocupação do interior, uma vez que a proximidade com o litoral não era condição limitante, a si própria transporta, estava adaptada às condições climáticas inóspitas dos sertões, dependia de pouca mão de obra e de poucos investimentos de capital, multiplicava-se ordinariamente, fornecia alimentos de alto valor nutritivo e subprodutos utilizados para a fabricação de instrumentos de trabalho e de utensílios em geral (ABREU, 1998; RIBEIRO, 1996).

O gado brasileiro resultou de cruzamentos das raças *mirandesa*, de Miranda no Douro, *galega* da Galícia, *barrosã* de Barroso, em Traz-os-Montes, *maranesa* de Marão, *beirã* ou *beiroa* de Beira, todas submetidas a sucessivas mestiçagens espontâneas, sem qualquer controle genético, e à atrofia física em consequência das adversidades climáticas e precariedades alimentares de forrageiras nativas. Esse gado desenvolveu-se no Brasil com as características do *caracu*, *franqueiro* ou *pedreiro*, do *curraleiro*, este também conhecido como *pantaneiro* ou *cuibano*, além do *bruxo* ou do *mocho* e de outras variedades ou denominações regionais, como: *araçá*, *lageano*, *china*, *Junqueiro*, *caldeano*, *turuca*, *peduro*, *nilo* e *crioulo* (SIMONSEN, 2005, p. 214-215).

As condições naturais do sertão favoreceram a expansão da pecuária, o clima semiárido do sertão dificultava a proliferação de verminoses e de epizootias; nos períodos de chuva, formavam-se bons pastos para o gado e *ilhas* úmidas nas margens dos rios; no período seco, os animais eram conduzidos para as pastagens existentes nas serras. “No panorama econômico, os pecuaristas contavam com um mercado certo no setor agrícola, abasteciam-no de carne, de couro e de animais de trabalho” (ANDRADE, 2004, p. 46).

Formou-se, assim, no Sertão semiárido uma sociedade pecuarista dominada por grandes latifúndios, cujos detentores permaneciam ausentes, delegando de Olinda ou Salvador a administração da propriedade a empregados; junto a estes latifúndios haviam sítios que eram aforados a pequenos criadores que implantavam currais. Era uma economia totalmente voltada para o mercado distante, situado no litoral, para onde a mercadoria autotransportava-se, em boiadas conduzidas por vaqueiros e ajudantes, por centenas de léguas. No percurso, havia pontos de repouso e de engorda, pois a caminhada provocava uma queda de peso dos animais. “Alguns núcleos urbanos hoje existentes, como Jacobina, desenvolveram-se em virtude desse sistema de repouso dos animais” (ANDRADE, 2004, p. 47).

Após a desintegração do dilatado latifúndio da Casa da Ponte, no início do século XIX, estabeleceram-se estruturas fundiárias de médias e pequenas propriedades (NEVES, 2008). No entanto, algumas das pioneiras fazendas de gado do sertão sanfranciscano permaneceram, durante todo o século XIX, com estrutura de grande propriedade rural. Destaca-se que a freguesia de Urubu, no século XIX, era predominantemente rural, composta de várias fazendas, sítios e roças ao lado das pequenas vilas e arraiais. Sua economia tinha como base a criação de gado no sistema extensivo, associado às pequenas lavouras de policultivo, às atividades pesqueiras e comerciais.

O território historicamente conhecido como Alto Sertão da Bahia contribuiu significativamente com a colonização e o povoamento do Sertão da Ressaca, processos estes facilitados pelas afinidades que uniam os dois territórios. A primeira destas é a localização geográfica, seus territórios unem-se no contato da feição ocidental da Ressaca e das faces oeste e sul do Alto Sertão com a Depressão Sertaneja e a Serra Geral. Existem também as correspondências geofísicas: solos, topografia, relevo e bacias hidrográficas, que permitiram replicar no território da Ressaca as técnicas agrícolas e as culturas adaptadas ao Alto Sertão. Por fim, dentre as principais afinidades, destacam-se as vias que comunicavam o Alto Sertão da Bahia com as cidades litorâneas das capitânicas da Bahia e de Ilhéus e com Minas Gerais, por meio do Sertão da Ressaca. Essas peculiaridades promoveram as primeiras incursões colonizadoras e povoadoras do Sertão da Ressaca e integraram as duas regiões.

O território da Ressaca, por conta das medidas preservacionistas implantadas com o estabelecimento da zona-tampão no decorrer dos oitocentos, tornou-se um espaço de colonização e de povoamento tardio. As proeminentes disponibilidades de recursos naturais associadas à larga aptidão agrícola de suas terras transformaram-nas em objeto de cobiça dos fazendeiros que se encontravam fixados no Alto Sertão e também no norte da Capitania de Minas Gerais. O estabelecimento de fazendas de cultivo e de criação de gado, nesse território, pautou-se no sistema de fronteiras abertas com apropriação de terras e concentração fundiária. O processo de povoamento e consolidação da Imperial Vila da Vitória, guardadas as suas particularidades, em muito teve como referência a trajetória de estabelecimento das vilas que polarizavam o desenvolvimento do Alto Sertão, em especial a Vila Nova do Príncipe e Sant'Anna do Caetité, atual cidade de Caetité.

### 2.3 ESTRUTURA AGRÁRIA DO ALTO SERTÃO DA BAHIA

Os colonizadores portugueses foram os primeiros entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal para a da criação local de riqueza e, assim, estabeleceu a “colônia de plantação”, caracterizada pela base agrícola e pelo estabelecimento do colono na terra, em vez do seu eventual contato com o meio e com a gente nativa. A metrópole, ao longo da história colonial brasileira, instituiu duas formas distintas de apropriação territorial: a sesmaria ou forma concessionária e a propriedade plena introduzida pela lei de 1850 (FREYRE, 2003).

O regime das terras organizava-se nos seguintes moldes: “no litoral, desenrolava-se a monocultura latifundiária da cana-de-açúcar, sob as concessões de sesmarias, e, no interior, salpicavam-se ocupações irregulares, mas não ilegais, de terra, para o policultivo agrícola, bem como a pecuária de pasto livre” (FREYRE, 2006, p. 98-99). Segundo Neves (2008), com o fim do regime de sesmarias, em 1822, a posse foi à única forma de apropriação possível e perdurou até 1850 com a promulgação da lei de terras.

#### 2.3.1 Apropriação fundiária, propriedade e posse da terra

A ocupação econômica das terras do Alto Sertão, da Serra Geral, e da região norte da capitania de Minas Gerais, teve seu início na passagem dos séculos XVII para o XVIII quando as fazendas de criação de gado estabeleceram-se nos vales do São Francisco, estendendo-se por meio dos cursos d'água dos rios Verde, Pardo, Doce e Araçuai. De acordo

com Neves (2008), encontraram-se no Alto Sertão da Bahia duas linhas de povoamento, uma baiana, que desbravava o São Francisco com os currais e fazendas de criação de gado, outra paulista, que colonizava os vales dos rios Verde Grande e Pardo e migravam seus criatórios para as bacias dos rios Gavião, do Antônio e São João. Os caminhos abertos por essas pessoas dinamizaram a Capitania Baiana e, assim, alargaram o seu espaço socioeconômico, até então, restrito ao litoral (NEVES, 2008; PIRES *et al.*, 2018).

Segundo Neves (2008), figuram como os primeiros proprietários de terras do Alto Sertão o Capitão Estevão Pinheiro de Azevedo, estabeleceu-se em Caetité em um dos melhores sítios do sertão. Possuidor de terras entre os rios Verde Grande e Gorutuba, O capitão é identificado como o sertanista que “fundou fazendas de pecuária em Olhos d’Água, Jaíba, Boa Vista, Iriti, nas zonas do rio de Contas, Minas Novas, Jacobina e arraial de Matias Cardoso” (NEVES, 2008, p. 101). O sertanista Matias Cardoso de Almeida, junto com seu filho o mestre-de-campo Januário Cardoso e seu cunhado Antônio Gonçalves Figueira, e Manuel Pires Maciel, Manoel Nunes Viana e o mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz. Estes sertanistas instalaram fazendas e povoações nas cabeceiras do Rio das Rãs, em Morrinhos, São Romão, Amparo, Brejo Grande, Itai, Montes Claros, Queimadas e Pau a Pique no alto Paraguaçu e Brejo das Carnaúbas (NEVES, 2003, 2008).

Conforme Neves (2003), no Alto Sertão da Bahia, conquistado dos povos autóctones, no final do século XVII, e transferido em sucessão hereditária, “encadeamento no qual legitimou-se a posse, legalizando a propriedade, sem as formalidades das cartas de doação e confirmação de sesmarias previstas na legislação Portuguesa” (NEVES, 2003, p. 72), as terras eram monopolizadas até que se transferissem em parcelas a quem pretendesse. O trabalhador, no início do século XIX, para cultivar um terreno, teria que arrendá-lo ou vender sua força de trabalho para os rendeiros. A sua posse, resultante da apropriação, sem as formalidades legais, de uma gleba, assegurava a possibilidade de fazê-lo produzir; destarte, contingentes de pessoas desprovidas dos meios necessários para a produção da subsistência passaram a se aposar de terrenos ermos.

Em relação aos parâmetros fundiários, tamanho, quantidade e distribuição das propriedades, conforme observado pelo desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio, em 1675, o tamanho das propriedades concedidas no sertão da Bahia no sistema de sesmarias era algo descomunal. As terras foram concedidas a partir de limites e termos imprecisos, como serras, vales, escarpas, rios, dentre outros elementos naturais que produziam descontinuidades no relevo e acarretavam propriedades rurais extremamente dilatadas. Essa situação refletia na quantidade e na distribuição social das glebas. A maior parte das terras concentrava-se sob o

domínio de poucas famílias, que, além de estabelecerem currais e fazendas, concediam em arrendamento parte de suas sesmarias para os lavradores que dispusessem dos fatores de produção. Os terrenos na posse dos pequenos agricultores, ou roceiros, como também eram chamados, via de regra, eram terrenos baldios não reclamados pelos sesmeiros (SANTOS, 2010).

### **2.3.2 As relações de produção e as formas de arrendamento e parceria na agricultura de abastecimento**

Durante todo o período colonial e imperial, predominaram no Brasil as relações de produção baseadas no trabalho escravo. Conforme Neves (2008, p. 262), “a escravidão se desenvolveu no Alto Sertão da Bahia ao mesmo tempo e articulada com a meação. As choupanas dos agregados confundiam-se com os casebres utilizados pelos escravos”. Quanto ao trabalho de homens livres, os primeiros senhores de terra do Alto Sertão impunham algumas regras aos seus arrendatários e meeiros, por exemplo: não consentir que o arrendatário ou meeiro admitisse agregados com arrendamento ou meação; não permitir que os herdeiros do cultivador partilhassem entre si a terra objeto do contrato, sem licença do senhorio; e proibir que um rendeiro ou meeiro vendesse suas benfeitorias a outro cultivador. A força de trabalho de trabalhadores livres regulamentada pelos contratos de meação demonstra a multiplicidade das relações de trabalho ocorridas desde o início da ocupação econômica do Alto Sertão da Bahia (NEVES, 2008).

De acordo com Schwartz (2001), pouco se empregou o trabalho assalariado no Brasil durante a colonização fora do serviço público. As unidades policultoras do Alto Sertão da Bahia, de pequena representação econômica, em relação à monocultura agroexportadora açucareira litorânea, não careciam de grandes investimentos nem assalariavam trabalhadores livres de forma permanente. A contratação de feitores era muito rara, predominavam os pequenos plantéis de escravos conduzidos pelos próprios senhores ou sozinhos nas pequenas unidades produtoras. Com relativa frequência, eram acordados trabalhos diaristas de carpinteiros, ferreiros, oleiros, pedreiros e, mais frequentemente, o trabalho de jornaleiros para as atividades agrícolas (PIRES, 2003; NEVES, 2008).

A Casa da Ponte, no final do século XVIII e início do XIX, fazendo valer seu direito de propriedade, efetuou um expressivo fracionamento agrário, legalizou todas as terras, exploradas ou não, com arrendamentos e vendas facilitadas com pagamentos parcelados. Quando se promoveu o primeiro senso fundiário brasileiro, “determinado pelo decreto que

regulamentou a Lei das Terras de 1850, nada mais havia das vastidões fundiárias dos Guedes de Brito, transferidas para a casa nobiliárquica portuguesa, que tudo comercializara” (NEVES, 2003, p. 73). A posse, decorrente da apropriação legal de uma fazenda ou sítio, ou seja, com contrato de arrendamento, que, no Alto Sertão da Bahia, geralmente, era feito com os representantes dos Guedes de Brito, implicava um pagamento anual (NEVES, 2003).

Os sertões baianos dos oitocentos ainda permitiam a reprodução de “espaços de sombra”, terras que, por diversos motivos, os grandes sesmeiros e os possuidores de patentes militares ainda não haviam inteiramente penetrado. Esses espaços, de difícil acesso, possibilitavam a permanência de posseiros, comunidades de fundo de pasto, comunidades quilombolas, além de outros tipos de apropriação da terra (SANTOS, 2010; HENRIQUE, 2014).

## 2.3 A MORFOLOGIA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO BAIANO

A descrição da *morfologia agrária* ou *paisagem rural* além de contemplar os elementos descritos em Bloch (2001) e Cardoso (1982), ou seja, a ocupação agrícola dos solos, as formas dos campos e das parcelas cultivadas, a presença de cercas e árvores dentro do terreno cultivado, e o aproveitamento das terras de uso comunal, de acordo com Diniz (1973) citado por Ferreira (2001), outras características também possuem relevância, como, os sistemas agrários e as técnicas de rotação de culturas associada.

### 2.3.1 Os sistemas agrários do Brasil colonial e do Alto Sertão Baiano

Predominaram, de forma quase exclusiva, no território supracitado, os sistemas agrários de terra firme. Os ecossistemas que caracterizavam a região eram arborizados, mais ou menos, fechados, com vegetação típica dos biomas cerrados e caatinga, nos quais eram praticadas diversas formas de cultivos de derrubada-queimada, e os ecossistemas herbáceos e abertos, peculiares dos cerrados de campos abertos, com variadas criações pastoris, associadas ou não a alguns cultivos.

Consoante com Mazoyer e Roudart (2010 *apud* Baiardi, 2014), os sistemas agrários de terra firme requeriam menos ação coletiva do que os sistemas agrários pluviais, hidráulicos, localizados nas várzeas dos grandes rios.

Vissac (1979), citado por De Andrade Miguel (2009, p. 23), define os sistemas agrários da seguinte forma, “associação das produções e das técnicas colocadas em prática por uma sociedade com vistas a satisfazer suas necessidades. Ele exprime a interação entre um sistema bioecológico representado pelo meio natural e por intermédio das práticas adquiridas”.

Consoante De Andrade Miguel (2009), Marcel Mazoyer apresenta a definição de sistema agrário mais atual, completa e ampla no âmbito das ciências agrárias. Um sistema agrário “é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento” (MAZOYER, 1986, p. 11).

Fragoso (1983) e Barreiros (2008) discorrem sobre os sistemas agrários existentes no Brasil colonial, destacando-os na Província do Rio de Janeiro no século XIX. Segundo os autores, os sistemas classificam-se do seguinte modo: *Fronteira Agrícola Aberta e Concentração Fundiária*; *Fronteira Agrícola Fechada e Concentração Fundiária*; *Fronteira Agrícola e Concentração Fundiária Variadas*; *Fronteira Agrícola Aberta e Desconcentração Fundiária*.

O sistema agrário *Fronteira Agrícola Aberta e Concentração Fundiária* caracteriza-se pela baixa densidade demográfica e pela existência de matas virgens disponíveis. Trata-se de um modelo de exploração dos solos baseado em uma dinâmica extensiva, com técnicas, capitais e instrumentos assumindo um papel pouco representativo na reprodução do sistema; apoia-se quase que exclusivamente na ocupação da terra e na exploração da mão de obra. *Fronteira Agrícola Fechada e Concentração Fundiária*: neste sistema, as terras são escassas, e a densidade demográfica é alta; esse cenário é observado em regiões próximas de importantes centros consumidores, com ampla disponibilidade de mão de obra e terras concentradas em latifúndios (BARREIROS, 2008; FRAGOSO, 1983).

No sistema de *Fronteira Agrícola e Concentração Variadas*, o processo de apossamento de terras depende das características da Freguesia e da época da apropriação. Verificou-se que, nas Freguesias com ocupações mais antigas, os detalhes sobre o processo de apossamento já haviam sido diluídos pelas décadas de ocupação, e ocorreu uma preocupação, por parte dos maiores proprietários, com a legalização das grandes extensões de terras. Nesse modelo, ocorre o duplo panorama, apossamento e legalização de amplas extensões por parte de grandes fazendeiros, por um lado, e a ocupação por parte de pequenos lavradores para uma produção mercantil de subsistência, por outro (FRAGOSO, 1983; BARREIROS, 2008). Segundo Barreiros (2008, p. 26), “A existência de terras livres nestas duas freguesias [...]



transformara-a num polo de atração de trabalhadores em busca de espaço para estabelecimento autônomo de pequenas unidades produtivas”.

No último sistema apresentado por Fragoso (1983) e Barreiros (2008), a *Fronteira Agrícola Aberta e Desconcentração Fundiária*, o caráter de fronteira agrícola aberta favorece a concentração fundiária, tendo em vista a ocupação inicial da região. Os resultados insatisfatórios obtidos com a exploração do ambiente por meio do plantio de culturas voltadas para o mercado externo favorecem a expansão de outra fronteira, composta por pequenos lavradores, fator de contraponto à concentração fundiária. A análise da demografia regional procedida no período de 1850 a 1860 revelou que o quantitativo da população escrava, comparada ao percentual de homens livres, era muito inferior ao restante da província do Rio de Janeiro, o que sinalizava que uma expressiva parcela das terras, que não eram ocupadas pela cultura de café, vinha sendo destinada a produções de subsistência (BARREIROS, 2008; CASTRO, 1985; FRAGOSO, 1983).

O sistema produtivo agrário de Fronteira Agrícola Aberta e Concentração Fundiária é, via de regra, característico de regiões submetidas ao processo inicial de colonização. Conforme observado por Daniel de Pinho Barreiros, os regimes agrários da Província do Rio de Janeiro no século XIX não se reproduziram tomando por parâmetros os expedientes da agricultura europeia dos séculos XVIII e XIX; “Onde era comum o sistema de pousio associado à atividade pecuária, produzindo adubo e força motriz, e a revitalização do solo por meio de aplicação de trabalho, o sistema produtivo agrário” (BARREIROS, 2008, p. 24).

Segundo Barreiros (2008), a agricultura de alimentos, originalmente, era praticada no sistema de Fronteira Agrícola Aberta e Concentração Fundiária. Assim como no estudo sobre a Província Fluminense, no Alto Sertão da Bahia, a exploração agrícola voltada para o abastecimento pautava-se no uso devastador da terra e das matas virgens, com a fertilização dos solos por meio das cinzas das queimadas. A ampla disponibilidade de terras e recursos florestais suprimia as iniciativas para o uso e desenvolvimento de técnicas voltadas para recuperação e fertilização do solo (BARREIROS, 2008).

Portanto, uma “fronteira agrícola aberta e matas virgens levavam os lavradores a perpetuarem suas culturas por meio de práticas com alto grau de devastação e desequilíbrio ambiental” (FRAGOSO, 1983, p. 16). A utilização ininterrupta de técnicas neolíticas de preparo do solo exauriu a fertilidade natural dos solos, comprometendo, até mesmo, sua utilização como áreas de pastoreio extensivo.

## 2.4 AS UNIDADES POLICULTORAS AUTOSSUFICIENTES

Segundo Freyre (2003), no Brasil, seguindo uma tradição portuguesa, praticava-se o policultivo desde os primeiros momentos da colonização. As fazendas policultoras espelhavam-se no seguinte princípio da autossustentabilidade: tudo o que é consumido numa fazenda deve ser produzido por ela. Carlos Augusto Taunay (1791-1867) recomendou, na primeira metade do século XIX, que as vestes dos escravos fossem produzidas nas próprias fazendas, porém, onde não houvesse condições de fiar e tecer, poder-se-ia recorrer aos tecidos de algodão de Minas Gerais, mais baratos e próprios para uso escravo. No Alto Sertão da Bahia, muitas fazendas possuíam máquinas de fiar e teares, equiparando-se às fazendas mineiras (NEVES, 2008; TAUNAY, 2001). De acordo com Santos (1993), foi costume dizer-se no planalto de Vitória da Conquista que, para a fazenda, só era necessário comprar o sal e o querosene.

Verificou-se que as fazendas policultoras do Alto Sertão, assim como a maioria das propriedades sertanejas das capitanias ao norte da Capitania baiana, apresentavam, na maior parte dos casos, uma morfologia agrária bastante singular. Não utilizavam cercas para delimitar seus domínios nem as utilizava para proteger as roças de alimentos, o costume empregado era estabelecer os currais bem distantes das áreas de cultivo, com vaqueiros campeando o gado; dado o sistema de uso intensivo dos solos, era comum observar-se uma ocupação continuada dos solos, até o seu efetivo abandono.

Pôde-se observar que as roças de mantimentos e as hortas, comumente, eram estabelecidas próximas às casas de moradia dos lavradores; e, muito raramente, faziam uso do arado convencional ou do arado charrua; dessa forma, os formatos das parcelas cultivadas não estavam condicionados às limitações operacionais desses equipamentos. Quanto à presença de árvores e tocos dentro dos terrenos cultivados, a derrubada de árvores muito grossas e a prática da destoca demandavam muito esforço e apresentavam pequeno rendimento; daí consolidou-se o hábito de deixar as árvores mais grossas e isoladas e os tocos mais resistentes no meio das áreas que eram preparadas pelo sistema de coivara.

A ausência direta dos proprietários ou rendeiros em suas fazendas escravistas foi uma característica comum nos sertões baianos, ficando a cargo de escravos e homens livres a administração da propriedade (ABREU, 1998; PIRES, 2003; PIRES *et al.* 2018; NEVES, 2008, 2012). Spix e Martius, em 1818, na região do município de Livramento de Nossa Senhora, ao chegarem à fazenda Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, relataram: “os donos de tão grandes fazendas raramente residem no sertão. [...] deixam a administração entregue a um

mulato com cuja hospitalidade nem sempre pode o viajante contar” (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 113).

Nesta propriedade, de acordo com os naturalistas, uma das maiores do sertão, com mais de 160 escravos, Spix e Martius observaram um arranjo produtivo bastante comum nas fazendas sertanejas, a agricultura de autossustentabilidade praticada pelos escravos, associada ao cultivo do algodão e à criação do gado (SPIX; MARTIUS, 1976).

Percebe-se que os naturalistas muito provavelmente superestimaram a quantidade de escravos desta fazenda, plantéis com tão elevado número de cativos, na Capitania baiana, foram observados apenas nas unidades agroaçucazeiras do recôncavo.

A “ausência dos senhores em suas propriedades” transferia para os responsáveis pelas fazendas o encargo de prover a alimentação dos escravos e demais trabalhadores, possibilitando desta forma, o surgimento do policultivo e do autoabastecimento. Percebe-se também que a dificuldade de adquirir provisões alimentares em outras regiões suscitou a agricultura de abastecimento.

No Alto Sertão da Bahia, procedeu-se a exploração da terra com as policulturas agrícolas associadas à pecuária extensiva, com base na força de trabalho de escravos; paralelamente, ocorria à contratação de lavradores livres, “a meação e, em maior escala, atividade familiar autônoma” (NEVES, 2003, p. 72). Ainda sobre o regime de trabalho e as formas de uso do solo, Neves (2012, p. 76) destaca que as antigas imensidões territoriais “dos Guedes de Brito fracionaram-se em grandes, médias e, principalmente, pequenas unidades agrárias pecuaristas e policultoras, com o trabalho escravo, o familiar, o diarista e a meação”.

O declínio da produção de ouro nas minas do rio das Velhas, Minas Novas e do Rio de Contas, ainda na primeira metade do século XVIII, disponibilizou a mão de obra livre, o que permitiu que diferentes forças de trabalho coexistissem numa sociedade com a economia eminentemente agrária. A agricultura de autoabastecimento convivia com a pecuária em larga escala nas grandes propriedades e com criatórios diminutos nas pequenas, destinados prioritariamente para o mercado regional e litorâneo (NEVES, 2003, 2012).

Situação análoga pôde ser observada na Capitania de Pernambuco. Consoante Palacios (2004), desde inícios do século XVIII, o trabalho de homens livres convivia com o escravo, nas extensas áreas do *plantation* açucareiro. As fronteiras de expansão dessa atividade eram identificadas como espaços de concentração de agricultores pobres e livres, que, agrupados em pequenas comunidades rurais, sobreviviam a duras penas, dependentes de uma desventurada agricultura de subsistência voltada para o cultivo da mandioca, do milho e de uma reduzida variedade de legumes (PALACIOS, 2004).

Conforme Neves (2008, p. 184), “as pequenas policulturas sertanejas não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo, nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes.” Tais cultivos, de base familiar, não se caracterizavam como de subsistência, pois não se limitavam apenas ao consumo dos próprios agricultores. Desde o século XVIII, a agricultura de abastecimento sertaneja, tanto das lavouras quanto da pecuária, consolidou sua autossuficiência nos sertões, dinamizando internamente a economia colonial com a venda dos excedentes produzidos (NEVES, 2008).

Em Santo Filho (2012), é apresentada a rotina da fazenda Campo Seco, uma diversificada unidade policultora do sertão baiano. Os detalhes registrados no *Livro da Razão* e no *Livro do Gado* dão conta de uma fazenda pecuarista, com criação de animais de grande e pequeno porte. As relações de produção estabelecidas apresentam uma unidade produtiva escravagista, que possuía trabalhadores livres, vaqueiros, remunerados pelo sistema de *sorte*, recebiam  $\frac{1}{4}$  dos bezerros que entregavam ao senhorio, quando os ferravam anualmente, ou pelo sistema de *giz*, dos bezerros ferrados apresentados, o quinto seria o seu pagamento. Essas proporções podiam variar de um ano para o outro em função da ocorrência de secas, doenças no rebanho, instalação de benfeitorias, melhoramento genético dos animais, dentre outras razões.

Associada à pecuária, a agricultura era diversificada, produzia-se algodão, cana-de-açúcar e as culturas de sobrevivência: feijão, arroz, milho e mandioca. Quanto aos produtos industrializados, a fazenda Campo Seco produzia rapadura, cachaça e, esporadicamente, o açúcar de qualidade inferior, couro curtido, carne seca e farinha de mandioca; da estrutura de beneficiar o algodão, produziam-se tecidos grosseiros para fabricação das vestes dos escravos e comércio com outras regiões; na “tenda do ferreiro”, consertavam-se e se fabricavam instrumentos agrícolas, ferramentas de carpinteiro, peças de rodas de carro, ferraduras etc.; a fazenda também possuía escravos mestres em carpintaria, que produziam os artefatos de madeira que se fizessem necessários.

A fazenda Campo Seco faz jus à abstração observada em Freyre (2003) de que, em regiões onde o clima não favorecia a grande lavoura monocultora, desenvolveram-se modelos de exploração do solo mais diversificados. Segundo Santos Filho (2012), outra característica dessa propriedade era o forte comércio regional; por meio das anotações do cultivo algodoeiro no *Livro da Razão*, percebe-se que o proprietário foi um medíocre plantador da malvácea, no entanto foi um forte comerciante de algodão. “Capitalista e intermediário, adiantou dinheiro aos lavradores da região, adquirindo-lhes de antemão a colheita. Pinheiro Pinto pouco

dedicou-se ao cultivo do algodão, preferindo empregar capitais no comércio do mesmo” (SANTOS FILHO, 2012, p. 270).

A fazenda Brejo das Carnaúbas, arrendada dos Guedes de Brito, assim como a Campo Seco, também era uma unidade policultora com benfeitorias e dinamismo econômico. Segundo Freire (1906, p. 506), Joaquim Quaresma Delgado entre 1731 e 1734, verificou a existência de roças de cana e engenho nessa fazenda. “*Brejo da Carnaúbas* do mestre de campo Pedro Leolino Mariz onde há roçaria de cana e engenho de cana”. A propriedade e suas benfeitorias foram negociadas com Mathias João da Costa, após o seu falecimento, na constituição do inventário dos seus bens, direitos e obrigações; em 1758, a referida fazenda é relacionada com “uma engenhoca de moer canas, em terras próprias, uma casa coberta com telhas, canaviais, roça de mandioca e algum milho, 23 escravos, 200 rezes, e quatro cavalos” (NEVES, 2003, p. 300).

Também servem como exemplos, dentre outras propriedades, as fazendas policultoras de médio porte: Pé da Serra, nas atuais jurisdições de Macaúbas, Barro Vermelho, nas cabeceiras do Rio das Rãs, e a Boa Vista, na capela de Santo Antônio da Barra. No inventário dos seus possuidores, aparecem descritos as roças, as criações, as benfeitorias, os escravos, assim como outros bens, que caracterizam a atividade policultora desenvolvida. O inventário do português Antônio de Sousa da Costa, em 1738, relaciona na fazenda Pé da Serra cultivos de mandioca, banana e outros gêneros de subsistência, uma pequena criação de bovinos e suínos e uma quantidade razoavelmente grande de equinos; constam benfeitorias e 23 escravos.

No espólio de Ana Maria Antunes, em 1760, na fazenda Barro Vermelho, são listados uma casa coberta com telhas, uma roça de mandioca, 25 rezes e 11 escravos, sendo um deles o João Gomes, mulato de 20 anos, o único com profissão declarada, era vaqueiro e, portanto, possuía maior valor do que os demais. No inventário de Crispim da Rocha Pinto, em 1785, foram relacionados os seguintes bens na fazenda Boa Vista: uma roça de mandioca, uma casa coberta com telhas e duas outras casinhas, duas cargas de algodão, 22 bestas, alguns animais de montaria, gado em quantidade não revelada e 12 escravos (NEVES, 2003, 2008).

Na transição para o século XIX, os agentes dos Guedes de Brito aumentam o processo de fracionamento dos dilatados latifúndios, o que eleva o número de pequenas e médias propriedades arrendadas. As novas diretrizes fundiárias estabelecidas pela metrópole no primeiro quartel do século XIX intensificam a minifundiarização das terras da Casa da Ponte, inclusive com a venda das propriedades para os rendeiros; tal fato consolida uma nova paisagem agrária com latifúndios descontínuos ladeados por pequenas e médias propriedades.

Coexistia nessa estruturação o trabalho escravo com o de homens livres nas grandes e médias propriedades e também com os pequenos e autônomos agricultores familiares (NEVES, 2008; PIRES *et al.*, 2018). A agricultura de abastecimento favoreceu-se da pecuária e lhe complementou, o que possibilitou o assentamento de populações e viabilizou a própria criação do gado (NEVES, 2008).

## 2.5 OS ATORES DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO

Consoante Linhares e Silva (1981), a economia de abastecimento dos períodos colonial e republicano pautou-se, dentre outras questões, na origem da agricultura “campesina”, uma vez que a produção de alimentos fazia-se no domínio do trabalho familiar, quer no interior das grandes unidades agroexportadoras ou pecuaristas, quer na periferia por meio do agricultor dependente ou obrigado, ou, ainda, no espaço criado pela fronteira livre (LINHARES; SILVA, 1981).

Os mais importantes atores produtivos da agricultura de abastecimento do Alto Sertão da Bahia foram os escravos e os pequenos agricultores livres. Os grandes senhores de terras, de ordinário, estavam ausentes de suas propriedades. Das fontes utilizadas neste estudo, apenas Neves (2003) faz referência à participação dos indígenas na agricultura de abastecimento dessa região. O autor, ao relatar sobre o processo colonizador do Alto Sertão da Bahia, informa que este foi precedido de guerra aos índios e comenta que, nas batalhas contra as tribos hostis, os colonizadores recorriam ao apoio de uma tribo rival ou “de grupos indígenas incorporados ao trabalho das fazendas pecuaristas e das lavouras de mantimentos” (NEVES, 2003, p. 154).

### 2.5.1 A economia própria dos escravos

Tadeusz Lepkowski (1927-1989), em seu livro *Haiti* (Havana, Casa de las Américas, publicado em 1968), utilizou pela primeira vez o termo “Brecha Camponesa” ao descrever os sistemas de cultivo voltados para a produção de mercadorias agrícolas nas Antilhas sob o regime escravista.

O autor estabeleceu esse conceito para representar as concessões feitas por senhores aos seus escravos com o fim de acomodar o ambiente hostil das fazendas. De acordo com Lepkowski (1968), os fazendeiros separavam parcelas de terras para o livre cultivo de seus

escravos, estimando que essa atitude fosse uni-los à plantação, prevenir as fugas e influir positivamente no trabalho nas fazendas.

O antropólogo estadunidense Sidney Mintz (1922-2015) deu prosseguimento aos estudos de Lepkowski oferecendo um panorama mais detalhado das atividades camponesas sob o regime escravista, distinguindo: camponeses não proprietários; camponeses proprietários; atividades camponesas dos quilombolas; o protocampesinato escravo. “Este último se refere às atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidas no interior das fazendas, e à eventual comercialização dos excedentes obtidos” (CARDOSO, 2004, p. 55).

Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), historiador e pesquisador, produziu três obras que são importantes para a compreensão das “Brechas Camponesas” dentro do regime escravista praticado na América portuguesa. (As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial: a preocupação obsessiva com a extração de excedente), (Agricultura, escravidão e capitalismo) e (Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas), publicados em 1980, 1982 e 1987, respectivamente.

Ciro Flamarion, de acordo com Garcia e Bastos (2013), ao estudar a brecha camponesa no Brasil e em algumas colônias do Sul dos Estados Unidos, Caribe britânico, francês e espanhol, descreveu: o acesso aos meios de produção e tempo requerido para tais atividades; o trabalho “autônomo” dos escravos; e a inserção dos escravos nos circuitos mercantis. Os estudos realizados por Ciro apontaram para a existência de duas modalidades de “Brecha Camponesa”; em ambos os casos, ocorria a comercialização dos excedentes.

- 1) a “brecha camponesa” podia ter uma função meramente complementar à distribuição de rações aos escravos, a intervalos regulares, pelos senhores ou seus representantes: neste caso, as parcelas entregues aos cativos limitavam-se a quintais próximos às suas cabanas, e o tempo livre de que dispunham era menor;
- 2) ou, então, podia colocar-se como alternativa às distribuições de rações, as quais desapareciam, ou quase: os escravos recebiam, neste caso, lotes situados fora do núcleo central da ‘plantation’, além dos quintais adjacentes às suas moradias, e dispunham de mais tempo para cultivar suas parcelas (CARDOSO, 1987, p. 88).

Dentre os motivos da concessão de parcela de terra e de tempo livre para que os escravos pudessem cultivá-la, destaca-se o interesse dos senhores de fazendas em minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho. Porém, o trabalho do escravo em lotes das fazendas também tinha a função de unir o escravo a terra e evitar fugas.

De acordo com Barros de Castro o processo de trabalho dos escravos tinha por fim, exclusivamente a produção de mercadorias para a exportação. Porém, “os senhores

perceberam que sem prejuízo da produção açucareira, poderiam os escravos cultivar pequenas lavouras de mantimentos”. (CASTRO, 1990, p. 18). A economia própria dos escravos, também denominada “sistema do Brasil” ou “Brecha Camponesa” foi introduzida em certas ilhas do Caribe pelos holandeses. Segundo Castro (1990, p. 19), o Sistema do Brasil,

fornece uma radiografia do escravismo de engenho e nela surgem contrastados, o trabalho “necessário” – destinado à subsistência dos escravos – e o trabalho “excedente”, apropriado pelo engenho. Sob a relação de dominação absoluta com que o escravismo se apresenta, à primeira vista emerge, assim, a relação de exploração em que realmente se funda.

O historiador Jacob Gorender (1923-2013), em seu livro “O Escravismo colonial”, de 1985, mostra que os portugueses já empregavam o sistema de conceber parcelas de terra aos escravos na Ilha de São Tomé, antes mesmo da colonização do Brasil. Quanto à economia própria dos escravos no Brasil colonial, Gorender, por meio da obra supracitada e do livro “A escravidão reabilitada”, de 1990, dentre outros textos, diverge de Ciro Flamarion quanto à conceituação, a seu ver, não há fundamento em falar em “Brecha Camponesa”, e quanto ao grau de generalidade e estabilidade da economia.

Em relação ao conceito, Gorender expressa que não é apropriado utilizar o vocábulo “brecha”, que induz à denotação de lacuna, espaço vazio, a um procedimento que foi determinado por meio de Cartas Régias e Alvarás. Nessa mesma linha, contesta a ideia defendida por Mintz e Ciro de que os escravos constituíram um “protocampesinato” precursor do campesinato negro surgido após as abolições: “o próprio Mintz, um dos principais defensores da tese, parte da indefinição do conceito do que seja camponês, sob alegação de que, no continente americano, ele adquiria aspectos diferentes dos europeus e de outras partes do mundo” (GORENDER, 1990, p. 78).

Segundo Gorender (1990), a afirmação de Mintz de que se tratava de escravos e que tudo que ocorria dentro da escravidão, é fundamental. Ela indica o quanto era instável a economia autônoma dos escravos, “mesmo se respeitada pelo direito consuetudinário e permitindo a transmissão por herança” (GORENDER, 1990, p. 78). Quanto à generalidade da “Brecha Camponesa”, Gorender refuta a ideia de que os senhores de escravos, em sua maioria, concediam um dia livre por semana aos cativos para que estes cultivassem os seus lotes.

Infere-se que os senhores de engenho estavam se negando a conceder um dia livre aos escravos para que cultivassem gêneros alimentícios de autoconsumo. O que não é difícil de explicar, não só porque esse dia se constituiu sempre concessão aleatória



no âmbito da produção açucareira, como também porque achavam-se em alta as cotações do açúcar (GORENDER, 1990, p. 73).

No entender de Jacob Gorender, o sistema de economia própria do escravo, tanto na produção açucareira como na do café, “não teve estabilidade e generalidade que facultem considerá-lo estrutural” (GORENDER, 1990, p. 75), mesmo levando em conta as melhorias no tratamento na segunda metade do século XIX. Em relação ao pecúlio, ou seja, posses obtidas pelos escravos, o autor relata que certa minoria dos cativos conseguiu ser proprietária de quantias de dinheiro ou de bens diversos, incluindo escravos. O pecúlio foi legalizado mediante a Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871 (GORENDER, 1985, 1990).

Segundo o historiador e pesquisador Mário José Maestri Filho, os escravos não estabeleceram vínculos significativos de posse efetiva com a terra trabalhada. A produção autônoma de alimentos, pelos próprios trabalhadores escravizados, nos domingos, em lotes de terras, foi fenômeno extraordinário e assistemático no escravismo brasileiro, especialmente quando a produção escravista acelerava impulsionada pela expansão do mercado e dos preços dos gêneros que produzia (MAESTRI, 2012).

Os pesquisadores João José Reis e Eduardo Silva, embasados em suas pesquisas sobre a história do cotidiano da resistência escrava, verificaram que o escravo submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Convivendo ao lado das agruras da vida escrava, existia um espaço social entrelaçado de hostilidades e de barganhas; dentre estas, estava a “Brecha Camponesa”. Esta, “também era interessante aos senhores como fator de redução dos custos de manutenção da escravaria ou como estratégia de controle social, mas seu tamanho, medido quer em tempo de trabalho, quer em espaço cultivado, era sempre objeto de disputa” (REIS; SILVA, 2009, p. 8).

De acordo com Stuart B. Schwartz, com os preços das mercadorias agrícolas valorizadas no mercado internacional, os fazendeiros relutavam em cultivar alimentos para os próprios trabalhadores e preferiam de outro modo comprar as devidas provisões para incentivar os escravos a cultivar seus próprios alimentos (SCHWARTZ, 2001). Segundo Schwartz (1988), os engenhos adotavam um dos três métodos para manter seus cativos:

Em algumas propriedades, os escravos dependiam exclusivamente, ou quase, da ração, ou “tamina”, fornecida pelos senhores. Em outras, permitia-se que cultivassem seu próprio alimento, usando dias santos e o tempo livre concedido por seus proprietários. Finalmente, outros engenhos usavam uma combinação desses dois métodos. [...] a tamina era normalmente parca e insalubre, e os escravos preferiam trabalhar para seu sustento, mesmo se o esforço estivesse além de sua capacidade (SCHWARTZ, 1988, p. 127).

O “sistema brasileiro” de permitir que os escravos cultivassem suas próprias roças existiu pelo menos a partir do século XVII, no entanto é mais plausível que só tenha ocorrido com mais intensidade em alguns lugares e épocas do que em outros. A maior parte dos indícios da produção de alimentos dos escravos “provém, de fato, de fins do século XVIII e do século XIX. Dado o forte mercado para a exportação agrícola em fins do período colonial, não é difícil perceber por que os agricultores preferiam dedicar-lhe o máximo em terras” (SCHWARTZ, 2001, p. 155).

Stuart Schwartz ainda referindo-se a economia própria dos cativos rescreve que no Engenho de Santana, na Vila dos Ilhéus, os escravos tinham permissão para cultivar suas próprias roças, às custas de trabalho redobrado. “Como não foram encontradas, ainda, evidências de que os jesuítas liberavam dias normais de trabalho no engenho, os escravos deviam ocupar os períodos de descanso para cuidar das próprias plantações” (SCHWARTZ, 1988, p. 141). Os escravos do Engenho de Santana podiam vender seus produtos, inclusive ao próprio engenho, que os comprava a um preço cerca de um terço abaixo do de mercado (SCHWARTZ, 1988). Em 1789, após o período de propriedade dos jesuítas, os escravos fizeram uma rebelião e escreveram um documento para negociar a volta ao trabalho, várias das reivindicações relacionavam-se à permissão de ter suas próprias roças (SCHWARTZ, 1988; CAMPOS, 2006).

Conclui-se, portanto que a economia própria dos escravos também designada de “sistema do Brasil” ou “Brecha Camponesa”, não foi uma característica estrutural da empresa escravista brasileira. Como observado, é mais admissível que esse sistema tenha ocorrido com mais intensidade em alguns lugares e épocas do que em outros. Ou seja, foram as características particulares dos sistemas produtivos regionais que definiam se e como, os escravos estariam inseridos na economia de abastecimento.

#### **2.5.5.1 A agricultura de alimentos dos escravos do Alto Sertão da Bahia**

Observa-se que o modo de produção escravista demandava grandes desembolsos financeiros com a alimentação, as vestimentas, os tratamentos, as instalações e a vigilância dos escravos, dentre as principais despesas, sendo mais adaptado para as monoculturas agroexportadoras. Desse modo, no interior das capitâneas, em que predominavam a pecuária extensiva e a agricultura de abastecimento, conclui-se que existia outro tipo de arranjo, menos oneroso e adaptado às dificuldades da agricultura sertaneja de sequeiro, o que implicava

menor vigilância e maior participação do escravo em atividades voltadas para o seu próprio sustento. De acordo com Pires (2003, p. 89), em estudo sobre a experiência escrava no município de Igaporã no Alto Sertão da Bahia, “o sertão baiano também contava com poucos administradores e mesmo capitães do mato. Não há referências a feitores nas fontes pesquisadas, e essa ausência possibilita algumas inferências sobre ser escravo nessa região”.

Spix e Martius, em 1818, no Alto Sertão da Bahia, região do município de Livramento de Brumado, exaustos com a viagem e com a falta de alimentação para as mulas cargueiras da sua comitiva, tentaram, sem sucesso, adquirir provisões de milho na fazenda Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda. Informados que a fazenda não dispunha do cereal, os naturalistas, com muito custo, conseguiram comprar na mão dos escravos que ali trabalhavam um bom suprimento de milho (SPIX; MARTIUS, 1976). A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires observou em suas pesquisas que foi comum nesse Alto Sertão escravos valerem-se de roças para o cultivo próprio. Essa prática implicava mudanças nas relações entre os cativos e os seus senhores, como observado pela pesquisadora:

Essa situação foi uma opção vantajosa para os senhores, porque os isentava de mantê-los. Tanto para aqueles com maiores posses e escravarias, como para aqueles cujos recursos mal lhes bastavam. Também essa face autônoma da escravidão revelava a capacidade de negociação muito presente na relação dos escravos com seus senhores. De todo modo, a possibilidade do cultivo próprio gerava para o escravo a capacidade de formar pecúlio com o excedente de sua produção, servindo posteriormente à compra de alforria pessoal e de familiares e, em termos mais imediatos, de contarem com dinheiro (mesmo que pouco) para inserção na vida social (PIRES, 2009, p. 140).

Lycurgo Santos Filho (1910-1998) produziu um rico estudo histórico-sociológico de uma fazenda de criação de gado nos sertões da Bahia, nos séculos XVIII e XIX, com base na escrituração contábil e de memória da fazenda Campo Seco, conduzida desde 1755 até o início dos noventa. A fazenda Campo Seco ou Brejo do Campo Seco, no rio do Antônio, município de Brumado, conforme Neves (2011) foi arrendada por João Antunes Moreira junto a Joana da Silva Guedes de Brito e transferida em herança a seu filho André Antunes da Maia, que, em 1749, vendeu a sua posse para José de Sousa Meira. Em 1755, no inventário deste, a posse da fazenda foi delegada a Miguel Lourenço de Almeida e permaneceu por mais de quatro gerações em mãos dos seus descendentes. Situada no limite da borda oriental do Alto Sertão Baiano, pertencente à Região da Depressão Sertaneja, esta fazenda localizava-se muito próximo à face ocidental do Sertão da Ressaca (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; TORRES, 1996).

Consoante com Santos Filho (2012), quase todos os senhores de fazendas no Brasil consentiam que seus escravos trabalhassem por conta própria, em certas horas ou em certos dias da semana, costume esse também observado nas capitanias ao norte da Bahia. O autor, ao se referir à fazenda Campo Seco no domínio de Pinheiro Pinto, descreve: “viu-se que escravos do Familiar possuíram éguas de criação. Pois Pinheiro Pinto também permitiu que seus negros lavrassem e criassem, possibilitando-lhes amearhar haveres que serviriam para gastos diversos e para compra de alforria” (SANTOS FILHO, 2012, p. 121).

Santos Filho (2012) observa que Pinheiro Pinto permitiu a alguns de seus escravos, aqueles que eram peritos em alguns ofícios, como, por exemplo, vaqueiro, carpinteiro, ferreiro, pedreiro, oleiro, mestre em alambique, sapateiro, dentre outros, o exercício de atividades remuneradas em proveito do próprio cativo. Segundo o autor, o *Livro da Razão* da fazenda tinha anotações de toda a movimentação financeira ocorrida na propriedade; desse modo, é possível observar que os escravos da Campo Seco possuíam movimentação pecuniária, como é o caso, dentre outros, da escrava Perpétua, de acordo com Santos Filho (2012, p. 121):

Em 1806: “perpetua tem em meu poder .....	15000
o q’ a eca. [escrava] recebe he o sege.	
P. 1 p de Surrote .....	4000
P 2 cos. de baeta .....	1920
Q’ paguei ao Euzebio.....	6000
pa. O Felipe do Cacolé .....	<u>800</u>
	Soma 12720
	principl. <u>15000</u>

Como pode ser observado, a escrava Perpétua adquiriu para seu uso uma peça de pano Surrate e dois côvados de baeta para a confecção de saia e camisa que usaria aos domingos, em lugar da saia e camisa de algodão fornecida por seu senhor. Pinheiro Pinto foi, em verdade, um grande comerciante, sempre presente em todas as transações da fazenda, soube fazer dinheiro como criador de gado, fazendeiro policultor, negociante, intermediário e com o aluguel dos seus escravos (SANTOS FILHO, 2012).

Schwartz (2001), ao abordar a tese da economia própria dos escravos, é enfático em ressaltar a importância do cultivo de alimentos por parte de grandes e pequenos agricultores, livres ou cativos, o que demonstra o quanto a agricultura de abastecimento foi essencial para a colonização e povoamento do Brasil.

### 2.5.2 Os pequenos trabalhadores rurais livres

No processo de constituição do mercado de trabalho nas áreas de *plantations*, notadamente na região açucareira das capitanias da Bahia e de Pernambuco, a migração europeia não foi essencial. Grande parte das regiões nordestinas chegou à metade do século XIX contando com uma expressiva quantidade de lavradores pauperizados, cuja origem pode ser remetida à própria formação escravista colonial. São trabalhadores que, diante das diversas medidas e políticas governamentais, postas em curso já a partir das últimas décadas do século XVIII, foram coagidos a construírem estratégias de sobrevivência por conta do avanço das agroexportadoras escravistas e do próprio estado. As ações implementadas pelo estado colonial, quando observadas em conjunto e por meio da perspectiva das comunidades rurais das regiões agroaçucareiras, parecem ter constituído, de fato, um verdadeiro processo expropriatório (PALACIOS, 1996).

A agricultura familiar nas comunidades rurais de Pernambuco, “mesmo tendo deixado mais vestígios do que registros, teria sido a principal responsável pela regularidade do abastecimento de gêneros alimentícios na capitania durante boa parte do século XVIII” (PALACIOS, 2004, p. 56). Segundo este autor, a crise do *plantation* não afetou a oferta de alimentos na Capitania de Pernambuco, de modo que, durante toda a metade do século XVIII, as policulturas de agricultores familiares abasteceram suficientemente o mercado interno com a farinha de mandioca, o milho e o feijão.

O Brasil colonial tinha na escravidão a sua forma predominante de trabalho; com o passar do tempo, começa a coexistir com o escravismo uma população de trabalhadores rurais e de famílias que constituíam uma classe “camponesa”. A produção dos trabalhadores rurais livres e a dos escravos “estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica” (SCHWARTZ, 2001, p. 125). Essa população rural livre permaneceu, em grande parte, sem rosto e no anonimato. Muito raramente, usava-se a expressão “camponês” para se referir a eles, via de regra, eram conhecidos por uma série de vocábulos: matuto, caipira, capiiau, caboclo etc. Estes roceiros, no contexto colonial agroexportador, há muito eram tidos como provedores de alimentos. O papel fundamental de prover o abastecimento das cidades, dos garimpos e dos *plantations* pertencia à classe dos trabalhadores rurais livres (SCHWARTZ, 2001).

## 2.6 AS PRIMEIRAS INCURSÕES COLONIZADORAS NO SERTÃO DA RESSACA

Segundo Ivo (2009), Pedro Leolino Mariz atuou nos sertões da Bahia desde o início do século XVIII, estabeleceu a fazenda Brejo das Carnaíbas, situada no rio Carnaíba de Fora, um dos formadores do rio das Rãs, descobriu, em 1747, a mina de salitre de Monte Alto, auxiliou na expulsão dos paulistas Domingos e Francisco Dias do Prado, considerados os primeiros descobridores de ouro na região de Minas Novas, a mando do vice-rei e governador geral da Brasil Vasco César de Menezes; implementou mecanismos de fiscalização do comércio entre a Capitania da Bahia e de Minas Gerais durante o século XVII, combateu durante todo o século XVIII o descaminho do ouro pelos sertões e a abertura de desvios dos registros fiscais e, em 1729, tornou-se superintendente das Minas Novas, ainda integrando o território baiano.

Nessa função, Mariz torna-se um dos agentes de integralização econômica dos sertões ao mundo colonial, tendo promovido a imersão de João da Silva Guimarães e de João Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca, personagens centrais da colonização deste território (MAGAHÃES, 2015 *apud* NEVES, 2003; IVO, 2009).

Outro pioneiro do povoamento do Alto Sertão da Bahia, o sertanista Mathias João da Costa, que, segundo Neves (2012, p. 79), “talvez [tenha iniciado] a vida sertanista como administrador de fazendas dos Guedes de Brito”, adquiriu do mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz as benfeitorias e o arrendamento da Fazenda Brejo das Carnaíbas, que se estendia pelas atuais jurisdições de Guanambi, Matina, Igaporã e Caetité, pertencente à Joana da Silva Guedes de Brito. Mathias era natural de Travassos, termo da vila de Montalegre, arcebispado de Braga, norte de Portugal. Estabeleceu-se na região desde a primeira década do século XVIII, radicou-se em Brejo das Carnaíbas. O sertanista também aparece como um dos primeiros grandes proprietários de terras na Serra Geral e Sertão da Ressaca (DE SOUSA, 2001; NEVES, 2008).

De acordo com Freire (1906), Mathias João da Costa recebeu do governo Português uma sesmaria de três léguas quadradas, conforme o Alvará de 26 junho de 1732, “no sitio das *Catingas*, no valle do rio Pardo, parte pelo norte com sitio de *Jatobá* do Capitão *Antonio Simões de Oliveira*, e pelo lado do oeste com o sitio *S. João* da *Conquista* de *Julião Pereira Amado*” (FREIRE, 1906, p. 113), com todas as águas, campos, pastos e mais logradouros úteis, como prêmio pela ocupação de uma área à margem do Rio Pardo.

Os colonizadores do Alto Sertão da Bahia foram os promotores das primeiras incursões povoadoras do Sertão da Ressaca, motivados pela intensificação das conexões entre

o norte da Capitania de Minas Gerais e os sertões da Bahia, a partir do início do século XVIII, por conta das buscas de riquezas minerais. “Da comarca do Serro do Frio partiram conquistadores e aventureiros em direção aos sertões da Bahia, cujas entradas foram responsáveis pelo surgimento dos primeiros núcleos urbanos do Sertão da Ressaca e do Alto Sertão” (IVO, 2009, p. 118).

Ante o exposto neste capítulo, pôde-se compreender como a pecuária e a agricultura de alimentos foram fundamentais para a conquista e o povoamento do Alto Sertão Baiano. A estrutura agrária do Alto Sertão da Bahia revelou que a grande totalidade de suas terras pertencia apenas aos herdeiros dos Guedes de Brito e dos Garcia d’Ávila. Os prepostos destas famílias estabeleceram diversos currais de gado e entregavam, mediante contratos de arrendamento, porções das sesmarias a rendeiros capitalizados. As primeiras incursões povoadoras do Sertão da Ressaca partiram do Alto Sertão da Bahia e do norte da Capitania de Minas Gerais, ainda em uma época de forte concentração fundiária. O fracionamento das desmesuradas sesmarias deu-se a partir do primeiro quartel dos setecentos e se intensificou com a promulgação da lei das terras na metade do século XIX.

Predominou até próximo ao final dos oitocentos o trabalho baseado na força de trabalho dos cativos. Concomitantemente, ocorriam o assalariamento de homens livres e os contratos de parceria e meação, estabelecidos entre os grandes e os médios proprietários e os pequenos lavradores. Essas relações de produção foram essenciais à agricultura de alimentos. As fazendas dos recônditos sertões, por força do isolamento, eram compelidas a se tornarem autossustentáveis. Complementarmente à criação do gado, elas necessitavam produzir os gêneros alimentícios para o seu autoabastecimento. Dentre os atores que participaram desse modelo de agricultura, destacaram-se os escravos e os pequenos trabalhadores rurais livres. As evoluções tecnológicas da agricultura europeia do século XIX ficaram bem distantes do Alto Sertão da Bahia e do Sertão da Ressaca.

### 3 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE ABASTECIMENTO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS NO SERTÃO DA RESSACA

#### 3.1 OS CONTORNOS DO SERTÃO DA RESSACA

A denominação Sertão da Ressaca é um topônimo criado com base em referências à geografia popular, *Ressaca* ou *Ressaço*, sinonimizando *funda baía de mato baixo circundada por serra* e que foi aplicado às terras existentes entre os rios Pardo e das Contas. De acordo com Medeiros (1988, p. 2), “o viajante que palmilhar o Planalto da Conquista perceberá as fundas baías de campo, algo como um vago refluxo a desenhar o semicírculo da ressaca, só que não no mar. Uma ressaca de chão”. O nome Sertão da Ressaca também pode ser derivado do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho (DE SOUSA, 2001; MEDEIROS, 2009a).

Sertão da Ressaca é um termo presente nos documentos “que abordam o processo de ocupação e povoamento do interior da Bahia e compreende, genericamente, uma área de transição geográfica entre o litoral e a caatinga, estruturada em torno do atual município de Vitória da Conquista” (MENDES, 2009, 18). A denominação Sertão da Ressaca aparece nos documentos quando há referências à “porção de terras que tem como limites, ao sul, o alto Rio Pardo, ao norte, o médio Rio de Contas a oeste, o Rio Gavião, nas proximidades de Anagé, e, a leste, o limite é a mata de cipó” (OLIVEIRA, 2012, p. 41-42).

A expressão é constantemente empregada nas correspondências oficiais entre os séculos XVIII e meados do XIX. No documento produzido por Pedro Barbosa Leal em 1720, o Sertão da Ressaca apresenta-se como a faixa de terra entre o Rio Pardo e das Contas, “campos que abeiram as matas que se avizinham do mar”. Para Medeiros (2009a), as matas que são mencionadas por Leal seriam as matas de cipó, que se aproximam da Mata Atlântica na face leste da Ressaca (DE SOUSA, 2001; OLIVEIRA, 2012).

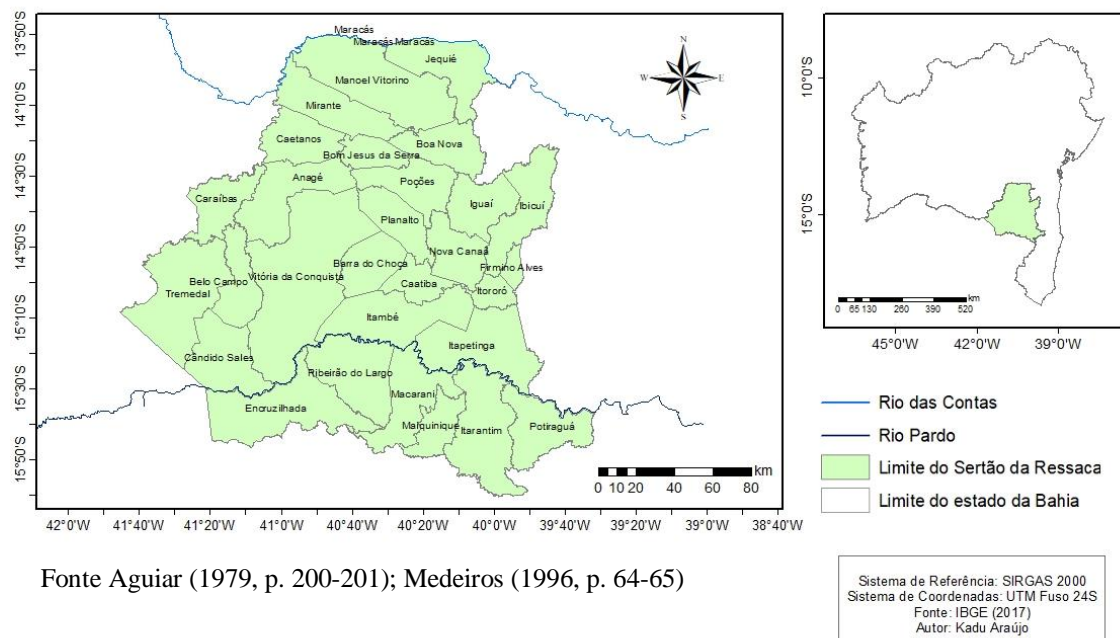
Esse termo foi também utilizado para denominar áreas específicas no interior da região mais abrangente, a exemplo de fazendas e riachos (OLIVEIRA, 2012). Segundo Neves (2003, 2008, 2012), Mathias João da Costa já havia estabelecido a Fazenda Ressaca, situada do lado direito do Rio Ressaca, na localidade do município de Piripá, dando nome também à região.

O Sertão da Ressaca, grosso modo, seria o Arraial da Conquista no período colonial e a Imperial Vila da Vitória durante a época monárquica. De acordo com a descrição produzida por Tranquilino Torres (1859-1896), advogado, historiador, geógrafo e promotor público da Imperial Vila da Vitória, a configuração geográfica da região era a seguinte:



Limita-se esse município ao Sul com o Salto, extrema com Canavieiras e Rio Pardo acima até a Barra do Mosquito, e daí rumo direito em Valo Fundo, sendo este o limite com o Estado de Minas Gerais. A Leste com Ilhéus, pelo Salto, rumo direito a Cachoeira, e daí rumo direito à serra do Grongogi. A norte com Poções, da fazenda Taquaral rumo direito à Lagoa da Serra; daí estrada direita a casa de morada de José Pereira do Rosário (fazenda Lagêdo), e desta também estrada direita à fazenda e morada de Joaquim José de Almeida, sita à margem do Riacho do Gado bravo: daí atravessa o Riachão, rumo direito às Araras, fazenda de Manuel Alves Portugal, margem do Rio Gavião. Ao Oeste com o município de Condeúba pelo Rio Gavião acima, a começar das Araras, até a Barra do Riacho Caetitú, e por este acima até sua nascente e Serra do Caetitú, aonde se dividem os terrenos da caatinga com os de mato-cipó, até a passagem do Agreste, extrema com o Estado de Minas. (TORRES, 1996, p. 25; MEDEIROS, 1996, p. 64-65).

**Figura 1** - Limites primitivos do Sertão da Ressaca



O pesquisador Ruy Medeiros esclarece que Tranquilino Torres descreveu os limites primitivos da Imperial Vila da Vitória (Figura 1), tendo deduzido as áreas que foram utilizadas para a constituição da Vila de Santo Antônio da Barra, hoje, Condeúba, por meio da Lei nº 809 de 1860. As terras foram desmembradas de Caetitú, no entanto ocupavam parte do território da Imperial Vila da Vitória; de igual modo, deduziu-se uma grande porção de terras, com a ascensão do Arraial de Poções à condição de Vila, por meio da Lei Provincial nº 1.986, de 1880 (MEDEIROS, 1996).

O Sertão da Ressaca compreende o espaço, grosso modo, conhecido como região Sudoeste da Bahia<sup>10</sup>. De acordo com o IBGE (2017), o território objeto deste estudo está situado em parte dos municípios das regiões Imediatas de Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié, que se inserem na região Intermediária de Vitória da Conquista. Segundo Mendes (2009), o território do Sertão da Ressaca foi nomeado e circunscrito com base em uma área de ocupação e posse de fazendeiros, com destaque para João Gonçalves da Costa, patriarca da principal família responsável pelo processo de ocupação, povoamento e conquista do amplo território do Sudoeste da Bahia ou, em outros termos, um espaço compreendido entre o Rio Pardo e o Rio das Contas. A autora ressalta que a nomeação de um território é de essencial importância para a sua inteira posse (VIANA, 1982; MEDEIROS, 2009b; MENDES, 2009).

Consoante De Almeida Abreu (2005), na representação de territórios antigos, a circunscção da área caracteriza-se não por uma reprodução fiel do espaço, mas por aproximação desses, apoiada em documentação confiável, competentemente manipulada pelo pesquisador. A elaboração de mapas com base em tais representações constitui-se “configurações territoriais do passado, traçadas em bases cartográficas contemporâneas, fundamentadas nas informações disponíveis” (MENDES, 2009, p. 66-67).

A área geográfica do Sertão da Ressaca até a desanexação de territórios com a promulgação das leis n.º 809, de 11 de junho de 1860, e n.º 1.986, de 26 de junho de 1880, correspondia, grosso modo, a “toda a área” dos atuais municípios de Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Dário Meira, Encruzilhada, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Mirante, Nova Canaã, Piripá, Poções, parte de Potiraguá, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (TORRES, 1996; DE SOUSA, 2001; MENDES, 2009).

### **Colonização e povoamento do Sertão da Ressaca**

Consoante Ivo (2009), a colonização do Sertão da Ressaca nas primeiras décadas do século XVIII está relacionada ao processo de expansão do Serro do Frio, comarca que outorgava a tutela administrativa dos sertões do norte da Capitania de Minas Gerais. Após as descobertas de ouro, Pedro Leolino Mariz, superintendente de Minas Novas, é autorizado por

---

<sup>10</sup> O termo região Sudoeste da Bahia é uma Regionalização econômica, oficial, instituída pela SEI-SEPLANTEC-BA.

meio de Carta régia do rei dom João V (1706-1750) a Vasco F. Cesar de Menezes, vice-rei e capitão general do mar e terra do Estado do Brasil de 22 de abril de 1728, a conquistar o sertão entre os rios das Contas, Pardo e São Mateus.

D. João etv.- Faço saber a vós Vasco F. Cesar de Menezes V. Rey e capitão general de mar e terra do estado do Brasil que se vio o que me remeteste em carta de dose de Agosto do anno passado, de que sendo vós informado por pessoas praticas e zelosas do meu serviço de que a grande porção de terra que ha no certão dessa cappitania desde as Minas do Rio das Contas athe o Rio Pardo. Rio Verde e cabeceyras do de S. Matheus erão as melhores que tinham todo o Brasil assim para a criação de gado como para a cultura de qualquer lavoura, achando-se vários Roteyros de Paulistas que afirmavam haverem ahy Minas riquíssimas de ouro e pedras preciosas. A cujo descobrimento se não tinha hido por dominar aquelle certão a mayor parte gentio Barbaro que por azilo o buscou precisado da guerra que se lhe tinha feito e saindo às povoações em que tinha executado grande danno, e que tomareis a resolução de os manter conquistar, encarregando esta deligencia ao coronel Pedro Leolino Mariz porque da sua capacidade tirareis o bom sucesso dela [...] o principal cabo desta empresa he o coronel André da Rocha Pinto, homem valoroso e prático nestas conquistas, pelas muitas que tem feito com capacidade para se fiar dele semelhante emprego, e lhe encommendareis procurasse por todos os meynos extinguir aquelle Gentio [...] e que desta campanha hão de resultar grandes interesses à minha fazenda, não só no descobrimento de novas, se não tão bem povoando se aquelle certão de fazendas e gado e plantandosse nelle mantimentos; e que os Paulistas reputão esta grande parte do certão pela *joya mas preciosa* do Brasil e que de tudo o que o resultasse dessa expedição me dareis conta.<sup>11</sup>

As descobertas de ouro em Minas Novas, Jacobina e Rio de Contas despertaram na Coroa portuguesa o interesse de explorar as terras compreendidas entre o Rio de Contas, o Rio Pardo, Rio Verde e as cabeceiras do rio São Matheus. Segundo relato do rei D. João V, essa região era a *Jóia mais preciosa* que o Brasil possuía para a criação de gado e lavoura, além de possuir minas riquíssimas de ouro e pedras preciosas. Protegido como Zona Tampão, em que foi proibida a abertura de estradas e caminhos e a instalação de atividades econômicas (Paraíso, 1992), esse território, situado no entorno oriental e meridional da região diamantífera, tornou-se alvo de expedições de prospecção mineral e de reconhecimento dos demais recursos naturais, assim como do trânsito de pessoas em busca de sobrevivência e de enriquecimento, o que fomentou o processo de ocupação, povoamento e novas conquistas (DE SOUSA, 2001; IVO, 2009).

Em 1725, o Mestre de Campo e sesmeiro André da Rocha Pinto e o Capitão-mor João da Silva Guimarães receberam do conquistador e administrador de confiança da corte portuguesa<sup>12</sup>, o Mestre de Campo Pedro Leolino Mariz, a bandeira que deveria reconhecer as

<sup>11</sup> Citado por ACCIOLI, Ignácio. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Anotações: Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. v. 2, p. 363-364.

<sup>12</sup> Citado por ACCIOLI, Ignácio. Op. Cit., p. 363.

terras banhadas pelos rios de Contas, Pardo e São Matheus com o objetivo de encontrar ouro, combater índios de *língua travada*, destruir quilombos, criar povoados e assentar fazendas de gado com plantio de mantimentos. Seguindo na bacia do Rio de Contas, no sentido morro acima do seu afluente, o Rio Gavião, João da Silva Guimarães penetrou o Sertão da Ressaca e chegou a um local hoje pertencente ao município de Bom Jesus da Serra, de onde partiu em marcha da barra do Riachão do Gado Bravo, afluente do rio Gavião, por volta de 1750, até alcançar o lugar posteriormente conhecido como Batalha (DE SOUSA, 2001; IVO, 2009).

João da Silva Guimarães, em 1752, no Sertão da Ressaca encontrou dois moradores com fazendas de criação de gado, um deles, o português Antônio Ferreira Campos, fazendeiro da Barra da Vereda, um dos mais antigos criadores de gado do sertão da Bahia, que se servia do Rio Pardo para a condução dos mantimentos vendidos (DE SOUSA, 2001; IVO, 2009). De acordo com Medeiros (2009b), desde 1698, as terras das cabeceiras dos rios Pardo e Doce foram povoadas pelo Capitão paulista Antonio Luís do Passo, fundador do Arraial Rio Pardo de Minas, acompanhado de alguns moradores.

O Mestre de Campo André da Rocha Pinto teve suas propriedades ignoradas na expedição realizada por Joaquim Quaresma Delgado<sup>13</sup> a partir de 1731. Segundo Ivo (2009), o sesmeiro já se encontrava, desde 1728, abrindo caminhos entre os rios das Contas, Verde e São Mateus. Delgado, possivelmente, evitou visitar a região das fazendas do Mestre de Campo por conta da forte presença de nações indígenas hostis. De acordo com Donato (1996), André da Rocha Pinto faleceu em 12 de novembro de 1732 na região da Lagoa Dourada, em combate contra os Aimorés. João da Silva Guimarães reorganizou a bandeira e seguiu conquistando territórios; em 1735, recebe a patente de Mestre de Campo<sup>14</sup>, concedida pelo Conde de Sabugosa pelo bom desempenho da missão à qual foi designado: explorar o Rio São Matheus e suas cabeceiras.

João Gonçalves da Costa nasceu em Chaves, na região de Trás-os-Montes, norte de Portugal, por volta do ano 1717 ou 1719. João Gonçalves, preto forro, em 1744, aparecia integrado à bandeira do Mestre de Campo João da Silva Guimarães com a honraria de Capitão-mor do *terço de Henrique Dias*<sup>15</sup>, patente assinada pelo conde das Galveas, André de

---

<sup>13</sup> Citado por FREIRE, Felisbelo. Op. Cit., p. 501.

<sup>14</sup> Patentes e Alvarás do Governo (1732-1735). APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. n. 352. Citado por DE SOUSA, Maria Aparecida Silva. A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista. UESB, 2001, p. 36.

<sup>15</sup> O termo preto forro foi usado na patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa. Citado por IVO, Isnara Pereira. Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. p. 24.

Mello e Castro<sup>16</sup>. Envolveu-se no processo de conquista dos sertões, “destacou-se como um exímio conquistador e violento dizimador de aldeias indígenas da região” (DE SOUSA, 2001, p. 48). Era reconhecido pelas autoridades coloniais como um grande desbravador e conquistador de gentios, “foi o mais importante pioneiro das imersões portuguesas nos sertões da Bahia, principalmente no Sertão da Ressaca” (IVO, 2009, p. 24).

Consoante Ivo (2009), foi publicamente reconhecido pelos membros da nobreza lusitana, que, ao relatarem a exploração das margens do rio Pardo, “registraram: *não produz um século um homem com o gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca frequentemente a própria vida*”.<sup>17</sup> Guimarães e Gonçalves da Costa foram os responsáveis pelo massacre desencadeado sobre os Mongoyós, subgrupo Camacã; desprenderam combate, financiado pelo governo provincial, contra os Botocudos, que viviam às margens do Catolé Grande, Riacho d’Água, e aos Pataxós. Tinham, por fim, que atacá-los e aldear os sobreviventes, os quais, subjugados, passaram a ser usados na derrubada da mata, abertura de estradas e no combate aos demais grupos ainda não aldeados (PARAÍSO, 1982). Após a morte de Guimarães, João Gonçalves assumiu oficialmente a tarefa de conquista do Sertão da Ressaca (VIANA, 1982; TORRES, 1996; DE SOUSA, 2001).

### 3.2 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DA RESSACA

O historiador Durval Vieira de Aguiar (1849-1900) descreveu o aspecto geral da Imperial Vila da Vitória da seguinte forma: os lados norte e leste são montanhosos e possuíram imensas florestas; o sul compõe-se de vastas estepes e planícies; ao oeste, notam-se intercaladamente pequenos bosques com vegetação de caatinga, mato de terras fracas e extensos campos em terreno, mais ou menos, ondulado e cheio de morros.

o clima e as águas são os melhores possíveis. A temperatura a noite principalmente é fria, regulando 10 a 17 graus no inverno e 18 a 25 (à sombra) no verão [...] e, pela amenidade da temperatura, pode-se cultivar todos os frutos da Europa; pois que os nacionais são perfeitamente abundantes. Em um mês de maio, quando ali estivemos, encontramos a temperatura de 15 a 17 graus à noite e 20 durante o dia. Por esta razão reputa-se a vila o lugar de mais salubridade do sertão, e relativamente, o em

<sup>16</sup> APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo. 1738-1745. Maço 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida a João Gonçalves da Costa. f. 370. Citado por DE SOUSA, Op. Cit., p. 48.

<sup>17</sup> Anais BN. Volume 38. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por Eduardo de Castro Almeida. Ofício do governador conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do *Rio Pardo*, pelo capitão-mor *João Gonçalves da Costa*. 31.03.1807. p. 455. Citado por IVO, Isnara Pereira. Op. Cit., p. 24.

que mais se vive [...] concorrendo muito para isso alguma regularidade das estações.<sup>18</sup>

### 3.2.1 O clima e a vegetação do Sertão da Ressaca

A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLANTEC), por meio do Centro de Planejamento e Estudos (CPE), produziu o levantamento das regiões climáticas do território objeto deste estudo, tomando por base o sistema de classificação do clima apresentado por Köppen (1948) e citado em Alvares *et al.* (2013). Conforme Tanajura (1992, p. 19), o estudo da SEPLANTEC/CPE apresentou o seguinte resultado:

AW – Clima de savana com chuvas periódicas e com inverno pouco chuvoso, abrangendo parte do Município de Caatiba e de Barra do Choça, partes dos municípios de Planalto, Poções, Boa Nova, Manoel Vitorino, Cândido Sales, Encruzilhada e Anagé.

AM – Clima de bosque, chuvoso quente úmido, com estação seca compensada pelos totais elevados, nos municípios de Itapetinga, Macarani, Maiquinique e parte dos municípios de Encruzilhada, Itambé, Caatiba e Nova Canaã.

BSH – Estépico de vegetação xerófila e semi-árida, em partes dos municípios de Vitória da Conquista, Planalto, Poções, Boa Nova, Cândido Sales, Encruzilhada, Belo Campo, quase todo o Município de Manoel Vitorino e parte do Município de Anagé.

De acordo com a metodologia de regionalização climática estabelecida por Thornthwaite (1948), a região planáltica do Sertão da Ressaca apresenta os tipos climáticos Seco a Subúmido (C1dB'3a') para as localidades sede municipal, fazendas Angicos, Conquista, Porcos, Panela, Tamboril, Vareda, Preguiça, Taquara, Periperi, Duas Vendas, dentre outras; Semiárido (DdA'a') para os territórios mais secos, englobando as fazendas Ressaca, Ilha, Coquinhos, Cachoeira de Manuel Roque, entre outras; e Úmido a Subúmido (C2rB'3a') para as regiões com maior precipitação pluviométrica, compreendendo, dentre outras propriedades, as fazendas Barra da Vereda, Pau Alto, Boca da Mata, Cachimbo, Choça, Engenho Velho, Jeribá, Barro Vermelho e Sucesso.

Consoante Torres (1996), em 1978, o engenheiro agrônomo Ângelo Paes de Camargo publicou o estudo “Relatório de viagem às regiões cafeeiras de Vitória da Conquista e Tapiramutá”; neste, o engenheiro distribuiu a vegetação regional em seis faixas, seguindo-se do interior para o litoral:

<sup>18</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979. p. 199.

Faixa A – Caatinga ou cobertura acatingada. Vegetação típica de áreas com deficiências hídricas acentuadas, incompatíveis com a cafeicultura. Seus solos são em geral rasos, pedregosos e acidentados.

Faixa B – Carrasco, também conhecido como “campos gerais” ou cerrado. É uma vegetação baixa, mais aberta, típica de terra muito pobre e seca. Encontra-se geralmente no espigão divisor das vertentes marítimas continentais a altitudes da ordem de 1.000m, em solos arenosos. Essa faixa é considerada inapta à cafeicultura.

Faixa C – Mata de Cipó. Esta cobertura parece ser a predominante no platô. Vem em geral abaixo do carrasco. É uma vegetação alta, fechada com muitas lianas (cipós), epífitas (orquídeas) e musgos (barba de mono). Encontram-se muitas madeiras de lei, como Pau-de-leite, Jacarandá, Angico, Ipê (Pau-d’arco), etc. Como vegetação secundária é abundante: Corona, Cipó-de-anta, Pitiá, Caiçara, Avelone, bem como o capim Corrente ou Barra do Choça, além dos Amargoso e tricoline.

Faixa D – Mata-de-Larga. É a vegetação que predomina logo abaixo da Mata-de-Cipó. Muitas vezes aparece em transição com esta. A Mata-de-Larga é mais baixa e mais aberta que a de Cipó. Apresenta muita samambaia, sapé, capim Andrequicé e muitas leguminosas. [...] As áreas de Mata-de-Larga são mais úmidas. A cafeicultura deve encontrar condições climáticas satisfatórias em terras de Mata-de-Larga.

Faixas E e F – Mata Fria e Mata Fluvial Úmida. São as vegetações que aparecem nos bordos e nas escarpas sudeste do platô, logo depois da Mata-de-larga. São áreas úmidas que estão sob a influência das correntes aéreas frias e úmidas vindas do oceano. Os invernos são sujeitos a frequentes e prolongados nevoeiros.<sup>19</sup>

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da região Sudoeste da Bahia, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do estado da Bahia, relacionou os tipos de vegetação e as áreas de ocorrência, tomando como referência as unidades de relevo encontradas na Região Sudoeste. O tópico 3.2.1 deste estudo caracteriza as diversas unidades morfológicas encontradas na região supracitada (Figura 2). A vegetação, Estepe ou Caatinga, ocorre no Maciço Central, nas Serras Marginais, no Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista e nas Serras e Maciços Pré-litorâneos.

A formação do tipo Floresta Estacional Decidual encontra-se no Planalto dos Geraizinhos, no Maciço Central, nas Serras Marginais, no Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, na Depressão de Itapetinga e nas Serras e Maciços Pré-litorâneos. A vegetação Floresta Estacional Semidecidual tem sua área de ocorrência no Planalto dos Geraizinhos e na Depressão de Itapetinga. O Ecótono Cerrado/Floresta Estacional ocorre nas unidades Planalto dos Geraizinhos e Pediplano do Alto Rio Pardo. O último tipo de vegetação, o Ecótono Cerrado/Caatinga, encontra-se nas unidades de relevo Maciço Central e Pediplano do Alto Rio Pardo (CAR, 1999).

O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1817, deslocando-se da Vila dos Ilhéus até o Arraial da Conquista entra em contato com a maioria das faixas de vegetação apresentadas por Torres (1996). O naturalista relatou que as matas de Ilhéus comunicavam-se

<sup>19</sup> Citado por TORRES, Tranquilino. **Município da Vitória**. 2. ed. Anotações de Ruy Hermann de Araújo MEDEIROS. Vitória da Conquista: Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996. p. 87-88.

com as matas do Sertão da Ressaca. À medida que Maximiliano distanciava-se do litoral, a Floresta Tropical Úmida ia cedendo lugar para as vegetações Mata Fluvial Úmida, Mata Fria e Mata de Larga. Entre as povoações de Ilhéus e Conquista, não havia outros locais intermediários a não serem as aldeias de São Pedro de Alcântara, hoje, município de Itabuna, e do Berruga (Verruga) (WIED-NEUWIED, 1989; TANAJURA, 1992; VELÔSO, 2010).

O naturalista, ao sair da escuridão das matas, no dia 28 de janeiro de 1817, “tendo passado vinte e dois dias viajando em plena floresta virgem, desde a nossa partida de São Pedro até a nossa chegada a Berruga, sem ver uma única habitação humana”,<sup>20</sup> avista, para além das florestas, os cimos azulados das montanhas do Planalto dos Geraizinhos (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981), popularmente conhecido como Planalto de Conquista.

Após três dias, a comitiva chega à fazenda Vereda, na região da Barra da Vereda, a mais próspera unidade pecuarista e policultora do Sertão da Ressaca do início dos oitocentos. Neste local, Maximiliano e sua comitiva avistam de súbito “ao lado dum vale suavemente inclinado, uma planície descampada e atapetada de relva e de arbustos, limitada ao longe por montes arredondados e cobertos de vegetação, tendo alguns trechos cultivados<sup>21</sup>”. Verifica-se que a leitura da paisagem feita pelo naturalista nos altiplanos conquistenses identifica-se com o conceito de *ressaca* apresentado por Medeiros (1988). A representação “montes arredondados” é identificada como *mar de morros*, que, consoante Nunes, Ramos, Dillinger (1981), faz parte da unidade de relevo Serras e Maciços Pré-Litorâneos. Esta formação circunda a face oriental do Sertão da Ressaca.

Após curta permanência na fazenda Barra da Vereda, o viajante segue para a região do Valo, norte da Capitania de Minas Gerais, atravessando as fazendas Angicos, Vareda, Ressaca e Ilha; neste percurso, o naturalista adentra as formações Mata de Cipó, Carrasco e Caatinga. Retornando do Valo e seguindo em direção ao Arraial da Conquista, o percurso foi feito perpassando pela transição da vegetação do tipo Carrasco para a vegetação de Mata de Cipó. No Arraial da Conquista, Maximiliano relata que a situação da povoação era agradável,

sobretudo porque, ao fundo do vale, avistam-se os flancos e os cimos de colinas cobertas de matas. Numa das vertentes, sombreada por umbrosas florestas, Conquista forma um retângulo alongado, onde a igreja ocupa o meio deste. As matas espessas, que enchem toda a área em volta do retângulo, dão-lhe a aparência de um prado verde-claro e tornam muito aprazível o aspecto da vila<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. **Viagem ao Brasil**. Tradução de Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 385.

<sup>21</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de., op. cit., p. 389.

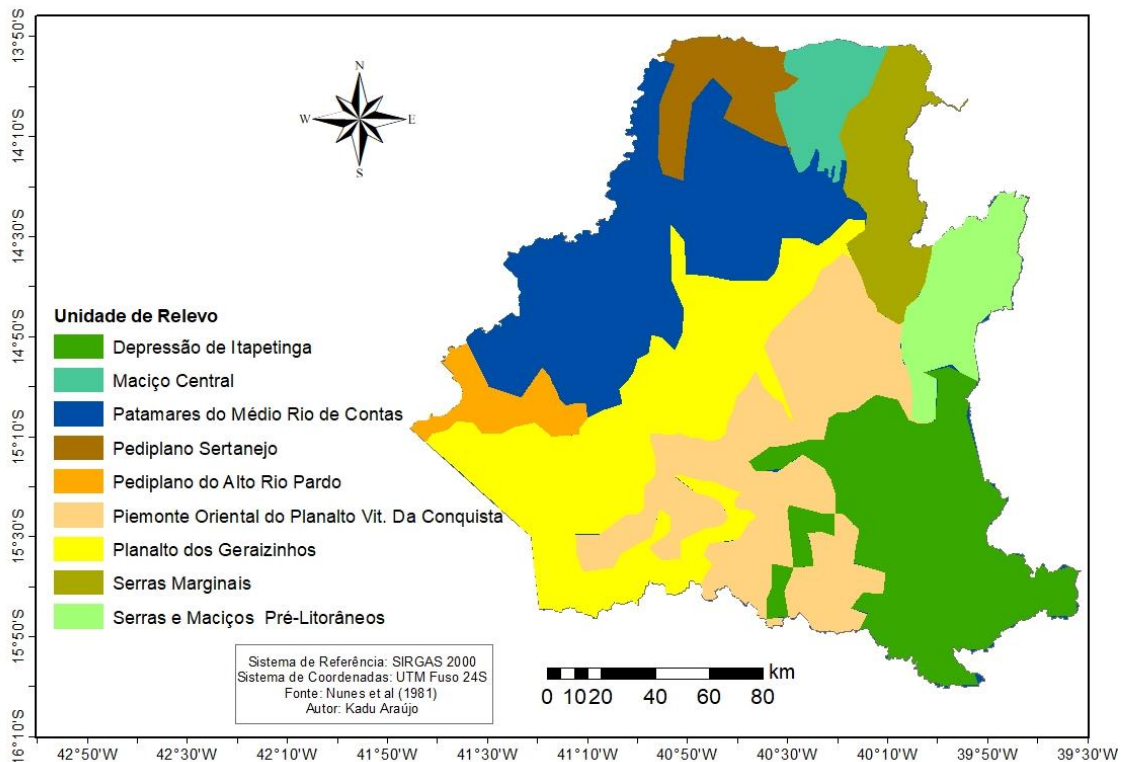
<sup>22</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de., Ibid., p. 428.



### 3.2.2 Unidades de relevo do Sertão da Ressaca

Consoante Casseti (2005), a apropriação do relevo pelo homem, como recurso ou suporte, é responsável por alterações substanciais do seu estado natural, modificando radicalmente as relações processuais. “Do predomínio da infiltração para o domínio do fluxo por terra; o desenvolvimento da morfogênese em detrimento da pedogênese; e, das atividades erosivas em relação ao comportamento biotásico relativo ao estágio precedente” (CASSETI, 2005, p. 133).

**Figura 2** - Unidades de Relevo do Sertão da Ressaca



Fonte: Nunes, Ramos, Dillinger (1981); Rocha (2007).

Por Unidade Morfológica ou Unidade de Relevo tem-se: “região caracterizada por certos elementos de ordem física (morfológica), isto é, estrutura e natureza das rochas. Esses elementos serão completados com as indicações da rede hidrográfica, do clima, do aspecto topográfico e da idade das rochas” (GUERRA, 1993, p. 425). As diferentes vocações ou aptidões inerentes a certa unidade de relevo são correlacionáveis a uma série de complexos fatores, direta ou indiretamente, afeitos a imposições de ordem natural, determinantes de limitações ao seu aproveitamento (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981). Segundo Ross

(1995), o que diferencia uma Unidade Morfológica de outra é a “intensidade da dinâmica das trocas de energia e matéria entre as partes: a baixa atmosfera (clima), a hidrosfera, a superfície da litosfera (rochas, minerais, solos e relevo) e a biosfera (fauna e flora) incluindo-se aqui as sociedades humanas” (ROSS, 1995, p. 71).

Segundo Lima, Pitiá, Santos (2006), a Região Sudoeste foi definida do ponto de vista geomorfológico a partir de nove unidades de relevo. Esse território possui em sua porção central uma zona mais elevada estendendo-se no sentido setentrional/meridional, constituindo uma importante barreira orográfica, composta pelas unidades Planalto dos Geraizinhos, Maciço Central e Serras Marginais (Figura 2).

As demais unidades encontradas nessa região, os Patamares do Médio Rio de Contas, o Pediplano Sertanejo e o Pediplano do Alto Rio Pardo, localizadas a oeste da porção central, o Piemonte Oriental de Vitória da Conquista, a Depressão de Itabuna-Itapetinga, a leste, e as Serras e Maciços Pré-Litorâneos, espacializam-se ao lado da referida barreira, tomando a forma de degraus altimetricamente menos elevados e extensos.

O potencial de uso das terras do Sertão da Ressaca é fortemente influenciado por essa barreira central que produz uma área de barlavento definida pelo Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista e outra área a sotavento, a oeste da barreira orográfica, gerando zonas de sombras de chuvas nas unidades Patamares do Médio Rio das Contas e o Pediplano Sertanejo (LIMA; PITÍÁ; SANTOS, 2006).

A seguir, de forma sintética, são apresentadas as principais características das unidades de relevo encontradas na Região Sudoeste da Bahia:

- a) o Planalto dos Geraizinhos. Esta unidade de relevo está espacializada pelo extremo norte e sudoeste da região, sendo interceptada pelo Maciço Central, e apresenta altitudes que podem variar de 600 a 1.000m, cota superada apenas em residuais localizados que se elevam acima do topo dos planaltos, como a Serra de Periperi, imediatamente ao norte da cidade de Vitória da Conquista (LIMA; PITÍÁ; SANTOS, 2006). O planalto conecta-se, a nordeste, por meio de tabuleiros elevados, com alvéolos planos que se interpenetram às elevações do Maciço Central e das Serras Marginais. A borda norte desse planalto apresenta-se rampeada ou exhibe escarpamentos abruptos nos limites com os Patamares do Médio Rio de Contas. O Altiplano dos Geraizinhos possui amplas faixas de solos mecanizáveis, com baixo risco de erosão, propícios para a agricultura. Constitui-se um divisor de águas das bacias do alto e médio Rio Pardo, do médio Rio de

Contas, do médio Rio Jequitinhonha, do médio Rio Paraguaçu e do alto Rio Jequiriçá. Os municípios que estão inseridos na estrutura do Planalto dos Geraizinhos são: Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo, Poções, Planalto, Encruzilhada, Cândido Sales, Belo Campo, Barra do Choça e uma pequena fração dos municípios de Tremedal e Anagé (GUERRA, 1993; LIMA; PITÍIA; SANTOS, 2006; NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).

- b) Maciço Central. Esta unidade morfológica está totalmente localizada dentro da Região Sudoeste, situa-se a noroeste e ao norte, interpondo-se no Planalto Geraizinhos, em altitudes que podem variar de 400 a 800m; podem ocorrer topos residuais com 1.000 de altitude. Em sua maior parte, o Maciço Central é drenado pelo médio rio de Contas, que atravessa o setor meridional desses relevos dividindo-o aproximadamente ao meio. A sua predisposição à desnudação é notória, ocorre de maneira crônica e acompanhada de acumulação de detritos nas depressões. Essa unidade está presente apenas na face setentrional do Sertão da Ressaca, em pequena parte do município de Boa Nova e na feição leste de Manoel Vitorino (GUERRA, 1993; NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981).
  
- c) As Serras Marginais. Fazem parte da Região do Planalto Soerguido, do Domínio dos Planaltos Cristalinos, e se localizam imediatamente a leste do Maciço Central. Apresenta-se como uma extensa faixa de sentido longitudinal, em torno de 290 km e, em média, 30 km de largura. Encontra-se geralmente em altitudes superiores a 400m, principalmente entre 600 e 1.000m. Nos setores mais úmidos dessa unidade, o manto de alteração é espesso e rico em minerais primários, o que possibilita o estabelecimento de culturas exigentes em solos férteis e umidade, enquanto, em áreas mais secas, os morros rochosos encontram-se já quase completamente descobertos pela limpeza e perda da frente de alteração. A parte centro-sul da unidade é cortada pela bacia do rio de Contas. Predominam nessas unidades as encostas com alta energia erosiva. Essa estrutura está inserida em parte dos territórios dos municípios de Iguaí, Poções, Boa Nova e uma pequena fração do município de Manoel Vitorino (GUERRA, 1993; NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981).

- d) Os Patamares do Médio Rio de Contas. A unidade está localizada a oeste do Planalto dos Geraizinhos, correspondendo a níveis intermediários entre estes e a depressão dos Pediplanos Sertanejos. Apresentam altitudes entre 400 e 800m, com a diferença de altitude em relação ao topo do planalto, comumente, de 300m. A drenagem da área é comandada pelo Rio de Contas, destacam-se o Rio Gavião e o Rio do Antônio, com vales largos, de fundo chato e leitos arenosos (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981). Ao longo dos rios mais importantes que drenam a área, ocorrem depósitos aluviais, apresentando solos quartizíticos e distróficos altamente porosos, bem drenados, utilizados para cultivos de subsistência não muito exigentes em água. Constituem-se a melhor alternativa para o aproveitamento agrícola na média bacia do rio de Contas. Os municípios Vitória da Conquista, Tremedal, Poções, Mirante, Manoel Vitorino, Caraíbas, Caetanos, Bom Jesus da Serra, Boa Nova, Belo Campo e Anagé possuem parte dos seus territórios nessa unidade de relevo (GUERRA, 1993; SILVA, 1970 *apud* NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981).
- e) Pediplano Sertanejo. Situada a oeste da Região Sudoeste, identifica-se, em grande parte, com as áreas sertanejas de clima seco. Apresenta totais pluviométricos baixos, estação seca acentuada e cobertura vegetal de Estepe. Corresponde a uma superfície deprimida, cercada em parte por relevos planálticos das unidades adjacentes, com altitudes entre 400 e 600m. Os rios têm regime intermitente, com exceção do Paraguaçu e do rio de Contas. Os municípios Mirante, Manoel Vitorino, Caraíbas, Caetanos e Anagé possuem parte de suas terras nessa unidade de relevo (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).
- f) O Pediplano do Alto Rio Pardo. Localiza-se a sudoeste da Região Sudoeste, separa o Planalto dos Geraizinhos dos Patamares do Médio Rio de Contas, encontra-se em altitude que varia de 500 a 900 m e é composta por pequenos setores de aplainamento formado por afloramento de rochas mais resistentes. A área pertencente a esta unidade é drenada por pequenos afluentes do Rio Muquém, pertencente à bacia do Rio Pardo, e do Rio Gavião, afluente da bacia do rio de Contas, todos intermitentes devido à estação seca prolongada característica do clima semiárido, à qual está submetida à região, assim como a vegetação de Savana, que recobre a unidade. Os municípios Tremedal, Piripá, Cordeiros,

Condeúba e Belo Campo possuem frações dos seus territórios nessa estrutura (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).

- g) Piemonte Oriental de Vitória da Conquista. A unidade de relevo estende-se a leste e sudeste do setor meridional dos Planaltos dos Geraizinhos, representando um nível intermediário entre esses planaltos e a Depressão de Itabuna-Itapetinga. As cotas altimétricas variam consideravelmente de 200 a 800m de altitude em trechos reduzidos. A área do Piemonte apresenta relevo muito movimentado, inteiramente constituído por colinas e morros resultantes da intensa dissecação que molda a vertente oriental do planalto. A drenagem caracteriza-se como muito densa e é composta de pequenos cursos de água intermitentes, em sua maioria, dirigidos para o Rio Pardo ou o Rio Jequitinhonha (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).

Toda a área da unidade apresenta espessa camada de alteração da rocha, constituindo-se um ambiente propício aos movimentos de massa, como voçorocamentos e escorregamentos. A unidade é composta por diversas classes de solos, sendo alguns de elevada fertilidade orgânica e mineral. Possui temperaturas médias acima de 25°C e índices pluviométricos anuais superiores a 800 mm, fatores que possibilitam o amplo desenvolvimento de atividades agrícolas. Essa estrutura estende-se em parte dos territórios dos municípios de Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo, Poções, Planalto, Nova Canaã, Maiquinique, Macarani, Itapetinga, Itambé, Encruzilhada, Cândido Sales, Caatiba e Barra do Choça (LIMA; PITÍIA; SANTOS, 2006; NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).

- h) Depressão de Itabuna-Itapetinga. A unidade encontra-se na Região da Depressão do Sudeste baiano. Trata-se de uma área rebaixada, com altitudes de 200 a 400 m e inferiores a 100m, a nordeste da unidade. A área é drenada pelas bacias dos rios Pardo, Salgado, Colônia e Cachoeira, que atravessam a área no sentido oeste – leste e sudoeste - nordeste, em padrão geral dendrítico. Os traços geomorfológicos revelam uma maior complexidade das formas assumidas pelo relevo na depressão de Itapetinga, tendo como componente significativo nessa maior diversidade de modelados a sua natureza interplanáltica (GUERRA, 1993; NUNES; RAMOS;

DILLINGER, 1981). Em topografias de maiores declives, o pisoteio normal do gado conduz a processos lentos de deslizamentos de massa no nível superficial, os quais se tornam generalizados e, à medida que recrudescem, levam à constituição de sulcos e ravinas, entalhados, por sua vez, pelos terracetes de pisoteio. Essa unidade reúne condições edafoclimáticas semelhantes às da unidade Piemonte Oriental de Vitória da Conquista, porém, com uma diversidade maior de solos, sendo alguns de natureza vulcânica. O território do Sertão da Ressaca pertencente a esta unidade de relevo é representado pelas terras, em sua totalidade ou em parte, dos seguintes municípios: Ribeirão do Largo, Potiraguá, Maiquinique, Macarani, Itororó, Itarantim, Itapetinga, Itambé e Caatiba (NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).

- i) As Serras e Maciços Pré-Litorâneos. São unidades de relevo da Região do Planalto Rebaixado, que abrange os relevos montanhosos entremeados por áreas relativamente planas. Comportam grande amplitude altimétrica, possuem trechos rebaixados com menos de 100m e alguns topos residuais com cotas superiores a 1.000 m. A unidade é drenada por afluentes do Rio de Contas, principalmente da margem direita, por meio do Rio Gongogi, e pelos rios Salgado, Almada, Una ou Aliança (e alguns de seus afluentes) e por tributários da margem esquerda do baixo rio Pardo. As terras do Sertão da Ressaca pertencentes a esta unidade de relevo foram cultivadas com cana de açúcar, café, cacau, gêneros alimentícios, assim como foram utilizadas para a pecuária. Pertenciam em sua totalidade ou em parte aos seguintes municípios: Nova Canaã, Itororó, Itapetinga, Iguai, Ibicuí, Firmino Alves e Dário Meira (GUERRA, 1993; NUNES; RAMOS; DILLINGER, 1981; PENTEADO, 1983).

### **3.2.3 Os Solos do Sertão da Ressaca**

Segundo Durval Vieira de Aguiar, “todos os terrenos da Imperial Vila da Vitória são fertilíssimos para toda a espécie de lavoura, que, alimentada por diversos rios e riachos e acobertada por grandes e espessas matas, pouco sofre os rigores das secas anuais” (AGUIAR, 1979, p. 199).

As classes de solos predominantes nos municípios que compõem o Sertão da Ressaca foram classificadas com base nos resultados das pesquisas de Marcelo Camargo, Egon Klant e

J. Kauffman (1987), no sistema de classificação de Solos da EMBRAPA (1999) e sua versão revista e ampliada em EMBRAPA (2018), assim como na classificação específica dos solos da Região Sudeste da Bahia, conforme EMBRAPA (2002).

De acordo com essas obras, as principais classes de solos encontradas nos municípios que integram a região objeto deste estudo e apresentadas abaixo são:

- a) **LAd1** - Latossolo Amarelo distrófico, A moderado, textura argilo-arenosa, relevo suave ondulado. Os solos desta classe são propícios à mecanização agrícola, apresentam baixo risco à erosão. Os problemas de compactação subsuperficial e a elevada coesão dos agregados ao longo do perfil também constituem fatores limitantes à utilização desse solo. Em condições naturais, os teores de fósforo são baixos e devem ser elevados por meio da adubação (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Esta classe compõe parte dos solos dos seguintes municípios: Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Itambé, Piripá, Poções, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (IBGE, 2018).
  
- b) **LVe** – O solo de maior ocorrência nesta classe é o Latossolo Vermelho eutrófico, textura argilosa. Ocorre predominantemente em áreas de relevo suave ondulado, o que possibilita a mecanização agrícola. É eutrófico, isto é, apresenta mais de 50% de sua capacidade de troca de cátions ocupada com as bases  $\text{Ca}^{++}$ ,  $\text{Mg}^{++}$  e  $\text{K}^+$ , profundo e poroso ou muito poroso; essas características propiciam condições adequadas para um bom desenvolvimento radicular em profundidade. Apresenta baixos teores de fósforo e, por isso, necessita de adubação complementar para elevá-los. (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Os solos desta classe associam-se aos demais solos dos seguintes municípios: Anagé, Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Tremedal e Vitória da Conquista (IBGE, 2018).
  
- c) **MTo2** – O Chernossolo Argilúvico órtico eutrófico Ta com horizonte A Chernozêmico é o solo de maior representatividade dentro desta classe. Ocorre em relevo ondulado ou fortemente ondulado. A soma da espessura dos horizontes, em geral, não supera 100 cm. O horizonte A é escuro, devido ao alto teor de matéria

orgânica, relativamente espessa e possui argila de alta atividade. O caráter eutrófico é bastante acentuado, o que favorece um bom enraizamento. Possui consistência muito dura quando seco, e isso dificulta o preparo do solo; o relevo muito acidentado torna difícil a mecanização agrícola e aumenta o risco de erosão. São solos sujeitos à compactação e, por essa razão, demandam adequados tratamentos agrícolas. Trata-se de uma das classes de solos mais férteis (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Os solos desta classe compõem o conjunto de solos dos seguintes municípios: Boa Nova, Caatiba, Dário Meira, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Poções, Potiraguá e Ribeirão do Largo (IBGE, 2018).

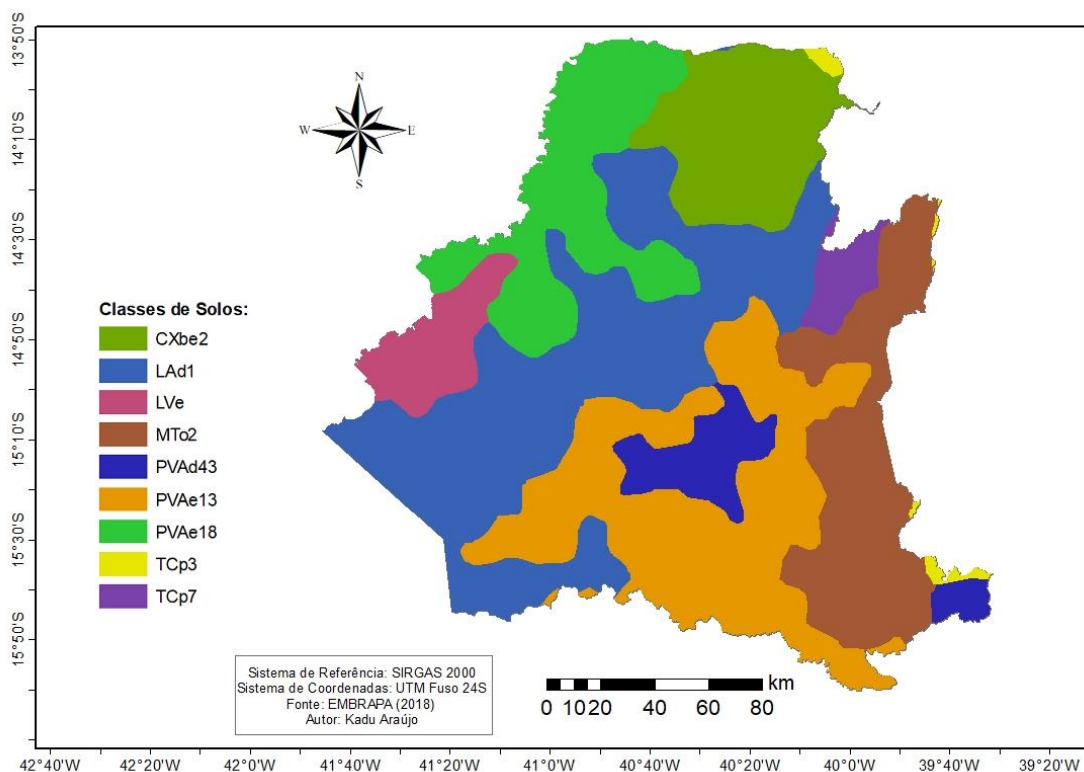
- d) **CXbe2** – O principal solo desta classe, o Cambissolo Háptico eutrófico de textura média, com argila de atividade baixa (Tb), ocorre em relevo predominantemente ondulado, forte ondulado ou montanhoso e, geralmente, não é profundo. Seu caráter eutrófico favorece o enraizamento em profundidade e pode ser prejudicado pela presença de rochas duras. Possui argilas Tb e apresenta textura média, o que favorece a mecanização agrícola, em relevos não muito movimentados. A compactação do solo também constitui limitação, especialmente se o teor de silte for alto (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Os solos presentes nesta classe agrupam-se aos solos dos seguintes municípios: Anagé, Boa Nova, Manoel Vitorino e Mirante (IBGE, 2018).
- e) **PVAd43** – O Argissolo Vermelho-amarelo é distrófico, com horizonte A moderado e proeminente e textura argilosa. Está inserido na classe de relevo ondulado e forte ondulado. É profundo, com razoável oferta de matéria orgânica e nutrientes no horizonte A. Apresenta caráter distrófico, limitando o enraizamento ao longo do perfil. O relevo muito acidentado associado aos aspectos do próprio solo potencializam o risco de erosão. Os solos desta classe apresentam risco de compactação devido à textura argilosa do horizonte A (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Os solos desta classe estão presentes nos seguintes municípios: Barra do Choça, Caatiba, Itambé, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (IBGE, 2018).



- f) **PVAe13** – O Argissolo Vermelho-amarelo eutrófico, textura argilo-arenosa, é o solo de maior ocorrência desta classe. Possui horizonte A moderado e se insere nas classes de relevo ondulado e forte ondulado. Apresenta o horizonte B significativamente mais argiloso do que o horizonte A. É eutrófico, normalmente profundo e possui alto risco à erosão devido ao fato de sua ocorrência estar relacionada a relevos muito movimentados e ao gradiente textural entre o horizonte A e o B. A textura argilo-arenosa do horizonte A reduz a disponibilidade de água às plantas (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Os solos desta classe compõem o conjunto de solos dos seguintes municípios: Barra do Choça, Caatiba, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Planalto, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (IBGE, 2018).
- g) **PVAe18** – O Argissolo Vermelho-amarelo eutrófico, textura argilosa, relevo forte ondulado e horizonte A moderado, possui características semelhantes às do solo descrito anteriormente, com exceção da textura. Por possuir maior teor de argila e silte na fração mineral, especialmente no horizonte A, apresenta maior disponibilidade de água às plantas, o que favorece o desenvolvimento do sistema radicular, ao passo que o torna mais susceptível à compactação (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2018). Os solos desta classe associam-se aos demais solos dos seguintes municípios: Anagé, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Manoel Vitorino e Poções (IBGE, 2018).
- h) **TCp7** – O solo Luvisolo Crômico pálico eutrófico com textura média, argila de atividade alta e apresentando o horizonte A moderado está inserido nas classes de relevo ondulado e forte ondulado. A soma dos horizontes A e B, raramente, ultrapassa 1 m de profundidade e, geralmente, apresenta a mudança textural abrupta. É um solo incipiente, tem em seus horizontes minerais primários facilmente intemperizáveis, o que configura uma reserva potencial de nutrientes. A existência de pedras na superfície do solo dificulta a mecanização agrícola. Apresenta elevado risco à erosão (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2002, 2018). Os solos desta classe estão presentes nos seguintes municípios: Boa Nova, Iguai, Nova Canaã e Poções (IBGE, 2018).

- i) **TCp3** – O Luvissole Crômico pálico eutrófico Ta, principal solo desta classe, ocorre em regiões de relevo suave ondulado, ondulado e forte ondulado, é um solo raso, tendendo a possuir o perfil mais desenvolvido em regiões com o relevo menos acidentado. Possui gradiente textural, é incipiente e sujeito à compactação (CAMARGO; KLANT; KAUFFMAN, 1987; EMBRAPA, 1999, 2002, 2018). Os solos desta classe associam-se aos demais solos dos seguintes municípios: Dário Meira, Firmino Alves, Ibicuí e Itororó (IBGE, 2018).

**Figura 3** - Classes dos Solos do Sertão da Ressaca



Fonte: Camargo; Klant; Kauffman (1987); EMBRAPA (2018).

Essa diversidade de aspectos geoambientais, terras na caatinga, na mata de cipó e na mata densa das encostas oriental e setentrional do planalto dos Geraizinhos, da depressão de Itapetinga e do vale do Rio Gongogi, interagindo com uma ampla faixa de fertilidade dos solos e de precipitação pluviométrica, assim como com uma densa rede de drenagem concentrada nas bacias hidrográficas dos principais rios, das Contas, Gavião, Pardo, Catolé, Jiboia, Verruga, Gongogi e Salgado, favoreceu a prosperidade da agricultura de mantimentos e da pecuária no Sertão da Ressaca.

Consoante Medeiros (1997), essas atividades, associadas a uma ampla variedade de minerais e extrativas, despertavam o interesse da Coroa portuguesa, pois geravam receita, fomentavam o povoamento do interior do território, abasteciam o mercado interno e serviam para integrar o território à economia colonial. Ressalta-se que grande parte do Sertão da Ressaca estava inserido em uma região de fortes expectativas da metrópole. O território compreendido entre as minas do Rio das Contas, o Rio Pardo e as cabeceiras do Rio São Mateus era considerado como a *Joia mais preciosa*<sup>23</sup> que o Brasil possuía para o desenvolvimento da lavoura e da criação de gado.

### 3.3 MORFOLOGIA, ESTRUTURA AGRÁRIA E HABITAT RURAL

Os aspectos que mais influenciam os estudos da História Agrária são: a morfologia agrária ou descrição da paisagem rural, por meio de instrumentos de trabalho que incluem fontes iconográficas e os cadastros ou registros da terra; a *estrutura agrária*, que intenta estabelecer os sistemas de apropriação e propriedade, classificar as unidades de produção e examinar as relações de produção entre senhores de terra e trabalhadores diretos; e o *habitat rural* ou o modo de distribuição dos núcleos de povoamento numa zona rural (CARDOSO, 1982).

Segundo Marc Bloch, esse conjunto de características de um arraial ou aldeia deve ser analisado não apenas em relação aos seus acidentes topográficos, mas também com as estradas vizinhas, proximidade dos mercados de comercialização e dos centros de administração governamental assim como dos centros eclesiásticos ou freguesias. Ainda sobre a História Agrária de uma povoação, Bloch destaca também a essencialidade de se observar a área de cultivo: “suas principais divisões (folhas e quarteirões, se os houve), a repartição de suas culturas, pastagens e bosques, as terras apropriadas e as comunais”.

#### 3.3.1 Morfologia e sistemas agrários do Sertão da Ressaca

Na configuração do Sertão da Ressaca, destaca-se que o modo de ocupação da região foi decisivo para a consolidação de uma identidade regional sertaneja voltada para a agricultura de abastecimento. O processo de ocupação territorial desenvolvido pelos seus principais colonizadores seguiu a orientação do rei dom João V (1706-1750) ao vice-rei Vasco F. Cesar de Menezes, do Estado do Brasil, de 22 de abril de 1728, “tão bem povoando

---

<sup>23</sup> Citado por ACCIOLI, Ignácio., op. cit., p. 363-364.

se aquelle certão de fazendas e gado e plantandosse nelle mantimentos”;<sup>24</sup> ou seja, que fossem estabelecidas fazendas de pecuária com a agricultura de mantimentos associada.

A necessidade de por a boiada para descansar, em pontos específicos, após percorrer uma longa jornada, estimulou o surgimento de novas povoações e contribuiu para a expansão das atividades agrícolas dos arraiais já existentes (MENDES, 2009; NEVES, 2012).

A descrição da paisagem rural do Sertão da Ressaca seguiu o modelo das fazendas policultoras do Alto Sertão baiano, com contínua ocupação agrícola do solo em uma estratégia de uso sequencial de plantios com posterior abandono das áreas, típico de sistemas agrícolas de fronteira aberta. Nestas fazendas, apenas as áreas com lavouras eram cercadas. Diferente do absenteísmo observado no Alto Sertão, os proprietários de terras na Ressaca residiam em suas fazendas ou sítios (MEDEIROS, 1988, 1996, 2009a, 2009b; SANTOS, 1993).

A definitiva expulsão do gado para os sertões em fins do século XVII e, ao mesmo tempo, a abertura da fronteira (através da intensificação das guerras de extermínio e/ou escravização das populações indígenas), permitiram a formação, por parte dos colonizadores, de uma vastíssima rede de propriedades: as fazendas de gado. As bases do novo rush fundiário, com seu ápice nos anos entre 1670/80-90, são as mesmas que moldaram a estrutura fundiária da *plantation* açucareira: as sesmarias. Tratava-se da doação de vastas extensões de terras recém-conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos. Repetia-se a preocupação já constatada na ocupação do Recôncavo da Bahia ou nos Sertões Cariocas de promover a rápida apropriação dos recursos naturais. Dessa forma, eram os *second comers*, ou seja, todos aqueles que teriam chegado após o período de lutas e conquistas, forçados a um regime de dependência em relação aos sesmeiros, caso almejassem se estabelecer como produtores rurais (DA SILVA, 1997, p. 1).

Segundo De Souza (1996), até meados do século XX, a economia do Planalto de Conquista teve como destaque a agricultura de abastecimento proveniente das grandes, médias e pequenas fazendas. Na pecuária, sobressaía a criação do gado bovino de corte, por oferecer maiores lucros na comercialização. Criavam também muares, equinos, caprinos, ovinos, suínos e aves em geral. O policultivo caracterizava-se basicamente pela lavoura perene e de subsistência. As olerícolas, mesmo com a sua grande apreciação pela cultura portuguesa, só foram incorporadas à alimentação em etapas mais recentes do processo colonizador. Segundo Freyre (2003, p. 144), mesmo “com o gosto tradicional dos portugueses pela horticultura, parecem ter sido excepcionais as plantações”.

### **Os sistemas agrários e as técnicas agrícolas**

<sup>24</sup> Citado por ACCIOLI, Ignácio., *Ibid.*, p. 363.

Desde as primeiras fazendas instaladas no Sertão da Ressaca, na primeira metade do século XVIII, predominaram os sistemas agrários de Fronteira Agrícola Aberta e Concentração Fundiária e o de Fronteira Agrícola Aberta e Desconcentração Fundiária. Consoante com Barreiros (2008), o primeiro sistema agrário foi predominante nos momentos iniciais da colonização, implicava contender-se com os autóctones, a fronteira estava aberta, porém, com terras já habitadas. Caracterizava-se pela ampla disponibilidade de matas virgens e um contingente de mão de obra extremamente reduzido. Ressalta-se que as medidas régias que isolaram e protegeram as terras o Sertão da Ressaca não apenas retardaram o seu processo colonizador, mas também intensificaram suas características selvagens (PARAÍSO, 1982; TANAJURA, 1992).

Neste sistema, o desbravamento de terras para o assentamento de fazendas de gado com o plantio de gêneros alimentícios demandava extrema persistência e resignação, uma vez que, para a sua continuidade, os colonizadores valiam-se apenas da exploração da força de trabalho indígena e de escravos e da ocupação da terra. De acordo com Fragoso (1983) e Barreiros (2008), as técnicas agrícolas e os instrumentos de trabalho, apesar de importantes, pouco representavam na sua reprodução.

O segundo sistema agrário observado no processo de ocupação do Sertão da Ressaca foi o de Fronteira Agrícola Aberta e Desconcentração Fundiária. Algumas terras foram ocupadas, exploradas e, em seguida, abandonadas, em decorrência da hostilidade do clima, da perda de fertilidade, da carência de recursos hídricos, das limitações do relevo e do isolamento, dentre outros fatores. Essa situação foi testemunhada pelo príncipe Maximiliano em 1817; ao se aproximar da região onde hoje está estabelecido o núcleo urbano de Itapetinga, o naturalista observou que, nas áreas que haviam sido utilizadas para o plantio de roças pelo Capitão-mor Antonio Dias Miranda, só crescia mato rasteiro. Os solos foram degradados devido à intensa sequência de cultivos (WIED-NEUWIED, 1989). Algumas dessas terras eram reocupadas por pequenos agricultores familiares descapitalizados, que, por meio da diversificação, rotação de cultivos e adubação orgânica, iam recuperando a capacidade produtiva dos solos.

Segundo Castro (1985, p. 80), “Numa região recém-desbravada, a fronteira agrícola encontra-se igualmente aberta para simples sitiantes ou ricos fazendeiros”. Os pequenos produtores familiares também ocuparam as terras dos lugares mais ermos, as encostas de mata muito íngremes, as glebas mais frias e úmidas dos contrafortes, os espaços “infestados” de índios, ou seja, nos locais não pretendidos pelos fazendeiros. Consoante Linhares e Silva (1981), assim como é verdade que o mecanismo de doação de terras da Corte portuguesa

nunca favoreceu o amplo estabelecimento de agricultores familiares nas terras coloniais, também é verdade a inexistência “de qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva de terras virgens” (LINHARES; SILVA, 1981, p. 130).

Os métodos de cultivo, “em que as matas ocupavam o lugar da aplicação de um trabalho adicional na recuperação das terras” (FRAGOSO, 1983, p. 112), produziam como efeitos a redução do espaço futuro da reprodução do sistema agrário, a degradação das terras e alterações nos padrões climáticos da região. A tônica desse sistema fundamentava-se na ideia de que era mais fácil derrubar novas matas do que recuperar as áreas já exploradas. A replicação desse sistema de intensa exploração dos solos, sem reposição dos nutrientes consumidos, seja com culturas de ciclo curto ou com culturas permanentes, implicava o esgotamento dos solos e, em certa medida, produzia alterações na disponibilidade hídrica. Para os fazendeiros, a conjugação desses efeitos era percebida na forma de perda de produtividade e frustração de safras.

Segundo Fragoso (1983), mesmo se tratando de sistemas agrários de fronteira aberta, constituía-se um erro grave supor que as limitações da produção agrícola deviam-se exclusivamente à falta de braços e capitais. “Só quem não examinava atentamente o sistema de explorar o terreno sem arte e ciência, e a marcha que a lavoura tem seguido e as mudanças climáticas por que tem passado o Brasil neste último quarto de século (XIX) que poderia ter tal posição” (FRAGOSO, 1983, p. 112). Desse modo, a gradual exaustão da agricultura deveria ser percebida pelos fazendeiros como o resultado da forma como ela era praticada.

Predominou por muito tempo o método de preparo do solo da Coivara, após a derrubada, encoivramento e queimada das clareiras abertas na mata; sobre as cinzas, formavam-se os pastos ou um plantio sequencial de gêneros de subsistência e, por fim, o estabelecimento da pastagem. As grandes áreas de pastos não eram cercadas, o gado era criado solto. O príncipe Maximiliano presenciou no Sertão da Ressaca, nas fazendas do Capitão Antonio Ferreira Campos, o pastoreio do gado assistido por escravos vaqueiros.<sup>25</sup>

No desenho das propriedades, as áreas de cultivo, geralmente mais próximas às casas da fazenda, eram bem distantes dos campos de pastoreio do gado, mas, nem por isso, o gado deixava de avançar sobre as roças de mantimentos, dentro da própria propriedade ou nas fazendas e sítios dos vizinhos. Os litígios produzidos por essa situação forçaram que o presidente da Província baiana, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima (1816-1868), manifestasse-se por meio do ofício circular de 04 de maio de 1855:

---

<sup>25</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de, op. cit., p. 392-393.

Desde o Código de Posturas de 1842, como nos posteriores, percebemos o empenho da Câmara Municipal em manter a ordem na Vila, como também no que diz respeito às normas referentes à agricultura e a criação de animais, explicitando, em certos trechos, o que os fazendeiros deviam ou não fazer. Assim, o art. 17, estabelecia que o município poderia criar gado ou outros animais em todo o território, porém seguindo algumas regras, para desuni-los das lavouras, assim, onde o gado era criado extensivamente na parte leste do município, as lavouras eram cercadas, já na parte oeste havia lavouras extensivas de algodão, cana-de-açúcar, café e mantimentos, o gado era criado em mangas.<sup>26</sup>

Em resposta ao presidente da Província, a Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória<sup>27</sup> informou que não existiam nas terras do município demarcação específica para a criação do gado, os solos destinavam-se, indistintamente, para a lavoura e a pecuária. Quanto à medida estipulada pelo Governo Provincial que retirava a criação de gado das áreas de cobrança do imposto Décima Urbana<sup>28</sup>, ou Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos, a Câmara Municipal informou que não havia no município a demarcação das áreas de cobrança desse imposto. Desse modo, não poderia informar se as terras mencionadas estariam fora ou dentro da zona de cobrança da Décima Urbana.

No Sertão da Ressaca, assim como em Paraíba do Sul na Província do Rio de Janeiro, de acordo com Fragoso (1983) e Barreiros (2008), a agricultura de abastecimento, quer fosse por parte de pequenos lavradores independentes ou no interior das grandes fazendas, baseava-se no uso predatório dos recursos naturais. A fertilização dos solos dava-se por meio de queimadas, para evitar, desse modo, o maior dispêndio de capital e trabalho. “A abundância de solos férteis e intocados permitia que se explorasse toda uma região até a sua exaustão e dali migrar para outra ainda na plenitude de sua fertilidade” (FRAGOSO, 1983, p. 15).

Percebe-se que as técnicas de preparo e manejo dos solos eram por demais rudimentares contrariando o *status* da agricultura europeia dos séculos XVIII e XIX. Os colonos portugueses e os brasileiros, assim como os povos indígenas, não utilizavam os restos dos cultivos e os dejetos da criação animal para a reposição dos nutrientes. A fertilização das terras dava-se apenas com as cinzas incorporadas aos solos, por meio do método de Coivara. O machado, as foices, as enxadas e as cavadeiras eram os instrumentos de trabalho habituais.

<sup>26</sup> APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativa. Códigos de Posturas de 1842. Livro 861 – 1841-1889. Os limites aqui apontados são referentes a fazendas, ou seja, da fazenda dos Cocos de João de Magalhães à fazenda dos Olhos D’água de Joaquim Moreira, da estrada abaixo, do Rio Seco etc.

<sup>27</sup> APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Governo. Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória: Sessão extraordinária de 10/09/1855. Correspondências. Maço 1463 – 1840-1866.

<sup>28</sup> Citado em CÂMARA DOS DEPUTADOS. Collecção das leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 40. A “Décima Urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos” foi criada pelo Príncipe Regente do Brasil, D. João VI, por meio do Alvará de 27 de junho de 1808. Tratava-se do lançamento e cobrança de imposto sobre propriedade de imóveis em cidades, vilas e lugares notáveis situados à beira-mar.

Mesmo possuindo solos e topografia aptos a mecanização agrícola na maioria das unidades de relevo que compõem o Sertão Ressaca, não foram observados relatos do uso do arado no período abordado por este estudo.

Conforme João Fragoso (1983) e Daniel Barreiros (2008), o não uso do arado em Paraíba do Sul atribuiu-se à irregularidade dos terrenos e à presença de restos de vegetação não queimada, tocos das árvores abatidas e, eventualmente, o surgimento de pedras, resultante do preparo do solo pelo método de Coivara.

Ressalta-se que tais situações também eram correntes nas bordas úmidas do Planalto dos Geraizinhos e nas encostas íngremes do Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, na Depressão de Itapetinga, nas Serras Marginais e nas Serras e Maciços Pré-Litorâneos. No entanto, mesmo que, do ponto de vista do manejo dos solos, tais situações restrinjam o uso da mecanização agrícola, a não utilização do arado nas terras do Sertão da Ressaca esteve relacionada à ampla disponibilidade de mão de obra escrava e de homens livres.

Conclui-se que as paisagens rurais foram gradativamente sendo alteradas no decorrer dos oitocentos, em decorrência da redução no tamanho das propriedades e do investimento em infraestruturas e benfeitorias. A valorização das propriedades a partir de 1850, contribuiu para o processo de desaparecimento dos sistemas de pastoreio em terras de uso comunal, previsto nos termos de doação das sesmarias. Também contribuíram para a mudança na morfologia dos campos, as imposições para o cercamento das áreas de lavouras e para a preservação das matas ciliares, previstas no Código de Posturas da Imperial Vila da Vitória.<sup>29</sup>

### **3.3.2 A Estrutura Agrária do Sertão da Ressaca**

Logo depois de tratar da morfologia agrária, passa-se ao estudo do senhorio, das transformações das relações de propriedade, dos grupos sociais (BLOCH, 2001). De acordo com Ciro Flamarion, efetivamente, as formas de obtenção da terra e de outros meios de produção, animais, instrumental agrícola etc., “constituem a pedra fundamental da explicação histórica dos sistemas agrários, já que são a base das relações de produção na agricultura, da estrutura de classes existente nas zonas rurais” (CARDOSO, 1982, p. 39).

Nomeado para seguir nas explorações de metais e pedras preciosas, João Gonçalves da Costa, seguramente, após frustradas buscas do ouro, decidiu por seguir outro norte para as suas jornadas. O Capitão-mor “tornou-se proprietário da maior parte das terras do Sertão da

---

<sup>29</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Livro 861, 1841-1889.



Ressaca, junto com seus filhos e descendentes” (IVO, 2009, p. 14), e exerceu controle da vida política da maior parte do Sertão da Ressaca por bem mais de um século (IVO, 2009, 2012, 2017).

Segundo Da Silva (1997), a carência de recursos naturais imprescindíveis para a sobrevivência dos rebanhos, pastos, fontes de água, rios, lagoas perenes, poços ou cacimbas, e de sal, *lambedouros*, explica a imensidão das sesmarias tão cobiçadas por colonos, o que significaria, por assim dizer, a busca por esses recursos e não simplesmente por terras, uma limitação, em certa medida, ao tamanho da exploração. As fazendas com áreas dilatadas seriam explicadas pela rusticidade do nível técnico dominante na pecuária e pela rarefação das pastagens nos períodos estivais (MOTT, 1985; DA SILVA, 1997; DE SOUSA, 2001). Essas condições “forçavam os proprietários a desejarem e necessitarem grandes extensões fundiárias” (MOTT, 1985, p. 52).

Consoante De Sousa (2001) e Neves (2008), João Gonçalves da Costa casa-se com Josefa Gonçalves da Costa, filha de Mathias João da Costa e Clara Gonçalves da Costa, por volta de 1748, e recebe em pagamento de sua legítima materna escravos crioulos e mestiços, além de uma quantia de cinco mil réis sobre o valor de cada um deles. No arrolamento dos bens do casal Mathias João e Clara Gonçalves da Costa efetuado após o falecimento de Clara, em 1741, Josefa Gonçalves tinha dois anos de idade. De acordo com estes registros, Josefa casou-se com apenas 9 anos com o Capitão-mor.

Em 1758, Mathias João da Costa vem a falecer, no inventário com testamento<sup>30</sup>, sua filha Josefa Gonçalves e seu genro João Gonçalves da Costa foram reconhecidos como herdeiros junto aos demais irmãos. No entanto, o casal renuncia ao direito dos bens que lhes eram cabidos por herança optando pelo dote que recebera por ocasião do casamento (DE SOUSA, 2001).

Neste inventário, dentre outros bens de raiz, foram arroladas as seguintes propriedades: a fazenda Olho d’Água, uma fazenda em Brejo das Carnaíbas, contendo roças de mandioca e milho e canaviais, 200 cabeças de gado vacum, quatro cavalos e 23 escravos; a fazenda Ressaca, no Riacho da Ressaca, possuía sete escravos, 300 cabeças de gado vacum e 15 cavalos; o sítio Vereda, da fazenda Conquista, possuía quatro escravos, que lidavam com 300 cabeças de gado vacum, 40 éguas, 12 poldras, dois cavalos e cinco poldros; terras na outra banda do Rio Pardo, às quais não se atribuiu valor, por estarem infestadas de gentio e

---

<sup>30</sup> Inventário de Mathias João da Costa (com testamento). Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC). Série Inventários. Caixa n. 13, Maço n. 24 (1758-1763). Escritura particular, 14 ago. 1756. A pesquisadora Maria Aparecida Silva de Sousa observa que devemos a localização deste inventário ao também professor e pesquisador Erivaldo Fagundes Neves.

onde morreriam as criações, 100 reses por 200\$000 (duzentos mil réis) (DE SOUSA, 2001; IVO, 2017; NEVES, 2008; SANTOS FILHO, 2012).

Entre os vários devedores apontados no espólio de Mathias João da Costa, estava o nome do sertanista João da Silva Guimarães; os herdeiros foram instruídos a tomarem em pagamento da dívida de dezesseis mil cruzados os seguintes sítios: Santo Antônio da Conquista, Espírito Santo, Nossa Senhora da Vitória, Catolés, Barra do Sucesso, do outro lado do Rio Pardo, e Pedra Comprida, que ainda estavam em posse do devedor. Também foram arrolados outros equipamentos e ferramentas, a exemplo de uma engenhoca de moer cana, um alambique pequeno, tachos de cobre, uma caldeira, um forno, 14 enxadas, dois machados e uma foice (DE SOUSA, 2001; NEVES, 2008).

Na partilha do monte-mor, cada um dos filhos recebeu um pouco mais de um conto e cem mil réis. Mathias João da Costa, dois anos antes de sua morte, transferiu a fazenda Ilha ao seu genro Caetano Gonçalves Branco<sup>31</sup>. Um dado importante observado no inventário de Mathias João é o grande número de pessoas que lhe eram devedoras. Lycurgo Santos Filho, reportando-se às atividades de alguns grandes fazendeiros dos sertões baianos, descreve-os como uma espécie de “banqueiros da região”, homens que emprestavam dinheiro a juros e também tomavam emprestado, dinamizando assim, a economia das fazendas e da região (DE SOUSA, 2001; NEVES, 2008; SANTOS FILHO, 2012).

As fazendas da Conquista e Catolés, muito provavelmente compradas de algum outro beneficiário da partilha dos bens de Mathias João da Costa, aparecem declaradas no inventário de Josefa Gonçalves da Costa em 1801. O Capitão-mor segue desbravando os sertões, abrindo estradas, combatendo os gentios, cumprindo com devoção e fidelidade às determinações da coroa portuguesa, sendo recompensado com a concessão de sesmarias (DE SOUSA, 2001; VIANA, 1982).

João Gonçalves da Costa se estabelece no Sertão da Ressaca e cria o Arraial da Conquista, algumas décadas antes do final do século XVIII. A data precisa desse acontecimento não é conhecida; sabe-se por meio de uma comunicação feita pelo governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, em 1780, interessado nos préstimos de abertura de novos caminhos para o trânsito do gado de Ilhéus e Porto Seguro, que o capitão-mor já estava, há um bom tempo, instalado e produzindo alimentos de subsistência e gado de corte para o desfrute próprio e para comércio com outras regiões (DE SOUSA, 2001). Sobre o ofício do

---

<sup>31</sup> Inventário de Mathias João da Costa (com testamento). Doc. cit..

governador da Bahia para Marthinho de Mello e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, em 12 de agosto de 1780:

[...] Este foi o modo porque soube de que naquella Capitania havia creação de gados e querendo dar-lhe providencia, não só para que tivessem gados para a lavoura, mas também para a extração de madeiras, em abundância na mesma Capitania e na que segue para o sul [...] lembrei-me de abrir huma estrada que em linha recta cortasse pelo meio da Capitania até sahir na estrada geral do Rio S. Francisco, para cujo effeito, tendo notícia de hum homem, que com a sua família vivia nas cabeceiras da citada Capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, [...] lhe foram agregando alguns casaes de Indios domesticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegadas das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Villa de Jaguaribe, povoação de Nazareth e Aldêa, tendo a fazer dilatado caminho para lhe introduzir os gados.<sup>32</sup>

Por meio desse ofício, infere-se que o capitão-mor já se instalara no Sertão da Ressaca havia bom período, uma vez que consolidar um arraial com fazendas produtivas em seu entorno, em um ambiente com características geoclimáticas bem peculiares, em pleno século XVIII, requeria tempo, muito labor, conhecimento dos aspectos físico-bióticos da região, solos, topografia, relevo, recursos hídricos, clima, cobertura vegetal, fauna silvestre, assim como das culturas agrícolas, dos animais criados, das vias de transporte e do mercado consumidor, e dependeria da convivência pacífica com os grupos indígenas e do apoio da metrópole. A expressão utilizada por Manuel da Cunha Menezes “e vivem sossegadas das primeiras perturbações” evidencia que o período inicial de adaptação às hostilidades da natureza e de abrandamento das relações com os povos autóctones havia sido superado.

O governador percebe no incipiente arraial recursos que poderiam suprir a Capitania de Ilhéus, ajudando-a a sair da condição de extrema penúria. A construção de uma estrada partindo de Ilhéus até o Rio São Francisco cortando o Sertão da Ressaca possibilitaria a chegada de animais de serviço, gado e demais provisões na Capitania de São Jorge (DE SOUSA, 2001; IVO, 2009; VIANA, 1982). Segundo Bloch (2001), o arraial é caracterizado pela presença de um número relativamente elevado de famílias, vivendo lado a lado, e que formam uma verdadeira comunidade.

A história do povoamento e colonização do Sertão da Ressaca em muito se associa à trajetória de apropriação e concentração de propriedades de João Gonçalves da Costa e familiares, mas não se resume a esse único tronco familiar. Muito antes da chegada de João Gonçalves à região, o português Antônio Ferreira de Campos já havia se estabelecido na

---

<sup>32</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 473-474. Manuel da Cunha Menezes, governador da Bahia, em suas anotações sobre a capitania de Ilhéus, fala da importância da abertura de novas estradas para a revitalização da Capitania de Ilhéus.

Barra da Vereda e cercanias; o seu sogro, Mathias João da Costa, também português, de igual modo, já possuía várias fazendas na região, o que é confirmado pela data do seu inventário, que, de igual modo, propiciou o estabelecimento de alguns dos seus herdeiros na região. De acordo com o historiador Ulisses do Prado Nogueira (1915-1998), nas incursões oficiais que João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa fizeram ao Sertão da Ressaca, outros sertanistas que participavam das comitivas também imergiram no processo colonizador dessas terras. De acordo com Nogueira:

Acompanhando a família João Gonçalves da Costa, se destacaram as seguintes famílias: Vicente Damasceno de Lemos e Manoel Damasceno de Lemos; Raimundo Gonçalves Castelo Branco, Antônio Félix de Oliveira, Lourenço Luiz Prates, João Mendes da Cunha, Manoel Gomes Rabelo. Todos estes casados na família Gonçalves, e Marcos de Souza e Luiz Dionísio de França, todos portugueses vindos na comitiva de João da Silva Guimarães (NOGUEIRA, 1998, p. 41).

A expressão “todos estes casados na família Gonçalves”, acima citada, fazia parte das estratégias dos Gonçalves da Costa para a “ampliação e controle da riqueza familiar que permitiram o domínio econômico da região” (DE SOUSA, 2001, p. 113). A descendência de João Gonçalves da Costa constituiu-se no “núcleo inicial em torno do qual se formou um número considerável de parentelas, base da endogamia conquistense” (SOUZA, 1999, p. 25). Segundo Santos (1993, p. 24-25), a criação do Arraial da Conquista decorreu também do “interesse Português em assentar um aglomerado humano, de origem portuguesa, entre o litoral e o sertão distante”.

O processo de consolidação dos Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca seguiu em curso; Thimóteo Gonçalves da Costa, Rosaura Gonçalves da Costa e Lucinda Gonçalves da Costa, irmãos de Josefa Gonçalves da Costa, instalaram-se nas fazendas herdadas na partilha dos bens do inventário de Mathias João da Costa. Segundo Neves (2008), Thimóteo tornou-se um dos primeiros povoadores da região de Poções, Rosaura estabeleceu-se na fazenda da Ressaca, propriedade que possuía o mesmo nome do riacho que cortava suas terras. Falecida em 1768, no seu inventário<sup>33</sup>, constam: 200 cabeças de gado vacum, 13 escravos, cavalos, éguas; dentre os objetos de uso rotineiro, estão relacionados talheres de prata, brincos de ouro e roupas de seda (DE SOUSA, 2001, NEVES, 2008).

Mathias João da Costa, dois anos antes de falecer, transferiu para sua filha Lucinda Gonçalves da Costa e seu genro Caetano Gonçalves Branco a fazenda Ilha<sup>34</sup>. As fazendas

<sup>33</sup> Cf. Inventário de Rosaura Gonçalves da Costa (1768-1806). APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto n. 02.523.378.09. Citado por DE SOUSA, Maria Aparecida Silva. Op. Cit., p. 115.

<sup>34</sup> Cf. Inventários, 1758-1763. Doc. cit. Escritura particular, 14 ago. 1756.

Ressaca e Ilha ficavam próximas, correspondiam aos territórios dos atuais municípios de Condeúba, Cordeiros, Piripá, Tremedal e Belo Campo. Os demais herdeiros que vieram para o Sertão da Ressaca, estabeleceram-se na fazenda Choça<sup>35</sup>, hoje município de Barra do Choça (NEVES, 2008; TANAJURA, 1992; VIANA, 1982).

Por meio desses registros, é possível constatar que os primeiros grandes proprietários de terras no Sertão da Ressaca possuíam capital para investir no desenvolvimento de suas fazendas; o início do povoamento do Sertão da Ressaca e constituição do Arraial da Conquista ocorreu, evidencialmente, muito tempo antes do ofício encaminhado pelo governador da Bahia ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar em 1780<sup>36</sup>; constata-se também que houve um aumento expressivo no número de escravos na Fazenda Ressaca e uma redução no número de cabeças de gado *vacum*, no período compreendido entre a partilha do inventário de Mathias João e o inventário de sua filha e herdeira Rosaura Gonçalves. Essa diminuição no quantitativo de cabeças de gado, possivelmente, deu-se por meio da venda para a aquisição de escravos e instalação de benfeitorias, com o fim de transformar a fazenda em uma dinâmica unidade policultora (DE SOUZA, 2001, NEVES, 2008; SOUZA, 1999).

Segundo Neves (2012), os historiadores modernos vislumbraram a criação e o desenvolvimento de grupos sociais e de economias regionalizadas por meio do “emprego do trabalho escravo associado ao de famílias proprietárias (campesinato), ao de meeiros e ao de diaristas que comercializavam excedentes produzidos no mercado interno, articulado ao grande comércio exterior” (NEVES, 2012, p. 24-25). Na constituição do Arraial da Conquista, percebe-se que, dentro dos latifúndios pecuaristas e das médias propriedades, existiam unidades de policultura que se valiam da economia própria dos escravos, assim como do trabalho de homens livres e dos sistemas de parceria e meação. Essas fazendas, associadas às pequenas propriedades, proviam o abastecimento do arraial e comercializavam o excedente com outras praças (TANAJURA, 1992; VIANA, 1982).

Do casamento de João Gonçalves da Costa com Josefa Gonçalves da Costa, nasceram sete filhos: Antônio Dias de Miranda, João Dias de Miranda, Joana Gonçalves da Costa, Faustina Gonçalves da Costa, Lourença Gonçalves da Costa, José Gonçalves da Costa e Maria Gonçalves da Costa. O Capitão-mor também teve um filho natural, Raymundo Gonçalves da Costa. Desse tronco familiar, surgiram os maiores proprietários das terras do Sertão da

---

<sup>35</sup> Cf. Escritura do terreno que foi doado por João Gonçalves da Costa, João Mendes da Cunha e outros para patrimônio da Casa de Oração de Nossa Senhora da Vitória. Lavrada em 3 de novembro de 1815, na Vila Nova do Príncipe e Sant’Anna do Caetité. Citado por VIANA, Anibal Lopes. *Revista Histórica de Vitória da Conquista*. v. 1 e 2. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1982.

<sup>36</sup> Cf. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1910, v. XXXII, p. 473-474. Doc. cit..

Ressaca. Por meio da árvore genealógica desse tronco familiar, é possível observar muitos primos casando-se entre si, mantendo uma hegemonia familiar e casamentos com pessoas afortunadas. Percebe-se que, mesmo com o parcelamento fundiário ocorrido por partilha em inventários ou mediante a venda de glebas das grandes fazendas, os descendentes de João Gonçalves da Costa e Josefa Gonçalves da Costa continuaram concentrando uma significativa porção das terras do Sertão da Ressaca (DE SOUSA, 2001; SOUZA, 1999; TANAJURA, 1992).

Ao Capitão Antônio Dias de Miranda coube à região conhecida como Uruba, no atual município de Poções, possuía fazendas na região da Jiboia e em Verruga, hoje Itambé, e recebeu glebas das fazendas Conquista e Catolés. João Dias de Miranda estabeleceu-se na fazenda Manga, em terras do atual município de Boa Nova, possuía terras na zona da Preguiça, região do município de Vitória da Conquista, e obteve partes das fazendas Conquista, Catolés, assim como as fazendas Cachoeira e Santa Cruz. Para Raimundo Gonçalves da Costa foi destinada a região de Morrinhos, localidade que dista oito quilômetros do atual município de Poções, no sentido de quem segue para Ibicuí. Tornou-se também proprietário da fazenda de Sant'Anna e fazendas das Caatingas do Ribeirão e foi ainda dono de grande parte de terras nas fazendas Ressaca e Tamboril (DE SOUSA, 2001; SOUZA, 1999; TANAJURA, 1992). Os irmãos Antônio, João Dias e Raimundo Gonçalves foram os primeiros povoadores de “Boca da Mata”, hoje cidade de Boa Nova, “penetraram até as regiões banhadas pelo Rio Gongogi, e alcançaram as terras do Rio Novo” (VIANA, 1982, p. 62).

Manoel Gonçalves da Costa, sargento-mor, registrou, em seu testamento, possuir terras na fazenda da Conquista, fazenda do Espírito Santo e no lugar denominado Ribeirão do Martinho. Maria Gonçalves da Costa fixou-se na fazenda Água Branca às margens do Rio Pardo<sup>37</sup>, assim como, seus irmãos, Antônio, João, Manoel e José Gonçalves da Costa, também foi contemplada na partilha das Fazendas Conquista e Catolés. Joana Gonçalves da Costa casou-se com o capitão Antônio Ferreira Campos, português, proprietário da fazenda Barra da Vereda; o capitão instalou-se nesta fazenda antes da chegada de João Gonçalves da Costa ao Sertão da Ressaca. No inventário do Capitão Antônio Ferreira, Joana recebe os seguintes bens de raiz em meação: a fazenda Barra da Vereda, uma parte na fazenda Furados da Panela, uma parte das terras no lugar chamado Barreiro, do outro lado do rio Pardo, com extensão de aproximadamente duas léguas, uma posse de terras no lugar denominado Ribeirão, uma posse

---

<sup>37</sup> Cf. Inventário de Maria Gonçalves da Costa, AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa Avulsos II. 1836.

no lugar denominado Dois Riachos nas matas do Verruga e um outro pedaço de terra na margem do rio Pardo da barra do ribeirão de São João da Ponte.

Couberam a Lourença Gonçalves da Costa, casada com o capitão Antônio Gonçalves Castelo, dentre outros bens, partes das fazendas Conquista e Catolés. Dentre todos os irmãos, Faustina Gonçalves da Costa foi a que amealhou a maior riqueza; casada com o português Manoel de Oliveira Freitas, declarou em testamento as Fazendas do Mundo Novo, Vereda, Ribeirão de São Vicente, Gerais e Tapera. Sua maior bem-aventurança decorreu da valorização das suas fazendas em função das benfeitorias que foram instaladas (DE SOUSA, 2001; IVO, 2008 e 2009).

Algumas dessas fazendas, arroladas nos inventários de Mathias João da Costa, Clara Gonçalves da Costa, João Gonçalves da Costa e Josefa Gonçalves da Costa, possuíam extensões territoriais superiores às áreas geográficas atuais de alguns municípios que compunham o Sertão da Ressaca. A Fazenda Novo Mundo, por exemplo, possuía uma área territorial de 1.080 km<sup>2</sup>, consideravelmente maior do que os atuais municípios de Barra do Choça, Boa Nova, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Caraíbas, Iguai, Nova Canaã, Maiquinique e Planalto (IBGE, 2018).

O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, ao transitar pelo Sertão da Ressaca, relata sobre sua passagem por algumas das fazendas acima descritas e os contatos estabelecidos com os donos das terras. Em 6 de janeiro de 1817, o naturalista e sua comitiva partem de São Pedro de Alcântara, na Vila de São Jorge de Ilhéus, com destino à Fazenda Barra da Vereda, no Arraial da Conquista.

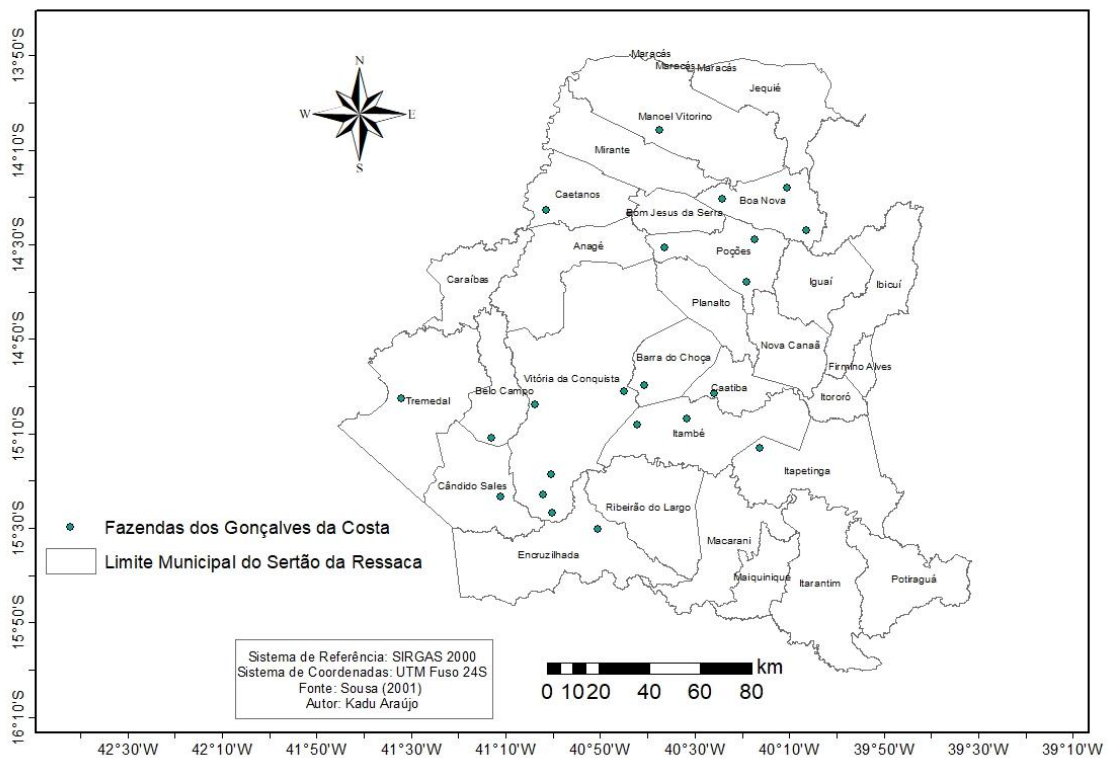
Após oito dias de intensa viagem, encontram-se em terras do Sertão da Ressaca a, aproximadamente, quatro léguas do Rio Catolé Grande; no dia seguinte, vencida essa distância, chega a uma área que havia sido cultivada pelo capitão Antônio Dias de Miranda e se encontrava abandonada; segundo o naturalista, aquelas terras tornaram-se um deserto. Nesse ponto da viagem, o naturalista monta acampamento e manda ir em frente alguns homens para providenciarem milho para os animais de sua tropa, que se encontravam completamente extenuados. Por meio dos agricultores familiares que lavravam as terras da Fazenda Berruga, atual município de Itambé, de propriedade dos Gonçalves da Costa, os homens e os animais da comitiva foram socorridos com provisões alimentares. O príncipe Maximiliano relatou essa experiência do seguinte modo:

Suportamos a falta do que comer por várias vezes, e vimo-nos reduzidos a matar a fome com carne sêca velha extremamente dura. Sentíamos viva compaixão dos nossos pobres animais de carga, pois quase não encontravam na floresta o necessário

para poder viver e rodavam em volta de nossas cabanas, como a pedir-nos sustento. [...] Até que, finalmente, ao anoitecer do sexto dia, ouvimos com alegria as vozes e os tiros dos nossos homens, que regressavam de Berruga. Trouxeram-nos boa provisão de milho que nós tivemos pressa em distribuir aos animais famintos alegrando-nos com a perspectiva de vermos satisfeita sua fome extrem.<sup>38</sup>

Segundo De Sousa (2001), João Gonçalves da Costa beneficiava-se da localização privilegiada das áreas que conquistara (Figura 4); muitas de suas fazendas eram cortadas por estradas que conectavam o sertão com o litoral, das capitânicas da Bahia e de Ilhéus. Suas terras eram “passagem obrigatória para todas as mercadorias que transitavam nos dois sentidos e pouso para tropeiros e boiadeiros envolvidos nesse comércio” (DE SOUSA, 2001, p.106).

**Figura 4** - Localização aproximada de algumas fazendas dos Gonçalves da Costa



Fonte: Adaptado de De Sousa (2001, p. 217).

Por conta dessa localização distinta, estabeleceram-se em suas propriedades, aldeamentos, pontos de pouso para os viandantes e áreas de repouso e de engorda do gado, pois as longas viagens provocavam uma queda de peso dos animais, que originaram alguns

<sup>38</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., op. cit., p. 382.



dos núcleos urbanos hoje existentes, na região Sudoeste da Bahia (ANDRADE, 2004; TANAJURA, 1992).

O príncipe Maximiliano, após passar pelas terras do povoado de Berruga, que, tempos mais tarde, foram integradas às propriedades do português Bernardo Lopes Moitinho, genro de Lourença Gonçalves da Costa, encaminha-se para a Fazenda Vereda, em Barra da Vereda; saindo desta localidade, com distância de, aproximadamente, quatro léguas entre propriedades, o naturalista visita as fazendas Angicos e Vareda – estas três propriedades pertenciam a Antonio Ferreira Campos – e pernoita na fazenda Tamburil, da Senhora Simoa. Seguindo viagem, passa pelas fazendas Ressaca e Ilha, propriedades que pertenciam às famílias das irmãs Rosaura e Lucinda Gonçalves da Costa. O naturalista ressalta que a região vinha passando por uma estiagem por demais longa, o aspecto era desolador, a vegetação, típica de caatinga e do carrasco, estava seca e devastada<sup>39</sup>.

Uma légua e meia após a rápida estadia na Fazenda Ilha, a comitiva encontrava-se no quartel Geral do Valo, povoado situado na Capitania de Minas Gerais. Nessa localidade, funcionava um registro fiscal; trabalhavam neste um furriel e dois soldados, que eram comandados pelo alferes do posto do Arraial do Rio Pardo de Minas. Esses registros contabilizavam a passagem de mercadorias e pessoas, cobravam impostos e combatiam o contrabando<sup>40</sup>.

Após breve permanência, o príncipe Maximiliano retorna para a Fazenda Vareda, observa as técnicas de criação de gado e, depois de alguns dias, seguindo o caminho da sede do Arraial da Conquista, visita o povoado “Os Porcos”.<sup>41</sup> Ainda visitando as fazendas do Sertão do Ressaca, o naturalista passou pelas fazendas dos irmãos João e Antonio Dias de Miranda na região da Jiboia. Saindo rumo à Salvador, atravessa as fazendas Preguiça, Periperi e Taquara; logo após, chega ao Arraial de Poções; à pequena distância, encontrava-se a Fazenda Uruba, também de Antonio Dias de Miranda; desta, seguiu passando pelas fazendas Boca da Mata e Ladeira até chegar à Fazenda Cachoeira, local de residência do General João Gonçalves da Costa.

Os Gonçalves da Costa, além de estabelecerem suas propriedades nas rotas comerciais que integravam os sertões ao litoral, também buscaram concentrar terras nas regiões mais propícias ao desenvolvimento da lavoura e da pecuária.

---

<sup>39</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., Ibid., p. 397-407.

<sup>40</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., Ibid., p. 406-407.

<sup>41</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., Ibid., p. 420-426.

Corroborando com essa assertiva, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (SEAGRI), em 2007, zoneou duas áreas como propícias ao plantio de cana-de-açúcar, totalizando 40.000 ha, nas terras que foram as fazendas desse tronco familiar. A primeira encontra-se mapeada no vale do rio Catolé, abrangendo os municípios de Barra do Choça, Caatiba e Itapetinga; a segunda área situa-se no vale do Rio Gongogi, compreendendo os municípios de Ibicuí, Dário Meira e Itagibá (BAHIA, 2007; SEAGRI, 2007).

As estruturas agrárias do Sertão da Ressaca, assim como as paisagens rurais, passaram por profundas transformações no correr do Século XIX, especialmente, a partir da segunda metade. As terras, que estavam disponíveis em fronteiras abertas, passaram a possuir valor venal, em decorrência das políticas de Estado, dos investimentos em instalações e em instrumentos de produção. As reformas institucionais que foram sendo implantadas a partir de 1850, em especial a Lei das Terras e o conjunto de leis auxiliares que lhe amparava, aumentou o controle do Estado imperial sobre as terras públicas, impediu o apossamento de áreas incultas e por conseguinte, valorizou as propriedades regularizadas. No plano interno, o Brasil atravessava uma prolongada crise de abastecimento e de insuportável carestia dos gêneros alimentícios.

A redução no tamanho das propriedades, quer por meio da venda de parte de suas terras ou por meio de sua partilha nos inventários *post mortem*, atestou a trajetória de desconcentração fundiária ocorrida na Imperial Vila da Vitória. Verificou-se que, mesmo com o fracionamento das propriedades rurais e o aumento da quantidade de proprietários, no decorrer dos oitocentos, uma grande parcela dos imóveis ainda permanecia no domínio dos familiares de João Gonçalves da Costa.

### **Domínio, ônus e relações de produção dos proprietários de fazendas**

Segundo Belarmino Sousa, o processo de ocupação do Sertão da Ressaca por parte de agentes a serviço da Coroa Portuguesa “não foi uma iniciativa isolada, levada a termo apenas pelo espírito aventureiro dos primeiros desbravadores. Tratou-se de uma investida sintonizada com as necessidades econômicas lusitanas” (SOUSA, 1996, p. 19). Embora alinhada com as diretrizes da Metrópole, a colonização da Ressaca, assim como da maioria dos sertões brasileiros, demandou fortes desembolsos financeiros dos próprios desbravadores. De acordo com Freyre (2003), a intenção da Coroa era evidente, ou seja, povoar sem ônus os ermos da América: desbravar o mato cerrado, combater as hostilidades das selvas e estabelecer zonas

de produção, com as despesas correndo por conta dos colonizadores que se aventuraram a arrotear as terras inóspitas dos sertões. Segundo o autor:

[...] deixou-se, porém, à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes. Da extensão delas fez-se um chamariz, despertando-se nos homens de pouco capital, mas de coragem, o instinto de posse; e acrescentando-se ao domínio sobre terras tão vastas, direitos de senhores feudais sobre a gente que fosse aí mourejar (FREYRE, 2003, p. 340).

Nesse sentido, o padre Cypriano Lobato Mendes, em representação dirigida a D. Pedro III, em 31 de julho de 1788, sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, relata os essenciais préstimos que o Capitão-mor João Gonçalves da Costa fez para a Coroa Portuguesa às suas custas, sem a devida compensação do governo:

Os sertanejos são muito rústicos, e a sua maior repugnância he virem á Cidade e se algum vem como foi o Capitão mor *João Gonçalves*, conquistador do gentio, sujeito de muita utilidade tanto no serviço de Deus, como S. M. F., o que sucedeu a este, veio com seus justíssimos requerimentos, sobre a conquista que fez de algumas aldêas de gentio. Os ajudantes de ordens muitos tempos o privarão de falar ao General, finalmente chegou por indulgencia a falar com o Governador o Exmo. *D. Rodrigo José de Menezes*, que o recebeu como mereção os seus merecimentos; quis dar as providencias necessárias, segundo as noticias que tive, opposerão-se os officiaes da Casa da Fazenda, por razões particulares dos seus interesses, que me não animo a pôl-os na presença de V.A., [...] Gastou nesta Cidade o que trouxe, gastou a sua paciência, ficou perdido, porque se empenhou para ter que gastar nesta Cidade, por não cobrar o que despendeu no real serviço na conquista do gentio, a sua caza desamparada, perdidas as suas lavouras e fazendas; finalmente retirou-se sem lhe pagarem.<sup>42</sup>

A apropriação de vastas sesmarias e a sua transformação em colônias de plantação demandavam coragem de iniciativa, firmeza de ânimo, capacidade de organização e vultosas contrapartidas em dinheiro, à custa dos senhores de fazendas (FREYRE, 2003). Os naturalistas Spix e Martius, em 1819, conheceram a estrada que ligava a Vila dos Ilhéus à Capitania de Minas Gerais, passando pelo Sertão da Ressaca, e sobre essa obra relataram que o investimento feito, especialmente pelo Marechal Felisberto Caldeira Brant, o Marquês de Barbacena, importou em 15.000 cruzados do seu próprio bolso<sup>43</sup>.

No território do Sertão da Ressaca, João Gonçalves da Costa, seus filhos João e Antonio Dias Miranda, Raimundo Gonçalves da Costa, seu neto Justino Ferreira Campos e Bernardo Lopes Moitinho, dentre outros, foram grandes proprietários de terras e dinâmicos

<sup>42</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1912, v. XXXIV, p. 91. Representação do Padre Cypriano Lobato Mendes dirigida a D. Pedro III sobre a situação econômica da Capitania da Bahia, em 31 de julho de 1788.

<sup>43</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. vol. 2. 3. ed. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Ed. Melhoramentos / IHGB / MEC, 1976. p. 165.

produtores rurais, tendo custeado dos seus próprios recursos a abertura de diversas estradas. Maximiliano de Wied-Neuwied, em conversa com o Coronel João Gonçalves da Costa, foi informado de que este ainda não havia recebido qualquer indenização do governo pela construção do trecho que lhe coube no “caminho das boiadas”, estrada que comunicava o Arraial da Conquista à capital da capitania baiana, caminho mais curto entre os termos do Norte de Minas Gerais e a Cidade do Salvador.<sup>44</sup>

Como observado em Freyre (2003), em contrapartida às obrigações, os privilégios de mando e de jurisdição dos chefes da política local sobre vastidões de terras conferiam aos fazendeiros direitos que se aproximavam aos de senhores feudais sobre as pessoas que fossem trabalhar em suas terras. A ideia de que os mandões locais eram portadores e detentores do atraso não correspondeu à realidade da Imperial Vila da Vitória. “Os chefes locais, como administradores, desenvolveram políticas públicas com alto grau de modernização. Buscaram ordenar o espaço público do município, buscando a modernização e a estruturação física da localidade” (IVO, 2009, p. 53). Esses políticos preocuparam-se em interligar o município a outras vilas da capitania/província e abriam novos caminhos de ligação com o Norte de Minas Gerais (IVO, 2009, p. 54).

Por meio dos inventários analisados neste estudo, foi possível identificar as três classes de unidades de produção agrícola existentes no Sertão da Ressaca. A grande e a média propriedade rural encontram-se razoavelmente caracterizadas, as pequenas propriedades nem sempre apareciam entre as inventariadas; em alguns casos, existiam dentro dos domínios das grandes fazendas ou eram arroladas como “sítios”.

A falta de informações mais precisas quanto aos limites da propriedade e ao tamanho das poligonais forçou a apreciação de outros critérios para a estimativa do tamanho do imóvel. O número de escravos e os ofícios que esses desempenhavam, a infraestrutura, as benfeitorias, a quantidade de gado, as roças plantadas, a presença e a quantidade de animais de trabalho, as ferramentas de trabalho e o preço atribuído ao imóvel constituem-se bons parâmetros no auxílio à categorização das propriedades. Raramente, registravam-se nos autos dos inventários informações precisas quanto às suas medidas, as terras eram tratadas com termos uma “*sorte de terras*” ou “*as terras da fazenda tal*” (NOVAIS, 2012).

Uma vez que não se utilizavam cercas para se delimitarem as propriedades, as divisas das terras eram muito imprecisas. Era frequente a descrição dos limites das fazendas aparecer conforme descrito na escritura de “compra e venda paga e quitação” que fazem os fazendeiros

---

<sup>44</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., op. cit., p. 439.

do Sertão da Ressaca Agostinho Ferreira do Espírito Santo e sua mulher Catarina Gonçalves da Costa a Plácido da Silva Gusmão de uma légua de terra, retirada da fazenda Santana, no lugar chamado Felícia, pela quantia de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), lavrada pelo Tabelião Antônio Caetano Neves em 23 de janeiro de 1844.

[...] às quais terras serão divididas e demarcadas do marco de Nossa Senhora estrada até a Lagoa de Baixo para a parte poente veio da água acima extremado com Luiz Teixeira, cortando pela parte do Norte a capoeira do Baiá e daí rumo direito ao mesmo marco de Nossa Senhora pela parte nascente extremado com a fazenda da Crisciuma entre as capoeiras da Felícia ficará vendida a minha parte que tenho na fazenda da dita Crisciuma que houve por herança em quinhão por falecimento de seus pais [...] <sup>45</sup>

Os inventários do século XIX revelaram o processo de fracionamento dos imensos latifúndios do Sertão da Ressaca. A imprecisão das demarcações, muitas vezes, gerava incertezas e litígios no momento de partilhar as propriedades e legalizar as terras. De acordo com Oliveira (2012), a Fazenda Batalha, confinante com a sede da Imperial Vila, constitui-se um bom exemplo desse fracionamento; a partir da segunda metade do século XIX, ela aparece registrada em nome de 14 distintos proprietários.

Quanto às relações de produção, segundo De Souza (1996), as pequenas propriedades valiam-se da mão de obra familiar, complementavam a força de trabalho por meio dos sistemas de arrendamento, parceria ou meação; essas unidades coexistiam dentro das grandes propriedades ou nas áreas isoladas do território da Ressaca, não pretendidas pelos grandes e médios proprietários. A contratação de mão de obra por parte dos pequenos produtores ocorria de forma esporádica. Uma forma de acerto que era comum entre os tipos de contratos estabelecidos entre o dono da grande ou da média propriedade e o lavrador que a toma para produzir era tomar uma área coberta com mata, derrubar, encoivarar e queimar a vegetação abatida; efetuar sobre a cinza o plantio das culturas de subsistência; após alguns ciclos, a terra era devolvida para o proprietário, geralmente coberta com pastagens. A depender do acordado no contrato verbal, a terra era devolvida limpa ou com algum plantio estabelecido.

Ocorria também de o pequeno lavrador tomar uma área já beneficiada e pagar uma renda ao proprietário pela utilização de suas terras ou, então, quitar o arrendamento, a parceria ou a meação, e, até a empreitada, mediante os gêneros alimentícios colhidos, reservava-se uma parte para o consumo familiar e utilizava-se o excedente para comercialização e quitação do contrato (DE SOUZA, 1996). Esses contratos de trabalho agrícola também aconteciam nas propriedades dos médios produtores rurais, que, dispondo de limitada capacidade de

<sup>45</sup> Cf. Livro de Notas N. 2 às folhas 20 e 21, do Tabelionato do 1º Ofício da Comarca de Vitória da Conquista.

investimentos e muitas terras aptas para a agricultura, recorriam a essas combinações. De acordo com Neves (2003), essas práticas ainda são comuns no Alto Sertão da Bahia.

*A lavoura de meia*, que ainda se pratica, tornou-se, por um lado, estratégia de sobrevivência dos que não dispunham de recursos para arrendar e explorar a terra; por outro, um recurso de se contornar o assalariamento, dificultado pela restrita circulação monetária que forçava a troca simples; e alternativa de mão-de-obra por baixo custo, com a possibilidade de ainda baratear no fornecimento alimentar do meeiro e na compra de eventual sobra da sua metade na safra, depois de quitada a dívida contraída durante o ano e talvez restos de anos anteriores (NEVES, 2003, p. 241).

Nas grandes e médias propriedades, predominaram as relações de produção baseadas na escravidão. A depender da necessidade, assalariavam-se homens livres. Conforme Fragoso (1983), para que o sistema agrário dominante, caracterizado pela pequena concentração populacional e grandes vastidões de terras em fronteira aberta, se tornasse viável, era necessário que a classe rural dominante implementasse mecanismos que lhe permitissem o controle sobre a terra e sobre o trabalhador direto. A “boa fazenda”, dentro dessa lógica, “é aquela em que o trabalhador direto aparece “associado” aos meios de produção reproduzindo a sua vida material parcialmente à margem do mercado, é aquela cujo tempo do trabalhador direto se desdobra em mercadorias e gêneros de subsistência” (FRAGOSO, 1983, p. 96).

O processo de concentração de terras em torno dos familiares de João Gonçalves da Costa deu-se, a par e passo, com a colonização e o povoamento do Sertão da Ressaca. No entanto, por trás dos atos de bravura do Capitão-mor na conquista das terras dos povos indígenas, a maior tática de suas guerras foi a traição. “Essa característica nodou a coragem e os serviços prestados pelos exploradores”.<sup>46</sup> Durval Vieira de Aguiar, ainda ressalta, “repugna-nos descrever estas covardes atrocidades deslustradoras dos feitos dos homens, que, por serviços à pátria, tem a História o dever de exaltar”.<sup>47</sup>

### 3.3.3 O habitat rural do Sertão da Ressaca nos oitocentos

De acordo com Ciro Flamarion, o habitat rural constitui-se a “maneira em que se distribuem os núcleos de povoamento numa zona rural: densidade; agrupamento ou dispersão; posição, dimensão e forma das aldeias e povoados; conformação da rede do habitat rural no seu conjunto, etc.” (CARDOSO, 1982, p. 37).

<sup>46</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., op. cit., p. 192.

<sup>47</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., Ibid., p. 192-193.

Seguindo as ordenações régias para o povoamento do interior do território colonizado, os primeiros povoadores do Sertão da Ressaca foram estabelecendo-se em locais estratégicos, à beira das estradas, ao lado de fontes de água, com amplas possibilidades de instalação de fazendas de criar e de cultivar mantimentos, e que estivessem a, aproximadamente, de quatro a dez léguas distantes umas das outras. Estas propriedades, inicialmente, tornaram-se ponto de parada para os tropeiros, para os condutores de boiadas e para os demais viajantes; no decorrer do tempo, essas paradas evoluíram-se para pequenos arraiais. As atuais cidades de Anagé, Belo Campo, Barra do Choça, Boa Nova, Caatiba, Itambé, Itapetinga, Manoel Vitorino, Planalto e Poções, dentre outras, foram constituídas dessa forma.

Segundo as orientações propostas em Bloch (2001), o Arraial da Conquista nas últimas décadas dos setecentos caracterizava-se como uma povoação de beira de estrada, encerrada em torno de uma praça central, circundada por fazendas. Centralizadas no Arraial da Conquista, existiam as povoações do Berruga, Boca do Mato, Cachoeira de Manuel Roque, Coquinhos, Periperi Grande, Poções e Ressaca, entre outras. A praça era o local em que se organizavam as feiras, recepcionavam-se os rebanhos e as tropas e se fechavam os negócios.

O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, ao chegar ao Arraial da Conquista no início do mês de março de 1817, relatou:

Arraial da Conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante como qualquer vila do litoral. Contam-se aí de trinta a quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres; daí a razão por que os ricos proprietários das redondezas, as famílias do Coronel João Gonçalves da Costa, o capitão-mor Miranda e algumas outras empreenderem a construção da igreja às suas expensas. Independentemente dos recursos que a cultura dos campos fornece para a subsistência dos habitantes, a venda do algodão e a passagem das boiadas, que vão para a Bahia, lhes proporcionam outros meios de vida. As boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por esta localidade, e algumas vezes veem-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que destinam à capital. O gado comumente emagrece, durante o longo trajeto que tem de percorrer, motivo pelo qual deixam-no descansar, aí, durante algum tempo, e mandam-no para se refazer nos pastos mais próximos. Grande parte dos moradores do Arraial compõe-se de trabalhadores e de rapazes desocupados que causam distúrbios [...] as pessoas mais sérias e consideradas, que vivem em suas fazendas, espalhadas em torno. [...] Conquista forma um retângulo alongado, onde a igreja, construída no lado mais alto, ocupa o meio deste. As matas espessas, que enchem toda a área em volta do retângulo, dão-lhe a aparência de um prado verde-claro e tornam muito agradável o aspecto da vila (WIED-NEUWIED, 1989, p. 428).

O naturalista produz uma rica descrição do Arraial, tendo apresentado a sua tipologia, exposta na Figura 5, sua importância no contexto das Capitânicas de Ilhéus e da Bahia, a agricultura de abastecimento com venda dos excedentes, a disponibilidade de mão de obra de homens livres e os serviços agrícolas prestados com as passagens de boiadas.

**Figura 5** – Foto do Arraial da Conquista do início do século XIX



Fonte: Tanajura (1992, p.1)

No entanto, ao descrever os moradores percebe-se uma flagrante distinção de tratamento entre as classes sociais, o olhar do príncipe Maximiliano, é fortemente influenciado pela ideia de superioridade da cultura europeia. Ao descrever os trabalhadores e os rapazes, comenta que a “malandrice e uma inclinação imoderada para as bebidas fortes são traços fortes do caráter desses homens”.<sup>48</sup> Segundo o naturalista, essas pessoas tornam a povoação em um lugar desagradável para as pessoas mais sérias e consideradas, que vivem em suas fazendas, espalhadas em torno do Arraial.

Observa-se que as pessoas classificadas como desocupadas, eram trabalhadores livres que negociavam sua força de trabalho para os produtores rurais, para os comerciantes do Arraial e para os donos de tropas, de boiadas e de cavalhadas que transitavam pela região.

Os viajantes Johann von Spix e Carl von Martius também produziram relatos sobre o trânsito de mercadorias agrícolas por meio das estradas que cortavam o Arraial da Conquista. Passando pela Vila de Caetité, em 1819, descreveram que, da região do Rio São Francisco, saíam muitos animais e tropas cargueiras que passavam pelo Arraial da Conquista em direção às praças da Bahia. Os naturalistas também citaram que a região de Caetité dedicava-se ao cultivo do algodoeiro, existiam compradores que remetiam anualmente mil cargas de mula para Bahia; o algodão era despachado por duas estradas recentemente abertas, via Conquista e Gavião (SPIX; MARTIUS, 1976).

---

<sup>48</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., op. cit., p. 427.



### 3.4 INTEGRAÇÃO DO SERTÃO DA RESSACA COM AS VILAS DO LITORAL SUL, DO RECÔNCAVO BAIANO E COM A CIDADE DO SALVADOR

As vilas e os arraiais do Alto Sertão da Bahia e do Norte da Capitania de Minas Gerais foram essenciais no processo de estabelecimento e consolidação do Arraial da Conquista. Todos os fluxos produtivos ocorriam por meio das estradas que comunicavam essas regiões. Posteriormente, mediante ordenações régias, o Arraial veio a se interligar com as vilas dos Ilhéus e de Canavieiras e com as vilas do recôncavo e com a capital da capitania baiana. A integração da Vila de São Jorge dos Ilhéus com o Sertão da Ressaca foi o objeto do ofício encaminhado em 1780 pelo governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, para Marinho de Mello e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar<sup>49</sup>. A construção da Estrada Geral, ou “Caminho das Boiadas”, que comunicava Minas Novas, em Minas Gerais, à capital da Bahia, no início do século XIX, foi fundamental para o trânsito dos gêneros da agricultura de abastecimento. Por se tratar do caminho mais curto entre a região Diamantina de Minas Novas e Salvador, o Arraial da Conquista começou a faturar com a cobrança de imposto sobre a passagem das tropas e dos rebanhos.

O Capitão-mor João Gonçalves da Costa, profundo conhecedor das terras das capitanias da Bahia e dos Ilhéus, muito provavelmente, ao escolher a região entre os rios das Contas, Pardo e as Cabeceiras do Rio São Matheus para estabelecer um povoado com forte presença portuguesa, o fez tendo em vista as suas riquezas naturais e a sua privilegiada posição geográfica. Dessa forma, foi possível estabelecer caminhos, dentre eles, o que comunicava o Arraial da Conquista às vilas do litoral sul, e o “Caminho da Boiada”, que interligava este arraial à Vila de Minas Novas e também às mais importantes vilas do recôncavo baiano, assim como à Salvador, com rotas mais rápidas, o que favoreceu uma maior circulação de mercadorias, serviços e viandantes e, por conseguinte, o abastecimento inter-regional.

Os naturalistas, Maximiliano de Wied-Neuwied, Johann Baptist von SPIX e Carl Friedrich von MARTIUS, em dezembro de 1816 e dezembro 1818, respectivamente, atestaram que a Vila dos Ilhéus encontrava-se em extrema decadência, a agricultura restringia-se especialmente ao plantio do arroz, da mandioca e da cana-de-açúcar, o milho e o café eram cultivados apenas para o consumo das fazendas<sup>50</sup>. Antes de chegar a Ilhéus, Maximiliano de Wied-Neuwied havia passado pelas vilas de Alcobaça, Prado, Porto Seguro,

---

<sup>49</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 473-474. Doc. cit..

<sup>50</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., op. cit., p. 338-342.

Belmonte e Canavieiras e contemplou a gravidade da situação; relatou que, na Vila dos Ilhéus, tinha-se “menos ainda o com que matar a fome do que em outras vilas mais ao sul”.<sup>51</sup>

Spix e Martius também vivenciaram essa escassez de alimentos, descreveram que o descuido com a agricultura era tanto que, não raramente, os habitantes de Ilhéus passavam fome e, ainda mais, os forasteiros em visita. Os naturalistas relataram que haviam passado fome nos primeiros dias em que estiveram nesta Vila.<sup>52</sup>

Spix e Martius relataram que o Marechal Felisberto Caldeira Brant, ao construir a estrada que comunicava a Vila de Ilhéus à Capitania de Minas Gerais, tinha por objetivo principal “fazer participar a região costeira de Ilhéus, que não possui pecuária alguma, da fartura dos Sertões da Barra da Vereda, Valo, Ressaque etc., a leste do Arraial do Rio Pardo, e abrir um caminho, para trazer os produtos do interior até o litoral”.<sup>53</sup> O Marechal era um comerciante de visão, possuía diversos negócios, dentre eles, o Engenho de Santa Maria em Ilhéus e embarcações que praticavam a navegação de cabotagem. A estrada por ele construída não apenas promoveria o abastecimento de Ilhéus e das vilas mais ao sul, ela também possibilitaria que o porto de Ilhéus atuasse como entreposto comercial para o açúcar de Ilhéus, assim como para as mercadorias produzidas no Norte da capitania de Minas Gerais e no Sertão da Ressaca.

Spix e Martius, ainda em Ilhéus, visitaram a colônia de Almada. Os viajantes observaram que os imigrantes haviam derrubado grandes trechos de mata e, em seguida, realizaram a queimada e o plantio do milho, arroz, cana de açúcar e café. Os trabalhos nessa colônia eram realizados por dez a doze escravos e por índios, que, mediante o pagamento de salários, cuidavam com persistência e com grande destreza da derrubada das matas e do cultivo dos solos. Verificaram que as técnicas de preparo do solo e de cultivo, utilizadas nas fazendas dos colonos alemães, foram copiadas dos povos nativos. Os naturalistas foram informados de que um dos colonos pretendia transformar as cinzas dos troncos queimados em potassa<sup>54</sup>.

Os imigrantes relataram para os naturalistas as adversidades da colonização naquelas matas. Pontuaram a imensidão da floresta e a tensão que ela exerce na retomada das áreas abertas para o plantio das roças; as doenças a que os lavradores estavam sujeitos; as agressões constantes que os mosquitos lhes proporcionavam; a carência de gêneros alimentares essenciais; e as dificuldades com os escravos, que, à menor insatisfação, fogem para as matas

---

<sup>51</sup> Citado por WIED-NEUWIED. Maximiliano de., op. cit., p. 339.

<sup>52</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von., op. cit., p. 158.

<sup>53</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von., Ibid, p.165.

<sup>54</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von., Ibid, p. 162.

vizinhas. Concluíram que essas dificuldades não foram suficientemente avaliadas quando ainda estavam na Europa<sup>55</sup>.

O agrônomo alemão Friedrich Von Weech, em 1827, assim como os seus patrícios da Colônia de Almada, teve frustrada a sua tentativa de estabelecer-se em terras brasileiras. De volta à Alemanha, publicou em 1828 o manual “A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial” e, dentre muitas outras considerações, relatou que a moderna agricultura europeia havia retrocedido aos métodos primitivos praticados no Brasil<sup>56</sup>.

O Sertão da Ressaca constituiu-se um importante vetor de abastecimento das vilas do sul e, em especial, da Vila dos Ilhéus. As vilas de Canavieiras, de Barra do Rio de Contas e de Porto Seguro, também mercadejavam com a Ressaca. O Arraial de Tabocas, atual cidade de Itabuna, servia como ponto de parada para os tropeiros e para os rebanhos que desciam para Ilhéus. Com a evolução desse arraial, ele passa a comprar diretamente das praças mineiras e do Sertão da Ressaca os gêneros para o seu abastecimento. As vilas de Nazareth, Valença, Cachoeira, Aratuípe, Jaguaripe e a capital da província baiana, constituíram-se as melhores praças para os gêneros produzidos na Ressaca, especialmente para o gado bovino.

Com essa exposição acerca da gênese e do desenvolvimento da agricultura de abastecimento no território objeto deste estudo nos séculos XVIII e XIX, pôde-se constatar que a ampla diversidade de aspectos geoambientais do território da ressaca e conseqüentemente, de classes de aptidão agrícola das terras favoreceu a prosperidade da agricultura de alimentos e da pecuária. Constatou-se que as descrições da paisagem rural, dos sistemas agrários e das técnicas agrícolas evidenciaram uma agricultura voltada para o abastecimento regional e interprovincial pautada em um sistema de fronteiras abertas com forte predação dos recursos naturais, valendo-se de técnicas agrícolas primitivas.

Verificou-se uma acentuada concentração de terras em torno do tronco familiar dos Gonçalves da Costa durante todo o fio cronológico deste estudo. As relações de produção pautaram-se, em sua grande maioria, no trabalho escravo. Esporadicamente, empregavam o trabalho assalariado de homens livres. Os pequenos produtores utilizavam preponderantemente a mão de obra familiar, valiam-se dos sistemas de arrendamento, parceria ou meação para terem acesso à terra. Desse modo, suas unidades de produção coexistiam dentro das grandes e médias propriedades ou nos espaços ermos da Ressaca, não pretendidos pelos senhores de terras.

---

<sup>55</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von., Ibid, p. 162-163.

<sup>56</sup> Cf. VON WEECH, Friedrich. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 129-130.

Quanto à maneira como se distribuía os núcleos de povoamento, o Arraial da Conquista e seus vários povoados possuíam uma localização privilegiada, concentravam-se a beiras das principais estradas, tinham uma tipologia retangular e se distanciavam uns dos outros em torno de quatro a dez léguas. O Sertão da Ressaca integrou-se à economia colonial por meio do comércio de abastecimento com a Capitania de Minas, com o Alto Sertão da Bahia, com o Recôncavo baiano e com as vilas dos Ilhéus e de Canavieiras.

## 4 OS AGENTES DO ABASTECIMENTO DO SERTÃO DA RESSACA

### 4.1 A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

A economia do Sertão da Ressaca, dos séculos XVIII e XIX, consolidou-se com base nas fazendas que produziam para o autoabastecimento e vendiam o excedente para o mercado; na exploração dos serviços agrícolas, o aluguel de pastagens para a recuperação dos animais que transitavam pela região, a cobrança de taxas pela passagem de animais e mercadorias; e no comércio de escravos. O capital acumulado por meio da economia de abastecimento possibilitou a ascensão do Arraial, em 1840, à condição de vila, fomentou a estruturação do comércio, com lojas, vendas (tabernas) e carniçarias, constantemente abertas aos consumidores, incrementou a atividade manufatureira e melhorou os hábitos de consumo dos moradores da Imperial Vila da Vitória.

O distanciamento dos portos, que, de um lado, impossibilitou a consolidação da monocultura agroexportadora no Sertão da Ressaca, por outro, contribuiu para o estabelecimento de uma diversificada agricultura, em unidades produtivas autossustentáveis, que comercializavam com as praças do norte de Minas Gerais, com as vilas das capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro e com o recôncavo baiano, os excedentes das safras. O cronista colonial Pandiá Calógeras assim descreve as fazendas autossuficientes do Brasil colonial:

Na economia naturista, a fazenda, unidade econômica, se supre de tudo com a própria produção. Exceptua-se, quase unico, o sal. Quando muito, e para os casos de consumo voluptuário, importa-se algum vinho e algum tecido mais fino; mas em geral o alcool é fornecido pela aguardente de canna ou por minúsculos vinhedos locais, e o vestuário pelos teares caseiros, tanto para algodão como para lã. Cardas, fuso e roca encontram-se em todas as velhas casas sertanejas, e urucum, jenipapo e páo-brasil, dão as substancias tinctorias<sup>57</sup>.

As fazendas de pecuária do Arraial da Conquista, desde a sua implantação, a partir da segunda metade do século XVIII, já possuíam o caráter de autossuficiência.

As fazendas consideradas propriedades familiares, organizam-se com grau relativamente grande de auto-suficiência(sic). Elas são unidades produtoras correspondentes à organização social. É o fato das fazendas terem a necessidade de possuir tudo ou quase tudo que explica porque o município, predominantemente pecuarista, produza cana-de-açúcar, arroz, culturas de subsistência, etc. [...] João Gonçalves da Costa que iniciou uma rudimentar lavoura, cultivando, fundamentalmente, feijão, milho e mandioca. Tempos depois, encetou-se o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de rapadura, aguardente e o açúcar mascavo (SANTOS, 1993, p. 28-29).

<sup>57</sup> Citado por CALÓGERAS, João Pandiá, op. cit., p. 588.

Por meio dos dados do censo demográfico de 1872 (Quadro 1), é possível ter uma dimensão da composição étnica da Imperial Vila da Vitória, no tocante às pessoas livres e cativas. As 18.941 pessoas foram classificadas em quatro diferentes “raças”: brancos, pardos, pretos e caboclos. Observa-se que a maioria da população era constituída de pardos escravos e livres, representando o total de 52,1% dos habitantes. A população dos cativos correspondia aproximadamente a 9,6% do número total de habitantes, totalizando 1817 pessoas, sendo 887 mulheres e 930 homens.

Ao comparar os dados das 18 mais importantes vilas do interior da Província da Bahia<sup>58</sup>, apresentadas no censo de 1872, o percentual de escravos em relação à soma geral da população da Imperial Vila da Vitória ficou um pouco abaixo da média encontrada, 11,3%. Já em relação ao número de escravos por vila, 1.257 indivíduos, a Imperial Vila superava a média em 44,5%. Essa quantidade de escravos é bastante significativa, constitui-se um forte indício da dinâmica agricultura de abastecimento existente na Vila.

De acordo com Resende (2014), a existência de um significativo número de cativos em uma época em que o cenário apontava para a cessação do tráfico interno e para a abolição da escravatura refletia o virtuosismo da agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória e contradiz as afirmações de Furtado (1989) de que a população relacionada às atividades criadoras no Nordeste era escassa e a mão de obra, reduzida, não predominando o trabalho escravo.

Estes dados também indicam uma utilização expressiva da força de trabalho familiar e de homens livres nas diversas unidades produtivas do Sertão da Ressaca.

Conforme as informações do Quadro 2 deduz-se que a maioria dos habitantes livres da Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX possuía uma ocupação definida. Confirmando a influência da agricultura de abastecimento no estabelecimento e consolidação da Vila Imperial, verifica-se que as ocupações ligadas à atividade agrícola, em especial a de lavradores, agrupavam o maior número de pessoas.

---

<sup>58</sup> Para a determinação das médias: Percentual de escravos em relação à soma geral da população e Número de escravos por vila foram utilizados os dados do Recenseamento Geral do Brasil, 1872 – Província da Bahia, das seguintes localidades: Vila de N. Sra. da Purificação de Santo Amaro; Vila de N. Sra. de Nazareth das Farinhas; Vila de N. Sra. da Ajuda de Jaguaripe; Vila de Cachoeira, Vila de Maragogipe; Vila de Sant’Anna de Serrinha; Vila de Santo Antônio de Jacobina; Vila de N. Sra. da Graça de Maracás; Vila Nova da Rainha; Vila Nova de N. Sra. do Livramento e Minas do Rio de Contas; Vila do Santíssimo Sacramento do Rio de Contas; Vila do Bom Jesus do Rio de Contas; Vila Nova do Príncipe e Sant’Anna do Caetité; Vila do Senhor Bom Jesus dos Meiras; Vila de Santo Antônio da Barra; Vila de Santo Antônio do Urubú; Imperial Vila da Vitória e Vila de São Jorge dos Ilhéus.

**Quadro 1** – Quadro geral da população da Imperial Vila da Vitória

Condições	Sexos	Raça				Brasileiros Soma	Estrangeiros Soma	Total Almas
		Branços	Pardos	Pretos	Caboclos			
Livres	Homens	2.741	4.288	1.102	683	8.814	76	8.890
Livres	Mulheres	2.462	4.264	925	544	8.195	39	8.234
<b>Soma</b>		<b>5.203</b>	<b>8.552</b>	<b>2.027</b>	<b>1.227</b>	<b>17.009</b>	<b>115</b>	<b>17.124</b>
Escravos	Homens	–	396	488	–	884	46	930
Escravos	Mulheres	–	355	532	–	847	40	887
<b>Montante</b>		<b>5.203</b>	<b>9.303</b>	<b>3.093</b>	<b>1.227</b>	<b>18.740</b>	<b>201</b>	<b>18.941</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1872 – Província da Bahia, p. 448. Disponível em: <https://ia601506.us.archive.org/13/items/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Entende-se que esse quantitativo deveria ser maior, posto que, entre os jornaleiros, seguramente, existiam muitos trabalhadores rurais. Deve-se considerar também que muitas pessoas relacionadas aos serviços domésticos ou tidas como sem profissão atuavam nas cadeias produtivas e na comercialização de alguns produtos do campo. Constata-se, por meio dos inventários, que a maioria dos domicílios do município possuía máquinas de fiar algodão e, por meio do Quadro 2, percebe-se a existência de um número relativamente grande de mulheres livres na ocupação de costureiras; situações que evidenciam a existência da manufatura doméstica<sup>59</sup>.

Segundo Santos (2015), possivelmente, as categorias ocupacionais “dos serviços domésticos” e a de lavrador foram as atividades mais praticadas pelos forros, era grande o número de escravos, principalmente mulheres, nessas ocupações, o que propiciava o acúmulo de pecúlio para a compra da alforria. Ainda segundo o autor, o grande número de pessoas sem ocupação ou profissão declarada explica-se pelo fato de que o recenseamento levou em consideração o número total de habitantes da Vila. Nesse grupo, encontravam-se, as distintas senhoras, os idosos, as crianças, os adultos incapacitados, seguramente os desempregados e aqueles que não tinham profissão definida.

Deste modo, conclui-se que a economia própria dos escravos, no Sertão da Ressaca, em especial nas profissões agrícolas foi essencial para a capitalização de reservas de dinheiro.

No Alto Sertão da Bahia, observaram-se escravos no exercício das mesmas profissões que haviam no Sertão da Ressaca. No município de Igaporã, os processos criminais registraram escravos e forros qualificados como vaqueiros, lavradores, tropeiros, carpinteiros, mas, principalmente, como costureiras, roçadeiras e fiandeiras tecelãs. De acordo com Pires

<sup>59</sup> Cf. Inventários *post mortem*. AFJM: 1ª Vara Cível. Vitória da Conquista-Bahia.

(2003, p. 223), “a ostensiva qualificação de ‘custureiras’, fiandeiras e tecelãs nos autos, em período anterior e posterior à abolição, se explica, ao menos em parte, pela presença da cultura do algodão na região de Caetité”.

**Quadro 2** – População da Imperial Vila da Vitória em relação às profissões

População considerada em relação às profissões																	
Nacionalidade	Condições	Sexo	Profissões Liberais <sup>60</sup>	Capitalistas e Proprietários	Manufatores e Fabricantes	Comerciantes, Guarda-livros e Caixeiros	Costureiras	Operários em metais	Operários em madeiras	Operários de Vestuário	Operários de Calçado	Pescadores	Profissões Agrícolas: Lavradores	Profissões Agrícolas: Criadores	Pessoas Assalariadas: Criados e Jornalheiros	Serviços domésticos	Sem profissão
Bras	Livre	Hom	44	31	30	76	–	52	52	37	37	3	4304	398	403	305	1980
Bras	Livre	Mul.	9	–	–	–	841	–	–	–	–	–	1363	–	393	944	4708
Estr.	Livre	Hom	–	4	10	20	–	–	–	–	–	–	39	–	–	–	–
Estr.	Livre	Mul.	–	–	–	–	13	2	–	–	1	–	16	–	–	10	–
Bras	Escravo	Hom	–	–	–	–	–	10	4	–	4	–	708	–	–	160	44
Bras	Escravo	Mul.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	496	–	32	194	98
<b>Montante</b>			<b>53</b>	<b>35</b>	<b>40</b>	<b>96</b>	<b>854</b>	<b>64</b>	<b>56</b>	<b>37</b>	<b>42</b>	<b>3</b>	<b>6926</b>	<b>398</b>	<b>828</b>	<b>1613</b>	<b>6830</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1872 – Província da Bahia, p. 448. Disponível em: <https://ia601506.us.archive.org/13/items/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

### Os hábitos de consumo da população da Imperial Vila da Vitória

No Sertão da Ressaca, em especial, no primeiro dos dois períodos distinguidos no fio cronológico deste estudo, verificou-se um modo de vida bastante simples dos proprietários de terras, evidenciado por residências e mobílias modestas e pelo costume alimentar trivial. Maximiliano de Wied-Neuwied, em estadia na região da Barra da Vereda, expressa com admiração que fazendeiros com um grande número de escravos, próximo de cem cativos, levavam uma vida muito comum, moravam em casas de barro, alimentavam-se das mesmas comidas que os seus trabalhadores e, raramente, pensavam em melhorar o seu modo de viver.<sup>61</sup>

Consoante com De Souza (1996), a comida dos empregados livres ou cativos era composta de feijão com carne, o arroz e a farinha de mandioca. Aos patrões, às vezes, acrescentava-se à sua comida alguma novidade que não era servida aos empregados. Os alimentos que compunham a dieta básica dos habitantes do Arraial eram: farinha de mandioca, carne

<sup>60</sup> Profissões consideradas: Religiosos Seculares e Regulares, Juizes, Advogados, Notários e Escrivães, Procuradores, Officiaes de Justiça, Médicos, Cirurgiões, Pharmaceuticos, Parteiros, Professores e Homens de Letras, Empregados Públicos e Artistas.

<sup>61</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 392.



seca, feijão, arroz, milho, café, açúcar, banha e sal. O leite, muito comum nas fazendas, era transformado em requeijão, queijo e doces. Da mandioca, também se produzia a puba, a goma e a farinha de apara. Dada a fartura da produção do milho, o fubá ou a farinha do milho também constavam nos itens consumidos pelos moradores da Ressaca. “A maioria das pessoas alimentava-se daquilo que produzia, basicamente da lavoura de subsistência e da criação de animais domésticos” (DE SOUZA, 1996, p. 57).

Os capitais acumulados com a agricultura de abastecimento possibilitaram uma significativa melhoria nos hábitos de consumo dos moradores da Imperial Vila da Vitória. Os 17 comerciantes, que aparecem nos inventariados, possuíam casas comerciais na sede da Vila, nos arraiais e nos povoados. Ofereciam à população diversos produtos nacionais e importados, desde alimentos até objetos de uso pessoal e beleza. O comerciante Manoel Pereira do Amaral vendia ferro, chumbo, mas também produtos importados, como chales, lenços, manteiga francesa, ferramentas e enlatados vindos de Portugal, em sua casa comercial. Os produtos importados, “gêneros necessários da produção estrangeira”, eram comprados, principalmente, nos mercados de Salvador, Nazareth e Valença<sup>62</sup>.

As mudanças no padrão de consumo de parte da população produziram outra modificação importante no estilo de vida dos habitantes da Imperial Vila da Vitória, a partir do segundo quartel do século XIX. A sede da Vila foi recebendo mais moradores. De acordo com Miguel (2000a, p. 114-115), “a referência nos inventários de domicílios localizados na vila sugere que este espaço adquiriu mais importância para seus habitantes, mesmo com as fazendas se mantendo como sede do poder local e unidade produtiva mais importante”. A partir de 1870, os moradores da Vila passaram a comprar mobílias para as suas casas e adquirir melhores utensílios domésticos.

#### 4.2 OS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ABASTECIMENTO

Para o governo metropolitano, a publicação de medidas que garantissem a subsistência dos seus subordinados foi uma das suas principais inquietações. No entanto, tais determinações, nem sempre, eram compreendidas pelos interesses superiores do grande comércio e da grande lavoura. As determinações, para que partes das terras fossem reservadas para o cultivo da mandioca, “o pão da terra”, para deixarem o sábado livre aos escravos para o cultivo do seu próprio sustento e a imposição do cercamento dos pastos, para que o gado não

---

<sup>62</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Civil. Inventário de Manoel Pereira do Amaral. Caixa Inventários: 1863.

causasse prejuízos às roças e as lavouras vizinhas, atestam este interesse da Coroa (LINHARES; SILVA, 1981).

As câmaras municipais figuravam como um dos instrumentos que o Estado dispunha para intervir sobre a ordem privada. Estas possuíam atribuições de poderes bastante amplos (LINHARES; SILVA, 1981). Como já observado, as câmaras atuavam como uma espécie de porta voz do jogo de interesses locais.

Na Imperial Vila da Vitória, não foi diferente, a composição da câmara do município seguiu a regra dos demais conselhos legislativos brasileiros. Os grandes produtores rurais do tronco familiar Gonçalves da Costa sucederam à frente dos principais cargos públicos (IVO, 2017). Percebe-se desta forma que o legislativo da Imperial Vila atuava energeticamente na defesa dos interesses dos grandes proprietários de terras, que seguramente não condizia com as necessidades gerais de toda a população.

A câmara da Imperial Vila, por meio da regulamentação e aplicação do código de posturas; do controle da produção das fazendas, mediante o registro em livro do nome do produtor, da localização da fazenda e do desenho do ferro de marcar o gado; da fiscalização dos preços das mercadorias comercializadas na Vila; das reivindicações, em especial, para a abertura e melhoria das estradas e protestos, junto ao governo provincial; e do auxílio prestado aos migrantes que chegavam à região nos momentos das grandes secas; atuou decisivamente para a consolidação da agricultura de abastecimento.

No Código de Posturas da Imperial Vila da Vitória, promulgado em 18 de maio de 1842, em relação à produção e comércio de gêneros agrícolas, constavam as seguintes proibições com penalidades, pecuniárias ou de prisão, ao produtor que: matar ou esquartejar as rezes para negócio, em lugar que não fosse destinado para esse fim pela câmara, ou sem a licença, Art. 17º; vender carne fora do açougue, sem ter pago os direitos estabelecidos e sem a fiscalização da limpeza dos talhos, da salubridade da carne e da fidelidade dos pesos, Art. 18º; deixar de construir cercas fortes de altura de sete palmos a volta de suas roças, no lugar onde se criar gados, Art. 30º; criar porcos soltos dentro da Vila e das povoações, Art. 44º; e, criar cabras e ovelhas na Imperial Vila, sem cuidador, Art. 48º.<sup>63</sup> Este código, dentre outras medidas, tratava do comércio em geral, da conservação dos recursos ambientais e da conservação das estradas.

As implacáveis secas que assolaram os sertões nordestinos demandaram muita intermediação da Câmara da Vila junto ao governo da província baiana. As provisões que o

---

<sup>63</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Doc. cit., p. 156-164.

município possuía para enfrentar os períodos de calamidade estavam sendo consumidas pelas multidões de retirantes que constantemente chegavam à região da Ressaca. Destarte, o presidente da câmara, solicita que sejam enviados recursos pecuniários para atender as “ditas classes pobres”, uma vez que, a seca já havia vitimado muitas destas pessoas e outras tantas “definhavam por falta de alimentação suficiente”.<sup>64</sup>

A promulgação a Lei Áurea, em 1888, abolindo a escravidão foi um duro golpe para os proprietários rurais, que em sua grande totalidade compunham a Câmara da Imperial Vila da Vitória. A notícia foi recebida com muita insatisfação e protestos que ficaram registrados nas atas das sessões. Para os vereadores, a abolição representava uma violação ao “preceito do §22 do artigo 179 do nosso pacto fundamental, na parte em que, garantindo o direito a propriedade em toda a sua plenitude”.<sup>65</sup> A Câmara Municipal solicitou ao Governo Geral, providências e medidas eficazes para melhorar o estado da agricultura “vítima de uma precipitação, e a sorte dos infelizes ex-escravos”.<sup>66</sup>

O legislativo municipal também interveio controlando o abuso nos preços praticados no comércio varejista da Imperial Vila, no último quartel dos oitocentos. Conforme Viana (1982), observa-se a atuação da Câmara por meio da fixação de um preço máximo para a carne verde que era comercializada na Vila, 2 quilos de carne não poderiam custar mais de 1\$000 (um mil réis).

A *imposição legal* foi o outro instrumento que o Estado utilizou para intervir no abastecimento. As medidas régias que mais impactaram o abastecimento do Sertão da Ressaca foram: a interiorização do povoamento e a ampliação da área das economias de subsistência; a instituição da cobrança de imposto sobre a circulação de mercadorias no território; o estabelecimento da política dos aldeamentos e das colônias nacionais; a abertura e reforma das estradas interprovinciais; e as leis que impactaram o preço dos escravos, dentre outras.

#### 4.3 OS ATORES DO ABASTECIMENTO NO SERTÃO DA RESSACA

Dentre os principais agentes da agricultura de abastecimento do Sertão da Ressaca, o Estado, os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção; os trabalhadores livres e cativos e os consumidores, este tópico destaca aqueles que, diretamente, produziram

---

<sup>64</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Presidente da Província. Secas. Maço 1607, 1845-1860.

<sup>65</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Série Correspondências. Maço 1464.1860-1889. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., op. cit., p. 65.

<sup>66</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências., Ibid. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., op. cit., p. 65-66.

os gêneros agrícolas que eram consumidos localmente e inter-regionalmente. Foram eles: os povos indígenas nativos, os escravos, em cativo, rebeldes e forros, os pequenos agricultores, proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros e usufrutuários, os senhores de terras, e os missionários capuchinhos.

### 4.3.1 Os povos indígenas, economia e técnicas agrícolas

No início do século XVIII, com a interdição legal à ocupação das terras da zona tampão, que englobavam o território do Sertão da Ressaca e parte dos territórios das Capitanias dos Ilhéus, de Porto Seguro e de Minas Gerais, esta região transformou-se em refúgio para um número significativo de indígenas dos grupos *Kamakã-Mongoió*, *Gren* ou *Botocudos* e dos vários subgrupos *Maxakali* (PARAÍSO, 2002).

Os povos de diversas nações indígenas, beneficiados pelo estabelecimento da zona tampão, espalharam-se por todo o território da Ressaca. Não há o número preciso dos indivíduos existentes. O ofício do ouvidor da comarca dos Ilhéus<sup>67</sup>, Francisco Nunes da Costa, para o governador interino da Bahia, de 23 de agosto de 1783, ao tratar dos feitos da conquista por parte de João Gonçalves da Costa, aponta que este teve contato com cerca de cinco aldeias dos índios Mongoiós, contando com, aproximadamente, dois mil indivíduos (MEDEIROS, 1977). Em ofício de 6 de agosto de 1783, também encaminhado ao Governo Interino da Bahia, Francisco Nunes da Costa descreve parte do contato do Capitão-mor com os índios Mongoiós no Rio Pardo:

[...] me comunica o dito Capitão-mór *João Gonçalves da Costa*, os progressos e resulta da sua conquista ou entrada, que passo a pôr na presença de VV. EEx. e Senhorias. Entrou este animoso homem pelas ásperas mattas e serras do Rio, que na Capitania dos Ilheos, he conhecido na sua foz pelo rio Patipé e depois de 2 mezes de viagem e consideráveis trabalhos, descobriu 5 aldêas de gentio, de tão bom character, que vive em sociedade, com plantações de bananas, batatas, inhames, toda a sorte de fava e feijão e até canna de assucar, o que constitue huma nação dócil e fácil de reduzir<sup>68</sup>.

O relato do ouvidor ressalta a agricultura das tribos indígenas e a diversidade dos gêneros alimentícios produzidos, destacando a docilidade destes povos e a facilidade com que eles poderiam ser integrados à economia agrícola regional. Segundo Souza (1999), no início

<sup>67</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 539. Ofício do Governador interino da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro, em que são dadas diversas e interessantes notícias relativas à Capitania de Ilhéus, em 23 de agosto de 1783.

<sup>68</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 541. Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Francisco Nunes da Costa para o Governo Interino da Bahia. Em 6 de agosto de 1783.

do processo de colonização e povoamento do Sertão da Ressaca, não ocorreram confrontos diretos entre os colonizadores e os índios, sempre que possível, os conquistadores buscavam manter uma relativa convivência de paz. De acordo com Tanajura (1992), os Camacãs estendiam-se em uma ampla faixa de terras compreendida entre os rios Pardo e das Contas, “pode-se afirmar que o território da nação Mongoió, principiava no córrego Piabinha, no município de Itambé, e se estendia pelo Sertão da Ressaca até o Rio das Contas ao Norte”.

Os Camacãs do Sertão da Ressaca habitavam palhoças quadradas, algumas com paredes de barro, recobertas de cascas de árvores. Na agricultura, o plantio e a colheita eram atribuição de todos, prevalecia o coletivismo no grupo, cultivavam mandioca, batatas, abóboras, inhames, feijões, melancias, algodão e milho, dentre outros gêneros. “Eram hábeis oleiros, fabricavam louças de barro ou de pedras pulverizadas”. Confeccionavam sacos de tecidos de algodão e de fibras de palmeiras, bolsas de caça e curtos aventais que usavam em redor dos quadris. Dentre os povos autóctones encontrados no Sertão da Ressaca, os Camacãs foram os que, mais facilmente, adaptaram-se à cultura do homem branco (TANAJURA, 1992).

Em janeiro de 1817, na região do Berruga, Maximiliano verificou a presença de famílias de Camacãs trabalhando para agricultores negros, mediante o pagamento de salários. Dois dias após, na fazenda Vereda, observou o trabalho de algumas famílias de índios. Os Camacãs ocupavam-se da derrubada das matas, das lavouras de mantimentos e da caça nas florestas. O naturalista observou que os índios, em sua maioria, eram batizados, alguns possuíam uma cruz vermelha tingida na testa. Verificou também que os nativos, mediante o consentimento do proprietário, tinham por hábito tirar das plantações o que lhes convinha<sup>69</sup>.

Na sequência da viagem, semanas depois, o príncipe chega ao Arraial da Conquista e constata que as aldeias<sup>70</sup> de Camacãs mais próximas dos estabelecimentos portugueses cultivavam o milho, o algodão e a banana. Verificou que, apesar de sedentarizados, os índios mantinham seus hábitos, ocupando-se especialmente da caça. Maximiliano averiguou que o estado havia colocado na direção dos aldeamentos portugueses incultos e despreparados. Constatou ainda que os nativos, mediante pagamentos ínfimos, eram obrigados a trabalhar nas

---

<sup>69</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op.cit., p. 386-393.

<sup>70</sup> A utilização deste termo era corrente à época e servia tanto para designar as aldeias originais das tribos como também para se referir aos centros de catequização e civilização dos povos indígenas. Cf. MIGUEL, Antonieta. **Sertão da Ressaca: território do conflito**. In: Edinalva Padre Aguiar. (Org.). Ymboré, Pataxó, Kamakã: A presença indígena no Planalto de Conquista. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista-UESB, 2000b. p. 54-79.

estradas, a derrubar as matas, a levar mensagens a grandes distâncias e a combater os tapuias inimigos<sup>71</sup>.

O viajante seguiu em direção às grandes matas da Serra do Mundo Novo, também conhecida como Jiboia, distante um dia de viagem do arraial, com o fim de ter contato com tribos Camacãs em pleno estado de vida selvagem. Maximiliano relatou que, no começo do percurso, a região ainda era um pouco habitada, os campos haviam sido desmatados e cultivados, mas, logo em seguida, penetra na grande mata virgem. No Vale da Jiboia, achavam-se construídas de pau e barro as pequenas choças dos índios; estas eram cercadas por touceiras fechadas de bananeiras e tinham ao fundo gigantescas árvores da floresta. Cultivavam gêneros de subsistência, banana e algodão, mostravam-se contentes com os produtos que a natureza lhes dava<sup>72</sup>. O naturalista ainda descreve:

Fabricam panelas com argila cinzenta, e são mais industriosos que as tribos da costa oriental. Sabem, com destreza a caça; mas conhecem muito bem as vantagens que lhes assegura o cultivo das plantas úteis, e plantam, junto às suas choças, banana, milho e mandioca, cuja raiz assada eles comem, e batatas. Cultivam também pequena quantidade de algodão, e fazem com ele cordas muito bem feitas [...] A habilidade dessa gente em todos os trabalhos manuais, torna-a muito útil aos portugueses, depois que parte dela se civilizou um pouco. [...] Afora as suas armas e trabalhos de arte, esses costumam vender aos europeus velas de cera, que espalham um cheiro agradável, quando queimam. [...] Os Camacãs vendem também mel, que colhem em grandes quantidades nas florestas<sup>73</sup>.

Observa-se por meio dos relatos do príncipe Maximiliano que não foram encontrados índios na lida com a terra nas áreas de vegetação mais aberta, da caatinga, do carrasco e de cerrado, e nas áreas de campos abertos, sem a presença de matas virgens. Tal fato atesta que, mesmo “sedentarizados e civilizados”, os indígenas nunca se afastavam muito das provisões e da segurança oferecidas pelas matas e pelos rios.

A agricultura das nações indígenas que habitavam os sertões entre os rios Pardo e das Contas, apesar de bastante variada, possuía uma baixa produtividade, era basicamente de subsistência e autoconsumo. Euclides da Cunha assim descreveu suas técnicas:

Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental - o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *dgis* de diorito; encoivarados, depois de secos, os ramos, alastravam-lhes por cima, crepitando, as *caïçaras*, em bulcão de fumo, tangidas pelos ventos. Inscreviam, depois, nas cercas de troncos combustos das *caïçaras*, a área em cinzas onde fora a mata exuberante. Cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, de todo exaurida, aquela mancha da terra fosse, imprestável, abandonada em *caapuera* — mato extinto [...] (CUNHA, 1984, p. 32).

<sup>71</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 386-393.

<sup>72</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., p. 429.

<sup>73</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., p. 432-434.

Também habitavam os territórios da Ressaca os *Aimorés* ou *Gren (Guerém)*, denominados de Botocudos pelos portugueses. Ocupavam uma área imensa, abrangendo boa parte da região sul da Bahia e se estendendo pelas Províncias de Minas Gerais e Espírito Santo. Pertenciam à estratificação humana mais antiga do índio brasileiro. Os Pataxós e o seu subgrupo *Maxakali* estavam localizados, “grosso modo”, na zona entre os rios Cachoeira e Mucuri; no território do Sertão da Ressaca, habitavam as margens do rios Catolé Grande, Pardo, Jiboia, Mangerona e Colônia. Segundo Regni (1988b, p. 324), “em muitos pontos, compartilhavam a área com seus indesejados vizinhos botocudos e, amiudamente, viam-se forçados a recorrer aos colonos para que os defendessem de seus assaltos”.

Os Botocudos e os Pataxós viviam das atividades de caça, coleta e pesca. A agricultura foi incorporada aos seus hábitos por meio do contato estabelecido com os colonizadores. Sua imposição como a mais importante prática econômica relacionava-se com o fim do nomadismo, que ia de encontro com a proposta de aldear para liberar terras para a instalação de fazendas ou roças e abertura de rotas comércio (PARAÍSO, 1982).

Reportando-se mais uma vez ao ofício do governador da Bahia para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Marthinho de Mello e Castro, de 12 de agosto de 1780<sup>74</sup>. O governador relata parte da trajetória de João Gonçalves da Costa no início do povoamento do Arraial da Conquista, descrevendo que famílias de índios domesticados foram sendo agregadas à povoação do Capitão-mor. Estes foram essenciais na derrubada das matas e implantação de lavouras para o autoabastecimento. Os plantios de gêneros alimentícios foram essenciais para o estabelecimento das fazendas de gado. Nesse mesmo ofício, o governador relata que o incipiente arraial já participava do abastecimento dos açougues da Villa de Jaguaribe, povoação de Nazareth e Aldêa; para tanto, os condutores de boiadas tinham de fazer um dilatado e complicado caminho.

Os Camacãs que habitavam o Sertão da Ressaca, dada a sua afinidade com a lavoura, a destreza com as atividades manuais e a facilidade com que se relacionavam com os colonizadores, quer seja no trabalho nas fazendas, ou por meio da venda de produtos florestais e de artesanatos, foram fundamentais na transmissão das técnicas de derrubada das matas, do preparo do solo e cultivo de mantimentos, na caça, na pesca e no artesanato.

A expansão e a manutenção da agricultura de abastecimento no Sertão da Ressaca não puderam estar associadas exclusivamente à força de trabalho indígena. A força de trabalho e os conhecimentos das terras e dos cultivos dos índios foram capitais nos primeiros momentos

---

<sup>74</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 473-474. Doc. cit.

da implantação da agricultura de alimentos do Sertão da Ressaca. No entanto, a reprodução e a ampliação desse modelo agrícola decorreram principalmente da força de trabalho dos escravos.

As relações amistosas entre os colonizadores e as nações indígenas não perduravam por muito tempo, alternavam-se momentos de conflitos e de tranquilidade. Mesmo após as pacificações impostas pelos conflitos armados, destaca-se nesse sentido o recrudescimento dos tapuias no período de 1803 a 1806, que resultou em combates sangüinários, como o “Banquete da Morte”,<sup>75</sup> e, por meio dos aldeamentos dos capuchinhos, os conflitos entre os fazendeiros e os índios não sedentarizados adentraram boa parte do século XX.

Vários episódios de rechaço à submissão imposta pelos colonos foram desencadeados pelos nativos não sedentarizados. As reações hostis funcionavam como resposta aos atos de subordinação a que eram submetidos. As tribos hostis sabiam onde investir contra os colonos, estrategicamente, organizavam seus ataques nas estradas, nas fazendas e nos rios (OLIVEIRA, 2012). Nem sempre, essa violência era uma forma de retaliação, por vezes, os índios invadiam as propriedades em busca de alimentos, já escassos nas matas. Nesse sentido, ocorreu o episódio da fazenda de Manoel Caetano de Castro, onde “300 selvagens apropriou-se (sic) da lavoura do fazendeiro”.<sup>76</sup>

O Censo de 1872 (Quadro 1) mostrou que havia 1227 caboclos, índios civilizados<sup>77</sup>, na Imperial Vila da Vitória, representando 6,5% da população. Este resultado, já no final do terceiro quartel do século XIX, evidencia a eficiência das políticas de pacificação e sedentarização das tribos indígenas. No entanto, ressalta-se que esta população deveria ser consideravelmente maior. O evento da fazenda de Manoel Caetano, supracitado, demonstrou que um contingente significativo de índios ainda mantinha o estilo de vida selvagem. Os Botocudos e, especialmente, os Pataxós, foram muito resistentes às políticas de destribalização, com muito vagar foram acostumando à vida social.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., p. 428-429. “João Gonçalves da Costa, depois de ordenar a seus homens que tivessem as armas prontas, convidou todos os selvagens para uma festa e, enquanto confiadamente se entregavam à alegria, foram cercados de todos os lados e quase todos mortos. Depois disso, os selvagens embrenharam-se nas matas, e o arraial conseguiu repouso e segurança”.

<sup>76</sup> Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o doutor Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856. p. 38-39. Citado por OLIVEIRA, Renata Ferreira de. Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012, p. 70.

<sup>77</sup> Cf. VON WEECH, Friedrich., op. cit., p. 32.

<sup>78</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Índios. Maço 4611. Doc. cit.



#### 4.3.2 A economia agrícola dos cativos, dos forros e dos escravos rebelados

No processo de promoção do Arraial da Conquista na Imperial Vila da Vitória, alguns quilombos foram sendo formados, tendo como seus principais fatores a reunião de escravos fugitivos das grandes propriedades e das intempéries naturais que acometiam a região; “escravos que herdaram terras de seus senhores, a exemplo do Quilombo Lagoa de Melquíades; escravos que permaneceram nas terras dos seus senhores, como o Quilombo Maria Clemência” (SANTOS, 2011, p. 6); e escravos que se estabeleceram em terras sem título de propriedade ou em “terras de santo”. Os coronéis João Gonçalves da Costa e João Mendes da Cunha doaram a Nossa Senhora das Vitórias uma vasta extensão de terras do Arraial da Conquista. A partir de então, o núcleo urbano deste arraial e uma significativa parte das terras em suas cercanias tornaram-se “terras da santa”, de propriedade de Nossa Senhora das Vitórias (OLIVEIRA, 2012).

Das comunidades de escravos rebelados existentes em territórios da Ressaca, há notícias de quilombos nos arredores da Imperial Vila, como os estabelecidos no São Joaquim de Paulo, na Batalha, no Espinhaço, na região do Abacaxi, nas terras da Lagoa de Maria Clemência e Lagoa de Melquíades (SANTOS, 2011), nas matas de Poções e em Boa Nova. Um desses quilombos, o do Creoulos, tornou-se famoso e deu muito trabalho para ser extinto. Para tal feito, o Capitão-mor Antonio Dias de Miranda necessitou pedir ajuda à capital da capitania (TANAJURA, 1992).

Os moradores dos quilombos do Sertão da Ressaca trocavam experiências com os povos nativos. Por meio desse fluxo de conhecimentos, os Camacãs aprimoraram o formato e a qualidade da construção de suas choças. Consoante com Tanajura (1992), os indígenas passaram a construí-las em um formato quadrado, com uma estrutura de madeira mais grossa entrelaçada com varas, nos sentidos vertical e horizontal, enchimento de barro dos dois lados e cobertas com cascas de árvores. Os quilombolas beneficiavam-se das técnicas indígenas de caça, de pesca, de cultivo e de coleta dos produtos florestais. Desta forma, verifica-se que a economia de subsistência que os cativos e os libertos organizavam nos quilombos em muito se aproximava ao modo de produção das tribos Camacãs não sedentarizadas.

O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, ao chegar ao povoado de Berruga, local de pouso para os viajantes, encontra agricultores negros trabalhando sem nenhuma vigilância. Estes administravam os plantios e assalariavam índios Camacãs para a expansão dos plantios. Provavelmente, eram escravos forros ou, então, escravos que gozavam da confiança dos seus senhores; nos dois casos, trabalhavam por conta própria, acumulando capital. Categorizavam-

se como agricultores familiares na diversificação dos cultivos, possuíam importantes roças de milho, mandioca, banana, feijões, batatas, dentre outros gêneros, residiam no local de produção e utilizavam predominantemente mão de obra familiar para o cultivo das terras. No quesito ocupação agrícola, todos os espaços da propriedade eram continuamente utilizados. O entusiasmo dos lavradores compelia-os a seguirem derrubando as matas para abertura de novas áreas de plantio; essa capacidade de trabalho surpreendeu o naturalista<sup>79</sup>.

Na sequência da viagem, antes de chegar à fazenda Vereda, Maximiliano passa por duas choupanas habitadas por homens de cor, dada a sua proximidade da fazenda do Capitão Antonio Ferreira; estes poderiam ser trabalhadores diretos ou, então, meeiros e parceiros desse próspero produtor rural. Estando na fazenda, o naturalista encanta-se com a fartura de alimentos, destaca a boa alimentação recebida pelos escravos, “na hora do maior calor do dia, levam-lhes nas roças em que trabalham grandes vasilhas do melhor leite, e dão-lhes em abundância excelentes melancias, muito refrescantes”<sup>80</sup>.

Maximiliano, ao travar conhecimento com os vaqueiros da fazenda, entre os quais viu negros, mulatos, brancos e índios, foi informado de que, na lida com o gado em pastos distantes, o isolamento obrigava-os a plantar suas próprias roças, a fim de, assim, providenciar os seus mantimentos. Na povoação da Ressaca, o naturalista encontra três famílias de homens de cor cultivando um terreno situado numa pequena elevação, cercada de carrascos, onde eles também criavam gado. Observou em volta das casas de barro laranjeiras e pés de agave. Aproximando-se da Imperial Vila, Maximiliano passa a noite na fazenda Porcos; este lugar era povoado por duas famílias de gente de cor, que retiravam sua subsistência das lavouras do campo e da criação do gado<sup>81</sup>.

Como pôde ser observado pelo príncipe Maximiliano, no Sertão da Ressaca, haviam muitas localidades povoadas por homens negros livres ou escravos separados de seus senhores por conta da lida com o gado em sítios ou pastagens afastadas. Esses agricultores familiares produziam para a própria subsistência com comercialização regionalizada dos excedentes<sup>82</sup>.

Os escravos negros e mestiços nos Sertões da Bahia, desde o século XVIII, já possuíam mobilidade física. Alguns desses escravos foram identificados entre os *homens de caminho* que circulavam entre os Sertões da Bahia e Norte de Minas Gerais. Observa-se, desta

---

<sup>79</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., 385.

<sup>80</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., 391.

<sup>81</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., 393-426.

<sup>82</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., 391.

maneira, que os escravos, mesmo com as limitações que lhes eram impostas, transitavam na Imperial Vila da Vitória, junto a livres e libertos (IVO, 2009).

A relação de confiança entre senhores e escravos também pôde ser percebida nas transações comerciais estabelecidas entre eles. No inventário de Antonio Barbosa Coelho, fazendeiro e comerciante, morador da Imperial Vila da Vitória, registou-se que lhe eram devedores os escravos: Furtuoso cabra, que devia a quantia de 22\$800 (vinte e dois mil réis), Marcos africano, 2\$000 (dois mil réis), e Custódia, que devia a quantia de 11\$640 (onze mil seiscentos e quarenta réis)<sup>83</sup>. O também comerciante João da Motta dos Santos Coimbra tinha, em sua lista de devedores, os escravos Bernardo, Pedro e Albina, que lhe deviam, respectivamente, as quantias de 5\$600 (cinco mil e seiscentos réis), 100\$720 (cem mil setecentos e vinte réis) e 2\$200 (dois mil e duzentos réis). Estes cativos pertenciam ao fazendeiro Luiz de Oliveira Freitas<sup>84</sup>.

De igual modo, Jacinto Fernandes Ribeiro, fazendeiro e comerciante, registrou que vendeu a crédito para oito escravos da Imperial Vila uma quantia que somava 71\$160 (setenta e um mil cento e sessenta réis). O português Bernardo Lopes Moitinho, um dos fazendeiros e comerciantes mais ricos da Vila, também tinha escravos entre os seus devedores; os escravos Custódio cabra, Jacinta e José lhe deviam o montante de 14\$260 (quatorze mil duzentos e sessenta réis).<sup>85</sup> José Pedro da Silva possuía 10 escravos e quatro fazendas, onde criava gado vacum e cavalari, além de plantar cana. O fazendeiro devia ao seu escravo Antônio a importância de 6\$000 (seis mil réis).<sup>86</sup>

Também foram observados no Sertão da Ressaca, escravos credores dos seus senhores. O escravo Clemente possuía um crédito de 200\$000 (duzentos mil réis) junto ao seu senhor, Bernardo Lopes Moitinho. No inventário deste, dentre os 33 escravos arrolados, foram descritos escravos habilitados nos ofícios de ferreiro, carpinteiro, operador de alambique e operador de engenho. As mercadorias produzidas nas fazendas de Bernardo Moitinho destinavam-se ao autoabastecimento e ao mercado, local e inter-regional.<sup>87</sup>

A acumulação de pecúlio por meio da atuação de escravos libertos na economia de abastecimento da Imperial Vila também pode ser evidenciada pelos fatos ocorridos com os forros Antonio africano e Maria Ribeiro. Antonio africano, escravo alforriado por Thereza de

<sup>83</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Civil. Inventário de Antonio Barbosa Coelho. Caixa Inventários: 1860 a 1861. Citado por SANTOS. Orcelan Ferreira., op. cit., p. 88-89.

<sup>84</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Civil. Inventário de Luiz de Oliveira Freitas. Caixa Diversos: 1870.

<sup>85</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Civil. Inventário de Bernardo Lopes Moitinho. Caixa Inventários: 1850 a 1859. Fls. 25, 26 e 28. Citado por SANTOS. Orcelan Ferreira., op. cit., p. 111.

<sup>86</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Civil. Inventário de José Pedro da Silva. Caixa Inventário 1843.

<sup>87</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara civil. Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, 1859., doc. cit..

Oliveira Freitas, peticionou ao Juiz de Órfão da Imperial Vila da Vitória a troca do seu filho, que era do domínio do órfão José Fernandes de Oliveira, por outro escravo e mais dez vacas:

Antonio africano, escr<sup>o</sup> que foi do finado/Luvi Sarõa de Sz<sup>a</sup>, e hoje liberto, tendo/um filho de nome Roque de dez an.os./de id.e, crióllo, do domínio do Orfão/José filho legítimo de Luiz Fern.es d’Ol.a/ e D Thereza d’Olivr.a Freitas, já fale/cida, e desejando libertar seo filho,/ não som.te pelo parentesco, que com/ elle tem, como especialm.te e p.r seo de/cidido amõr à liberd.e, oferece um outro escravinho de nome Themoteo, af/fricano de id.e doze anos, com mais/ dez vacas de volta; e como não po/de fazer sem a necessária authoris/ação de V.s<sup>a</sup>, p.r isso.<sup>88</sup>

Após a morte de Maria Ribeiro, negra forra que vivia da revenda de cachaça que Joaquim Fernandes Ribeiro lhe fornecia, foram arrolados nos autos do seu inventário: “Três tachos de cobre; Dez garrafões cheios de cachaça; seis ditos vazios; Uma bica de pano fino”; além dos bens de uso pessoal. Maria Ribeiro, possivelmente, foi escrava de Joaquim Fernandes Ribeiro, ou de seu pai, Jacinto Fernandes Ribeiro, negociante e proprietário de terras da Imperial Vila da Vitória. Essa suposição sustenta-se na necessária relação de confiança que existia entre o fornecedor e a varejista<sup>89</sup>.

Quanto à economia própria dos escravos, a observação de escravos acumulando pecúlio por meio do cultivo em parcelas de terras dos seus proprietários, constatados pela compra de alforrias, compras à vista e no crediário no comércio da Imperial Vila da Vitória, constituiu-se uma questão conjuntural. Tratava-se de situações peculiares da economia do Sertão da Ressaca e que também foram observadas no Alto Sertão da Bahia, descritas nos trabalhos de Neves (2003, 2008, 2012), Pires (2003), Pires *et al.* (2018) e Santos Filho (2012).

#### **4.3.3 Pequenos agricultores: proprietários, arrendatários, meeiros e parceiros**

Por meio dos inventários *Post Mortem*, da Imperial Vila da Vitória, no período de 1810 a 1888, foi possível identificar a composição de posse dos cativos (Tabela 1). Pôde-se perceber que os proprietários de escravos do Sertão da Ressaca possuíam em média sete escravos em seus domínios. Dos 228 inventários analisados, em 173, os falecidos eram proprietários de escravos; destes, 41 possuíam apenas um escravo; 41 também era o total de proprietários que tinham entre 6 e 10 cativos. Os proprietários que possuíam acima de 10

<sup>88</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Thereza de Oliveira Freitas. Caixa Inventários, 1847. Citado por SANTOS, Orcelan Ferreira., op. cit., p. 113.

<sup>89</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Maria Ribeiro. Caixa Inventários, 1880 a 1885. Citado por SANTOS, Orcelan Ferreira., *Ibid.*, p. 164.

escravos representavam 10,9% do total. O maior grupo, com 55 pessoas, era dos proprietários de imóveis que não possuíam escravos, o que corresponde a 24,1% do total.

**Tabela 1** - Composição de posse dos cativos da Imperial Vila da Vitória 1810-1888

Número de escravos	Proprietários	
	Total	Porcentagem
Nenhum	55	24,1
1	41	18,0
2	26	11,4
3 a 5	40	17,6
6 a 10	41	18,0
11 a 20	12	5,3
21 a 40	9	3,9
Mais de 40	4	1,7
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado de Santos (2015, p. 88)

Nos inventários de lavradores pobres, verifica-se no arrolamento dos bens que os imóveis representavam mais de 50% da composição dos bens; os móveis, escassos e bastante rústicos, possuíam pouca representatividade no monte-mor acumulado, os escravos, quando existiam, o gado e os animais de trabalho, ou seja, os semoventes, totalizavam por volta de 30% dos bens. Os bens imóveis ou de raiz, geralmente, eram compostos por uma casa muito rústica, uma roça pequena de mantimentos, uma pequena manga; entre os equipamentos e utensílios, apareciam uma engenhoca ou alambique bastante usados, uma velha roda de fiar, roda de mandioca, tachos de cobre velhos, ferramentas agrícolas, banco de pau, dentre outros; quanto aos semoventes, eram relacionadas algumas cabeças de gado vacum e cavalari, animais de pequeno porte e bois mansos para um velho carro, geralmente, não possuíam escravos.

### **Pequenos agricultores retratados nos inventários**

A seguir são apresentados os dados retirados de alguns inventários *Post Mortem*, que indicam que os falecidos eram pequenos produtores rurais; nesse sentido, foram analisados a capacidade produtiva das terras, sítios, mangas, dentre outras denominações utilizadas para referir-se às propriedades menores, e a disponibilidade de mão de obra.

No inventário do Sr. Quintiliano José Gonçalves, foram arroladas duas propriedades de policultivo, uma parte de terra na fazenda Água Branca, contendo uma casa e uma choça, e uma engenhoca; e uma parte de terra em Santa Cruz. Possuía ainda 64 cabeças de gado vacum e cavalari, sendo uma junta de bois mansos para carro. E tinha à disposição apenas um escravo: José, crioulo com idade de 70 anos, avaliado por  $\frac{1}{4}$  do valor de um cativo em idade

produtiva. O Sr. Quitiliano, por mais que tivesse à disposição a força de trabalho dos membros da família, necessitava da força de trabalho de trabalhadores livres, seja como diaristas ou como meeiros<sup>90</sup>.

O Sr. Manoel Diogo Vera Cruz, em 1870, no inventário da sua esposa Heduvige Alves Barreiros, declarou possuir uma propriedade composta de roças de cultivo, manga e curral, avaliada por 440\$000 (quatrocentos e quarenta mil réis). Dentre os semoventes, declarou poucas cabeças de gado vacum e cavalari, declarou à posse de apenas uma escravinha crioula, Joana, que tinha sete anos de idade, avaliada por 400\$000 (quatrocentos mil réis). Os três filhos do casal eram falecidos, destarte, necessitavam da mão de obra de trabalhadores livres para tocar as atividades da fazenda<sup>91</sup>.

No inventário de Manoel Claudino de Santa Anna, aberto em novembro de 1877, foram arroladas sete propriedades rurais: Tanque, parte de terras na fazenda Velha, Salobro, terras na Vereda, Jiboia, “Bangirola” e “Treis” Barras, com as seguintes benfeitorias: casas de moradia, casas de farinha, currais, roças de mandioca, tanque e mangas. Foram arroladas 89 cabeças de gado vacum e cavalari e apenas uma escrava de 20 anos, Rufina crioula. O monte-mor do inventário foi avaliado em 4:866\$000 (quatro contos oitocentos e sessenta e seis mil réis). Apesar do número alto de propriedades rurais, as terras representavam apenas 37,5% do monte-mor. Torna-se claro que o Sr. Manoel Claudino utilizava a força de trabalho de homens livres para a lida nessas propriedades. Preparar o solo e operar a roda de mandioca manualmente eram atividades muito pesadas, geralmente, realizadas por homens. Além disso, as propriedades rurais do Sertão da Ressaca, além de dilatadas, eram bastante distantes umas das outras<sup>92</sup>.

O Capitão Sérgio Balbino Lopes e a esposa Joana Belizaria de Jesus não possuíam escravos. Dentre os bens de raiz arrolados no inventário do Capitão, constavam 5 partes de terras; quanto aos semoventes, constavam 215 cabeças de gado vacum e cavalari. O casal possuía roças de mandioca e de outros mantimentos, não tinham filhos para ajudar no trabalho. O Sr. Sérgio e a esposa, além do trabalho familiar, seguramente, assalariavam trabalhadores ou contavam com o serviço de meeiros<sup>93</sup>.

O casal Ludivina Maria de Jesus e Raimundo Chavier de Barros possuía três propriedades rurais; no inventário do Sr. Raimundo Chavier, foram arroladas três partes de terras em um lugar denominado Riachão do “Crime”, compradas de proprietários distintos;

<sup>90</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Quitiliano José Gonçalves. Caixa Inventários, 1850 a 1859.

<sup>91</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Heduvige Alves Barreiros. Caixa diversos 1870.

<sup>92</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Manoel Cláudio da Santa Anna. Caixa Inventários, 1877-1879.

<sup>93</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Sérgio Balbino Lopes. Caixa Inventários, 1881 a 1882.

indício do processo de desconcentração fundiária da Imperial Vila da Vitória, observado com maior intensidade a partir da segunda metade do século XIX. Dentre os semoventes, foram observadas 229 cabeças de gado vacum e cavalari, não havia escravos. O casal tinha seis filhos, que auxiliavam nas lavouras e na lida com o gado<sup>94</sup>.

Entre os bens relacionados no inventário do Sr. Manuel Pereira do Amaral, há uma parte de terras na Fazenda do Olho d'água, com roças de mandioca e de outros mantimentos, e 25 cabeças de gado vacum e cavalari, não possuía escravos. A observação dos demais bens, das dívidas e dos haveres revelou que ele também era comerciante. O Sr. Manoel e a esposa possuíam três filhos; dados os árduos trabalhos com a lavoura e o gado e a necessidade de dar assistência ao comércio, muito provavelmente, necessitavam da contratação de mão de obra de trabalhadores livres<sup>95</sup>.

Ao falecer, em 22 de agosto de 1852, Bento José da Silva deixou para sua esposa e quatro filhos uma parte de terras na fazenda Riacho do Gado Bravo, roças de mandioca, milho e feijão e, entre os bens semoventes, 27 cabeças de gado vacum e cavalari, não possuía escravos. O monte-mor foi avaliado em 301\$000 (trezentos e um mil réis). Esses lavradores viviam de maneira modesta; o trabalho complementar ao exercido pela família, muito provavelmente, era produzido no sistema de meação<sup>96</sup>.

No inventário de Maria Andreza de Jesus, aberto em 1879, Rufino José dos Santos declara, diante da morte da esposa, que o casal possuía uma parte de terras em comum na fazenda Batalha, uma casa coberta de telhas, entre os bens de raiz; quanto aos semoventes, 17 cabeças de gado vacum, cavalari e muar, não possuía escravos. O monte-mor foi avaliado por 429\$000 (quatrocentos e vinte nove mil réis); esse casal, assim como o Sr. Bento José e família, também se valia do trabalho de meeiros<sup>97</sup>.

No inventário de Bernarda Maria de Souza, falecida em 03 de maio de 1861, sem filhos, moradora do Arraial de Poções, não existiam terras arroladas entre os seus bens. Entre os bens móveis, constava uma caixa encourada com ferragem no valor de 4\$000 (quatro mil réis), possuía 8 cabeças de gado vacum, cavalari e muar, não tinha escravos. O monte-mor foi avaliado em 489\$630 (quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos e trinta réis). A Sr<sup>a</sup>. Bernarda Maria, muito provavelmente, exercia a atividade de agricultura no sistema de

---

<sup>94</sup> Cf. AFJM: 1<sup>a</sup> Vara cível. Inventário de Raimundo Xavier de Barros. Caixa Inventários, 1871 a 1874.

<sup>95</sup> Cf. AFJM: 1<sup>a</sup> Vara cível. Inventário de Manuel Pereira do Amaral. Caixa Inventários, 1864.

<sup>96</sup> Cf. AFJM: 1<sup>a</sup> Vara cível. Inventário de Bento José da Silva. Caixa Inventários, 1853.

<sup>97</sup> Cf. AFJM: 1<sup>a</sup> Vara cível. Inventário de Maria Andreza de Jesus. Caixa Inventários, 1879.

meação ou, então, estava em posse de terras arrendadas; nas duas situações, ela dependia do trabalho de pessoas livres<sup>98</sup>.

Os inventariados que apresentavam o monte-mor de até 500\$000 (quinhentos mil reis), via de regra, não possuíam escravos, só detinham uma propriedade e complementavam os trabalhos da fazenda por meio da mão de obra de parceiros e meeiros. Nos patrimônios acima de 1:000\$000 (um conto de réis), os escravos passam a compor os bens arrolados nos autos dos processos. Verifica-se também que os produtores rurais que não eram proprietários de terra, o gado e as lavouras eram mantidas em terras arrendadas, alugadas ou cedidas por terceiros.

No final da década de 1850, foi implantada no Sertão da Ressaca às margens do Rio Pardo no lugar do antigo quartel do Rio Pardo, uma colônia de pequenos agricultores familiares pobres, denominada de ‘Colônia Nacional de agricultores pobres’. Essa ação tinha por fim: minimizar os problemas do povoamento em áreas cujo elevado número de indígenas dificultava o desenvolvimento das fazendas de gado e assentar famílias de imigrantes de regiões devastadas pela seca (NOVAIS, 2008). Em seus primeiros momentos, a colônia ajudou a pacificar as relações entre os fazendeiros e as tribos dos Pataxós e dos Botocudos. Com o decorrer dos anos, foi incorporados à estrutura produtiva da região.

Conclui-se que esta colônia foi interessante para a Imperial Vila da Vitória, movimentou a economia local com a venda de, gêneros alimentícios, ferramentas para a agricultura e para as tendas de ferreiro e carpinteiro e munições para as armas, assim como, com o fretamento do transporte destas mercadorias.

Verifica-se neste tópico que os pequenos produtores rurais do Sertão da Ressaca, proprietários ou não de terra, dispendo ou não de infraestrutura e capital para assalariar trabalhadores, valendo-se apenas de ferramentas simples e utilizando, conforme a conveniência, a mão de obra de lavradores em sistema de meação, contribuíram significativamente para a agricultura de abastecimento.

#### **4.3.4 Os senhores de terras do Sertão da Ressaca**

Os primeiros colonos que povoaram o Sertão da Ressaca eram, principalmente portugueses, começando pelo Capitão Antônio Ferreira de Campos, Mathias João da Costa,

---

<sup>98</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara cível. Inventário de Bernarda Maria de Souza. Caixa Inventários, 1861.



João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa; este trouxe consigo: Vicente Damasceno de Lemos, Manoel Damasceno de Lemos, Tibúrcio da Silva Lemos, Tomás da Silva Lemos, José da Silva Lemos, Raimundo Gonçalves Castelo Branco, Antônio Félix de Oliveira, Lourenço Luiz Prates, João Mendes da Cunha, Manoel Gomes Rabelo, Marcos de Souza e Luiz Dionísio de França. Depois, chegaram Bernardo Lopes Moitinho, José Rodrigues Prado, os irmãos Manoel de Oliveira Freitas, Apolinário de Oliveira Freitas e João de Oliveira Freitas, dentre muitos outros portugueses (NOGUEIRA, 1992).

Vários dos imigrantes que chegaram para a Imperial Vila, além de se tornarem produtores rurais, com a acumulação de capital, estabeleceram-se no comércio. Dentre estes, destacaram-se Bernardo Lopes Moitinho, Agostinho Ferreira do Espírito Santo, Antonio Barbosa Coelho, João da Motta Coimbra, Theotonio Gomes da Roseira e Jacinta Maria da Conceição. Bernardo Lopes Moitinho montou uma loja na sede da Vila e a abastecia com produtos vindos de outras praças, alguns importados, e também produtos manufaturados em suas fazendas. Alguns desses produtores conseguiram amealhar fortunas compatíveis com as dos fazendeiros mais ricos que colonizaram a Vila Nova do Príncipe e Sant’Anna do Caeté. Segundo Neves (2008) esta era a vila mais próspera do Alto Sertão da Bahia nos oitocentos.

Consoante com Ribeiro (1996, p. 428), os portugueses que vieram colonizar a América portuguesa fizeram-se matutos, ajustando-se a um modo de vida mais indígena do que açoriano, “lavrando a terra pelo sistema de coivara, plantando e comendo mandioca, milho, feijões e abóboras”. Porém, alguns açorianos escaparam, em parte, da caipirização, “seja levando adiante cultivos próprios de cereais, seja fazendo-se comerciantes dedicados a traficar mantimentos com a gente da área pastoril” (RIBEIRO, 1996, p. 428-429). Iniciou-se, desse modo, um movimento mercantil que proporcionou certo dinamismo aos vilarejos e os integrou ao incipiente sistema econômico da região.

Os portugueses, ao desprezarem os conhecimentos agrônômicos já consolidados na cultura agrícola europeia, espontaneamente, aculturaram-se ao modo “caipira” de apropriação e degradação dos recursos naturais. Segundo Cunha (1996, p. 32-33),

Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder [...] Abriram-se desde o alvorecer do século 17, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora. Abria-os, de idêntico modo, o fogo livremente aceso, sem aceiros, avassalando largos espaços, solto nas lufadas violentas do nordeste [...].

Os colonizadores do Sertão da Ressaca estiveram fortemente ligados a suas propriedades, moravam em suas fazendas, participavam junto aos seus familiares da lida com

as lavouras e com as criações animais, manufacturavam os gêneros produzidos e comercializavam os excedentes. Os proprietários de terras, seus escravos, os trabalhadores assalariados, os meeiros e os parceiros conviviam em uma mesma unidade de produção, com relativa proximidade. Ressalta-se também que alguns fazendeiros, também atuavam como tropeiros.

Quanto às relações de produção entre os proprietários e os trabalhadores diretos, predominou no Sertão da Ressaca o trabalho escravo. Porém, o quesito tamanho do plantel de escravos não era em si mesmo parâmetro para definir a atividade praticada e a capacidade das unidades de produção. É bem razoável que uma fazenda com mais de cinco escravos e um pequeno número de cabeças de gado era especializada na produção de gêneros do abastecimento que demandavam a maior parte do trabalho escravo; do mesmo modo que uma grande fazenda policultora e pecuarista que possuía poucos cativos, seguramente, utilizava mão de obra de trabalhadores livres (HENRIQUE, 2014).

### **A participação dos escravos no monte-mor acumulado por seus senhores**

Ocorreram, nos dois períodos destacados na linha cronológica desta pesquisa, fortes oscilações econômico-sociais com expressivas implicações nos preços dos escravos, assim como, dos bens móveis e de raiz, e do gado. O primeiro período teve início na virada do século XVIII para o século XIX, com a emergência da crise do sistema colonial e perdura até meados do século XIX. Este período foi marcado por uma clara tendência de desvalorização do mil-réis contra à libra.

Segundo Resende *et al.* (2014), nas décadas após 1780, observou-se um expressivo aumento dos preços dos cativos, tanto no Brasil como em Angola. Neste período, a entrada de escravos africanos no Brasil aumentou exponencialmente, desembarcaram nestas décadas por volta de 2,5 milhões de cativos. O pico ocorreu, especialmente nos anos de 1826 a 1830, por conta do temor da abolição do tráfico. Os preços dos escravos no Sertão da Ressaca seguiu uma tendência de alta até meados da década de 1870, motivado pela desvalorização cambial, pelo fim do tráfico africano e a pelo aumento nos preços do açúcar e do algodão.

O segundo período, começa com as reformas que foram sendo implantadas a partir de 1850 e adentra o século XX. Consoante com Moura Filho (2009), do início deste período até o começo da década de 1870, há um período de grande estabilidade, neste, a desvalorização cambial é de apenas 0,3% ao ano. A partir deste momento até o início do século XX, a maior turbulência conjuntural, desvaloriza o mil-réis contra a libra a taxa de 1,4% ao ano.

Verificou-se que as reformas institucionais que mais impactaram a economia de abastecimento da Imperial Vila foram, as mudanças no regime agrário através da Lei das Terras e leis complementares, e àquelas que desencadearam o processo de extinção do regime escravista.

Consoante com Resende *et al.* (2014), os escravos do sertão possuíam uma menor média de preços em comparação com os cativos da zona da mata. O autor ainda destaca que os preços das mercadorias de exportação, como o açúcar, o algodão e o café, também influenciavam os preços dos escravos, mesmo em províncias que não produziam estes gêneros.

Com relação à escravaria da Imperial Vila da Vitória, a maioria era natural da província baiana e, possivelmente, da própria vila, o que sugere que os produtores rurais da Vila “utilizavam tanto da reprodução natural como do tráfico regional e interprovincial” (SANTOS, 2015, p. 51).

Os escravos compunham uma parte significativa das riquezas acumuladas por seus senhores, em especial nas unidades policultoras de médio e de grande porte. Estes eram arrolados nos inventários *post mortem* como bens semoventes e constituíam uma expressiva parcela do monte-mor acumulado por seus senhores nos autos dos inventários. Um único escravo adulto, em diversas situações, chegou a custar mais caro do que algumas das propriedades arroladas no inventário de seus senhores.

As terras sem benfeitorias, as terras das caatingas e as terras com escassos recursos hídricos, geralmente, possuíam baixos valores. No inventário do Capitão Antônio Ferreira Campos<sup>99</sup>, as propriedades Furados da Panela, com duas léguas de extensão e Dois Riachos, nas matas do Rio Verruga da Conquista, com roça de cana e bananal, foram avaliadas, respectivamente, por 200\$000 (duzentos mil réis) e por 100\$000 (cem mil réis); já o preço médio de um escravo em idade produtiva neste inventário, era de 388\$900 (trezentos e oitenta e oito mil réis). No agrossistema de fronteira aberta e concentração fundiária, as terras sem benfeitorias eram pouco valorizadas.

A Tabela 2 apresenta os preços dos escravos, em idade produtiva ou economicamente ativa, o preço médio destes e os dos escravos inaptos ao trabalho pesado: escravos, doentes, idosos e crianças, avaliados por décadas no período de 1810 a 1888. Os preços dos cativos em idade produtiva foram determinados em réis e em libras. Para determinar a cotação da libra em relação ao réis, para as décadas apresentadas na Tabela 2, foi considerado o estudo de

---

<sup>99</sup> Cf. Inventário de Antônio Ferreira Campos, 1843. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário n. 4. Não catalogado.

Cordeiro Filho (2016). Segundo Resende *et al.* (2014), os escravos em idade produtiva encontravam-se na faixa etária definida como de “adultos”, de 15 a 60 anos. No Sertão da Ressaca, a partir dos 10 anos de idade, o preço do escravo já se aproximava bastante do preço dos escravos em idade produtiva. Os termos “cabra” e “cabrinha” eram regularmente utilizados nos inventários para se referirem às idades dos escravos negros e mulatos. “Cabrinhas” seriam as crianças mais novas, já o vocábulo “cabra” era de uso mais amplo, estendia-se até o início da idade adulta.

**Tabela 2** - Preço dos escravos no Sertão da Ressaca

Décadas	Escravos com idade produtiva			Escravos inaptos ao trabalho pesado			
	Homens (réis)	Mulheres (réis)	Preço Médio (réis)	Preço Médio (libras)	Crianças (réis)	Idosos (réis)	Doentes (réis)
1800 – 1819	183\$000	153\$400	168\$200	\$136	78\$700	50\$000	57\$400
1820 – 1839	318\$300	300\$000	309\$100	\$63	190\$600	60\$000	71\$700
1840 – 1849	387\$800	390\$000	388\$900	\$116	222\$500	80\$000	63\$300
1850 – 1859	683\$000	671\$000	677\$000	\$176	350\$000	160\$000	200\$000
1860 – 1869	1:012\$000	1:015\$000	1:013\$500	\$232	765\$300	190\$000	217\$700
1870 – 1879	1:100\$000	1:086\$300	1:093\$000	\$306	821\$200	201\$300	304\$000
1880 – 1887	1:134\$000	1:100\$000	1:117\$000	\$288	700\$000	150\$000	105\$000
Ano de 1888	421\$000	327\$000	374\$000	\$92	229\$000	---	105\$000

Fonte: Inventários do Arquivo do Fórum João Mangabeira (AFJM)

Uma significativa queda no preço da escrava ocorria quando ela não mais possuía idade reprodutiva. “Na compra de mulheres, muitos dão preferência às que já foram mães, para ter certeza de sua fertilidade”<sup>100</sup>.

Uma situação comum, porém relevante, foi observada no inventário de Josepha Ferreira Campos<sup>101</sup>, falecida em 1836. Na relação dos escravos que pertenciam à falecida, aparece a escrava Florência, crioula, de 25 anos de idade, avaliada em 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis). Esta possuía quatro filhos, que foram assim relacionados: Zeferino, cabrinha, filho de Florência, 8 anos, 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis); José, 5 anos, filho de Florência, 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis); Vicente, 2 anos, filho de Florência, 180\$000 (cento e oitenta mil réis); e, cabrinha, Manoel, filho de Florência, 80\$000 (oitenta mil réis). A escrava Florência e seus filhos foram avaliados em 1:310\$000 (um conto trezentos e dez mil réis), uma soma muito expressiva, posto que a fazenda em que viviam, a Barra da Vereda, com diversas instalações e benfeitorias, foi avaliada em 2:000\$000 (dois contos de réis).

<sup>100</sup> Cf. VON WEECH, Friedrich., *op. cit.*, p. 93.

<sup>101</sup> Cf. Inventário de Josepha Ferreira Campos, 1836. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa Avulsos II.

Nesse mesmo inventário, constam outras situações análogas; a escrava Maria, crioula, 26 anos de idade, possuía três filhos avaliados em 520\$000 (quinhentos e vinte mil réis) e foi avaliada por 400\$000 (quatrocentos mil réis). A escrava Gertrudes, crioula, 40 anos, tinha quatro filhos, avaliados em 1:070\$000 (um conto e setenta mil réis), porém, dada a sua idade, sua avaliação foi de apenas 300\$000 (trezentos mil réis). Verifica-se também que as crianças eram relacionadas associando-as ao nome da mãe. Essas constatações no ambiente agrícola são de significativa relevância, uma vez que o potencial reprodutivo dos escravos interferia significativamente no tamanho dos plantéis, na força produtiva e na acumulação de capital; ou seja, influenciava diretamente na capacidade produtiva e nos resultados econômicos das propriedades rurais.

Ainda de acordo com o preço dos cativos (Tabela 2), o substancial aumento do preço do trabalho escravo no Brasil, nos anos após 1850, é quase unanimemente atribuído à cessação do tráfico africano naquele ano. No entanto, há evidência de que esse movimento de preços tenha sido, em boa parte, efeito de um aumento de demanda por conta da alta nos preços do açúcar e do algodão (RESENDE *et al.*, 2014).

As leis Imperiais Eusébio de Queiroz, de 1850, Rio Branco ou do Ventre Livre, de 1871, Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários, de 1885, e, por fim, a lei Áurea, de 1888, e a cessação do tráfico interno de escravos após 1880, implicaram importantes mudanças institucionais relacionadas à escravidão no Brasil, com reflexos positivos e negativos no preço dos cativos. A restrição de oferta causada pelo fim do tráfico africano, a alta substancial no preço do açúcar e do algodão, especialmente nas décadas de 1850 e 1860, e a forte demanda por mão de obra nos cafezais paulistas forçaram uma alta nos preços dos escravos até início da década de 1870. A partir de 1873, as normas Imperiais, a extinção do tráfico interno de escravos e expectativa do fim da escravidão refletiram negativamente no preço dos cativos (NEVES, 2012).

Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1817, na fazenda Barra da Vereda, relatou que “a riqueza de um lavrador brasileiro consiste em seus escravos, e as somas que retira do produto de suas colheitas são logo empregadas na compra de mais escravos”<sup>102</sup>. No Sertão da Ressaca, o incremento no plantel dos escravos relacionava-se à disponibilidade de terras para o cultivo. Segundo Resende *et al.* (2014, p. 17), “a demanda por escravos tem como base, no Brasil do século XIX, a busca de maximização de lucro”.

---

<sup>102</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 391.

De acordo com os inventários analisados, era uma situação comum um mesmo produtor possuir diversas propriedades rurais; João Gonçalves da Costa possuía 21 domínios, seu neto, o Capitão Luiz Fernandes de Oliveira, arrolou no inventário de sua esposa<sup>103</sup> 24 propriedades.

Segundo De Sousa (2001), João de Oliveira Freitas foi destacadamente o proprietário rural que juntou a maior fortuna dentre os descendentes de João Gonçalves da Costa (Quadro 3); esta era equivalente à fortuna dos fazendeiros mais poderosos do Alto Sertão da Bahia. Nos autos do inventário de Maria Clemência do Amor Divino<sup>104</sup>, sua esposa, foram arroladas entre os bens de raiz 10 fazendas de criar e de plantar, Olho D'água de Santo Antônio, Vereda, Mundo Novo, Sanharó, Gerais, Pasto D'Anna, dentre outras, com plantações de algodão e cana-de-açúcar, além das lavouras de mantimentos. As fazendas de João Oliveira alcançaram preços bastante altos, indicação de que estavam localizadas à beira das estradas, nas regiões mais valorizadas, e de que o seu proprietário havia investido em infraestrutura e benfeitorias. Dentre os semoventes, constavam 50 escravos e 1124 cabeças de gado vacum, cavalari, muar, ovino e caprino.

Quanto à composição do plantel dos escravos, observa-se, grosso modo, que o percentual de escravos em idade produtiva nas fazendas variava de 50 a 70%; dentre os escravos inaptos ao trabalho pesado, a grande maioria era de crianças. O maior proprietário de escravos do Sertão da Ressaca foi o Capitão Luiz Fernandes de Oliveira<sup>105</sup>, que possuía 72 cativos, sendo 30 crianças, 16 mulheres e 26 homens. Seu plantel era composto de, aproximadamente, 58% de adultos aptos ao trabalho pesado e 42% de crianças.

Verifica-se também casos como o dos produtores rurais Quintiliano José Gonçalves<sup>106</sup>, Heduvige Alves Barreiros<sup>107</sup> e Manoel Claudino da Santa'Anna<sup>108</sup>, dentre outros, que possuíam apenas um escravo, e este não era apto ao trabalho pesado. Nessas situações, a perda não era apenas da capacidade de trabalho do cativo, seus senhores também tinham um significativo prejuízo na proporção dos escravos em relação ao monte-mor que haviam acumulado.

O Quadro 3 traz o valor do monte-mor, em réis e em libras, acumulado por um número significativo de produtores rurais do Sertão da Ressaca no período de 1820 a 1888, assim

<sup>103</sup> Cf. Inventário de Thereza de Oliveira Freitas, 1847. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário n. 5. Não catalogado.

<sup>104</sup> Cf. Inventário de Maria Clemência do Amor Divino, 1867. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário 1867.

<sup>105</sup> Cf. Inventário de Thereza de Oliveira Freitas, esposa do Capitão Luiz Fernandes de Oliveira, doc. cit..

<sup>106</sup> Cf. Inventário de Quintiliano José Gonçalves, 1857. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário 1850 a 1859.

<sup>107</sup> Cf. Inventário de Heduvige Alves Barreiros, 1870. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário 1870.

<sup>108</sup> Cf. Inventário de Manoel Claudino da Santa'Anna, 1877. AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário 1875 a 1879.

como, o valor dos escravos, em réis e em libras, e o peso dos escravos no monte-mor dos seus senhores. O estudo de Cordeiro Filho (2016), serviu de parâmetro para determinar a relação cambial réis/libra.

**Quadro 3** – Peso dos escravos no monte-mor acumulado por seus senhores no Sertão da Ressaca (1810-1888)

Proprietários rurais	Décadas	Monte-mor (réis)	Monte-mor (libras)	Total de Escravos	Valor dos Escravos (réis)	Valor dos Escravos (libras)	Peso dos Escravos no Monte-mor
João Gonçalves da Costa	1820-39	14:682\$810	11\$840	39	6:560\$800	5\$018	44,70%
Raymundo Gonçalves da Costa		9:209\$126	1\$873	24	4:560\$000	\$927	49,51%
Lina Maria Joaquina		2:690\$460	\$547	7	1:560\$000	\$317	58,00%
Victória de Oliveira Freitas		6:833\$780	1\$390	21	4:060\$000	\$826	59,42%
Antônio Ferreira Campos	1840-49	8:640\$630	2\$592	16	6:222\$400	1\$867	72,00%
João Dias de Miranda		9:651\$400	1\$962	10	3:922\$000	\$797	40,64%
João Antonio Viana		17:056\$360	5\$117	29	11:278\$100	3\$384	66,13%
Bernardo Lopes Moitinho		18:728\$648	5\$619	30	11:640\$000	3\$492	62,11%
Lourenço Gonçalves Quaresma	1850-59	38:542\$824	10\$008	46	13:535\$500	3\$515	35,10%
Faustina Gonçalves da Costa		25:588\$425	6\$645	33	18:744\$000	4\$867	73,20%
Quintiliano José Gonçalves		4:494\$000	1\$167	1	160\$000*	\$41	0,03%
Manoel Gonçalves da Costa		10:570\$020	2\$745	20	9:578\$000	3\$006	90,00%
Joana Ferreira Campos	1860-69	2:771\$480	\$720	1	700\$000	\$182	25,25%
Antonio Barbosa Coelho		36:658\$838	8\$389	43	19:185\$000	4\$390	52,33%
Manoel Ângelo de Souza		5:311\$700	1\$215	1	800\$000	\$183	15,10%
João de Oliveira Freitas		135:842\$300	31\$085	50	47:444\$500	10\$857	35,00%
Carlota Carolina do Carmo		38:050\$930	8\$707	26	24:860\$000	5\$689	65,33%
Luiz Fernandes de Oliveira		77:175\$745	17\$660	72	21:885\$717	5\$008	28,35%
Maria Viana Campos		11:009\$620	2\$519	10	7:600\$000	1\$739	69,03%
Heduvige Alves Barreiros		1:377\$000	\$315	1	400\$000	\$91	29,04%
Izabel Maria de Oliveira	1870-79	32:221\$400	9\$023	20	19:956\$000	5\$588	62,00%
João Gonçalves da Costa (neto)		2:896\$500	\$811	2	1:914\$200	\$536	66,10%
Jacinto Fernandes Ribeiro		14:425\$460	4\$040	11	10:528\$100	2\$842	70,35%
Maria Thereza de Jesus		8:994\$420	2\$519	6	3:700\$000	1\$036	41,13%
Manoel Claudino da Santa'Anna		4:866\$000	1\$363	1	1:000\$000	\$280	20,54%
Cassiano Fernandes de Oliveira	1880-88	28:008\$424	7\$237	8	6:700\$000	1\$731	24,00%
Ricardo Ferraz de Araujo		35:584\$520	9\$195	14	6:045\$000	1\$562	17,00%
Antonio da Costa Neves		24:215\$438	6\$257	4	3:100\$000	\$801	13,00%
Cordula Maria da Graça		20:592\$833	5\$321	6	3:250\$000	\$840	16,00%

Fonte: Inventários do Arquivo do Fórum João Mangabeira (AFJM)

Observa-se que o peso dos escravos no monte-mor acumulado por seus senhores até a segunda metade da década de 1870 girava próximo de 50%. A partir deste momento, constata-se um considerável decréscimo no peso relativo dos escravos. Por meio dos dados dos inventários, verifica-se também um incremento substancial na participação dos bens de raiz, já quanto ao peso do gado bovino no monte-mor acumulado, não ocorreram alterações significativas.

Ao analisar as riquezas brutas acumuladas no Sertão da Ressaca no período de 1820 a 1888, percebe-se que a moeda mil-réis sofreu uma forte desvalorização frente a libra, destarte, no correr dos oitocentos, o significativo incremento no valor do monte-mor dos inventários, decorreu especialmente, da oneração dos preços em função do abatimento cambial e da valorização dos bens de raiz e dos escravos.

Conforme Santos (2015), alguns escravos, mesmo já tendo ultrapassado a idade produtiva, ainda desempenhavam trabalhos árduos, como no serviço da lavoura e nos ofícios de ferreiro e de carpinteiro. Nos inventários, foram observados sete cativos com idade superior a 70 anos que ainda trabalhavam no serviço da roça, na lavoura e na pecuária e outros dez escravos com idades superiores a 80 anos, porém em condições muito precárias de saúde.

A Tabela 3 apresenta um estudo apresentado em Miguel (2000a) sobre o monte-mor acumulado pelos produtores rurais da Imperial Vila da Vitória, por faixa de riqueza, para o período de 1850 a 1890. Os produtores que apresentavam o monte-mor de até quinhentos mil réis viviam muito modestamente, não tinham escravos, e, quando possuíam propriedade rural, esta se resumia apenas a parte de terras de pouco valor. Nos patrimônios a partir de um conto de réis, os escravos passam a compor os bens arrolados nos inventários.

Os espólios até cinco contos de réis representavam 77,2% do total dos inventários. A partir deste montante, os escravos, as terras e os animais passam a representar a maior fatia do monte-mor dos inventários. Os inventários acima de dez contos de réis representam apenas 7,5% do total dos inventários. Os proprietários rurais que acumularam riquezas acima de quinze contos de réis apresentavam uma média de vinte escravos; número expressivo para o interior da província.

**Tabela 3** - Monte-mor dos inventários da Imperial Vila da Vitória por faixa de riqueza (1850-1890)

Monte-mor (em mil réis)	Décadas					Total de inventários
	1850	1860	1870	1880	1890	
Até 500	1	2	10	3	6	22
501-1000	7	1	4	7	7	26
1001-5000	19	18	8	16	9	70
5001-10000	2	7	5	3	1	18
10001-30000	2	0	4	1	0	3
30001-50000	0	2	0	2	1	5
Acima 50000	0	3	0	0	0	3

Fonte: Adaptado de MIGUEL (2000a, p. 87)



Ao observarmos a estrutura de posse dos cativos do Sertão dos Tocós, em Serrinha, no Nordeste baiano, estudo produzido por Ana Paula Lacerda (*Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha – Bahia (1868-1888)*, 2008), verifica-se que a maioria dos 288 proprietários de terras, possuía apenas um escravo e somente nove possuíam mais de oito cativos. Estes dados indicam que prevaleciam na região, atividades que demandavam pouca força de trabalho, muito provavelmente, a pecuária extensiva e os pequenos cultivos de subsistência.

Ao compararmos esta estrutura de posse com a verificada na Imperial Vila da Vitória, percebe-se que a média de escravos por proprietário expressivamente maior nas unidades produtivas do Sertão da Ressaca, resultava em maior diversificação dos cultivos, melhor capacidade manufatureira dos gêneros agrícolas, além da confecção de artefatos de ferro e de madeira. Nestas, as mercadorias produzidas serviam às necessidades das fazendas e os excedentes eram destinados à comercialização.

#### **4.3.5 Os missionários capuchinhos e os aldeamentos indígenas**

Os Capuchinhos constituem um braço autônomo da Primeira Ordem dos Frades Menores da Ordem de São Francisco. No século XIX, associaram-se à Sagrada Congregação da Propaganda Fide, órgão do Vaticano especialmente voltado para o treinamento de missionários. Atendendo ao convite da Coroa Portuguesa e a serviço da Santa Sé, os capuchinhos italianos chegaram ao Brasil (REGNI, 1888b). O trabalho dos Capuchinhos iniciou-se na Bahia, no começo do século XVIII (PARAÍSO, 1986).

As atividades predominantemente desenvolvidas pelos missionários, além da evangelização, eram o ensino da agricultura; a orientação de como levantar ou reformar igrejas, primeiro elemento físico para se reivindicar a condição de freguesia e vila para os povos sertanejos; construir cemitérios; abrir e consertar estradas; instalar sistemas condutores de água e edificar pontes; para tanto, eram duplamente atrelados, à ordem religiosa e ao estado brasileiro, do qual recebiam salários (PARAÍSO, 1986). Os decretos imperiais de número 373, de 1844, e o 426, de 1845, vinculavam os Capuchinhos ao governo e determinavam as suas atribuições. Os missionários eram vistos como os responsáveis pela pacificação e sedentarização dos índios e como os mediadores dos conflitos entre os colonos, os autóctones e o governo (REGNI, 1888a).

Os capuchos foram “os grandes responsáveis pela estabilização de ocupações provisórias e pela valorização de áreas antes inóspitas, que, com a criação de infraestrutura viária, tornavam-se acessíveis e livres de ataques indígenas” (PARAÍSO, 1986, p. 154). O apostolado dos capuchinhos também envolvia o acompanhamento da adaptabilidade dos colonos europeus. A propaganda Fide tinha o cuidado de encaminhar para as aldeias missionários que dominavam a língua materna dos colonos imigrados (AMOROSO, 2010).

A pacificação dos índios bravos do sul da Capitania baiana era um problema que incomodava as autoridades desde o início da colonização desta área. Eles constituíam uma barreira intransponível ao movimento de expansão colonial. “O pêndulo da exploração colonial oscilava entre ações de exclusão e assimilação dos indígenas à sociedade branca. O aldeamento foi o *locus* principal de introdução do índio à vida social” (MIGUEL, 2000b, p. 60).

O Capitão-mor João Gonçalves da Costa, em 1783, encaminha relatório<sup>109</sup> sobre o Rio Pardo, para o Desembargador Francisco Nunes da Costa, e ressalta que pretendia desinfestar todo o Sertão e toda a costa do gentio<sup>110</sup>. Segundo Oliveira (2012), assim que, João Gonçalves teve por concluída a sua expedição ao Rio Pardo, requereu ao Conde da Ponte que desse aos índios Mongoyós, “já conquistados, pároco que os doutrine, e diretor para os dirigir, com o que podem ser mais úteis, a si mesmos, e ao comércio”<sup>111</sup>.

Vencidos pelos portugueses, os índios foram atraídos para os aldeamentos dirigidos por missionários capuchinhos. As políticas que visavam consolidar os interesses da Coroa, a partir do litoral, rumo aos sertões, por meio da catequese e adequação dos silvícolas ao convívio social, mais especificamente, as implementadas através da Comarca de Ilhéus, foram importantes para o estabelecimento da agricultura de abastecimento de base familiar no Sertão da Ressaca (TANAJURA, 1992).

Em 1815, o Conde dos Arcos, governador da Bahia, mudou os índios Guerens aldeados em Almada para um ponto da estrada de Ilhéus ao Sertão da Ressaca que se abria à margem do Rio Cachoeira, lugar conhecido como Aldeia de São Pedro de Alcântara. A colônia foi instalada neste ponto, dada a necessidade de se ter um pouso para o gado, para os animais de tropa, para os tropeiros e para os demais viajantes que transitavam por essa estrada. Logo após, Balthazar da Silva Lisboa, ouvidor da Comarca dos Ilhéus, solicita ao Conde dos Arcos a nomeação de um diretor para os aldeamentos da região. Em 17 de março

---

<sup>109</sup> Carta encaminhada por João Gonçalves da Costa ao Desembargador Francisco Nunes da Costa. Citada por MIGUEL, Antonieta. 2000b., op. cit., p. 59.

<sup>110</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 539-540. Doc. cit..

<sup>111</sup> Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. XXXVII. Doc. Cit. p. 459.

de 1816, o Prefeito Apostólico do Hospício da Piedade designa o Frei Ludovico de Livorno para missionar junto às tribos do sul da Bahia (CAMPOS, 2006).

O trabalho desenvolvido pelo frei Ludovico de Livorno à frente do aldeamento de São Pedro de Alcântara começou a produzir frutos e se expandiu para a aldeia da Barra do Rio Salgado e para a do Salto do Rio Pardo, situada no Sertão da Ressaca. O missionário construiu capelas, represas, estradas, pontes, cemitérios e ensinou aos aldeados o trabalho artesanal, a olaria e o plantio de lavouras (REGNI, 1988b). Desse modo, Ludovico de Livorno inicia os trabalhos dos freis capuchinhos italianos no território da Ressaca.

Outras tribos de “Botocudos e Mongoiós, alojados ao longo do Rio Pardo, no distrito da Imperial Villa Victoria esperavam o missionário para serem instruídos na fé e regenerados pela água do batismo” (REGNI, 1988b, p. 329). Não podendo assistir a tantos centros catequéticos, Ludovico encaminha seu confrade, o frei Francisco Antônio de Falermo. Como resultado do trabalho missionário do frei Falermo no Sertão da Ressaca, dois novos aldeamentos foram criados, próximos à capela de Santo Antônio da Cruz, um dos Botocudos, o outro dos Camacãs, os dois centros, em 1851, já haviam alcançado um razoável desenvolvimento. “Os indígenas se achavam acostumados à vida sedentária, e do trabalho na roça tiravam o necessário para o seu sustento” (REGNI, 1988b, p. 330).

Consoante Miguel (2000b), no relatório produzido por Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral de Índios, em 10 de janeiro de 1851, há um quadro geral de algumas aldeias do Sertão da Ressaca:

As aldeias de Santo Antonio da Cruz no Termo da Victória, à margem do Rio Pardo. Uma aldeia é de Botocudos, que há pouco tempo eram bravios, e vão-se acostumando com vagar à vida social. Estiveram anteriormente em Mangerona, donde passarão depois para o Riacho, e deste lugar para Santo Antonio da Cruz, meia légua ao pé da capela, que foi deles, e onde se estabelecerão os Mongoios em 1846. Há 32 famílias com 140 e tantos indivíduos: as menores sabem doutrina cristã. Estes indígenas vão plantando mandioca. A outra aldeia, que é onde existia a capela de Santo Antonio da Cruz, outrora ocupada pelos Botocudos, é hoje habitada por Mongoiós, que vieram estabelecer-se em (ilegível) e como só haja a distância de meia légua entre uma e outra aldeia, o mesmo missionário Fr. Francisco de Falermo os dirige. [...] Há 14 famílias. Todas plantão mandioca e mais legumes para sustentar-se. Vai com algum aumento esta aldeia. Aldeia de Catulé à margem do Rio Pardo consta do (sic) Índios Camacans dirigidos pelo Missionário capuchinho Fr. Reignero, quase todos ainda selvagens são 150. Próxima a esta aldeia há 8 ma horda de indígenas ainda mais selvagens, que vai-se acostumando à catequese empregada pelo dito Missionário (MIGUEL, 2000b, p. 61-62).

Os freis capuchinhos, via de regra, acumulavam a direção de mais de uma aldeia; no Sertão da Ressaca, não foi diferente. O Frei Francisco Antonio de Falermo dirigiu ao mesmo tempo os Aldeamentos de Salto do Rio Pardo, na região de Potiraguá; Saco do Rio Pardo e

Cachimbo, em Itambé; e Lagoa do Rio Pardo e Santo Antonio da Cruz, em Vitória da Conquista. Esses religiosos eram homens habilitados em diversas áreas do conhecimento, eram competentes nas áreas de agricultura, abastecimento de água, marcenaria, mecânica, olaria, dentre outras (PARAÍSO, 1986).

Quanto à sua implantação, um aldeamento estabelecia-se a partir da informação de que existiam grupos indígenas hostis no espaço onde se pretendia estabelecer uma ocupação nacional. Segundo Paraíso (1986), um missionário era deslocado para persuadir os índios a se instalarem no centro catequético. Quando o frei obtinha sucesso na empreitada, trabalhadores livres eram contratados para o ajudarem na implantação das instalações. Com base no método de Coivara, eram procedidos os plantios dos gêneros essenciais para o sustento dos índios. A próxima tarefa era a construção da casa a ser ocupada pelo Capuchinho, que também servia de depósito dos produtos agrícolas colhidos .

Enquanto esperavam a chegada de ferramentas e equipamentos, novas roças eram preparadas, não só para o sustento dos índios, mas, havendo terras propícias, plantavam-se produtos típicos de mercado. No caso dos aldeamentos do Sertão da Ressaca e da Vila de Ilhéus, que eram conduzidos pela mesma administração catequética, cultivavam-se o cacau e o café. Bolandeiras e fornos para a fabricação de farinha eram construídos no intervalo de tempo da vinda das mercadorias solicitadas. Os missionários, investidos do cargo de diretor dos aldeamentos, constituíam-se a autoridade máxima dentro destas colônias. Situação que, geralmente, desagradava os colonos que exploravam junto aos indígenas as terras da aldeia ou próximas ao aldeamento, pois viam nos poderes concedidos aos Capuchinhos um resistente obstáculo à sua estratégia de subjugar a população indígena (PARAÍSO, 1986).

Após a instalação dos índios, era concedido um prazo para que estivessem habilitados a praticarem a agricultura de autossustento e, em seguida, produzir para colocar os excedentes no mercado (PARAÍSO, 1986). Essa situação pode ser observada por meio da ata da seção realizada pela Câmara de Ilhéus no dia 22 de março de 1851; “os índios de São Pedro de Alcântara (aldeia), eles têm plantações de cacau e café, sua indústria é de fazerem canoas, seu comércio é nenhum” (PARAÍSO, 1986, p. 170).

Os missionários conduziam os aldeamentos como espaços catequéticos e de formação profissional. Inicialmente, à medida que eram instruídos na fé cristã, os aldeados também aprendiam o ofício de lavrador. Em seguida, eram instruídos em outras profissões (REGNI, 1988a). A fartura de alimentos era assegurada por meio do plantio em rodízio de três grandes roças de mandioca, com bolandeira e fornos para cozer a farinha. O plantio era completado com as lavouras de milho, arroz, feijão, alguns legumes e frutas, em especial, a banana.

Também era estimulado o plantio da árvore de fruta-pão. Consolidada essa primeira etapa, os aldeados iniciavam o plantio de produtos de exportação e consumo, com os quais o governo seria reembolsado pelas despesas feitas com a implantação da aldeia (PARAÍSO, 1986).

O contato dos missionários com as tribos indígenas, com os agricultores estabelecidos no litoral e nos sertões, com os colonos europeus e com as lideranças dos arraiais e das vilas produziu um virtuoso fluxo de conhecimentos em diversas áreas, com significativos reflexos para o desenvolvimento da agricultura. Como exemplo, tem-se a introdução experimental das culturas do cacau e café ou, até mesmo, diferentes cultivares destas culturas, em diferentes aldeamentos do sertão e do litoral (VÊLOSO, 2010). Os capuchinhos italianos fomentaram fluxos de descida e subida entre o planalto do Sertão da Ressaca e o litoral da Vila de Ilhéus, o que possibilitou, além da sedentarização do indígena, o intercâmbio de serviços e produtos agrícolas.

A aldeia de São Pedro de Alcântara (Ferradas), entre os anos de 1825 e 1855, crescia com rapidez, colhendo economicamente o resultado da cultura agrícola implantada por Frei Ludovico de Livorno. “Os aldeamentos, como o de Ferradas, destinavam-se também a experiências agrícolas, com a introdução de novas formas de cultivo destinadas ao mercado, como o cacau e o café” (VÊLOSO, 2010, p. 150).

O Frei Luiz de Grava e o Frei Rainero de Ovada, eram diretores dos aldeamentos nas regiões dos atuais municípios de Potiraguá, Itapetinga, Itambé e Vitória da Conquista, eram missionários com muitas indústrias:

Frei Luiz de Grava não tinha somente por ocupação administrar a Colônia. Dera-lhe igualmente o governo provincial a incumbência de melhorar a estrada de Ilhéus a Conquista e, pelo seu relatório, apresentado em 1871, vê-se que estava atacado o serviço na extensão de treze léguas, entre a Colônia e a aldeia do Catolé. Neste ano era notável o trânsito de boiadas pela estrada, vindas do sertão para a Colônia e para Ilhéus, sem embargo dos ataques dos índios (718). Prosseguindo na empresa, no ano de 1873, das 62 léguas totais do caminho faltavam apenas seis para limpar até Ilhéus, e 12 ou 14 até Conquista, sendo os terrenos marginais excelentes para as plantações de café, cacau, cana e algodão (CAMPOS, 2006, p. 393-394).

Igualmente convém ter um ferreiro que fabrique e conserte as ferramentas das duas aldeias do rio Catulé e a dos Mongoyós de que é missionário o Frei Rainero de Ovada e a dos Botocudos dirigida por Frei Luiz de Grava e vá ensinando aos índios adolescentes este ofício tão necessário aos lavradores (PARAÍSO, 1986, p. 171).

Melhorar a estrada entre a Vila de Ilhéus e a Imperial Vila da Vitória foi um trabalho que, efetivamente, demandou esforços de diversos missionários. O Frei Vicente Maria também prestou relevantes serviços ao governo, no que tange o abastecimento entre a Ressaca e a Vila dos Ilhéus. De acordo com Paraíso (1986, p. 171), “Frei Vicente Maria de Árcole, catequista dos índios bravos Camacãs, em vistas aos serviços prestados ao Exmo. Governo,

tanto para render navegável o rio Cachoeira; como em marcar a estrada de comunicação entre a Vila de Vitória e dos Ilhéus”.

Um dos mais proeminentes ensaios de colonização na capitania de São Jorge de Ilhéus foi realizado em 1870. O Barão de São Lourenço, atentando-se “ao progresso que se verificava na Povoação do Cachimbo, situada a 12 léguas de Conquista e a 50 da vila de Ilhéus, fundou por ato de 25 de abril um núcleo de imigrantes do norte do país na Cachoeira de Ilhéus ou de Itabuna, à margem do rio Cachoeira” (CAMPOS, 2006, p. 392-393). Deu-lhe por diretor Frei Luiz de Grava, que também dirigia os povoados indígenas do Cachimbo e do Catolé.

Ainda quanto ao aldeamento do Cachimbo no rio Verruga, o Presidente da Província da Bahia, o desembargador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, no primeiro dia do mês de setembro de 1857, declarou que configurava-se como “o posto mais avançado da população cristã, que do Sertão se dirige para o litoral e tem neste último ano aumentado o número de seus habitantes”.<sup>112</sup> Conforme Oliveira (2012), como resultado dessa boa posição, o Frei Luiz de Grava e os índios foram convocados para melhorar a estrada do Cachimbo.

Assim como a experiência exitosa da colônia de imigrantes do norte resultou em um destacado polo cacauicultor do país, os aldeamentos do Sertão da Ressaca transformaram-se em importantes povoados e arraiais. A aldeia do Salto do Rio Pardo originou o distrito de Angelim, pertencente a Potiraguá; o aldeamento Barra do Catolé deu origem a uma povoação do município de Itapetinga; o antigo aldeamento na foz do Riacho Catolezinho com o Rio Catolé se transformou na atual cidade de Itapetinga; a aldeia do Cachimbo, ou povoação do Cachimbo, deu origem ao município de Itambé; por fim, o aldeamento de Santo Antônio da Cruz, localizado na foz do Ribeirão Vereda, deu origem ao distrito de Inhobim, no município de Vitória da Conquista (TANAJURA, 1992).

Os missionários capuchinhos foram muito eficientes no cumprimento das políticas de pacificação e destribalização dos indígenas da Ressaca. O Quadro 1 apresenta esta constatação por meio de um considerável número de índios “civilizados”, habitando na Imperial Vila da Vitória. A transformação dos aldeamentos em importantes povoações, de igual modo, comprova a eficiência das políticas de sedentarização dos povos nativos. O estabelecimento de aldeias ao longo do Rio Pardo, em muito, contribuiu para a instalação de

---

<sup>112</sup> Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, n. 1. de setembro de 1857. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857. p. 28-30. Citado por OLIVEIRA, Renata Ferreira de., op. cit., p. 65.

fazendas de plantar e de criar nas unidades de relevo, Piemonte Oriental de Vitória da Conquista e na Depressão de Itapetinga.

Os aldeamentos da Ressaca também serviam, como pouso para os viajantes, como espaço de apaziguamento das relações conflituosas entre fazendeiros e tapuias, para a conservação das estradas e como unidade de produção de alimentos. No entanto, no quesito de replicação, por parte dos indígenas, das técnicas agrícolas assimiladas, os capuchos, não lograram grandes êxitos. A ideia de buscar produzir excedentes, não foi muito bem assimilada pelas tribos indígenas. Percebe-se também que, os freis, mesmo instruídos nos conhecimentos agrônômicos da Itália do século XIX, valeram-se dos métodos primitivos para a derrubada das matas e preparo dos solos. A fonte documental consultada, não forneceu dados sobre às técnicas de reposição da fertilidade natural dos solos, de rotação de culturas, de integração da pecuária com a lavoura e de beneficiamento dos gêneros produzidos, além da mandioca.

Através das informações prestadas neste capítulo, pôde-se observar que até a metade dos oitocentos, os proprietários de terras no Sertão da Ressaca possuíam um modo de vida bastante simples, evidenciado por residências e mobílias modestas e pelo costume alimentar trivial. Com o capital acumulado na agricultura de abastecimento verificou-se uma significativa melhora nos hábitos de consumo dos habitantes da Imperial Vila. Este cenário proporcionou outra importante modificação, a partir do segundo quartel do século XIX, a sede da Vila foi recebendo mais moradores.

A câmara da Imperial Vila atuando na regulamentação de feiras e mercados, na abertura e conservação das estradas, no fomento do cultivo da terra, na aplicação do código de posturas, no auxílio prestado aos migrantes das secas, entre outros. Atuou decisivamente para a consolidação da agricultura de abastecimento. Verifica-se também, através dos dados do censo demográfico de 1872, que a expressiva quantidade de escravos da Imperial Vila da Vitória só poderia ser justificada através de atividades que demandavam muita mão de obra. Este mesmo censo revelou que as ocupações ligadas à atividade agrícola, em especial a de lavradores, agrupavam o maior número de moradores da Vila.

Os principais atores do abastecimento no Sertão da Ressaca foram os Camacãs, dada a sua afinidade com a lavoura e a facilidade com que se relacionavam com os colonizadores. Foram fundamentais na transmissão das técnicas de derrubada das matas, e preparo dos solos. A reprodução e a ampliação da agricultura de abastecimento decorreram principalmente da força de trabalho dos *Escravos*, verifica-se através da mobilidade, do acesso ao mercado e da inexistência de feitores nas fazendas, que os cativos e os forros da Imperial Vila da Vitória

participavam ativamente da economia de abastecimento. Por meio deste estudo, pôde-se perceber a acumulação de pecúlio tanto por parte destes atores.

Os Pequenos Produtores Rurais do Sertão da Ressaca, proprietários ou na posse de pequenas propriedades, valiam-se da força de trabalho da própria família. Via de regra, não possuíam escravos. Esporadicamente, quando necessitavam de mão de obra complementar, contratavam trabalhadores em sistema de parceria e meação. Foram muito importantes na produção de subsistência, assim como, no fornecimento de gêneros manufaturados para atender o mercado local.

Os Senhores de Terras residiam em suas fazendas, participavam das atividades produtivas e comercializavam os excedentes. Os fazendeiros conviviam com os demais atores produtivos com alguma aproximação. Como verificado, a grande riqueza dos proprietários de terras consistia nos seus escravos. O incremento no plantel dos escravos relacionava-se à disponibilidade de terras para o cultivo e ao aumento da produção. Com a acumulação de capital nas atividades agrícolas, muitos se estabeleceram-se no comércio.

Observa-se que o peso dos escravos no monte-mor acumulado por seus senhores caiu significativamente a partir da segunda metade da década de 1870. Enquanto os preços dos cativos caíam, os bens imóveis se valorizavam. Quanto ao peso do gado vacum na riqueza bruta acumulada, não ocorreram variações significativas. Os proprietários rurais que acumularam riquezas acima de quinze contos de réis apresentavam uma média de vinte escravos, quantidade muito relevante para o interior da província baiana.

Os Capuchinhos foram bem sucedidos na estabilização de ocupações provisórias e na valorização de áreas antes inóspitas, eram profissionais habilitados em diversas áreas do conhecimento, agricultura, abastecimento de água, marcenaria, mecânica, olaria, dentre outras. As políticas de pacificação e sedentarização indígena contribuíram para a consolidação das colônias dos aldeados, a socialização de um grande contingente de tapuias e possibilitaram que os aldeamentos se transformassem em importantes arraiais.



## 5 A ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO NA IMPERIAL VILA DA VITÓRIA

Este capítulo aborda a organização do abastecimento do Sertão da Ressaca. Apresenta a agricultura de víveres praticada em unidades de policultivo autossuficientes, com a venda dos excedentes para o mercado local, regional e interprovincial. Neste sentido destaca os gêneros produzidos, as técnicas agrícolas de produção, as unidades de abastecimento, as estradas que comunicavam a Imperial Vila da Vitória ao mercado consumidor, o modal de transporte utilizado e o comércio.

### 5.1 OS VÍVERES PRODUZIDOS NO SERTÃO DA RESSACA

Segundo Anibal Viana,

Os habitantes do município são em geral lavradores e creadores. Cultivam a canna, o café, a mandioca, o algodão, o milho, o fumo, o arroz, etc. Criam muito gado vaccum, cavallar e muar em importantissimas fazendas. Fabricam o assucar e a aguardente em um grande numero de engenhocas, a farinha de mandioca, o polvilho e a cal (VIANA, 1982, p. 439).

#### **Os Produtos do abastecimento local, regional e interprovincial**

A dissertação de mestrado de Idelma Aparecida Ferreira Novais (Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória: Bahia, 1840-1888, ano de obtenção: 2008), apresenta um estudo sobre a produção e o comércio na Imperial Vila da Vitória com base em 207 inventários *post mortem*. Em 87,4% dos inventários, existia gado arrolado entre os bens semoventes; destes, 37,6% possuíam roças de milho, feijão, arroz, mandioca, algodão, cana-de-açúcar, café, banana, laranja e outras frutas. Ao acrescentar à pesquisa os dados relativos ao período de constituição do arraial à sua elevação à condição de vila, de 1780 a 1840, e, analisando-os com base nos parâmetros que estruturam a produção de abastecimento, verifica-se que os inventários também mencionam lavouras de batatas, de fumo, “mangas” (áreas com pastos formados), instalações para o beneficiamento da mandioca, do milho, do algodão, da cana-de-açúcar, do couro, tendas de ferreiro e de carpinteiro, dentre outras.

Em muitos dos inventários analisados, verifica-se o uso das expressões fazendas de plantação e de criação de gado. Por exemplo, o Sr. João Francisco Gomes, possuidor da Fazenda da Batalha em comum com os outros herdeiros, declarou: “estão abrindo vaqueijadores nos lugares da morada do Suplicante a ponto de chegarem os gados a destruir as roças do Suplicante e por que no dito lugar nunca foi e nem é fazenda de criar, sim de

plantar seus cereais.”<sup>113</sup> As expressões “roças de milho”, ou “roças de feijão”, ou “roças de arroz”, não aparecem com muita frequência, geralmente, nos inventários, eram arroladas como “uma roça de mantimentos” ou, simplesmente, “uma roça”.

O registro das lavouras de cereais não apareceu com maior constância nos inventários, porque apenas as roças próximas à colheita eram relacionadas nos autos. O arrolamento dos grãos colhidos também era uma tarefa difícil, uma vez que a parte da produção destinada ao abastecimento humano e animal da fazenda, de pronto, tinha seu consumo iniciado. Quanto aos excedentes que eram destinados ao mercado, por se tratarem de gêneros que deterioram sua qualidade com o passar do tempo, não era razoável o seu armazenamento por longos períodos. Dadas as dificuldades naturais e as limitações técnicas, os grãos que eram separados para a alimentação humana e para servirem de sementes eram armazenados mais criteriosamente. Em geral, eram postos em “potes de barro”, em latas e em cabaças. O restante da produção era armazenada em caixas com tampas artesanalmente produzidas com o couro curtido, conhecidas como bruacas.

Verifica-se nos inventários das propriedades que não continham nenhuma referência a lavouras de mantimentos ou a gêneros alimentícios prontos para a venda, que a maioria delas possuía fortes indícios de que seus proprietários praticavam a agricultura de alimentos; quer seja por meio do arrolamento nos autos de instrumentos de produção ou beneficiamento, ou por meio do plantel de escravos, ou pelos animais de trabalho, ou também pela referência a capoeiras, vegetação secundária que desenvolve-se sucedendo as floresta nativas a partir do abandono das áreas de cultivo, anexa à propriedade.

Quanto aos víveres produzidos no Sertão da Ressaca, este estudo traz em destaque o gado, o algodão, a cana-de-açúcar, o fumo, o café, a mandioca, o milho, o feijão, o arroz e alguns dos derivados desses produtos. Foram relacionados também outros gêneros que tinham seu cultivo mais restrito ao consumo familiar nas unidades agrícolas.

## **O gado e os derivados**

O gado *vacum* (*Bos taurus taurus*) participou fundamentalmente na formação da riqueza colonial. A sua criação destinava-se à alimentação, à extração do couro, à força motriz e servia de meio de transporte. Os bovinos (*Bos taurus indicus*) só foram introduzidos no

---

<sup>113</sup> Cf. Termo de reconciliação realizado entre João Mendes da Cunha e seus irmãos em 1829. Documento anexo ao Processo de Embargo de Obra Nova proposto por Maria Clemência de Jesus a Joaquim Maxado (sic) e sua mulher – 1866. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista – Bahia. Citado por OLIVEIRA, Renata Ferreira de., op. cit., p. 143.

Sertão da Ressaca na segunda década do século XX.<sup>114</sup> As fazendas de pecuária movimentavam a economia interna com a comercialização do boi em pé, do couro e das charqueadas. Conforme Henrique (2014, p. 75), estas mercadorias eram negociadas “nas feiras dos centros urbanos, como Salvador, Feira de Santana e Capoame, localidade entre os atuais municípios de Camaçari e Dias D’Ávila, onde se realizou feira de gado até 1830; esta foi transferida para Feira de Santana e caiu em esquecimento.”

O comércio do gado bovino era intensamente regulado e fiscalizado pelo governo municipal do centro das respectivas capitânicas. No caso da Capitania Baiana, “o gado comercializado fora da feira de Capuame era considerado contrabandeado. Talvez a única exceção seja a das reses vindas do Sertão da Ressaca e regiões próximas ao rio Jequié e Jequiriçá com destino às Vilas de Cachoeira e Santo Amaro.” (HENRIQUE, 2014, p. 75).

A pecuária do Arraial da Conquista, de início, encontrou espaço de consumo nas regiões de mineração. As limitações que existiam “no *Distrito Diamantino*, especializado na exploração de pedras preciosas, que passou a incluir Minas Novas a partir da decadência da mineração de ouro nesta, possivelmente contribuíram para a expansão da pecuária no Planalto.”<sup>115</sup>

Em seguida, com a exploração de madeira na Capitania de Porto Seguro, abriu-se um novo mercado para os pecuaristas do Sertão da Ressaca, que passaram a vender bois de corte e de trabalho para os moradores das vilas daquela capitania e, a seguir, para a Capitania de Ilhéus. Posteriormente, o gado começou a ser vendido em Nazaré e em Aldeia, hoje município de Aratuípe, e, por meio de Nazaré, em Jaguaripe, em Cachoeira e na Capital.<sup>116</sup>

Como observado pelo príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1817, em sua estadia no Arraial da Conquista, “as boiadas que vêm do Rio São Francisco passam também por esta localidade, e algumas vezes vêm-se chegar, numa semana, para mais de mil bois, que destinam à capital.”<sup>117</sup> O arrendamento dos pastos para a recuperação das boiadas e o imposto cobrado pela municipalidade por cabeça do gado *vacum* e *muar* que transitavam pelas estradas que passavam pelo Sertão da Ressaca também constituíram fontes de acumulação endógena de capital derivado do abastecimento.

Antonio Dias de Miranda, Capitão-mor do Arraial da Conquista, em 22 de novembro de 1822, informa em correspondência enviada ao Conselho Interino do governo da província

---

<sup>114</sup> Em 1918, veio da cidade mineira de Pedra Azul um grupo de reprodutores das raças Nelore e Guzerá, vendidas pelo Coronel Teopompo de Almeida aos criadores da cidade de Conquista. Citado por VIANA, Anibal Lopes., op. cit., p. 528.

<sup>115</sup> Citado por TORRES, Tranquilino., op. cit., p. 120.

<sup>116</sup> Citado por TORRES, Tranquilino., *ibid.*, p. 121.

<sup>117</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 428.

que havia “deliberado fazer descer desse sertã (sic) de 15 em 15 dias dois lotes de gado, um para essa Vila e outro para a Povoação de Nazareth o que continuarei a fazer enquanto nas largas destes sertões houverem bois capazes de descerem[...]”<sup>118</sup>

As raças de gado *vacum* observadas no início da colonização do Sertão da Ressaca foram: *Malabar*, *Guademar*, *Barrosã*, *Mirandesa*, *Gallega* e o *Peduro* (pé duro). Os fazendeiros dessa região ressentiam-se da degeneração do gado das raças *Malabar* e *Guademar*.<sup>119</sup> A criação do gado era feita extensivamente, em grande escala, valendo-se de ricas e vastas pastagens de capim *andrequicé* e *colonião* (TANAJURA, 1992; VIANA, 1982). O clima da região, especialmente nas margens do Rio Pardo, foi considerado o melhor do estado para a indústria da pecuária.

A uberidade do clima é tão excelente que o gado bovino mestiço de *guadimá-peduro* engorda muito e vai aqui esta notícia: - o Senhor Simpliciano (Nenga) que tem a profissão de açougueiro, em dias da semana passada abateu uma vaca tão extraordinariamente gorda que deu o enorme peso de 4 arrobas e dois quilos de sebo! A rês foi comprada por 160\$000 em mãos do Coronel Pedro Ferraz de Oliveira, abastado fazendeiro neste município<sup>120</sup>.

Além da carne, o gado fornecia o leite e o couro. O leite não era vendido, aproveitavam-no para o fabrico de requeijão, de queijo e de doces, que se destinavam ao consumo dos moradores e à manutenção da propriedade com a venda dos excedentes. O príncipe Maximiliano criticou a qualidade dos coalhos que eram utilizados nos sertões da Bahia para a fabricação de queijos e a qualidade da manteiga que era fabricada no Brasil.<sup>121</sup> O agrônomo Friedrich von Weech relatou que não se produzia manteiga de qualidade no Brasil, devido ao clima muito quente, ao preço do sal e ao desconhecimento das técnicas de salga.<sup>122</sup>

De acordo com De Souza (1996, p. 29), “a pecuária caprina, ovina e suína era mantida para o abastecimento da propriedade, como também as aves em geral. O excedente era comercializado”. A banha do porco e o toucinho salgado eram produtos muito úteis e apreciados nas fazendas autossuficientes da Ressaca.

Verifica-se que em todas as propriedades rurais, a criação dos gados cavalar e muar; estes eram essenciais para a lida com o gado *vacum* e para o transporte de pessoas e de carga.

<sup>118</sup> Cf. APEB. Seção: Colonial e Provincial. Série: Dossiês (Antigo – Religião). Citado por IVO, Isnara Pereira. **O anjo da Morte contra o santo lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. 2. ed. rev. e aum. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017. p. 73.

<sup>119</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., op. cit., p. 199-200.

<sup>120</sup> Cf. Nota do Jornal “A Notícia”, edição de 24 de Março de 1921. Citado por VIANA, Anibal Lopes., op. cit., p. 529.

<sup>121</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 393-423.

<sup>122</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., op. cit., p. 163.

Segundo o príncipe Maximiliano, criavam-se no Sertão da Ressaca grandes quantidades de cavalos. “Os habitantes só saem de suas casas a cavalo; é muito raro ver alguém andando a pé.”<sup>123</sup>

A criação de bovinos, equinos e muares espalhou-se por todas as regiões morfológicas da Ressaca. As terras da zona da mata do Piemonte Oriental de Vitória da Conquista, da Depressão de Itapetinga e das Serras e Maciços Pré-Litorâneos, conquistadas dos tapuias nativos, foram, mais tardiamente, transformadas em fazendas de criar e plantar. Com o decorrer do Século XIX, essas regiões foram revelando a sua extraordinária vocação para a agricultura.

A Câmara da Imperial Vila da Vitória, na década de 1860, responde a um ofício do Governo Imperial, prestando informações sobre a agricultura praticada:

Nossa agricultura, que incontestavelmente é a principal fonte de riqueza nacional a fim de que pudesse dar as providências a seu alcance para facilitar o melhoramento, de que ela é merecedora, possa responder [...] que os gêneros de nossa agricultura existentes neste município são feijão, arroz, mandioca, milho, fumo, canas, café e algodão<sup>124</sup>.

Os gêneros alimentícios das lavouras do Sertão da Ressaca foram assim classificados: “*gêneros de raiz* ou perene, de subsistência ou *lavoura branca* e da horticultura”. A lavoura de raiz caracterizou-se pelo plantio do algodão, da cana-de-açúcar, do fumo, do café e das árvores frutíferas. A lavoura de subsistência era cultivada pelos médios e pequenos proprietários, assim como pelos arrendatários, parceiros, meeiros e pelos cativos no sistema de protocampesinato escravo. Plantavam-se a mandioca, o feijão, o milho e o arroz. Quanto à horticultura, durante muito tempo, foi praticada em quintais, chácaras e terreiros, cercados. A horta doméstica proporcionava verduras, legumes e tubérculos sempre frescos para o consumo diário, como o tomate, o chuchu, a couve, o mamão verde, a alface, as batatas e o inhame (DE SOUZA, 1996).

Observou-se que a horticultura não possuía caráter de atividade autônoma, apenas os produtos menos perecíveis eram conduzidos à feira local. Maximiliano de Wied-Neuwied verificou roças de melancias na fazenda Vereda e muita batata plantada nas roças dos Camacãs.<sup>125</sup>

<sup>123</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., p. 407.

<sup>124</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Documentos Avulsos, Maço 1463, 1863-1889.

<sup>125</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid. cit., p. 391-430.

### As lavouras de raiz, ou lavouras perenes

O Algodão (*Gossypium* spp.) já era utilizado pelos índios que habitavam o território do Sertão da Ressaca. Desde os primeiros momentos do processo colonizador, o algodão foi incorporado às lavouras das diversas fazendas. João Gonçalves da Costa, em sua memória sobre a conquista do Rio Pardo, presta informações sobre o algodão cultivado pelos Mongoiós. Relatou que os índios plantavam alguns pés de algodão e “estes se viam muito carregados de maçãs”.<sup>126</sup> Eram plantadas as espécies herbácea (*Gossypium hirsutum* L. r. *latifolium* Hutch.) e a arbórea (*Gossypium hirsutum* L. r. *marie galante* Hutch.).

Consoante com Andrade (2004), o algodão era uma cultura democrática, uma vez que era plantado por fazendeiros valendo-se da mão de obra escrava e assalariada, e também era cultivado por pequenos proprietários, rendeiros e meeiros. Dada a necessidade de um tecido barato que substituísse o importado, plantou-se e se teceu o algodão na Imperial Vila da Vitória por todo o século XIX. Segundo Tanajura (1992, p. 92), as mulheres e agregadas “nas casas de fazendas tinham rodas de fiar o algodão para produzir linhas com que se fabricavam panos de diversos padrões e tonalidades, principalmente o cobertor chamado *gatu*, ou *seca-poço* na região de Livramento de Nossa Senhora.”

Verifica-se que a adaptabilidade da cultura a diversos tipos climáticos possibilitou o desenvolvimento dos algodoeiros em todas as unidades morfológicas do Sertão da Ressaca. Cultivadas por grandes e pequenos produtores rurais, as roças de algodão aumentavam os lucros das fazendas policultoras. Sua cadeia produtiva movimentava um grande contingente de trabalhadores. Na grande maioria dos inventários da Imperial Vila da Vitória foram arroladas rodas de fiar, as descaroçadeiras compunham os bens móveis de aproximadamente 1/3 dos inventários analisados. Além destas máquinas, nos arrolamentos existiam escravas com o ofício de fiandeiras e costureiras.

Segundo Viana (1982, p. 534), as mulheres e as filhas dos fazendeiros moradores das zonas da caatinga e do mato-de-cipó “tinham em suas casas rodas de fiar o algodão para produzir linhas de várias grossuras, que eram tingidas e usadas nos tecidos que faziam nos teares. Teciam o pano usado para fabricação de calças e cobertores vendidos na feira livre da Vila.”

A maior presença de rodas de fiar em relação as máquinas descaroçadeiras, sugere que os produtores menos capitalizados faziam uso dos equipamentos das fazendas mais

---

<sup>126</sup> Cf. Memória Summária e Copendiosa da Conquista do Rio Pardo, texto de João Gonçalves da Costa citado nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1910, v. XXXII, p. 541.

estruturadas, provavelmente através do pagamento de uma taxa pela utilização das máquinas, ou então, quando dispunham de mão de obra, faziam o descaroçamento manualmente.

A instalação de fábricas de tecidos e conveniência na capital da província baiana e em Valença estimulou os agricultores do Sertão da Ressaca a ampliarem as suas lavouras de algodão. O príncipe Maximiliano, quando visitou a fazenda do Capitão Antonio Ferreira na região da Barra da Vereda, admirou-se da existência de 91 arrobas de algodão embaladas em amplas caixas de couro prontas para serem enviadas para a Cidade do Salvador e também da grande quantidade de milho que o proprietário possuía armazenado.<sup>127</sup> Facilmente cultivável e movimentando uma virtuosa rede de manufatura e comercialização, o algodão influenciou de maneira significativa na economia agrícola do Sertão da Ressaca.

O Capitão João Dias de Miranda declarou em testamento que seu irmão, o Capitão-mor Antônio Dias de Miranda, “mandou vender doze potros nas matas de Nazareth, por José Pereira Bom Jardim em 1826; assim, mais cento e duas cargas de algodão a preço de 16\$000”. Verifica-se um aquecido comércio entre a Imperial Vila da Vitória e Nazareth, que também atendia a Vila de Valença, uma vez que os tropeiros tinham que passar por esta vila para chegarem ao seu destino.<sup>128</sup>

A Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) foi introduzida por meio das primeiras bandeiras. Mathias João da Costa, os seus filhos, o seu genro, João Gonçalves da Costa e João da Silva Guimarães cultivavam a cana, dentre outras culturas, e possuíam engenhocas e alambiques em sesmarias situadas nas margens do rio Carnaíba de Fora no Alto Sertão da Bahia, muito tempo antes de se instalarem no Sertão da Ressaca. A cultura apresentou um bom desenvolvimento nas terras localizadas nas zonas da mata, mais especificamente, na face oriental do Planalto dos Geraizinhos, no Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, na Depressão de Itapetinga e nas Serras e Maciços Pré-litorâneos.

A organização do arranjo produtivo da cana-de-açúcar voltou-se para o abastecimento local e inter-regional. Fabricavam, principalmente, a rapadura e a aguardente, o açúcar era produzido apenas para o consumo local. A aguardente, inicialmente, era destilada em alambiques de argila queimada. Conforme Viana (1982, p. 528), “nesse tempo a cana de açúcar era moída para se extrair o caldo, em engenhocas movidas a braço humano. Mais tarde, surgiram os engenhos de madeira movidos à força animal e os grandes engenhos movidos à *roda d'água*.”

<sup>127</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 393.

<sup>128</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Cível. Inventário e Testamento do capitão João Dias de Miranda. Caixa de Inventários 1848. Citado por NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira., Ibid., p. 97.

A administração da Vila Imperial da Vitória, no ano de 1855, acatou a lei provincial nº. 503, de 03 de agosto de 1854, do artigo 40, que autoriza a cobrança do imposto sobre os alambiques e também dos mercadores de aguardente.<sup>129</sup> O corpo legislativo, em sessão extraordinária ocorrida em 22 de janeiro de 1856, registrou em ata a resposta ao governo provincial, informando-o sobre a produção da Vila. “As lavouras prosperam com rapidez, que já se achão 22 engenhocas as quais, nos últimos três anos tem produzido (pouco mais ou menos) dez mil canadas<sup>130</sup> de aguardente, noventa arrobas de açúcar e dez mil rapaduras.”<sup>131</sup> Já em 1857, a Câmara informou ao governo provincial a existência de 13 alambiques na Imperial Vila, que empregavam 20 braços, “produzindo anualmente 600 cargas de aguardente de dez canadas cada uma.”<sup>132</sup>

A lavoura da cana-de-açúcar, até o início do século XX, fomentou o desenvolvimento do município da Conquista. Sua produção, manufatura, transporte e comercialização dos derivados movimentavam um significativo número de pessoas no campo e na Vila. A título de exemplo do dinamismo desse comércio na Vila, tem-se, a Sr<sup>a</sup>. Maria Ribeiro, negra forra, vivia da revenda de aguardente fornecida por Joaquim Fernandes Ribeiro. No inventário dessa senhora, foram encontrados: “Três tachos de cobre; Dez garrações cheios de cachaça; seis ditos vazios; Uma bica de pano fino; além dos bens de uso pessoal.”<sup>133</sup> A aguardente produzida no Sertão da Ressaca abastecia o mercado local, assim como outras vilas do sertão da Bahia, as vilas do norte da Província de Minas Gerais e a Cidade da Bahia.

Ressalta-se a informação prestada no terceiro capítulo deste estudo, na qual, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (SEAGRI), em 2007, mapeou 40.000 ha de solos aptos para o plantio da cana-de-açúcar nas unidades de relevo Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, na Depressão de Itapetinga e nas Serras e Maciços Pré-litorâneos. Estas terras, primitivamente, encontravam-se em algumas das fazendas dos Gonçalves da Costa. Essa expressiva quantidade de solos zoneados, possibilita uma razoável compreensão do potencial agrícola destas terras, uma vez que, a

<sup>129</sup> Cf. AMVC, Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, década de 1850. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., op. cit., p. 50.

<sup>130</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., op. cit., p. 58. Canada é uma medida para volume de líquidos, que foi muito utilizada em Portugal. Uma canada equivale a 4 quartilhos, um quartilho tem o volume de 0,665 litros. Portanto, uma canada equivale a 2,66 litros.

<sup>131</sup> Cf. AMVC, Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, década de 1850. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., op. cit., p. 50.

<sup>132</sup> Cf. AMVC, Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, década de 1850. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., Ibid., p. 50.

<sup>133</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Cível. Inventário de Maria Ribeiro, 1883. Caixa Inventários: 1880 a 1885. Citado por SANTOS, Orcelan Ferreira., op. cit., p. 164.



cana-de-açúcar é uma cultura que exige solos férteis, clima úmido e relevo não muito ondulado.

A lavoura do Tabaco (*Nicotiana tabacum* L.), ou do Fumo, assim como as lavouras do algodão e da cana-de-açúcar, foram fruto da extensão dos plantios realizados no Alto Sertão da Bahia. Segundo Neves (2003), o fumo em rolo que era exportado desta região para a África, no intercâmbio escravista, via de regra passava pela Imperial Vila da Vitória. A lavoura de tabaco no território da Ressaca destinava-se ao consumo local, os parques excedentes produzidos eram vendidos aos comerciantes do Alto Sertão.

Nas Atas da Câmara Municipal, o fumo figura entre os itens produzidos na região, “os gêneros de nossa agricultura existentes neste município são feijão, arroz, mandioca, milho, fumo, canas, café e algodão,”<sup>134</sup> e era cultivado nas terras férteis às margens do Rio Pardo.<sup>135</sup> A cultura do fumo também se adaptou às terras das unidades de relevo, Pediplano do Alto Rio Pardo, Pediplano Sertanejo e Patamares do Médio Rio de Contas.

A cultura do Café (*Coffea* spp.). A cafeicultura, desenvolveu-se bastante nas terras da zona das matas de São Paulo, região que, atualmente, pertence ao município de Caatiba. Situadas principalmente no Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, as roças de café eram bastantes produtivas. “O cafeeiro cresce e produz espantosamente; e pela amenidade da temperatura, pode-se cultivar todos os frutos da Europa; pois que os nacionais são perfeitamente abundantes.”<sup>136</sup> As roças de café só foram arroladas em 10 inventários *post mortem*. Uma destas roças, situada na Fazenda Vereda foi visitada pelo príncipe Maximiliano.<sup>137</sup>

O plantio consorciado dos alimentos milho, feijão e mandioca com a cultura do café era comum, tanto na região do Rio de Janeiro, como em São Paulo (FRAGOSO, 1983). A cafeicultura dos oitocentos também adentrou as matas do Arraial de Poções e seguiu em direção à unidade de relevo Serras e Maciços Pré-Litorâneos. Consoante com Viana (1982), mesmo sendo cultivado em poucas fazendas, a produção dos cafeeiros abastecia a Imperial Vila e a Vila de Jequié.

As frutas, Banana (*Musa* spp.), Laranja (*Citrus sinensis* L.), Mamão (*Carica papaya* L), Manga (*Mangifera indica* L.) e Goiaba (*Psidium guajava* L.), estavam presentes nos hábitos alimentares dos moradores da Vila. A comitiva do príncipe Maximiliano observou grandes roças de banana na região da Berruga; essas culturas também foram notadas na

<sup>134</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Documentos Avulsos. Doc. cit..

<sup>135</sup> Cf. AMVC, Atas da Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória, 1850-1858.

<sup>136</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., op. cit., p. 199.

<sup>137</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 391.

fazenda Vereda, na Fazenda Ressaca e nas plantações dos índios Camacãs na aldeia do Arraial da Conquista e na aldeia do Vale da Jiboia.<sup>138</sup> Via de regra, eram plantadas nos quintais das casas no meio rural ou urbano. Nos quintais maiores das casas das fazendas, plantava-se limão, laranja, banana, goiaba e alguns pés de café; o chuchuzeiro e o mamoeiro eram obrigatórios em todos os quintais. As cercas cobriam-se de buchas, que serviam para lavar pratos e outras utilidades. Nesses locais, também se criavam galinhas (DE SOUZA, 1996).

A produção dessas frutíferas, assim como das hortaliças, servia para o consumo das famílias, geralmente, não eram destinadas ao mercado local. Os preços que esses produtos alcançavam na feira livre da Imperial Vila da Vitória eram ínfimos.<sup>139</sup>

### **A lavoura de subsistência, ou lavoura branca**

Era cultivada, principalmente, pelos médios e pequenos proprietários, assim como pelos arrendatários, parceiros e meeiros, por índios camacãs e por escravos. Plantavam-se, especialmente, a mandioca, o feijão, o milho e o arroz, a batata, e o inhame.

A cultura da Mandioca (*Manihot esculenta* L.) e do aipim (*Manihot utilissima*. Pohl) figurou em primeiro lugar entre as demais culturas desse município. Era raro o lavrador que não tivesse uma roda manual e demais utensílios para o fabrico da farinha para o seu uso e até para vendê-la nas feiras semanais realizadas na Imperial Vila da Vitória. Segundo Viana (1982), os fazendeiros de melhores situações econômico-financeiras tinham nas suas fazendas a “Casa de Farinha” com grandes rodas de madeiras, feitas por mestres em carpintaria, movidas à tração animal e demais utensílios empregados na fabricação de farinha, em maior quantidade, e de beijus, farinha de goma e tapioca.

O Sertão da Ressaca destacava-se na produção de mandioca e, conseqüentemente, de farinha. Nas secas que acometiam os sertões brasileiros, em especial as de 1860 e 1890, que abateram sobre a região, a Vila sustentou milhares de retirantes, que procuravam suas terras, especialmente com a farinha de mandioca (TANAJURA, 1992). O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, na região do Berruga, recebeu provisões de feijão preto e de farinha, uma vez que o milho e as bananeiras, plantados em grande número, ainda não haviam atingido o ponto de maturação.<sup>140</sup> Em todas as fazendas em que passava, o naturalista verificava que a

---

<sup>138</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 385-429.

<sup>139</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., op. cit., 199.

<sup>140</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 385-386.

alimentação das pessoas, basicamente, era constituída de farinha de mandioca e carne seca; a estas se juntavam o feijão, o arroz e o milho.<sup>141</sup> Em visita à aldeia dos Camacãs na região do Vale da Jiboia, Maximiliano verificou que, apesar de produzirem mandioca, os moradores da tribo iam buscar fora a farinha de mandioca.<sup>142</sup>

A cultura da mandioca adaptou-se plenamente nas terras com solos de textura leve a média, do Planalto dos Geraizinhos, do Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, da Depressão de Itapetinga e do Pediplano do Alto Rio Pardo. Nas zonas mais úmidas dessas regiões, o ciclo da cultura concluía-se mais rapidamente.

Os cereais Milho (*Zea mays* L.), Feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e Arroz (*Oryza sativa* L.), geralmente, eram plantados na mesma época, em roças distintas ou em consórcio, dentro da mesma fazenda. Consoante com Tranquilino Torres, Promotor Público da Imperial Vila da Vitória na década de 1880, sobre a economia agrícola da Ressaca. “Os cereais são a especialidade da lavoura.”<sup>143</sup> O milho era plantado em maior escala, uma vez que, além da alimentação humana, era amplamente utilizado na alimentação animal. Maximiliano de Wied-Neuwied observou altos e vigorosos pés de milho na Berruga, plantações nas aldeias Camacãs do Arraial da Conquista e do Vale da Jiboia e na região da Uruba. Nas fazendas Ladeira e Cachoeira, os Gonçalves da Costa possuíam grandes plantações de milho e de algodão. Em Barra da Vereda, além das roças, havia muito milho armazenado. O naturalista recebeu gentilmente amplas provisões de milho para os animais de sua tropa nas fazendas de Antonio Ferreira Campos, Antonio Dias de Miranda e de João Gonçalves da Costa.<sup>144</sup>

Na Ressaca, os grãos do milho eram muito utilizados na culinária. De acordo com Novais (2008, p. 53), a “espiga do milho verde podia ser comida assada ou cozida, como também, podia ser tirada a massa para fazer bolos, pamonha e mingau; do milho seco, se faz a farinha que produz outras receitas que incrementam a dieta sertaneja, como broas, cuscuz, biscoitos.”

Em algumas roças, geralmente de pequenos agricultores, o cultivo do feijão fazia-se consorciado ao do milho. O feijão, cozido com o toucinho e a carne seca, era um alimento muito apreciado pelos trabalhadores braçais e também pelos condutores de tropas e de boiadas. Esses cereais eram plantados para o abastecimento da população local e para a comercialização com outras praças. O primeiro destino dos cereais do Sertão da Ressaca

---

<sup>141</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 385-449.

<sup>142</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 430.

<sup>143</sup> Citado por TORRES, Tranquilino., *op. cit.*, p. 122.

<sup>144</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 385-449.

foram as lavras diamantinas de Minas Gerais. Esses gêneros, em épocas de seca prolongada, tinham os seus preços elevados no mercado (NOVAIS, 2008).

O naturalista observou roças de feijão preto na região da Berruga e roças de arroz e feijão na fazenda Vereda. Segundo De Souza (1996), o arroz plantado nas roças tinha o aspecto avermelhado e os grãos quebrados, devido ao processo de descascamento no pilão. O plantio dos cereais no Sertão da Ressaca generalizou-se em todas as unidades morfológicas. A semeadura do milho e do feijão ocorria no pó, na emergência das primeiras chuvas que ocorriam a partir do mês de setembro. Ocorria também o plantio do milho no fim das águas de verão, que gerava uma safra menor, colhida a partir do mês de junho. O arroz, geralmente, era plantado nas terras mais baixas e úmidas ou em áreas onde os solos permaneciam inundados durante alguns meses do ano, mas também era cultivado em condições de sequeiro.

Salienta-se que no período da estadia do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied pelo Sertão da Ressaca, do dia 19 de janeiro até aproximadamente o dia 15 de março de 1817, a região estava passando por um longo período de estiagem. Espaçadamente, nas regiões de mata úmida, da Depressão de Itapetinga e na região de contato do Piemonte Oriental de Vitória da Conquista com as Serras e Maciços Pré-Litorâneos, Maximiliano presenciou momentos de fortes chuvas. Essa restrição pluviométrica foi o principal motivo da baixa incidência de roças de cereais nas fazendas, o naturalista verificou com maior frequência provisões destes cereais já em depósitos nas propriedades visitadas.

O príncipe Maximiliano observou no fim do mês de janeiro de 1817 que as roças de milho e de arroz, das regiões da Berruga e da Barra da Vereda, localizadas no Piemonte Oriental do Planalto de Conquista, possuíam distintos desenvolvimentos vegetativos. Ao passo que o milharal do Berruga, plantado em solos eutróficos, chamou a atenção pelo vigor, altura das plantas e tamanho das espigas. Na Fazenda Vereda, o proprietário lamentava-se dos prejuízos que a estiagem estava causando às roças de milho e arroz.<sup>145</sup> Estes solos, mais profundos e drenados, além de possuírem menor capacidade de retenção hídrica, são quimicamente menos férteis.

Por conta da grande estiagem que assolava a região e, mais intensamente, as fazendas localizadas nas zonas mais altas e descampadas do Planalto de Conquista e do Pediplano do Alto Rio Pardo, o naturalista, ao passar pelas fazendas Angicos, Vareda, Tamboril, Ressaca, Ilha, Porcos, Preguiça e Taquara, não observou roças de cereais<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 385-393.

<sup>146</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 398-445.

O Arraial da Conquista beneficiou-se duplamente com a criação do gado e com as culturas do algodão e do tabaco. Primeiro, pela sua localização geográfica, as estradas que ligavam o Alto Sertão e os sertões sanfranciscano à capital da capitania baiana e às vilas do recôncavo cortavam o incipiente povoado, implicando em receitas pela passagem dos animais e mercadorias; segundo, pela excelência de suas terras, uma vastidão de solos com características físico-químicas apropriadas à pecuária e ao plantio destas lavouras.

Por meio dos diversos gêneros, *in natura* e manufaturados, produzidos pela agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória, conclui-se que a economia municipal possuía estruturas que asseguravam o beneficiamento das safras e o comércio dos excedentes. O virtuosismo dos agentes do abastecimento da Vila possibilitou a manutenção das conexões locais e inter-regionais por meio de relações de serviços e mercantis, que resultavam na reprodução do sistema e na acumulação endógena de capital.

## 5.2 AS TÉCNICAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO

Dos povos nativos que habitavam o Sertão da Ressaca, os colonizadores herdaram principalmente o método de preparo do solo da Coivara; o conhecimento de sementes e raízes; as técnicas de caça e de pesca; e as lavouras de mandioca, inhame, milho, jerimum, amendoim e mamão (RIBEIRO, 1996).

A colonização do Brasil realizou-se principalmente com escravizados nativos dos grupos bantos e sudaneses provenientes de áreas agrícolas e pastoris; homens que possuíam na base da sua alimentação o leite, a carne e os vegetais. Esses escravos trouxeram diversas contribuições para a nossa agricultura, dentre elas, as técnicas de moagem do milho para a produção do fubá (farinha de milho), fabricação de aguardente e rapadura, a habilidade no manejo com o gado e na utilização de bois para o transporte de fardos, a destreza na criação de cabras, de porcos e de galinhas e a criatividade no trabalho com madeiras e metais (FREYRE, 2003).

Consoante com Freyre (2003), do modelo de exploração agrícola português, tem-se: a *horta*, típica de pequenas culturas; a *lavoura*, relacionada aos grandes cultivos; e a *quinta*, situada entre a *horta* e a *lavoura*. A *quinta* era “especialmente adaptada, segundo os técnicos, às condições de um clima irregular e seco” (FREYRE, 2003, p. 139). Essa criação, caracteristicamente portuguesa, quase sempre une, dentro dos seus muros ou cercas, pomares, talhões de cereais e forragens e jardim em redor da habitação. No Brasil, a *quinta* manifestou-se desde o início da colonização portuguesa, conservando suas características essenciais “nos

*sítios*, nas *chácaras*, em alguns casos, nas próprias *lavouras*, junto às casas-grandes de engenho ou ancilares desse tipo feudal-tropical de exploração agrícola” (FREYRE, 2003, p. 139-140).

### **Técnicas de manejo do gado**

Na fazendas de criar do Capitão Antonio Ferreira Campos, Maximiliano de Wied-Neuwied relatou que cada fazenda de gado possuía um número suficiente de vaqueiros<sup>147</sup>. Ao vaqueiro cabia amansar, ferrar e curar as bicheiras dos bezerros, “queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros” (PIRES, 2018, p. 51), entre as principais atribuições. De acordo com Novais (2008), o pagamento do salário dos vaqueiros era feito pelo sistema de *sorte* ou *quarta*, em que os vaqueiros recebiam  $\frac{1}{4}$  dos bezerros que entregavam ao senhorio, quando os marcavam anualmente. Além da remuneração, os vaqueiros tinham direito ao leite, à carne e a um espaço de cultivos para a sua subsistência.

Segundo Ribeiro (1996), o gado criado nos sertões nordestinos era plenamente adaptado à criação “à solta”, em que os próprios animais procuravam suas aguadas e seu alimento. Conforme o agrônomo Friedrich Von Weech, “chama-se de pasto todo lugar onde anteriormente existiam algumas árvores e arbustos (capoeira), que foram suprimidos para possibilitar o crescimento do capim.”<sup>148</sup>

Von Weech descreveu que a vegetação que resulta dessa prática é escassa e pouco nutritiva. Desse modo, a manutenção dos rebanhos demandava a utilização de extensas áreas. O agrônomo ainda relatou que o plantio de pastos artificiais demandava muito braços, representando despesas consideráveis; porém, justificava-se pelo excelente aspecto nutritivo e por seu caráter duradouro.<sup>149</sup>

A partir do segundo quartel do Século XIX, à medida que as fazendas de gado foram ocupando as terras da zona da mata do Piemonte Oriental do Planalto de Conquista, da Depressão de Itapetinga e das Serras e Maciços Pré-Litorâneos, os pecuaristas, gradativamente, iam melhorando as áreas de pastoreio com a introdução dos capins Andrequicé (*Leersia hexandra* Sw.) e Colonião (*Panicum maximum*).

<sup>147</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 385-393.

<sup>148</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., op. cit., p.161.

<sup>149</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., Ibid., p. 161-162.

Quanto ao sistema de apartação dos bezerros, o cercamento das propriedades e o manejo do gado nos períodos de seca. O príncipe Maximiliano, em estadia na Fazenda Vareda, observou que, à tarde, os vaqueiros recolhiam as vacas nos currais e, em seguida, colocavam os bezerros que estavam presos em um pequeno cercado, para mamar. De acordo com o naturalista, esse defeito na criação do gado no sertão da Bahia não era verificado em Minas Gerais. Nessa capitania, os pastos são cercados, e o gado é manso. Após a ordenha, as vacas são soltas no pasto, e os bezerros seguem para uma outra área de pastagem.<sup>150</sup>

Pôde-se concluir que o gado criado à solta foi um problema que perdurou por todo o Século XIX. O Código de Posturas da Imperial Vila impunha aos produtores a obrigatoriedade do cercamento dos seus plantios, no entanto, mesmo cercado, o gado, em geral, costumava invadir as lavouras. Cansados dessa situação, os lavradores cobravam do poder municipal o cumprimento dos artigos 30, 44 e 48 do código de posturas,<sup>151</sup> que regulamentava sobre a contenção do gado bovino, caprino, ovino e suíno criado na Vila. No sistema de criação extensiva em propriedades que não eram cercadas, frequentemente, ocorria de o gado de um fazendeiro misturar-se com os animais de outro criador. Competia ao vaqueiro a responsabilidade de impedir que o gado se misturasse ou, então, se perdesse nas capoeiras.

Preocupada com os problemas referentes à identificação do gado criado solto e com a qualidade do couro do gado bovino, a Câmara Municipal da Imperial Vila enviou editais aos diversos distritos “convidando os criadores e negociantes a marcarem o gado na parte inferior dos quartos traseiros ou das espáduas, a fim de evitar-se que sejam os couros depreciados pelo sinal de fogo nos lugares salientes.”<sup>152</sup>

Quanto ao manejo do gado nos períodos secos do ano, tornou-se costume dos criadores de gado da Ressaca efetuar a migração do gado das fazendas da caatinga e do ecótono mata de cipó/cerrado para as propriedades da zona da mata. Nestas, o gado permanecia até que os pastos das fazendas das zonas mais secas estivessem reformados. Segundo Santos Filho (2012), quando os animais não migravam, o vaqueiro, além das suas tarefas habituais, tinha que providenciar água e alimento para a criação.

O príncipe Maximiliano, na região das fazendas Preguiça e Taquara, relatou que não chovia no Planalto de Conquista há muito tempo, motivo pelo qual a vegetação encontrava-se esturricada. Descreveu que “secas dessa espécie ocasionam, em várias zonas do sertão da

---

<sup>150</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 399.

<sup>151</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Doc. Cit. p. 160-162.

<sup>152</sup> Cf. APEB, Seção Colonial e Provincial. Série documentos avulsos. Maço 1464. 1863-1889.

Bahia, a morte de grande quantidade de gado, causando prejuízos consideráveis; eis porque se faz mister reunir o gado frequentemente, com o fito de levá-los para zonas mais úmidas.”<sup>153</sup> O viajante ainda expressou que, por vezes, os vaqueiros colocavam fogo aos fetos nos lugares secos e altos, a fim de fazer o solo produzir, com essa forma de adubação, um pouco de vegetação para os animais.<sup>154</sup>

Ainda quanto às técnicas de manejo do gado, Maximiliano condenou o hábito de os produtores deixarem novilhas muito novas junto aos bois e a pouca importância que se dava à escolha dos touros que iriam proporcionar a reprodução do rebanho.<sup>155</sup> O agrônomo Friedrich von Weech relatou que, nos distritos de Magé, Nova Friburgo, Macaé e na fronteira com Minas Gerais, em propriedades com 100 até 150 cabeças de gado, em grande parte, vacas, a pecuária era praticada segundo princípios que se adequavam à terra e à localidade. O gado era inspecionado duas vezes ao ano, os animais velhos, doentes ou as vacas inférteis seguiam para o matadouro; os machos de um ano de idade eram castrados ou, se de excepcional qualidade, postos à venda e, imediatamente, afastados do rebanho. Com vacas eram distribuídas entre dois touros, e estes, quando atingem o sexto ano, são castrados e destinados à tração. Os bezerros permanecem juntos às vacas até que elas fiquem novamente prenhes.<sup>156</sup>

Maximiliano de Wied-Neuwied concluiu que os proventos da criação de gado no Sertão da Ressaca, assim como nos sertões baianos, poderiam ser muito maiores, caso os produtores “não se obstinassem em seus antigos hábitos, se cuidassem de progredir, e tratassem de conhecer o que tem sido feito em outros países, há muito tempo.”<sup>157</sup>

Infere-se que o Arraial da Conquista, no período em que foi visitado pelo naturalista, ainda estava em processo de consolidação, suas terras, muito vastas, estavam disponíveis no agrossistema de fronteira aberta e concentração fundiária. O príncipe de Wied-Neuwied constatou essa realidade ao percorrer por volta de 70 léguas ou aproximadamente 420 km em terras, em sua grande maioria, pertencentes aos Gonçalves da Costa. Esse modelo de sistema agrário influenciou fortemente a adoção dos métodos de manejo agrícola mais extensivos, dada a menor necessidade de se investir em infraestruturas, insumos e mão de obra.

---

<sup>153</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 442.

<sup>154</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., p. 442.

<sup>155</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., Ibid., p. 399-423.

<sup>156</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., op. cit., p. 162.

<sup>157</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 422.



## Técnicas de manejo dos solos e das lavouras

A economia de abastecimento dos períodos colonial e republicano pautou-se, dentre outras questões, nas técnicas locais que foram assimiladas pelos novos ocupantes da terra, uma vez que, segundo Linhares e Silva (1981, p. 119), “são escassas as evidências de transplantação de técnicas europeias aos solos tropicais do Brasil”.

Friedrich von Weech advertiu que toda melhoria necessária deveria ser introduzida pelo exemplo e pela ação do estrangeiro, uma vez que os brasileiros só se convencem por meio deles e dos resultados favoráveis que obtiverem. No entanto, o imigrante não deve se afastar absolutamente dos procedimentos habituais praticados no Brasil, do mesmo modo que não deve seguir apenas as instruções livrescas. “Mesmo o mais competente colono das Índias Ocidentais poderia cometer grandes erros se não levasse em consideração a opinião dos nativos, resultado de muitos anos de observação sobre o clima, o solo e a estação do ano mais apropriada para o plantio.”<sup>158</sup>

O método de preparo do solo utilizado para as diversas culturas foi o de derrubada e queimada das florestas; primeiro, procedia-se à derrubada da mata e o amontoe da vegetação; quando todo o arvoredo e troncos estavam secos, procedia-se à queima. Após a queima, procedia a coivara, ou seja, a reunião da vegetação derrubada, fazendo montes espaçados que são queimados, em seguida, reúne-se o que sobrou e faz-se novamente montes que também serão queimados. Depois, entre os tocos e as raízes das árvores queimadas, fazia-se o plantio sobre as cinzas. Quando a estação das chuvas demorava de começar, as ervas daninhas que brotavam na área que estava sendo preparada para o plantio tinham que ser eliminadas. No início das chuvas, procedia-se à abertura das covas, com tamanho e espaçamento variáveis conforme a cultura. O milho, o feijão e o arroz eram plantados no espaçamento de 2 pés<sup>159</sup>, entre linhas de plantio e entre plantas na mesma linha, ou seja 2 pés (quadrados); as covas eram feitas com enxadas tocando o solo o mais levemente possível.<sup>160</sup>

A cana-de-açúcar também era plantada no espaçamento de 2 pés (quadrados), porém as covas eram mais profundas, utilizavam dois pés de largura por um pé de profundidade. As culturas do fumo e da mandioca eram plantadas no espaçamento de 3 pés (quadrados). O café e o algodão demandavam uma área maior por planta, eram plantados com o espaçamento de 6 pés (quadrados). O milho e o feijão eram plantados em consórcio com o café, o algodão e a

<sup>158</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., op. cit., p. 129-130.

<sup>159</sup> Um pé ou doze polegadas era uma medida linear equivalente a 30,4 centímetros. Citado por VON WEECH, Friedrich., Ibid., p. 58.

<sup>160</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., Ibid., p. 123-148.

mandioca, os cereais produziam uma rápida cobertura do solo, implicando na menor emergência de ervas daninhas. Após um ou dois meses do plantio, procedia-se à eliminação das ervas daninhas e à “surribada” do solo,<sup>161</sup> ou seja, a terra era revirada com a utilização de enxadas.

As ferramentas que aqui servem para todo tipo de trabalho no campo, são simples e compreendem, para cada pessoa: duas *enchadas*, uma pesada para revirar o solo profundamente, e uma mais leve, para plantar e limpar a roça das ervas daninhas; uma *foiça*, para abater arbustos e pequenas árvores; um *machiado*, para cortar as árvores ou madeira fina para construção de cercas; e por fim um *crava terra*, para fazer buracos no solo para a colocação de estacas. As mulheres trabalham somente com as enxadas. Cada negro recebe sua própria ferramenta de trabalho, sendo responsável pela sua conservação. O arado não foi até agora utilizado para o trabalho rural, ao menos na província do Rio de Janeiro, e parece não ser muito apropriado, pois, além de a região ser em geral muito montanhosa, em toda a parte o solo é coberto por tocos de árvores dos mais variados tamanhos, cujas raízes, fortes e compridas, trariam ao arado obstáculos intransponíveis<sup>162</sup>.

As fazendas do Sertão da Ressaca, continuamente, utilizavam ferramentas simples de trabalho. Tanto as grandes e estruturadas unidades de produção como as pequenas e simples unidades, no espaço de tempo compreendido entre a fundação do Arraial da Conquista e o fim do período monárquico, fizeram uso reiteradamente de machados, foices, enxadas e cavadeiras para as mais diversas atividades agrícolas. Quanto às máquinas que eram empregadas para a manufatura dos produtos agrícolas, percebe-se uma considerável melhora nos equipamentos e nos métodos de tração, a partir do segundo quartel do século XIX.

As engenhocas de madeira tracionadas manualmente foram substituídas por engenhocas propelidas à tração animal e, depois, por engenhos de metal; as prensas manuais de mandioca foram substituídas por rodas de mandioca movidas à tração animal. Esse incipiente processo de modernização das máquinas e do processo de manufatura foi resultado do capital acumulado com a economia de abastecimento do Sertão da Ressaca. É importante ressaltar que o pequeno e descapitalizado produtor rural não participou desse processo de renovação, o beneficiamento dos víveres produzidos continuou sendo feito de forma bastante rústica.

A manutenção da oferta dos gêneros do abastecimento, para um mercado local e inter-regional em crescimento, só foi possível graças à grande disponibilidade de terras agricultáveis na região e à ampla oferta de mão de obra. A vasta oferta de mão de obra também pode ser apontada como uma das causas da não utilização de arados e de grades.

<sup>161</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., Ibid., p. 120-153.

<sup>162</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., Ibid., p. 119.

Essas máquinas agrícolas, de simples construção, não foram encontradas nos inventários do Sertão da Ressaca. A presença de escravos, descritos nos plantéis como “quebrados”, muito provavelmente, decorreu da lida na agricultura, em especial, no trabalho árduo do preparo manual do solo.

A conservação da fertilidade dos solos e, conseqüentemente, da produtividade agrícola era assegurada pelo uso contínuo do método de fertilização dos solos por meio da Coivara. O plantio continuado em uma mesma área esgotava muito rápido os nutrientes do solo, especialmente com a lavoura da mandioca, que, após dois ou, no máximo, três plantios consecutivos, exauria as terras. Em decorrência, era necessário pô-las em pousio por alguns anos. A crescente oferta dos produtos agrícolas demandou a incorporação de matas virgens e de capoeiras, como parte do processo produtivo.

O agrônomo Friedrich von Weech, concernente à restauração da fertilidade do solo, relatou que, quando era chegado o momento da capoeira ser cultivada, ela “precisa ser *rossada* (sic), queimada e as cinzas, através da surriba, misturada à terra.”<sup>163</sup> No inventário do Capitão Ricardo Ferraz Araújo, foi descrita uma área preparada para o plantio seguindo o método de Coivara. Entre os bens do capitão, foram arroladas duas roças plantadas de mandioca, avaliadas em 70\$000 réis, e uma área já roçada “deste anno já queimada e cercada.”<sup>164</sup>

O uso sequencial dos solos dentro desse sistema agrícola, associado às técnicas antiquadas de manejo do gado e das lavouras geraram desequilíbrios de diversas ordens nas terras cultivadas do Sertão da Ressaca. Essa degradação ambiental pôde ser verificada por Maximiliano nas áreas de cultivo, abandonadas pelo Capitão Antonio Dias Miranda, na região do Catolé Grande, hoje município de Itapetinga, nos campos das fazendas Ilha, Ressaca e Preguiça e nas terras próximas ao posto fiscal do Valo.<sup>165</sup>

Nesses locais, o naturalista verificou uma grande quantidade de montículos, fruto do trabalho das térmitas e o descontrole na população de carrapatos “nunca a gente se precavê bastante contra os pequenos galhos das árvores que ladeiam a estrada, pois se acham literalmente forrados de uma porção incontável de pequenos carrapatos, que os fazem ficar totalmente vermelhos”,<sup>166</sup> e de gafanhotos.

O código de posturas da Imperial Vila, promulgado 25 anos após a visita do príncipe Maximiliano, trouxe importantes medidas para a conservação dos recursos ambientais, como

<sup>163</sup> Citado por VON WEECH, Friedrich., *Ibid.*, p. 121.

<sup>164</sup> Cf. Inventário de Ricardo Ferraz Araújo, AFJM: 1ª Vara Cível. Caixa de Inventário 1886 a 1889.

<sup>165</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *op. cit.*, p. 380-440.

<sup>166</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 444.

por exemplo: Todos os lavradores, que tiverem açudes para regar, em tempo seco, soltarão as águas por espaço de oito dias, deixando-as correr pelos rios, e regarão outro tanto tempo interpoladamente, sem demolir os açudes, Art. 22°. Havendo mais de um lavrador que lenha açudes no mesmo rio, regarão todos dentro dos oito dias especificados, sem que os de baixo incomodem os de cima, Art. 23°. O lavrador que possuir açudes fica impedido de espalhar as suas águas para formar pastos e pântanos, Art. 24°. Os próximos artigos destacam condutas que eram proibidas: roçar, plantar e descortinar as nascentes das lagoas, Art. 25°; roçar as margens dos rios ou riachos em distância de vinte palmos, Art. 26°; lançar fogo nas matas em geral e nos campos antes do tempo, Art. 28°; lançar fogo em rocas, sem fazer aceiros de três braças em roda delas e sem avisar anteriormente aos vizinhos, Art. 29°.<sup>167</sup>

Os métodos de cultivo empregados pelos produtores rurais do Sertão da Ressaca, em que as matas e as capoeiras eram derrubadas e queimadas para substituir as técnicas de manejo e conservação da fertilidade dos solos, não só comprometiam a sustentabilidade do sistema produtivo como também implicavam em perdas significativas do potencial de uso agrícola dos solos; em especial, nas terras altas do Planalto dos Geraizinhos, do Pediplano do Alto Rio Pardo e das Encostas dos Patamares do Rio de Contas, que foram as mais intensamente utilizadas na agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória.

Os impactos dos desmatamentos eram mais fortemente externados nos momentos das grandes estiagens, como observado por Maximiliano de Wied-Neuwied ao passar pelas fazendas Ressaca, Ilha, Preguiça e Taquara. O naturalista verificou diversos campos devastados pelo uso intensivo dos solos, pela seca e por pragas, servindo, muito limitadamente, para a criação animal. No entanto, além da estiagem, as chuvas, quando caíam impetuosamente nos ambientes descampados, de igual modo, impactavam o equilíbrio dos solos e, por conseguinte, a capacidade de reprodução dos sistemas agrícolas.

Ainda se reportando à utilização do arado em áreas preparadas no sistema de Coivara. A partir do segundo ou terceiro ano de cultivo, dado o apodrecimento dos tocos e das raízes, muito possivelmente, já seria possível a utilização do arado, especialmente, nos solos de textura leve a moderada do Planalto dos Geraizinhos, dos Patamares do Médio Rio de Contas e do Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista. A construção de arados, apropriados para a lavração desses solos, seria razoavelmente possível nas tendas de ferreiro e de carpina de algumas das fazendas do Sertão da Ressaca.

---

<sup>167</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Doc. cit., p. 159-160.

Percebe-se que as culturas que foram introduzidas no Sertão da Ressaca, em sua grande maioria, tiveram origem nos plantios do Alto Sertão da Bahia e do Norte de Minas Gerais. De acordo com Viana (1982), Antonio Ferreira Campos, no segundo quartel do Século XVIII, já utilizava um caminho que margeava o Rio Pardo, para buscar sementes e mudas de plantas no Arraial do Rio Pardo de Minas. João Gonçalves da Costa, assim como, boa parte dos primeiros colonizadores, trouxeram sementes, mudas e animais, de suas fazendas no Alto Sertão da Bahia (DE SOUSA, 2001). Do intercâmbio com os povos nativos, tem-se as batatas, variedades de mandioca, inhames, bananeiras, dentre outras, com os missionários capuchinhos, o cacau e variedades do café, muito possivelmente o café conilon (*Coffea canephora* L.).

Verifica-se que apesar do arraigado costume de se preparar os solos pelo método de Coivara, as técnicas de cultivo, seguiam os critérios técnicos relacionados aos aspectos morfológicos e fisiológicos de cada cultura. O espaçamento entre plantas; a profundidade das covas; a quantidade de sementes por cova; a disposição das manivas<sup>168</sup> e dos colmos da cana-de-açúcar nas covas; as técnicas de plantio de café e de cacau, por semeadura direta nas covas ou por mudas transplantadas; assim como, os períodos de surribo e capina das ervas daninhas; os métodos de desbrota, de decote e de colheita dos cafezais e cacauais; dentre outras técnicas, não podem ser atribuídas exclusivamente ao convívio dos colonizadores com os povos nativos. Foram os fluxos de conhecimentos, entre os diversos agentes produtivos, que acomodaram as técnicas de manejo que foram utilizadas no Sertão da Ressaca.

O aprimoramento das técnicas de criação animal foi uma dificuldade ainda maior, dado que, o gado, especialmente o vacum, “por si só”, criava-se. Deste modo, os fazendeiros, em especial nos períodos em que os sistemas agrários eram de fronteiras abertas com concentração fundiária, no limite de suas obrigações como criadores de gado, contratavam vaqueiros para campear o animais em terras abertas. O gado criado nestas condições tornava-se muito arreado, o seu encurralamento para a venda demandava muito trabalho, o fazendeiro oferecia um bom desconto para o comprador ir capturar os animais no campo. Conforme Viana (1982), João Gonçalves da Costa chegou a abater 3\$000 (três mil réis) por cabeça. Mesmo valendo-se de técnicas neolíticas, a pecuária bovina do Sertão da Ressaca permaneceu rentável por boa parte dos oitocentos.

Quanto a dificuldade de mecanização dos solos, a limitação no uso de máquinas agrícolas, como o arado e a grade, dentre outras, além de estar associada aos obstáculos

---

<sup>168</sup> Partes do caule da planta da mandioca (*Manihot esculenta*), utilizadas como estrutura reprodutiva.

físicos do terreno e à ampla disponibilidade de mão de obra escrava e de homens livres, em muito, esteve associada ao insucesso dos colonizadores em transplantarem para a agricultura do Brasil as técnicas e os equipamentos utilizados na Europa.

### 5.3 AS UNIDADES DE ABASTECIMENTO

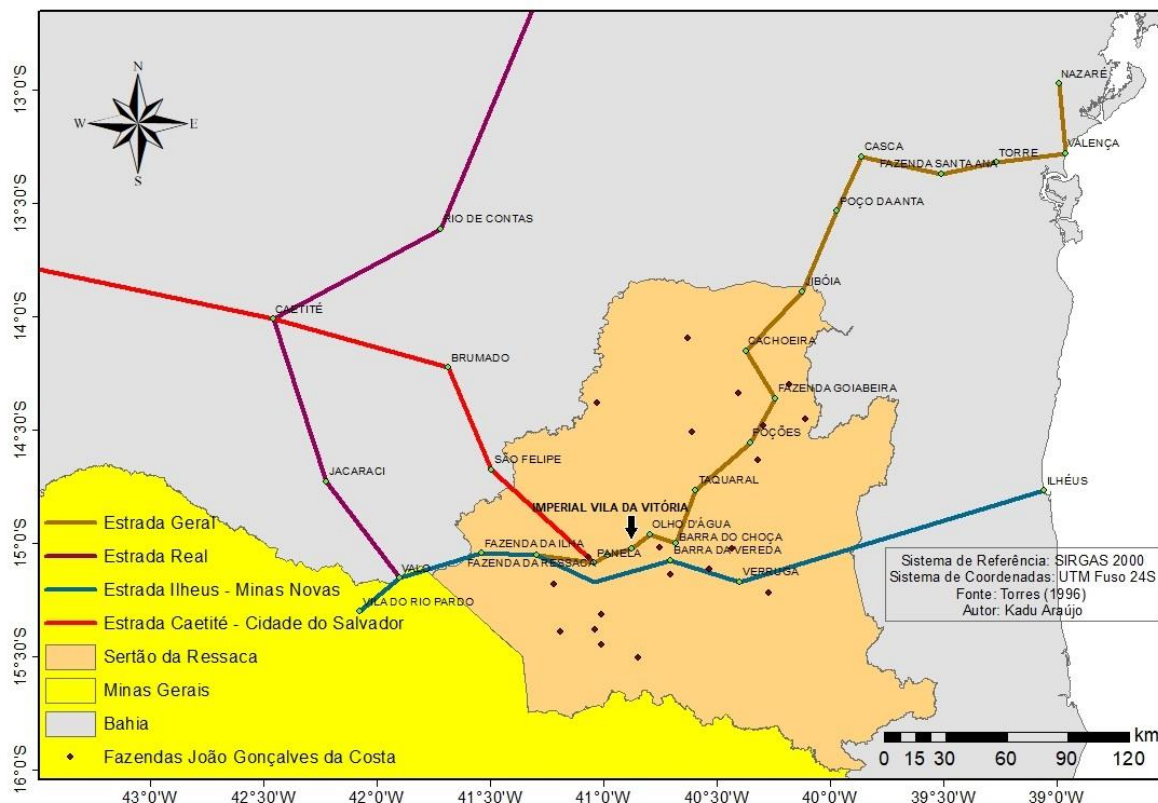
Quanto à organização da agricultura de alimentos, no Sertão da Ressaca, foram observadas a produção desenvolvida no interior de grandes e médias unidades, em caráter complementar à criação do gado de corte, caracterizando-se pelo abastecimento familiar e da própria unidade, e a produção desenvolvida em pequenas unidades com base no trabalho familiar e no assalariamento de homens livres, também voltada para o autoabastecimento. Nesses dois modelos, os excedentes destinavam-se ao mercado local e inter-regional. As grandes e médias unidades tinham como atividade principal a produção do gado e de gêneros mais diretamente vinculados ao abastecimento de outras praças.

No estabelecimento e consolidação do Arraial da Conquista, as fazendas foram instaladas ao longo das principais estradas, em especial, a estrada que comunicava Minas Novas a Vila de Nazareth. Localizada no centro do território, a sede da Imperial Vila da Vitória convergia o desenvolvimento das fazendas e dos povoados do Sertão da Ressaca. Seguindo a marcha colonizadora proveniente do Alto Sertão da Bahia e de Minas Novas na Capitania de Minas Gerais, as primeiras fazendas do Sertão da Ressaca foram implantadas nos Patamares do Médio Rio de Contas e na borda ocidental/meridional do Planalto dos Geraizinhos. As terras da zona da mata e da mata de cipó do Piemonte Oriental do Planalto de Conquista, da Depressão de Itapetinga e das Serras e Maciços Pré-Litorâneos foram ocupadas a partir da consolidação dessas primeiras fazendas.

As unidades produtivas distanciavam-se de três a quatro léguas, ou até mais, umas das outras (Figura 6). Para cobrir essas distâncias, era necessário, no mínimo, um dia de viagem a cavalo. A espacialização das fazendas, que, por um lado, serviu para orientar o povoamento do território, por outro, afastou-as. Como consequência, as propriedades rurais tornaram-se autossuficientes, e seus moradores assumiram um estilo de vida bastante simples. Os objetos eram produzidos com os materiais fornecidos na natureza, as cuias, as gamelas, os pilões, os bancos e as mesas, eram confeccionados rusticamente com madeira, com o couro faziam os catres, as bruacas, as caixas e os alforjes, e para as construções, utilizavam-se adobes feitos de barro. O príncipe Maximiliano encontrou “na porção desses campos gerais que confina com o sertão da Bahia fazendas isoladas e situadas à grande distância umas das outras; nelas se

cultivam milho e outros vegetais; a criação de gado, porém, constitui o principal ramo da indústria.”<sup>169</sup>

**FIGURA 6** – Caminhos e distribuição espacial das fazendas do Sertão da Ressaca



Fonte: Torres (1996, p. 128-131)

O afastamento e a necessidade de prover a subsistência fizeram com que as fazendas produzissem todos os gêneros de que necessitavam, especialmente, o milho, o café, a mandioca, o aipim, as batatas, o feijão, o arroz, e ainda, o fumo, o algodão, a cana-de-açúcar e o cacau. Algumas fazendas possuíam engenhocas e casas de farinha, onde eram produzidas rapadura, cachaça, farinha de mandioca, goma e beijus.<sup>170</sup>

Segundo Linhares (1979), o espontaneísmo da atividade agrícola voltada para o consumo da população local se contrapunha a organização da produção destinada ao mercado externo. “Foi a auto-suficiência (sic) das unidades rurais um dos traços característicos da economia que se instalava no Brasil e a produção de subsistência sempre acompanhou os azares da economia exportadora.” (REIS FILHO, 1968 *apud* LINHARES, 1979, p. 87).

As fazendas de beira de estradas, localizadas a um dia de viagem umas das outras, também forneciam local para descanso e provisões para os viajantes e os animais de trabalho e pasto para as boiadas e as cavahadas. Da primeira fazenda que o príncipe Maximiliano teve

<sup>169</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 407.

<sup>170</sup> Citado por TORRES, Tranquilino., *op. cit.*, p. 120.

contato no Sertão da Ressaca, em Berruga, a última, a Fazenda Cachoeira, hoje município de Manoel Vitorino, o naturalista obteve pouso e provisões de alimentos para toda a comitiva e para os animais. Na região da Ressaca dos oitocentos, as mercadorias também eram comercializadas em vendas instaladas nas fazendas. João Gonçalves da Costa dispunha de milho, rapadura e aguardente para a venda na Fazenda Cachoeira.<sup>171</sup>

Os produtores rurais, normalmente, possuíam mais de uma fazenda e tinham à sua disposição, em média, sete escravos para o trabalho no campo.<sup>172</sup> A existência de uma extraordinária condição geoclimática no território do Sertão da Ressaca possibilitou que um mesmo produtor possuísse terras na caatinga e na zona da mata úmida com distâncias não superiores a 10 ou 15 léguas. Os fazendeiros, em sua quase totalidade, residiam em suas fazendas, geralmente, as mais estruturadas e autossuficientes.

A seguir, a título de demonstrar a diversidade do cultivo, o nível de auto sustentabilidade e a capacidade de manufatura, são apresentadas algumas das unidades policultoras e pecuaristas do Sertão da Ressaca, essas propriedades apoiavam-se principalmente no trabalho escravo.

### **As unidades de produção**

As fazendas *Vereda*, *Angicos* e *Vareda*, localizadas na região da Barra da Vereda, atual distrito de Inhobim, no município de Vitória da Conquista, eram unidades de criação e de policultura. Estas fazendas possuíam tanto prestígio que o Marquês de Barbacena, ao financiar a construção da estrada ligando a Vila de Ilhéus à Capitania de Minas Gerais, teve como um dos objetivos fazer participar a região costeira de Ilhéus da fartura dos sertões da Barra da Vereda.<sup>173</sup>

O príncipe Maximiliano encontrou na fazenda Vereda abundância de recursos, relatou que se plantava de tudo na fazenda: algodão, cana-de-açúcar, milho, arroz, feijão, mandioca, dentre outros, mas o resultado que se obtinha com a lavoura era menor do que o produzido pelos gados vacum e cavalari. Os couros de boi pertenciam ao número dos objetos de primeira necessidade da fazenda Vereda, eram cortados em tiras, com que se faziam cordas e correias, servindo também para cobrir a carga dos animais, assim como para o acondicionamento do algodão, que era transportado para a venda em sacos quadrados de couro. O naturalista

---

<sup>171</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., *Ibid.*, p. 407.

<sup>172</sup> Cf. Inventários *post-mortem*. AFJM: 1ª Vara Cível. Vitória da Conquista-Bahia.

<sup>173</sup> Citado por SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Op. cit.*, p. 165.



observou 91 arrobas de algodão acondicionadas nessas caixas, prontas para serem comercializadas.<sup>174</sup>

O Capitão Antonio Ferreira, proprietário das fazendas, desde os setecentos, já dava saída nas mercadorias produzidas nas fazendas valendo-se da navegabilidade do Rio Pardo. Nessa fazenda, eram explorados depósitos de sal, especialmente quando a crise de distribuição desse produto instalava-se (MEDEIROS, 2009b). A Fazenda vereda também estava equipada com engenhoca, alambique e casa de farinha. Antes da fundação do Arraial da Conquista, já existia um lugar chamado *Barra da Vereda*, distante dez léguas, mais ou menos, onde o fazendeiro Antonio Ferreira possuía:

uma casa comercial onde vendia tecidos, cereais, ferragens, remédios, armas de fogo e munições. Do lugar Barra da Vereda este fazendeiro se comunicava com a Vila do Rio Pardo, em Minas Gerais, por um caminho existente e os bandeirantes abriram uma estrada rudimentar do Arraial à Barra da Vereda, em cujo lugar foram buscar as sementes dos cereais para a primeira plantação e de cana-de-açúcar (VIANA, 1982, p. 527-528).

Quanto à sua acolhida nos dias em que permaneceu na fazenda, Maximiliano de Wied-Neuwied relatou que o Capitão Ferreira Campos “me acolheu da forma mais amigável possível, juntamente com minha numerosa tropa, obsequiando-nos generosamente com víveres e excelente leite, provisões essas muito raras até então, e fornecendo grande quantidade de milho para os nossos animais.”<sup>175</sup>

A Fazenda *Jeribá*, localizada na zona da mata de Periperi Grande, atual município de Planalto, era seguramente a propriedade mais bem estruturada do Tenente José Nunes Bahiense, dentre muitas outras que possuía. Tratava-se de uma unidade agrícola que cultivava gêneros alimentícios de subsistência, criava gado vacum e cavalar e tinha no plantio da cana-de-açúcar a sua maior especialidade. Aparelhada com alambiques e tachos de cobre, tachos de ferro, fornos, formas, juntas de bois mansos e moinhos, a fazenda produzia rapadura, açúcar mascavo e, principalmente, aguardente. A cachaça era armazenada em pipas e peróis (VIANA, 1982).

O Tenente José Bahiense era senhor de muitos escravos, por conta disso, não contratava mão de obra de trabalhadores livres. Inicialmente, era utilizada uma engenhoca de madeira movida à tração animal, para moagem da cana. Com o fim de aumentar a escala de produção da fazenda, Bahiense instalou um engenho movido à roda d'água. A fazenda Jeribá permaneceu nas mãos dos Nunes Bahiense por seguidas gerações (VIANA, 1982).

<sup>174</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 391-393.

<sup>175</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 399.

José Bahiense também era comerciante, tinha uma loja muito bem sortida, contando com mais de 500 itens, nacionais e importados. Dentre estes, eram postos para a venda os produtos de fabricação própria: rapadura, açúcar mascavo e cachaça. No inventário do Tenente, as mercadorias de sua loja foram avaliadas em mais de 10 contos de réis.<sup>176</sup>

As fazendas *Imbé*, *Pé Redondo* e *Califórnia*, localizadas na zona da Serra do Marçal, no município de Vitória da Conquista, eram de propriedade do Sr. João Gusmão Chá. Essas propriedades, assim como a Fazenda Jeribá, do Tenente José Nunes Bahiense, eram unidades pecuaristas, policultoras, especializadas na produção de aguardente para a exportação, rapadura e açúcar. O Sr. João Gusmão Chá, aproveitando a topografia acidentada da região, instalou engenhos com roda d'água nas fazendas (VIANA, 1982).

As fazendas *Boca do Mato* e *Manga*, localizadas na região da mata úmida do Piemonte Oriental do Planalto de Conquista, mais especificamente nos territórios onde se encontram os municípios de Iguai, Ibicuí e Boa Nova, assim como a Fazenda *Santa Maria* e as terras da região do Berruga (Verruga), hoje município de Itambé, pertenciam ao Sr. Bernardo Lopes Moitinho. Eram unidades de criação de gado cavalariço, muar e vacum, possuía diversas roças de mantimentos e de cana-de-açúcar. Produzia cachaça, rapadura e açúcar, valendo-se de engenho movido a juntas de bois mansos.

Também produzia os derivados da mandioca e do milho. Tinha tenda de ferreiro e tenda de marceneiro nas fazendas, nas quais produziam ferramentas agrícolas e outros instrumentos de trabalho. O proprietário também possuía máquinas de fiar e tecer, que eram usadas para produzir tecidos de algodão grosseiros, bem como para a confecção de roupas dos escravos. Os produtos das fazendas também eram destinados para o estabelecimento comercial de Bernardo Moitinho<sup>177</sup> na Imperial Vila da Vitória.

A fazenda *Engenho Rio Grande*, localizada às margens do Rio Verruga, nas escarpas da unidade morfológica do Piemonte do Planalto de Vitória da Conquista, pertencia aos Srs. José Lopes Moitinho e Carlota Carolina do Carmo, tratava-se de uma das 18 fazendas que o casal possuía. Era uma fazenda policultora com criação de gado. Havia bois mansos de engenho, bois mansos de cangalha, casa com engenho, estrutura completa, contando com alambique de cobre e demais equipamentos para fazer aguardente, açúcar e rapadura. Algumas das fazendas do casal chegavam a possuir de uma até duas léguas de extensão.<sup>178</sup>

---

<sup>176</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Cível. Inventário de José Nunes Bahiense. Caixa de Inventário 1871 a 1874.

<sup>177</sup> Cf. Inventário de Bernardo Lopes Moitinho, AFJM. Doc. cit..

<sup>178</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Cível. Inventário de José Lopes Moitinho. Caixa Avulsos I, 1869.

As fazendas *Mundo Novo*, *Ribeirão de São Vicente*, *Gerais*, localizadas no Piemonte do Planalto de Vitória da Conquista, nos territórios dos atuais municípios de Vitória da Conquista, região de Inhobim, Encruzilhada e Ribeirão do Largo, pertenciam ao Capitão Luiz Fernandes de Oliveira e sua esposa Theresa de Oliveira Freitas. Estes possuíam 18 fazendas e 72 escravos, trabalhando na agricultura de cereais, cana-de-açúcar, na criação de gado e na fabricação de aguardente e rapadura. Foram os maiores possuidores de escravos da Imperial Vila da Vitória. No inventário da Sr.<sup>a</sup> Theresa de Oliveira, não consta a descrição de senzalas, tudo indica que os escravos estavam distribuídos pelas propriedades do casal, em choupanas construídas próximas à casa sede da fazenda. Criavam 1118 cabeças de gado, cavalar e muar; as fazendas eram equipadas com casas de farinha, casas de ferreiro, paiol de carpina, engenhos e alambique<sup>179</sup>.

O Sr. Antônio Barbosa Coelho possuía as seguintes propriedades, uma légua (quadrada) de terras na Fazenda *Verruga* às margens do Rio Verruga e do Rio Pardo e uma parte das terras da Fazenda *Uruba*. As fazendas estavam localizadas nas terras dos atuais município de Itambé, e de Nova Canaã e Iguai. Antônio Barbosa, também possuía casa comercial na Imperial Vila da Vitória. As fazendas possuíam plantação de cana-de-açúcar, algodão e mantimentos, além de 271 cabeças de gado vacum, cavalar e muar. Eram equipadas com casa de ferreiro, casa de carpina, além de equipamentos que possibilitavam a produção de rapadura, aguardente e açúcar mascavo, assim como de roupas de tecido de algodão. O fazendeiro possuía escravos descritos como oficial de carpina e oficial de ferreiro. Da produção de suas fazendas, o Sr. Antônio Barbosa supria o seu estabelecimento com aguardente, rapadura, açúcar mascavo, tecidos de algodão e ferramentas de ferro, prata e aço, confeccionadas pelos seus escravos.<sup>180</sup>

Representando algumas das propriedades dos pequenos agricultores do Sertão da Ressaca, temos as fazendas de policultivo: *Água Branca*, contendo uma casa e uma choça, e uma engenhoca, e a *Santa Cruz*, contendo 64 cabeças de gado vacum e cavalar, sendo uma junta de bois mansos para carro, de propriedade do Sr. Quintiliano José Gonçalves. O Sr. Manoel Claudino de Santa Anna, era possuidor das fazendas, Tanque, Salobro, “Bangirola”, “Treis” Barras, parte da fazenda Velha, e terras na Vereda e na Jiboia, com as seguintes benfeitorias: casas de moradia, casas de farinha, currais, roças de mandioca, tanque e mangas. Estes e outros exemplos, constam no subtópico: Pequenos agricultores: proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros e usufrutuários, no Capítulo 4 deste estudo.

<sup>179</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Cível. Inventário de Theresa de Oliveira Freitas. Caixa de Inventário, 1847.

<sup>180</sup> Cf. AFJM: 1ª Vara Cível. Inventário de Antônio Barbosa Coelho. Caixa de Inventário, 1860-1861.

Observa-se que a habilidade dos proprietários de terras no Sertão da Ressaca, não esteve condicionado apenas à sua capacidade de investimento em escravos e em infraestrutura. Dos grandes aos pequenos produtores rurais, o que se pôde observar foram fazendas com cultivo de gêneros de raiz, de subsistência e da horticultura, com safras sendo manufaturadas através de adequadas máquinas de beneficiamento ou por meio de métodos artesanais, para o abastecimento interno e para a venda dos excedentes. Associada a lavoura, existia a criação do gado. Em todas as fazendas e sítios fazia-se necessária a presença de animais de montaria e de transporte.

Segundo De Souza (1996), a pecuária caprina, ovina e suína era mantida para o abastecimento das propriedades, como também as aves em geral, criadas para o uso na alimentação e produção de ovos. O gado era comercializado “em pé”, o abate de gado nas fazendas atendia exclusivamente ao consumo alimentar da família proprietária e dos trabalhadores.

A economia das fazendas era bastante diversificada. As grandes propriedades, especializavam-se na pecuária bovina e na produção de gêneros para o mercado inter-regional. O gado de corte destinava-se a comercialização, o bezerro, via de regra, era para recria. O leite produzido era artesanalmente transformado em derivados para o consumo interno da fazenda. Na média e pequena propriedade, a receita da pecuária provinha da comercialização dos bezerros, da venda dos derivados do leite, assim como, da “criação miúda”. A presença das famílias proprietárias residindo nas fazendas, em muito contribuiu para que estas unidades organizassem-se com um grau relativamente grande de autossuficiência.

#### 5.4 O ABASTECIMENTO LOCAL E INTER-REGIONAL

Até os oitocentos, grande parte da vida rural permanecia fora ou parcialmente fora do mercado. As pessoas que, esporadicamente, iam à vila ou à feira comprar ferro, para reparos nas ferramentas, e máquinas, sal, querosene e pagar os impostos com a venda dos ovos, “mas mantinham-se majoritariamente com o que produziam ou com o que trocavam com o vizinho, não estavam verdadeiramente associadas às trocas do mercado.” (HENRIQUE, 2014, p. 78). O comércio, usualmente, acontecia nas estradas por meio de tropeiros ou em algumas das paragens mais movimentadas mediante modestas vendas sem qualquer especialização no comércio de produtos.

## O Comércio de abastecimento no Sertão da Ressaca

A feira, as lojas, as vendas (tabernas) e os açougues da Imperial Vila eram basicamente os locais onde se comercializavam alimentos e demais mercadorias de uso doméstico, comercial e agrícola. Realizada na vila e nos arraiais, a feira abastecia os moradores da Vila de gêneros diversos, trazidos das roças mais próximas. Os negócios eram feitos à vista, trocando-se as mercadorias provenientes das unidades de produção pelo dinheiro. As tabernas e as lojas, usualmente, adotavam o sistema de vendas a crédito de curto prazo, para tanto, as saídas de mercadorias eram anotadas em cadernetas e pagas por semana, quinzena ou mês (DE SOUZA, 1996).

Nas fazendas, a venda era normalmente instalada e explorada pelo proprietário da terra. Desta forma, o sistema de comercialização pouco envolvia o dinheiro, pois ocorria a permuta do salário pelo alimento e por outras mercadorias (SOUZA, 1996). Verifica-se que a permuta de gêneros diversos por força de trabalho, era um dos mecanismos que os proprietários de terras possuíam para aumentar o nível de controle sobre a terra e sobre o trabalhador direto. Segundo Scharwtz (1988), na Vila dos Ilhéus, os escravos do Engenho de Santana comercializavam seus produtos com o proprietário do engenho por um preço cerca de um terço abaixo do praticado pelo mercado. Ao importar para o Sertão da Ressaca este critério de compra dos gêneros agrícolas, torna-se ainda mais nítida a exploração da mão de obra livre e cativa exercida pelos grandes proprietários de terras.

A Câmara Legislativa da Imperial Vila da Vitória possuía como uma das suas principais atribuições a regulamentação do comércio local. Nesse sentido, o código municipal de posturas, de 18 de maio de 1842, apresentava as seguintes normas:

15ª - Vender ou comprar por peso e medidas não aferidos pelo padrão do Conselho do mês de janeiro, e revistas no de julho: Pena de 4\$000 réis, ou quatro dias de prisão.

16ª - Vender ou comprar por peso, ou medidas falsificadas: Pena de 1\$000 réis, ou cinco dias de prisão.

17ª - Matar, ou esquartejar as rezes para negócio, em lugar que não seja para isso destinado pela câmara, ou sem licença della: Pena de 6\$000 réis, ou três dias de prisão.

18ª - He permitido, depois de pagos os direitos estabelecidos. Vender carne fora do açougue; com tanto que se possa fiscalizar a limpeza dos talhos, a salubridade da carne, e a fidelidade dos pesos: Pena, a mesma da postura antecedente.

19ª - Fica destinada para feira, e mercado público de todos os gêneros do consumo diário, a Praça da Matriz. Pousar pois para esse fim em outro lugar: Pena de 2\$000 réis. He porém permitindo (sic) vagar pelas ruas, e outros lugares<sup>181</sup>.

<sup>181</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Doc. cit., p. 158-159.

A ida à Vila, mais especificamente, à feira, às tabernas, às lojas e aos açougues, também era aproveitada para comercializar parte dos excedentes da safra. “A venda de excedente da produção agrícola certamente ganhou uma forma mais generalizada com a ampliação da necessidade do pagamento de impostos ou do arrendamento da terra, caso não fosse permitida a contribuição em gêneros.” (HENRIQUE, 2014, p. 77).

As feiras da Imperial Vila eram semanalmente instaladas nos dias de sábado, na Praça da Matriz. O governo local construiu um barracão na Rua Grande, onde eram agasalhados os feirantes e tropeiros que chegavam de outras localidades (TANAJURA, 1984).

Verifica-se que a feira representava o momento de fechar negócios diversos, da venda de bolos e biscoitos, até a comercialização de escravos e fazendas. As escalas que os comerciantes de São Paulo e de Minas Gerais,<sup>182</sup> assim como os comerciantes de gado e de algodão, provenientes das terras do Rio São Francisco e do Alto Sertão da Bahia, faziam na Vila, também ajudavam a dinamizar os negócios em dias de feira.<sup>183</sup> A feira da Imperial Vila também figurava como um importante espaço de interação social comportando a mais variada troca de informações entre seus frequentadores.

Consoante com Henrique (2014, p. 79),

As feiras rurais figuravam como o dia de ir à vila, comprar um pedaço de tecido, ferramentas, algum metal necessário aos consertos domésticos e da fazenda. Oportunidade de vender farinha de mandioca, rapadura, cachaça, fumo de rolo, algum doce em conserva feito com açúcar, leite, queijo, requeijão, sal, comidas preparadas, cuscuz, mugunzá, carne-seca, paçoca, tapioca e artigos fabricados com couro e madeira (oratórios, bancos), redes e artigos religiosos. [...] Ali também poderia ser a oportunidade para fechar alguns acordos comerciais e até mesmo negociar safra de produtos agrícolas, contratar carretos de mercadorias ou a condução de alguma boiada que seria encaminhada para outras regiões. A feira se transforma em modo geral no ponto de encontro de comerciantes e clientes. É o momento das dívidas serem saldadas, dos contratos serem firmados, e as transações realizadas, quase tudo na base de crédito.

Os estabelecimentos comerciais da Imperial Vila da Vitória faziam negócios com lavradores, tropeiros e viajantes. Supriam os moradores com gêneros alimentícios e outras mercadorias produzidas nas fazendas da Ressaca, bem como, com produtos importados de outras províncias e da Europa, provenientes das vilas do Recôncavo baiano e da capital da província. Porém, tudo era praticado de forma rudimentar, sem instalações adequadas, “serviam os comerciantes de suas próprias residências, tendo na parte da frente a “venda” ou a “loja”, com muitas portas” (TANAJURA, 1992, p. 93).

<sup>182</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., op. cit., p. 198.

<sup>183</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., p. 427.

As tabernas da Vila, como pode ser observado na postura 36<sup>a</sup> do código municipal de 1942, “o taberneiro que consentir escravos em sua taberna por mais tempo que o necessário para a compra dos gêneros, sendo encontrados a comer, jogar, ou a fazer cousas semelhantes (sic): Pena de 6\$000 reis, ou oito dias de prisao, duplicando-se na reincidencia”,<sup>184</sup> eram espaços abertos a todos os consumidores, que, além de mercadorias, comercializavam comidas prontas. Verifica-se que, os escravos eram consumidores e possuíam mobilidade, o código de postura só restringia a circulação destes a partir das 21 horas, caso estivessem desacompanhados ou sem bilhete do seu senhor, Art. 38<sup>o</sup>; e, em uma conjuntura de crise de abastecimento em que vivia a província, a venda de alimentos preparados em tabernas constitui-se em uma significativa evidência do virtuosismo do abastecimento da Imperial Vila da Vitória.

No entanto, a produção de gêneros voltados para o abastecimento inter-regional poderia ser consideravelmente maior, caso as estradas que cruzavam as terras do Sertão da Ressaca fossem melhores e mais bem conservadas. O geógrafo e escritor Durval Vieira de Aguiar relatou que a produção de víveres não apresentava melhor desenvolvimento pela falta de vias de exportação. Nos sertões baianos do período colonial e monárquico, a combinação de meios de transporte rudimentares com estradas em condições lastimáveis impossibilitava o escoamento de vultosas safras (NEVES, 2008).

### **As estradas e os circuitos dos tropeiros e boiadeiros**

Logo em seguida às primeiras batalhas com os nativos e início da construção das primeiras casas no Arraial da Vitória, João Gonçalves e demais conquistadores empenharam-se em abrir vias de comunicação com a capital do estado e com a Vila dos Ilhéus e melhorar as estradas existentes que comunicavam o arraial ao Alto Sertão e à Capitania de Minas Gerais. João Gonçalves da Costa abriu as estradas do Arraial da Conquista à Vila dos Ilhéus e à Estrada Geral, que atravessava esta zona até o vale do Jequitinhonha, chamada de “Estrada de Minas” (Figura 6). A privilegiada posição geográfica do Arraial da Conquista explica o ímpeto que o Capitão Mor “possuía em rasgar caminhos ligando o Sertão da Ressaca ao litoral e em outras direções.” (DE SOUSA, 2001, p. 108).

A abertura e a conservação de estradas, com o fim de, “beneficiar a agricultura, o comércio e a segurança pública” sempre estiveram na pauta das sessões da Câmara da Imperial Vila, que frequentemente eram transformadas em reivindicações junto ao governo

---

<sup>184</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Doc. cit., p. 161.

provincial. Deste modo, na sessão extraordinária de 22 de janeiro de 1856, os vereadores trataram das condições das estradas, posto que, grande parte delas tornavam-se intransitáveis durante as estações chuvosas. Portanto, além da melhoria das estradas, também era essencial a construção de pontes nos rios Pardo e das Contas porque “pela abundância das águas privam em quase metade do ano”, atrasando a travessia desses rios não só dos animais como dos viajantes e tropeiros. Nesta mesma sessão, com o intuito de fazer prosperar a agricultura e o comércio, também discutiu-se o “início da abertura de mais duas estradas que partam d’esta vila para o da Barra do Rio das Contas e para Canavieiras.”<sup>185</sup>

O código de posturas do município, promulgado em 1842, impunha aos proprietários e as pessoas na posse de imóveis rurais, as obrigações de, manter as estradas com seu traçado original, assim como, conservá-las limpas e desimpedidas.

ART. 20ª - Todo o proprietario, ou pessoa que tiver na terra de renda juntos das estradas, e caminhos públicos, he obrigado a tel-as (sic) limpas e desamarradas. Pena de 10\$000 réis, ou oito dias de prisao. Na mesma pena incorrerão os que não conservarem a estrada, que passarem (sic) por suas terras, limpas, e sem ramagens, que embarcarem o transito publico.

ART. 21ª - Mudar ou tapar estradas públicas, caminhos ou travessas ora existentes; ainda mesmo a pretexto de melhoramento, sem autorizacao da câmara. Pena de 12\$000 réis, ou seis dias de prisão, duplicando-se na reincidência.<sup>186</sup>

Como já observado, foi o capital e o dinamismo dos produtores rurais que atenuaram o problema das estradas. Vários trechos das vias foram abertos com as despesas custeadas por fazendeiros da Vila. Segundo Tanajura (1992), a abertura da estrada que comunicou a Imperial Vila à estrada da Vila de Ilhéus e à capitania de Minas Gerais, através da Serra do Marçal, foi feita às expensas do fazendeiro Bernardo Lopes Moitinho.

João Gonçalves da Costa, também do seu próprio bolso, custeou a abertura do trecho entre a fazenda Tamboril e a Fazenda Cachoeira, grosso modo, de Belo Campo a Manoel Vitorino, da estrada que comunicava Minas Novas, na capitania mineira, à Vila de Nazareth. De igual modo, os produtores rurais, Raimundo Gonçalves da Costa, Antonio Dias de Miranda, Justino Ferreira Campos, Joaquim José D’Araújo Fonseca, dentre outros, também estiveram associados à abertura e conservação de estradas.<sup>187</sup>

O maior entrave para a ampliação da agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória foram as vias de comunicação com as demais praças. Os caminhos abertos,

<sup>185</sup> Cf. AMVC: Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória, 1850-1857. Citado por NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira., op. cit., p. 86.

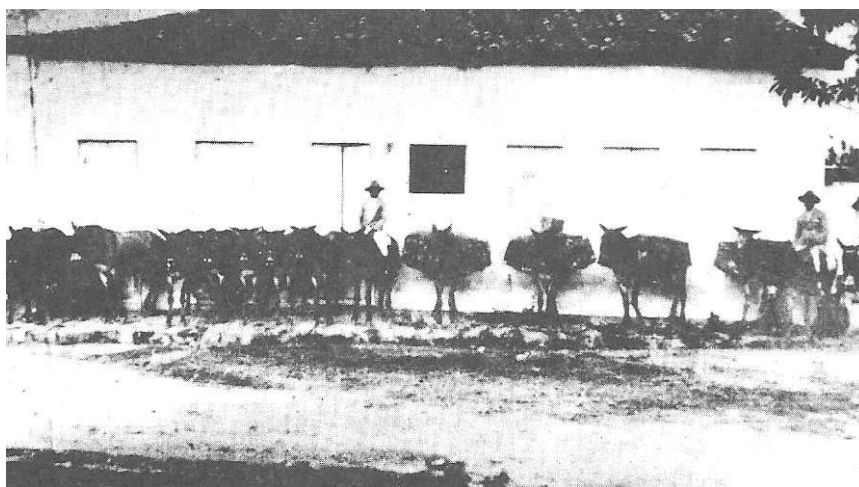
<sup>186</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Legislativo. Código de Posturas. Doc. cit., p. 159.

<sup>187</sup> Citado por TORRES, Tranquilino., op. cit., 58.



especialmente em meio a mata densa, eram em pouco tempo destruídos pelo rebrotar da vegetação. As estradas, na verdade, eram trilhas por onde as tropas de muares viajavam, transportando mercadorias. Aonde quer que o indivíduo necessitasse ir, fazia-o em lombos de animais. Com a prosperidade da Imperial Vila, os moradores das fazendas e das povoações passaram a frequentar com maior assiduidade a sede do município. Desta forma, as cobranças pela melhoria dos caminhos tornaram-se maiores e mais constantes.

**Figura 7** – Foto de hospedaria de condutores de tropas na Imperial Vila da Vitória



Fonte: Orrico (1982, p. 223)

Como já observado, na fazenda Vereda e na colônia de agricultores pobres no Rio Pardo, o transporte fluvial também contribuía para o abastecimento local e inter-regional. Apesar da reduzida circulação de mercadorias por esta modalidade de transporte, as vias fluviais do Rio Pardo e do Rio das Contas foram importantes no Sertão da Ressaca. Em 1857, a Câmara da Imperial Vila da Vitória, respondendo a circular do Governo da Província sobre as atividades econômicas da vila, sobretudo referente à produção, ao comércio, às estradas e ao transporte terrestre e fluvial por meio do Rio Pardo e do Rio das Contas, relatou que: os mercados para onde seguiam por via fluvial os produtos da Imperial Vila da Vitória, como feijão, mandioca, milho, arroz, algodão e aguardente, eram as vilas de Santa Isabel, em Valença, e a Vila de Cachoeira; sendo que, desta vila e da vila da Barra do rio das Contas, eram importados em pequenas quantidades ferro e o sal.<sup>188</sup>

Mesmo dispondo do transporte fluvial, o custo da condução de mercadorias por esta via era consideravelmente maior. Para este cálculo considera-se a capacidade de transporte

<sup>188</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências. Maço – 1463. 1840-1866.

das canoas, os acidentes com perdas das cargas, o ataque mais frequente dos tapuias hostis, a necessidade de contratar tropas de muares para concluir o transporte, etc. Portanto, o grosso do transporte dos víveres fazia-se através das tropas e estas, por sua natureza e pelas limitações das estradas, “constituir-se-iam em fator limitante ao desenvolvimento regional”.<sup>189</sup>

Os animais empregados na condução das cargas foram os burros e as mulas, estes muares realizavam marchas de três a cinco léguas por dia. Em geral, suportam de 8 a 10 arrobas, de 15 quilos. Cada lote de animais contava com 7 ou 9 bestas, quando vários lotes de animais juntavam-se, costumava haver um capataz.<sup>190</sup> Maximiliano de Wied-Neuwied presenciou no posto fiscal do Valo, grandes tropas com 60 a 80 animais.<sup>191</sup> “O grande, quasi (sic) único elemento de transporte utilizado foram os muares.”<sup>192</sup> As tropas foram as grandes responsáveis pelo estabelecimento da agricultura de abastecimento dos sertões baianos.

**Figura 8** – Multidões chegando à Imperial Vila, na seca de 1897-99, em dia de feira



Fonte: Orrico (1982, p. 21)

A localização estratégica, entre o sertão e o litoral, no limiar da caatinga e da mata atlântica densa, além de promover uma relativa injeção de recursos no comércio local com a parada obrigatória dos condutores de comitivas, também transformou o Sertão da Ressaca em um centro de deslocamento de flagelados das secas periódicas (SOUZA, 1999). Na condição de Vila acolhedora, nos períodos das inclementes secas, 1859/60, 1887 e 1899, víveres e medicamentos eram fornecidos aos retirantes vindos das diversas regiões (ORRICO, 1982). Este fenômeno que implacavelmente acometia os sertões nordestinos era motivo de fortes preocupações, tanto dos fazendeiros como da Câmara Legislativa Municipal, que reunidos

<sup>189</sup> Citado por AGUIAR, Durval Vieira de., op.cit., p. 199.

<sup>190</sup> Citado por CALÓGERAS, João Pandiá., op. cit., p. 581.

<sup>191</sup> Citado por WIED-NEUWIED, Maximiliano de., op. cit., 407.

<sup>192</sup> Citado por CALÓGERAS, João Pandiá., Ibid., p. 581.

estabeleciam medidas preventivas deferindo posturas que julgavam necessárias para épocas de secas prolongadas.<sup>193</sup>

A Seca de 1859/60, conhecida como a Sessentinha, atingiu intensamente a Imperial Vila da Vitória, foi a principal causa dos prejuízos às lavouras da Ressaca, do Alto Sertão da Bahia e do norte da Província de Minas Gerais. A Vila sofria os efeitos da seca direta e indiretamente, uma vez que, além da frustração das safras, a vila era invadida por pessoas famintas de outras regiões da Província baiana, que aceleravam o consumo das provisões alimentares existentes nas fazendas e armazéns da Vila. O presidente da Câmara Legislativa da Imperial Vila da Vitória, preocupado com o desabastecimento provocado pelos retirantes das secas, declara em sessão realizada em 1860:

[...] porém, mais seguramente desapareceram todas estas esperanças porque muitas outras pessoas de diversas partes que começaram por comprar até a força as farinhas, entretanto que os outros afastavam e finalmente muitas famílias inteiras fugiram espavoridas para aqui, mirradas de fome, produzia tudo este atormentável estado em que se acha o termo [...] cumpre portanto esta comarca levantar um dado sobre o quadro da miséria que apresenta este termo, cheio de povos de outros e leva este a chamar ao alto conhecimento de V. Excia afim de acodir amplamente da desventura com o fornecimento pecuniário para as ditas classes pobres, que morreram e outro definham por falta de alimentação suficiente, usando raízes do mato.<sup>194</sup>

Dois anos antes, no dia 13 de fevereiro de 1858, a Câmara da Imperial Vila discute sobre a criação da Colônia Nacional de agricultores familiares pobres às margens do Rio Pardo no lugar do antigo quartel do Rio Pardo. A ata da referida sessão expõe o seguinte:

1º que muito interessa melhorar quanto for possível a sorte das famílias miseramente pobres que para ali se vão estabelecer, contudo sejam fornecidas de toda ferramenta agrícola de mais tenda de ferreiro, outra de carpina, de armamento necessário com sua munição para se defender das agressões dos selvagens, além de merecer a diária de 500 reis para os chefes de famílias, e abonando-se com lona etape a todas as famílias.

2º que urge a necessidade de V. Excia. mandar uma comissão d'aqui que agenciando as compras dos gêneros alimentícios, faça remessa mensalmente em canoas alugadas e que V. Excia forneça os meios pecuniários para as compras.

3º Finalmente que o primeiro serviço d'aquela colônia, depois dos ranchos provisórios para se aninharem, seja a abertura de uma picada grossa que partindo do lugar do dito quartel, venha terminar no córrego do nado, onde chegam as canoas com os gêneros alimentícios, visto evitar-se com isso grandes detrimientos de delongas e despesas com perda das canoas nos arrastos delas por terra através de

<sup>193</sup> APEB. Seção Colonial e Provincial. Série documentos avulsos, secas, 1878. Maço 1464, 1863-1889. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., op. cit., p. 31.

<sup>194</sup> Cf. APEB, Seção Colonial e Provincial. Série Presidente da Província. Secas. Maço 1607, 1845-1860. Citado por NOVAIS. Idelma Aparecida Ferreira., Ibid. p. 31-32.

muitas escavações e por cima de pedras. E quanto por ora se oferece a dizer a V. Excia a tal respeito [...]<sup>195</sup>.

Este projeto fazia parte das soluções encontradas pelo governo provincial para pacificar os conflitos entre os povos indígenas e os proprietários de fazendas de gado localizadas à margem do Rio Pardo, e acessoriamente, minimizar o problema dos agricultores familiares provenientes de regiões devastadas pela seca. Observa-se que as políticas provinciais, primeiramente visavam dirimir os problemas que direta ou indiretamente interferiam no abastecimento da capital da Província baiana. Apesar de interessante, a Colônia Nacional dos agricultores pobres do Rio Pardo perdurou por menos de duas décadas, as terras e os pequenos agricultores foram integrados ao sistema produtivo do Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista e da Depressão de Itapetinga.

Neste capítulo pôde-se observar a forma como o abastecimento se organizava, para esse fim, foram levantados os produtos do abastecimento, as técnicas agrícolas utilizadas, as unidades de produção e o abastecimento local, regional e interprovincial. Através dos inventários *post mortem* foi possível verificar que mesmo as propriedades que não faziam referência a lavouras de víveres, a maioria delas possuía fortes indícios de que seus proprietários praticavam a agricultura de alimentos. O gado foi arrolado na grande maioria dos inventários da Imperial Vila da Vitória. A manufatura dos *gêneros de raiz*, da lavoura de subsistência e da pecuária bovina, revelou que a Imperial Vila estava razoavelmente bem estruturada para suprir as diversas praças.

As técnicas de manejo do gado, dos solos e das lavouras, não foram uniformes em todo o período compreendido por este estudo. Do início do processo colonizador até a ascensão do Arraial à condição de vila, percebe-se uma utilização predatória dos recursos ambientais que estavam disponíveis em agrossistema de fronteira aberta e concentração fundiária. Percebe-se através do Código de Posturas de 1842, uma relativa preocupação da municipalidade com a conservação das águas, das matas e dos solos. No entanto, o preparo dos solos através do método de Coivara, manteve-se preponderante por todo o Século XIX. As fazendas do Sertão da Ressaca faziam uso de ferramentas simples de trabalho, machados, foices, enxadas e cavadeiras, para todas as práticas agrícolas.

A manufatura artesanal dos produtos agrícolas conviveu par e passo com as máquinas de beneficiamento aprimoradas. Alguns gêneros manufaturados na Imperial Vila, como o

---

<sup>195</sup> Cf. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Correspondências, 1858 – maço – 1463. 1840-1866. Citado por NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória. (Bahia, 1840-1888). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008, p. 29.

queijo e a manteiga, careciam de um primor técnico maior em seus processos produtivos. A manutenção da oferta dos gêneros do abastecimento, para um mercado consumidor em crescimento, demandou o desmatamento de grandes porções de matas virgens e a reutilização das áreas postas em pousio. Verifica-se que, no Sertão da Ressaca, via de regra, eram feitas rotações de terras e não de culturas. Os solos foram plantados seguidamente com a mesma cultura até o seu esgotamento e abandono. A reposição da fertilidade dos solos era procedida pela incorporação das cinzas<sup>196</sup> das matas e capoeiras que eram derrubadas e queimadas.

O insucesso dos colonizadores em transplantarem para o Brasil as técnicas e as máquinas agrícolas que eram utilizados na agricultura europeia, associado à ampla disponibilidade de mão de obra escrava e de homens livres, seguramente foram as maiores limitações à mecanização dos solos.

O afastamento, as limitações nos meios de transportes e as péssimas condições das estradas contribuíram para a autossuficiência das propriedades rurais. As famílias proprietárias de terras provinham nas fazendas todos os gêneros de que necessitavam. A ida a feira e ao comércio, era o momento de vender os excedentes e até mesmo um produto elaborado especificamente para esse fim, como beijos, doces, ovos de galinha, etc., na Vila eram comprados apenas, querosene, sal, ferramentas e objetos de uso pessoal.

O maior obstáculo para a ampliação da agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória foram às estradas que comunicavam a Vila com as demais praças. Os caminhos, ou melhor, as trilhas eram picadas abertas na mata por onde as tropas de muares viajavam, transportando mercadorias. Rapidamente eram destruídos pelo rebrotar da vegetação. No período das chuvas, tornavam-se intransitáveis. Dentre os problemas estruturais observados no abastecimento do Brasil colonial, seguramente, foram estes os que mais limitaram o desenvolvimento da Imperial Vila da Vitória.

---

<sup>196</sup> As cinzas eram incorporadas aos solos pela técnica de Surriba.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto nos cinco capítulos deste trabalho, pode-se afirmar que este estudo, teve como propósito a comprovação das questões de pesquisa propostas. A questão central foi produzir a narrativa histórica da importância da agricultura de abastecimento no Sertão da Ressaca e sua influência no desenvolvimento desse território no período de 1780 a 1888. Especificamente os objetivos foram: identificar o processo de instituição e as características da agricultura de abastecimento; discriminar os sistemas agrários e as técnicas de manejo da agricultura de abastecimento; caracterizar a estrutura e a morfologia agrária, e o habitat rural; descrever os atores produtivos da agricultura de abastecimento; e, examinar a influência da produção agrícola no estabelecimento de rotas de comunicação da Ressaca com o recôncavo baiano, o litoral da Capitania de Ilhéus e o norte da Capitania das Minas Gerais.

Quanto às três primeiras questões de pesquisa propostas, verificou-se que o Sertão da Ressaca, seguiu o modelo de exploração agrícola adotado pelas fazendas do Alto Sertão da Bahia. O território da Ressaca, foi colonizado tardiamente, para esta região convergiram produtores rurais, especialmente do Alto Sertão, de Minas Gerais, de São Paulo e de Portugal. Verificou-se que, estes colonos, mesmo possuindo conhecimentos agrícolas mais avançados, predominou no Arraial da Conquista, o método de preparo dos solos e fertilização das terras dos Camacãs. As primeiras fazendas foram implantadas seguindo a lógica de distribuição das sesmarias, por conta, as fazendas ficavam bastante espaçadas umas das outras.

Além do isolamento entre fazendas, o Sertão da Ressaca distanciava-se consideravelmente das zonas portuárias, esse contexto fez com que as propriedades rurais produzissem tudo o que necessitavam. Destarte, não apenas as fazendas, mas as famílias proprietárias também eram autossustentáveis.

A agricultura de abastecimento do Sertão da Ressaca surgiu em consonância com o processo de ocupação territorial desenvolvido pelos seus principais sertanistas. Seguindo a orientação do rei dom João V, os colonizadores no processo de povoamento do Arraial da Conquista, estabeleceram fazendas de criação de gado com a agricultura de mantimentos associada.

Este modelo de agricultura possuía as seguintes características, foi praticada nas grandes, médias e pequenas propriedades agrícolas, o policultivo associou-se a criação do gado em geral, os proprietários residiam nas fazendas e participavam da lida no campo, o gado cavalari e muar era essencial para os trabalhos nas fazendas e para o transporte de

pessoas e mercadorias, a manufatura dos gêneros agrícolas acontecia de modo artesanal e industrial nas diversas propriedades rurais e, os excedentes foram comercializados, nas vendas das propriedades a beira das estradas, no comércio da Imperial Vila da Vitória e nas praças do recôncavo baiano, na Cidade da Bahia, nas vilas de Ilhéus e Canavieiras e no Norte da província mineira.

A segunda questão de pesquisa contemplada por este estudo foi discriminar os sistemas agrários e as técnicas de manejo da agricultura de abastecimento do Sertão da Ressaca. Neste sentido, este estudo resgatou os agrossistemas e as técnicas agrícolas do Alto Sertão da Bahia, para chegar aos sistemas e as técnicas praticadas no território da Ressaca. Posto que, os costumes utilizados no manejo com o gado e com a lavoura no Arraial da Conquista, em sua maior parte, tiveram sua origem na agricultura praticada no Alto Sertão.

A transição do agrossistema de fronteira aberta e concentração fundiária para o sistema de fronteira aberta e desconcentração fundiária, observado na Imperial Vila da Vitória a partir do segundo quartel do século XIX, decorreu em função das políticas imperiais de regularização fundiária, em especial, da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei das Terras; do processo natural de fracionamento das fazendas por meio da partilha dos bens de raiz nos inventários *post mortem*; da valorização que a agricultura de abastecimento produziu sobre as propriedades e, por fim, do aumento da população.

As características preponderantes da agricultura praticada no agrossistema de fronteira aberta e concentração fundiária foram a conservação da fertilidade dos solos e, conseqüentemente, da produtividade agrícola, pelo uso contínuo da derrubada e queimada de matas virgens e capoeiras e a incorporação das cinzas, através do método de surriba. Na agricultura do período colonial do território da Ressaca, como pôde ser observado, praticava-se o rodízio das terras. Enquanto as terras que haviam sido degradadas pela utilização intensiva, permaneciam em pousio, ou seja, eram transformadas em capoeiras, novas áreas de mata virgem eram derrubadas, queimadas e incorporadas à economia produtiva das fazendas.

Verifica-se que, mesmo com o arraigado costume de se preparar os solos pelo método de Coivara, as técnicas de manejo dos cultivos, seguiam critérios técnicos específicos para cada cultura. O espaçamento entre plantas, a profundidade das covas, a quantidade de sementes por cova; a disposição das manivas e dos colmos da cana-de-açúcar nas covas; as técnicas de plantio, por semeadura direta, por estacas, ou por mudas transplantadas; assim como, os períodos de surriba e capina das ervas daninhas; dentre outros, resultaram da acomodação técnica dos conhecimentos que fluíam entre os diversos agentes produtivos da economia agrícola do Sertão da Ressaca.

O insucesso dos colonizadores em transplantarem para o Brasil as técnicas e os equipamentos agrícolas que eram utilizados na agricultura europeia, esteve relacionado a diversos fatores. Como observado, toda melhoria técnica deveria ser introduzida pelo exemplo e pela ação do estrangeiro, uma vez que os brasileiros só se convenciam por meio deles e dos resultados favoráveis que obtiverem. Von Weech advertiu o imigrante a não se afastar completamente dos procedimentos habituais praticados no Brasil, e ressalta que, mesmo o mais competente agrônomo poderia cometer grandes erros se não levasse em consideração a opinião dos nativos, resultado de muitos anos de observação sobre o clima, o solo e a estação do ano mais apropriada para o plantio. Outros fatores verificados foram a ampla oferta de mão de obra de homens cativos e livres, e as limitações físicas dos terrenos desmatados.

Quanto ao terceiro objetivo específico deste trabalho, caracterizar a estrutura e a morfologia agrária, e o habitat rural das unidades produtivas do Sertão da Ressaca. Verificou-se nas primeiras décadas da constituição do Arraial da Conquista, uma extraordinária concentração de terras em torno do tronco familiar Gonçalves da Costa, as fazendas possuíam dimensões muito dilatadas e instalaram-se dentro das sesmarias concedidas aos primeiros colonizadores. O domínio das propriedades decorreu do registro dos títulos das terras dos sesmeiros, da venda de parte das terras das fazendas, e da transmissão por partilha e meação em inventários.

A posse foi concedida mediante o contrato de arrendamento, parceria e meação, e por meio da apropriação das terras incultas em regiões ignoradas. A partir do segundo quartel dos oitocentos ocorreu o processo de redução do tamanho das propriedades. Verificou-se que mesmo com o fracionamento fundiário, durante todo o período deste estudo, a maior parte das terras da Ressaca permaneceu no domínio dos Gonçalves da Costa. Observou-se nas últimas décadas dos oitocentos um considerável incremento no valor das propriedades rurais, fruto do capital acumulado com a agricultura de abastecimento, dos investimentos em infraestruturas e benfeitorias e, como observado no Quadro 3, da desvalorização cambial.

Quanto às relações de produção, prevaleceu o trabalho escravo. Neste sentido, um significativo número de escravos trabalhando nas lavouras, foi uma das peculiaridades da agricultura da Imperial Vila. Também nas fazendas, foi observado o trabalho assalariado de homens livres, assim como os contratos de arrendamento, parceria e meação, estabelecidos entre os proprietários das terras e os agricultores familiares. O censo de 1872 (Quadro 2), demonstrou uma expressiva quantidade de profissionais nas áreas de lavoura e de criação residindo na Imperial Vila da Vitória.



As maiores transformações observadas na morfologia agrária dos oitocentos foram, o cercamento das áreas de lavoura e a preservação das matas ciliares, previstas no Código de Posturas da Vila, e a redução no tamanho das unidades de produção. Em relação ao habitat rural, o Arraial da Conquista caracterizava-se como uma povoação de beira de estrada, encerrada em torno de uma praça central, circundada por fazendas. Espacializadas em volta do Arraial encontravam-se as povoações Berruga (Itambé), Periperi Grande (Planalto), Poções, Boca do Mato (Boa Nova), Cachoeira de Manuel Roque (Manoel Vitorino), Ressaca, Ilha, Porcos, entre outras. A tipologia do Arraial de Conquista seguiu o mesmo modelo observado nas vilas de Rio de Contas, Caetité e do Arraial de Santo Antônio da Barra, pertencentes ao Alto Sertão da Bahia.

A quarta questão de pesquisa contemplada por este trabalho foi, descrever os atores produtivos da agricultura de abastecimento. A colonização tardia, em uma região preservada como zona tampão, implicou em forte convivência com o caráter selvagem do território. Nesta perspectiva, conviveram próximos, os primeiros colonizadores, os povos indígenas e os escravos, nas unidades de policultivo e de criação do gado. As políticas de pacificação e sedentarização dos tapuias foram efetivamente implementadas a partir da segunda década dos oitocentos.

A partir de então, ingressaram na agricultura da Ressaca os freis capuchinhos italianos. Conclui-se que todos os atores destacados neste estudo, foram essenciais para o estabelecimento da agricultura de abastecimento. Os Camacãs foram fundamentais nas primeiras décadas, uma vez que, vieram destes os conhecimentos sobre a derrubada das matas, a queima, a coivara, as melhores terras e as épocas do ano mais propícias para os plantios. Os capuchos foram muito diligentes nas funções de sedentarizar e civilizar os índios, assim como, na promoção da agricultura, na abertura e conservação de estradas e na mediação de conflitos entre colonos e tapuias. Portanto, os freis foram fundamentais para a viabilização do projeto de colonização dos territórios da Ressaca.

Com exceção dos grandes produtores, que planejavam suas produções para atender o mercado, os demais atores, priorizavam o autoabastecimento, para então comercializar os excedentes. Os escravos foram bem sucedidos em acumular algum pecúlio, possuíam mobilidade e participavam do comércio da Imperial Vila da Vitória.

Conclui-se, desta forma, que a agricultura praticada no Sertão da Ressaca, nas modalidades familiar e patronal, foi essencial para a produção de gêneros voltados ao abastecimento local, regional e interprovincial. Portanto, alinhado com a moderna

historiografia agrária brasileira, este estudo ressalta o protagonismo da agricultura familiar, no processo de abastecimento no Brasil colonial e monárquico, junto com a agricultura patronal.

A última questão de pesquisa foi examinar a influência da produção agrícola no estabelecimento de rotas de comunicação da Ressaca com o recôncavo baiano, o litoral da Capitania de Ilhéus e o norte da Capitania das Minas Gerais. Verificou-se neste estudo, que as primeiras fazendas implantadas no Arraial da Conquista, seguiram a marcha colonizadora, ou seja, foram instaladas ao longo dos caminhos abertos pelo Capitão-mor João Gonçalves da Costa. Todos os fluxos produtivos seguiam por meio das estradas que comunicavam o Arraial as povoações do Alto Sertão da Bahia e a Minas Novas na Capitania de Minas Gerais.

Mediante ordenações régias, as vilas dos Ilhéus e de Canavieiras foram integradas a fatura de víveres e de animais de trabalho do Arraial da Conquista, para tanto, uma estrada comunicando as regiões deveria ser aberta. A construção da Estrada Geral, ou “Caminho das Boiadas”, também seguiu o mesmo entendimento, integrar a região Diamantina de Minas Gerais, o recôncavo baiano e Salvador, aos víveres produzidos no Sertão da Ressaca.

Em relação ao volume dos gêneros produzidos e comercializados localmente e com outras praças, verificou-se que os sertões da Bahia não estavam aparelhados para transportarem vultosas safras para o abastecimento das praças mais distantes. Destarte, percebe-se que apesar do virtuosismo da agricultura de abastecimento da Imperial Vila da Vitória, o volume das mercadorias que eram produzidas, deve ser relativizado. Neste entendimento é essencial que se considere a baixa taxa de povoamento dos territórios baianos até o final dos oitocentos, as péssimas estradas que cruzavam o Sertão da Ressaca e a limitada capacidade de transporte das tropas de muares. Neste sentido, verifica-se que os rebanhos bovinos constituíam uma exceção a estas últimas peculiaridades, uma vez que, autotransportavam-se.

Por fim, quanto as questões relacionadas ao objeto de investigação desta pesquisa, verificou-se que: a agricultura de abastecimento foi preponderante no processo de consolidação do Sertão da Ressaca; o dinamismo da economia de abastecimento do Arraial da Conquista e a partir de 1840 da Imperial Vila da Vitória, com comercialização dos gêneros produzidos nos mercados, local, regional e interprovincial proporcionou a acumulação de capital; os recursos acumulados com a agricultura de abastecimento foram essenciais para a consolidação do Arraial da Conquista e sua ascensão a condição de vila, fomentaram a ampliação e a reprodução da economia agrícola, estruturou o comércio e melhorou os hábitos de consumo dos moradores da Imperial Vila da Vitória. As duas últimas questões referem-se

aos agentes produtivos e as técnicas agrícolas utilizadas por estes, foram contempladas nos discussões dos tópicos dos objetivos específicos.

A delimitação de dois períodos no fio cronológico deste estudo possibilitou uma melhor compreensão da conjuntura econômico-social no plano interno e externo que intervinha na formação dos preços dos escravos, do gado vacum, cavalari e mular, e dos bens móveis e de raiz. No primeiro destes períodos, que perdurou da fundação do Arraial da Conquista até meados de 1850, constatou-se que o peso dos escravos no monte-mor acumulado por seus senhores girava próximo a 50% e os demais bens arrolados nos inventários formavam os 50% restantes. Este cenário adentrou o segundo período, permanecendo constante até o final da década de 1860.

No segundo período observado, verificou-se um considerável decréscimo no peso relativo dos escravos na riqueza bruta relacionada nos arrolamentos. O contexto de estabilidade cambial iniciado com as reformas da década de 1850 persistiu até 1870, a partir de então, observou-se uma retomada da tendência de desvalorização dos mil-réis contra a libra. O abatimento cambial inflacionou os preços dos bens listados nos inventários, amenizando, em moeda corrente, a desvalorização nos preços dos escravos.

As propriedades rurais, favorecidos pela Lei das Terras e leis complementares, assim como, pela instalação de infraestruturas e benfeitorias, valorizaram-se notadamente. Por meio dos inventários, pôde-se constatar um incremento substancial na participação dos bens de raiz, no monte-mor acumulado, compensando em parte, as perdas com a desvalorização nos preços dos cativos. A participação do gado vacum na riqueza bruta arrolada nos inventários, não sofreu alterações expressivas no correr do século XIX.

Com base no arcabouço teórico deste estudo e nas fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, percebe-se que, as questões que nortearam o objeto desta investigação foram respondidas e as hipóteses, a saber: a agricultura de abastecimento foi determinante para a povoação do Sertão da Ressaca, tendo gerado autonomia de abastecimento e também mercado colonial com o excedente produzido, articulando-se fundamentalmente ao mercado regional e interprovincial no curso dos séculos XVIII e XIX; o isolamento do Sertão da Ressaca, decorrente da grande distância dos principais portos e da precariedade das estradas e dos meios de transportes, foi primordial para a consolidação de uma agricultura diversificada e produtora de excedentes, atraindo e absorvendo contingentes de colonizadores; e, o capital acumulado através da agricultura de abastecimento, fomentou a ampliação do plantel de escravos, aumentou os investimentos em instrumentos de produção,

injetou recursos no comércio da Imperial Vila da Vitória, enfim, enfim, contribuiu para a reprodução e a ampliação deste sistema econômico; foram corroboradas.

A produção de víveres, a comercialização dos excedentes nos mercados da Cidade do Salvador, Nazaré, Jaguaripe, Cachoeira, Ilhéus, Canavieiras, assim como nas praças do norte de Minas Gerais e no Alto Sertão, e os serviços relacionados com essas atividades, constituíram-se na principal fonte geradora de capital. Estas atividades asseguraram ao Imperial Vila da Vitória, um continuado crescimento econômico durante os séculos XVIII e XIX. As acumulações de capital provenientes do comércio de abastecimento fomentaram a diversificação do comércio, o investimento em benfeitorias e infraestruturas nas unidades de produção e a estruturação de arraiais e povoados no Termo da Imperial Vila da Vitória. Destarte, conclui-se que a força do comércio de abastecimento inter-regional e interprovincial decorreu do virtuosismo do abastecimento interno da Vila.

## REFERENCIAS

### Relatos Coloniais, Memórias Históricas e Documentos Impressos

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. Disponível em: <https://bit.ly/32kNuRg>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ACCIOLI, Ignácio. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotações: Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. v. 2.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da província da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

ANTONIL, André João [Giovanni Antonio Andreoni]. **Cultura e opulência do Brasil**. Por suas drogas e minas. 1.ed. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1711. Disponível em: <https://bit.ly/2Jug8Xc>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/124?locale=en>. Acesso em: 18 jul. 2019.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1906. v. 1. (Bahia, Sergipe e Espirito Santo). Disponível em: <https://archive.org/details/historiaterrito00freigoog/page/n34>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. **Através da Bahia**. 3. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; IHGB; MEC, 1976. v. 2.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v. 1.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Organização: Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TORRES, Tranquilino. **Município da Vitória**. 2. ed. Anotações de Ruy Hermann de Araújo Medeiros. Vitória da Conquista: Museu Regional da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, 1996.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Nacional, 1935. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/130>. Acesso em: 09 jul. 2019.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. **Viagem ao Brasil**. Tradução de Edgar Süsseskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

VON WEECH, Friedrich. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 187 p.

## LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003. 151p. Disponível em: <https://bit.ly/2vcBvsJ>. Acesso em: 01 jul. 2019

AGUIAR, Edinalva Padre (org.). **Ymboré, Pataxó, Kamakã**: a presença indígena no Planalto de Conquista. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista-UESB, 2000. 176 p.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3198Waq>. Acesso em: 17 maio 2017.

ALVARES, Clayton Alcarde *et al.* Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2MFZyGp>. Acesso em: 27 dez. 2019.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2JiQ4OF>. Acesso em: 01 jul. 2019.

AMARAL, Luiz. **História geral da agricultura brasileira**. ed. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v. 1. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/456>. Acesso em: 25 jun. 2019.

AMOROSO, Marta. Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do império: diálogos da ordem menor dos frades capuchinhos com a história natural. **Revista de História da USP**, 2010, p. 271-301. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19148>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 43-51. Disponível em: <https://bit.ly/313wope>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ANUNCIACÃO, Diana. A saga do Quilombo Velame: o resgate do passado em busca de um novo futuro. In: \_\_\_\_\_. **Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Velame** - Vitória da Conquista, BA. Salvador: INCRA, 2009.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PIORI, Mary. **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campos, 2000. p. 45-91.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BAIARDI, Amílcar. Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 449-464, 1997.

BAIARDI, Amílcar. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 124-135, 2014a. Disponível em: <https://bit.ly/2LSB6CQ>. Acesso em: 17 set. 2016.

BAIARDI, Amílcar.; ALENCAR, Maria Cristina Macêdo de. Agricultura familiar seu interesse acadêmico sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45-62, 2014b. Disponível em: <https://bit.ly/2OtAaHd>. Acesso em: 30 set. 2016.

BAIARDI, Amílcar. O Ensino de História das Ciências Agrárias nas Universidades. In: CONGRESSO DA SOBER, 52, 2014. **Anais [...]**. Goiânia, Brasília: SOBER, 2014c. v. 1. p. 481-496. Disponível em: <https://bit.ly/2MoWOhk>. Acesso em: 17 out. 2018.

BAHIA (Estado). Casa Civil. **Decreto nº 10.650**, de 05 de dezembro de 2007. Programa Estadual de Produção de Bioenergia e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2SsPenf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Sistemas agrários na Velha Província: o processo de transição para o trabalho livre sob o signo da modernização conservadora (1850-1888). **Revista Topoi**, v. 9, n. 17, p. 22-44, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2S8laOP>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Tradução de Ikla Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2001. 578p.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002. 159 p. Disponível em: <https://bit.ly/31SmPef> Acesso em: 25 jun. 2019.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Collecção das leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 40. Disponível em: <https://bit.ly/32TT2Cm>. Acesso em: 28 jul. 2019.

CAMARGO, Marcelo Nunes; KLANT, Egon; KAUFFMAN, J.H. Classificação de solos usada em levantamento pedológico no Brasil. **Boletim Informativo**, Sociedade de Ciência do Solo, Campinas, v.12, n.1,p.11-33, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/2GHMRaV>. Acesso em: 22 maio 2019.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus, BA: Editus, 2006. 394p.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos caminhos da acumulação**: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2Pk7vVq>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A história do abastecimento e a historiografia brasileira. **Polis** - Laboratório de História Econômico-Social da UFF, Niterói, n. 7, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2PkOW3u>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’. In: AMARAL LAPA, José Roberto do (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982. 212p.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASSETI, Valter. **Geomorfologia**. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <https://bit.ly/39kp24U>. Acesso em: 31 maio 2019.

CASTRO, Antonio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. 1990. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1990. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280520>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Gomes de. **À margem da História**: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo. 1985. Dissertação (Mestrado em História Social) - UFF. Niterói, 1985.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Território das minas na colonização portuguesa: contato entre culturas e ocupação. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005. **Anais [...]**. Londrina, 2005. p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/2OccBT3>. Acesso em: 23 mai. 2018.

CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon. (org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 57-84. Disponível em: <https://bit.ly/2O1AyZV>. Acesso em: 29 out. 2019.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR), BA. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)**: Sudoeste da Bahia. Salvador: CAR, 1999. 268 p.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Revista Terra Brasilis** (Nova Série), n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CORDEIRO FILHO, Ari. Notas sobre moeda e sua circulação, créditos, juros, câmbio, bancos, governo e empreendedorismo avoengos. **Revista Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio**, Rio de Janeiro, v. 737, p. 4-38, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/31rT2cE>. Acesso em: 21 dez. 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1999. 492 p. Disponível em: <https://bit.ly/2FxuXYa>. Acesso em: 17 dez. 2018.

COSTA, Ricardo da. Os camponeses da Idade Média: a violência da Jacquerie (maio de 1358) na visão de Jean Froissant (c.1337-1410). In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 97-115.



CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/2XbQFuF>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro Ligeti da. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/2ZGA3bS>. Acesso em: 25 jun. 2019.

DA SILVA, Caio Cobianchi. Repensando o Brasil colonial: uma análise comparativa entre as obras formação do Brasil contemporâneo e homens de grossa aventura. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2014. **Anais [...]**. Universidade Estadual do Paraná, 2014. p. 1951-1962,

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura da UFRRJ**, Rio de Janeiro, n.8, p.119-156, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2DIB4YF>. Acesso em: 01 maio 2019.

DA SILVA, José Graziano *et al.* **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

DA SILVA SANTOS, Mario Augusto. O tema do abastecimento na historiografia baiana: uma avaliação. **Revista Universitas**, UFBA, Salvador, n. 35, p. 103-117, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/2NRe5Ac>. Acesso em: 15 maio 2019.

DE ALMEIDA ABREU, Mauricio. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do Século XIX. **Revista Cidades**, v.2, n. 4, p. 189-220. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2ZerAgd>. Acesso em: 27 jul. 2019.

DE ALMEIDA REGO, André. Nas fronteiras da sociedade envolvente: políticas indigenistas na província da Bahia nos anos de 1820 e 1860 – comarcas do sul e extremo oeste. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 30 v. 2, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2LzWeOh>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DE MIGUEL ANDRADE, Lovois. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 152p. Disponível em: <https://bit.ly/30OaTZA>. Acesso em: 29 nov. 2018.

DE MOURA, José Francisco. Reflexões acerca da luta pela terra na Grécia antiga. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 185-199.

DE OLIVEIRA, Lelio Luiz. **Economia e história em França, século XIX**. Franca (SP): UNESP-FHDSS, 1997. 150p. Disponível em: <https://bit.ly/38VzGzV>. Acesso em: 19 dez. 2019.

DE OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues. **Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QiMGJ5>. Acesso em: 29 out. 2019.

DE OLIVEIRA, Paulo Henrique Borges. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: PTA, 1989. 72p. Disponível em: <https://bit.ly/2SycyQ6>. Acesso em: 05 jan. 2019.

DE QUEIRÓS MATTOSO, Katia M. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 114, p. 5-20, 1983. Disponível em: <https://bit.ly/39hhCzq>. Acesso em: 28 ago. 2019.

DE SOUZA, Amélia Barreto. **A alimentação no Planalto de Conquista, 1930 a 1950**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 1996.

DE SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2001.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas brasileiras**. 2. ed. 1996. p. 338. Disponível em: <https://bit.ly/31245Yx>. Acesso em: 25 jul. 2019.

DUARTE, Fábio Bonfim. Diversidade Linguística no Brasil: as línguas ameríndias. **Revista Caletrosópio**, UFOP, Ouro Preto, MG, v. 4, n. especial, 2016. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/fbonfim/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 1999. 412 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Solos da Região Sudeste da Bahia**. Atualização da Legenda de Acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 2002. 93 p. Disponível em: <https://bit.ly/2K9Juf6>. Acesso em: 31 mar. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Centro Nacional de Pesquisa de Solos**. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 5. ed. rev. e aum. Brasília: Embrapa, 2018. 590p. Disponível em: <https://bit.ly/2VEiR4E>. Acesso em: 22 mai. 2019.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Globo, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2WgAlzy>. Acesso em: 01 maio 2019.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2LgBE5k>. Acesso em: 11 jul. 2019.

FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/32nPir7>. Acesso em: 05 out. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2NquifL>. Acesso em: 21 ago. 2019.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da Brecha Camponesa. **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2013, p. 5-16. Disponível em: <https://bit.ly/2JBfTe9>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1985. Disponível em: <https://bit.ly/2m29pM5>. Acesso em: 07 jun. 2019.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Ática, 1990. p. 87-96. Disponível em: <https://bit.ly/2kbbchu>. Acesso em: 01 set. 2019.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 147-175. Disponível em: <https://bit.ly/2kaUOxx>. Acesso em: 09 set. 2019.

GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva (org.). **Negociantes e caixeiros na sociedade da independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/36R8260>. Acesso em: 09 nov. 2019.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João Del-Rey (1831-1888)**. 1998. São Paulo: Annablume, 2002. 256p. Disponível em: <https://bit.ly/2qTwu60>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico e geomorfológico**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 446p. Disponível em: <https://bit.ly/2kCILcj>. Acesso em: 07 jun. 2019.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, p. 7-36, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/2kjjELh>. Acesso em: 04 set. 2019.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame**. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Meje3P>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/31KnT3U>. Acesso em: 19 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estrutura dos territórios: área dos municípios 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2SHzq0b>. Acesso em: 18 maio 2019.

IVO, Isnara Pereira. Trânsito, conquista e aventura na América Portuguesa: sertão baiano no século XVIII. **Dimensões Revista de História**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII**. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

IVO, Isnara Pereira. **O anjo da morte contra o santo lenho**: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. 2. ed. rev. e aum. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2017.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**: análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. 3. ed. Barcelona: Laia, 1974. Disponível em: <https://bit.ly/2p8qBBP>. Acesso em: 27 out. 2019.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da liberdade**: a escravidão em Serrinha – Bahia (1868-1888). 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, 2008.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2qFwfvh>. Acesso em: 27 set. 2019.

LEPKOWSKI, Tadeusz. Haiti. **Havana, Casa de las Américas**, 1968. Tomo I.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Possibilidades da história comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LIMA, Kleber Carvalho; PITIÁ, Ana Márcia de Almeida; SANTOS, Jémison Mattos dos. Uma contribuição aos estudos de geomorfologia climática em ambiente semiárido na região Sudoeste da Bahia. In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 6., REGIONAL CONFERENCE ON GEOMORPHOLOGY, “Geomorfologia tropical e subtropical: processos, métodos e técnicas”. **Anais [...]**. Goiana, GO, 2006.

LOMBARDI, Araê Claudinei. **Análise-diagnóstico dos sistemas agrários do Vale do Ribeira/SP**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

LOPES, Luciana Suarez. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900. **Revista História Econômica e História de Empresas**, ABPHE, São Paulo, v. 19, n.1, p. 59-94, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2M6u3VA>. Acesso em: 05 out. 2019.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. Grandes proprietários e colonos no Baixo Império Romano. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 245-255.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 217-275. Disponível em: <https://bit.ly/2kaUOxx>. Acesso em: 09 set. 2019.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, n. 12, p. 57-67, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2DvWE5d>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2k029Qi>. Acesso em: 31 Ago. 2019.

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **CEDEPLAR**, Universidade Federal de Minas Gerais, n.10, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2lwrm5q> Acesso em: 31 ago. 2019.

MAZOYER, Marcel. Dynamique des systèmes agraires. In: **Rapport de synthèse du Comité Dynamique Systèmes Agraires**. Paris: Ministère de la Cooperations: Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Superieur, 1986.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Dunesp/NEAD/MDA, 2010. 568p.

MEDEIROS, Ruy. Ensaio Conquistenses. **O Fifó**, Vitória da Conquista: Ed. de Ouro de 1977 a 1978.

MEDEIROS, Ruy. **Relatos de Conquista**. Vitória da Conquista, 1988.

MEDEIROS, Ruy. **Apresentação e notas**. Tranquilino Torres: o município da Vitória. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 1996. v. 2. p. 61-132.

MEDEIROS, Ruy. Documentos da Conquista do Sertão da Ressaca. **O Fifó**, Vitória da Conquista, 2009a. Disponível em: <https://bit.ly/2Z94nMJ>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MEDEIROS, Ruy. O rio Pardo. **O Fifó**, Vitória da Conquista, 2009b. Disponível em: <https://bit.ly/30UD7lk>. Acesso em: 08 set. 2017.

MEDEIROS, Ruy. Textos e contextos. In: AGUIAR, Edinalva Padre (org.). **Ymboré, Pataxó, Kamakã**: a presença indígena no Planalto de Conquista. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista-UESB, 2000. p. 80-158.

MENDES, Geísa Flores. **Sertão se Traz na alma? Território/lugar, memória e representações sociais**. 2009. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/30Rxc0t>. Acesso em: 11 set. 2016.

MENDES, Norma Musco. Inserção e desagregação: terra e o sistema republicano romano. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 87-95.

MIGUEL, Antonieta. **Vida material e cotidiano**: a Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000a. Disponível em: <https://bit.ly/37ICDD5>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MIGUEL, Antonieta. Sertão da Ressaca: território do conflito. In: AGUIAR, Edinalva Padre (org.). **Ymboré, Pataxó, Kamakã**: a presença indígena no Planalto de Conquista. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista-UESB, 2000b. p. 54-79.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Câmbio de longo prazo do mil-reis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Revista Cadernos de História**, v. 11, n. 14, p. 9-34, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2010v11n15p9>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MOTTA, Márcia. O Rural na História do Brasil (dos anos 80 aos trabalhos mais recentes). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, 2010. p. 175-191. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/9707>. Acesso em: 07 out. 2019.

MOTTA, Marcia. **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2vxuwaF>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. Disponível em: <https://bit.ly/2UI2yHf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Bahia**: inquisição e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2010. 294p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 19 jul. 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2ZaoABA>. Acesso em: 13 maio 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007. 272p.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2. ed. rev. e aum. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Ed., 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Curraleiro, Crioulo, Peduro: a Pecuária como Fator de Ocupação Econômica do Semiárido. In: Erivaldo Fagundes Neves (org.). **Sertões da Bahia**: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. 1. ed. Salvador: Arcádia, 2011. p. 253-281.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura**. Alto sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Ed., 2012.

NOGUEIRA, Martha Maria Brito. Práticas políticas de “invisibilidade”: a família Prado e os conflitos políticos na cidade da Conquista no século XX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – BA, 5., 2010. **Anais [...]**. Salvador/BA, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2vwd06L>. Acesso em: 30 abr. 2019.

NOGUEIRA, Martha Maria Brito. “Fulô do Panela”: Mobilidade social das mulheres negras na sociedade conquistense. 1850-1930. **Revista Eletrônica Discente História.com**, UFRB, Cachoeira, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2vwd06L>. Acesso em: 30 abr. 2019.

NOGUEIRA, Ulisses do Prado. **Vereda**. Vitória da Conquista: Eureka Publicidades, 1988.

NOGUEIRA, Ulisses do Prado. **Caminho para uma terra**. Vitória da Conquista: Eureka, 1998.

NOVAIS, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1969. Disponível em: <https://bit.ly/2K0dGsK>. Acesso em: 07 out. 2019.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2kunLo2>. Acesso em: 02 set. 2019.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória**. (Bahia, 1840-1888). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/32Kn3o3>. Acesso em: 17 set. 2017.

NUNES, António José Avelãs. **Os sistemas económicos: génese e evolução do capitalismo**. 2. ed. rev. e atual. Coimbra: Serviço de Acção Social da Universidade de Coimbra, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2JWXTtP>. Acesso em: 05 jan. 2019

NUNES, Bernardo Thadeu de Almeida; RAMOS, Vera Lúcia de Sousa; DILLINGER, Ana Maria Simões. Geomorfologia. In: BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. **Folha SD**. 24 Salvador: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1981. v.24. 620 p. Disponível em: <https://bit.ly/3bhFXqN>. Acesso em: 27 maio 2019.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2XWomBz>. Acesso em: 11 ago. 2016

OPTIZ, Silvia Carlinda Barbosa. **Curso completo de direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2JrXSPv>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ORRICO, Israel Araújo. **Mulheres que fizeram História em Conquista**. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 1982. 256p.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução: Walter Sotomayor. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004. 380p.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas, e rios no Sul da Bahia**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 1982.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n.31, p. 148-196, 1986.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os botocudos do leste na ótica dos viajantes do século XIX (1815 – 1820). **Índios do Nordeste Temas e Problemas**, Alagoas, v. 3, n.1, p. 97-128, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Z3UorR>. Acesso em: 20 jul. 2017

PENTEADO, Margarida Maria. **Fundamentos de Geomorfologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 186p.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)**. São Paulo: Fapesp: Annablume, 2003.

PIRES, Maria de Fátima Novaes *et. al.* **Bahia: escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas - Estudos interdisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2018. 276p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. Disponível em: <https://bit.ly/2qprYvY>. Acesso em: 05 out. 2019.

REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia**. Uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Os capuchinhos franceses. Tradução: Fr. Agatângalo de Crato. Caxias do Sul: Paulinas, 1988a. 341p. v.1.

REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia**. Uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Os capuchinhos italianos. v. 2. Tradução: Fr. Agatângalo de Crato. Caxias do Sul: Pallotti, 1988b. 624p.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2WHTv6r>. Acesso em: 14 jun. 2019.

REIS, João José; SOUZA, Evergton Sales. Katia Mytilineou de Queirós Mattoso (Volos, 1931-Paris, 2011). **Revista Afro-Ásia**, n. 48, p. 363-381, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/21302/13883>. Acesso em: 14 jul. 2020.

REIS, José. A economia agrária e a pequena agricultura. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Universidade de Coimbra. n. 7, v. 8, 1981. Disponível em: <https://bit.ly/2GAtgcN>. Acesso em: 23 mar. 2017.

RESENDE, Guilherme *et al.* Preços de escravos e produtividade do trabalho cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, Século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2014. **Anais [...]**. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2RcUTNA>. Acesso em: 13 dez. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2FRfLFn>. Acesso em: 03 jun. 2018.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. **Revista História Econômica & História de Empresas**, ABPHE, v. 2, n. 2, p. 7-40, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2IBYmcg>. Acesso em: 21 set. 2019

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Análises e Síntese na abordagem geográfica da pesquisa para o planejamento ambiental. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, São Paulo, n. 9, p. 65-75, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2um7B5q>. Acesso em: 30 maio 2019.

SANTOS, Antônio Luiz. Panorama da evolução econômica de Vitória da Conquista – Bahia. **Con(s)ciência – Revista Cultural, Técnica e Científica**, Vitória da Conquista: Ed. UESB, n. 4, p. 23-38, 1993.

SANTOS, Diana Anunciação. Território e identidade: o caso da comunidade remanescente de quilombo Velame - Vitória da Conquista / Bahia. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2011. v.1. p. 1-16.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**. Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS; Fundação Pedro Calmon, 2012.



SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Ocerlan Ferreira. **Memórias da escravidão e das mestiçagens no sertão da Bahia do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – UESB, Vitória da Conquista, 2015.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/2R70xCg>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DA BAHIA (SEAGRI). **Governo assina protocolos para a produção de biocombustíveis**. Salvador, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2SsA3uo>. Acesso em: 21 jun. 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2XS2ibe>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Lk6l9E>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SILVA, Ligia Osorio. Políticas de Terras e Fronteira. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GOVERNANÇA DE TERRAS, 1., 2015. **Anais [...]**. Campinas, SP: UNICAMP, 2015. p. 212-227. Disponível em: <https://bit.ly/2WrMEka>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 114p. Disponível em: <https://bit.ly/36ZBFSN>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SOUZA, Belarmino de Jesus. **Arreios, currais e porteiras - uma leitura da vida política em conquista na primeira República**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo, 1999.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992. 293p.

THORNTHWAITE, Charles W. An approach toward a rational classification of climate. **Geographical Review**, New York, n. 1, v. 38, p. 55-94, 1948. Disponível em: <https://bit.ly/2X5uVgx>. Acesso em: 26 maio 2019.

VELÔSO, Gustavo. **Ferradas: um capítulo na história do Brasil**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 208p.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Os escravos que Saint-Hilaire viu. **Revista História Econômica e História de Empresas**, ABPHE, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 7-42, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2LpZv2r>. Acesso em: 10 jul. 2019.

VIANA, Anibal Lopes. **Revista Histórica de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1982. v. 1 e 2.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2WeYApg>. Acesso em: 13 jul. 2020.

WEBER, Max. **História agrária romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2ORSOqP>. Acesso em: 16 out. 2019.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/2NNTtHO>. Acesso em: 06 out. 2019.